



CAPA
Carlos Leonardo Pujol Flores

EDITORACÃO ELETRÔNICA
Maria de Lourdes Monteiro

Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos
Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia e mídia impressa / organização de Ângela Massumi Katuta...
[et al].
Londrina : Morirá, 2009.
264 p. : il.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7846-043-3

1. Geografia – Londrina . 2. Mídia impressa – Londrina. 3. Ensino
de geografia – Londrina. I. Katuta, Ângela Massumi.

CDU 911:070

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Depósito Legal na Biblioteca Nacional

2009

Forma e conteúdo dos artigos são de inteira responsabilidades dos
respectivos autores



Ângela Massumi Katuta
Deise Fabiana Ely
Eliane Tomiasi Paulino
Fábio César Alves da Cunha
Ideni Terezinha Antonello
(Orgs.)

GEOGRAFIA E MÍDIA IMPRESSA

Londrina
2009





Sumário

Apresentação	7
Geografia, epistemologia e linguagens	
Pensamento geográfico é geografia em pensamento	13
<i>Elvio Rodrigues Martins</i>	
Geografia, linguagens e mídia impressa <i>Ângela Massumi Katuta</i>	37
Geografia, mídia e produção do espaço	
Questão agrária e ensino de geografia: um debate necessário <i>Eliane Tomiasi Paulino</i>	61
O discurso midiático sobre a reestruturação econômica e territorial no e do espaço rural norte paranaense <i>Ideni Terezinha Antonello</i>	87
Discurso e conformação socioespacial: espaços da resistência, da aceitação e da resignação <i>Fábio César Alves da Cunha</i>	111
Aquecimento global e mudanças climáticas na mídia impressa: um debate científico? <i>Deise Fabiana Ely</i>	127
Mídias e ensino de geografia	
A mídia impressa local: construindo e reconstruindo visões em sala de aula	149
<i>Adriana Cristina de Almeida; Aparecida de Oliveira Neves Reis; Maria Solange Ferreira</i>	
Experiências didáticas com o jornal impresso	169
<i>Carla Aparecida Coccia; Dorotéia Kowalczyk Portelinha; Edilucy Maria Cunha Gaspar; João Carlos Ruiz</i>	

Ensino de Geografia e mídia: relato de uma experiência em sala de aula <i>Andréa Paloma Costa</i>	187
--	-----

Ampliando o debate sobre a mídia

A memória da ocupação de uma região na voz do jornal “Paraná-Norte” <i>Ana Cleide Chiarotti Cesário; Ana Maria Chiarotti de Almeida</i>	199
--	-----

As transformações no mundo do trabalho através da charge na imprensa sindical: uma análise do impacto da introdução de novas tecnologias na produção	215
<i>Rozinaldo Antonio Miani</i>	

A satanização do MST na imprensa: sem história, sem ética <i>Ayoub Hanna Ayoub</i>	241
---	-----

Sobre os autores	259
-------------------------------	-----

Apresentação

A abordagem temática do trabalho concretizado na publicação desse livro se justifica na medida em que é relevante o papel da mídia impressa na construção das representações sociais e nas apropriações e usos dos lugares pelas diferentes classes sociais.

Entende-se que a mídia impressa constitui um veículo de comunicação cuja forma de (re)apresentação da realidade pode ser compreendida em uma perspectiva geográfica, enquanto instrumento de registro e construção da memória de determinadas geografias, por abordar fatos que necessariamente estão localizados espaço-temporalmente. Em outras palavras, compreende-se que a mídia impressa veicula geografias na medida em que, a partir dos inúmeros cortes e recortes que realiza, apresenta ao leitor as tramas das experiências espaço-temporais dos diferentes grupos sociais.

Coerente com essa perspectiva, em 2006 teve início um Projeto Integrado de Pesquisa e Extensão, denominado (Geo)grafando o território, no interior do qual consolidou-se um grupo de estudos e pesquisas envolvendo acadêmicos e docentes da Universidade Estadual de Londrina, com o apoio de docentes de outras instituições. Com relação à extensão, essa tomou corpo principalmente após a aprovação do Projeto “Geografia e mídia impressa: construindo referenciais teórico-metodológicos para uma leitura didático-pedagógica”, tendo sido executado pelos docentes-pesquisadores agora já lotados no Laboratório “Arranjos Territoriais e Climatologia Geográfica” (LATEC / DGEO / UEL) com financiamento do Ministério da Educação (MEC) e apoio do Núcleo Regional de Educação de Londrina. Seu foco principal foi o de capacitar professores da rede pública de ensino do Estado do Paraná para analisar a produção da mídia impressa em diferentes escalas, de modo a investigar e reconhecer as Geografias explícitas e implícitas.

Como forma de ampliar o debate acerca das mediações entre a pesquisa em mídia impressa e a Geografia foi realizado um ciclo de debates,



que contou com a participação de pesquisadores desta área, bem como da Comunicação, das Ciências Sociais e das Letras. Este evento possibilitou uma reflexão profícua sobre os processos de construção das notícias, a ética jornalística, a análise do discurso aplicada à pesquisa em mídia impressa e as correlações com a ciência geográfica.

A interlocução decorrente de tais trabalhos oportunizou a produção da presente coletânea, assim apresentada: na primeira parte, reúne discussões sobre Geografia, Epistemologia e Linguagens. Élvio Rodrigues Martins procura traçar uma análise a partir de uma questão centrada na possibilidade de existência de uma epistemologia da Geografia na atualidade, bem como o teor dos debates epistemológicos travados. Na seqüência, o texto de Ângela Massumi Katuta aborda as correlações entre o ensino da Geografia e as linguagens no âmbito da construção do conhecimento, apresentando algumas reflexões sobre o uso da mídia impressa nesse ramo do conhecimento.

A segunda parte versa sobre Geografia, mídia e produção do espaço. Eliane Tomiasi Paulino elege a questão agrária como foco central de seu texto, correlacionando o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e o avanço da urbanização com as distorções das abordagens envolvendo o campo, em particular as veiculadas pela grande mídia. Evidencia a importância de um debate mais cuidadoso e aprofundado sobre a questão agrária, que poderá encontrar campo fértil no ensino de Geografia.

Por sua vez, Ideni Terezinha Antonello desvela em seu texto o discurso da mídia impressa sobre as territorialidades no e do município de Londrina, mediante a reflexão do papel da mídia no processo de reprodução do espaço para o capital, com foco nas territorialidades do capital, materializadas no agronegócio.

As intrínsecas, porém, nem sempre perceptíveis relações entre o discurso e o espaço geográfico são analisadas por Fábio César Alves da Cunha em “Discurso e conformação socioespacial: espaços da resistência, da aceitação e da resignação”. No texto, as intencionalidades discursivas são valorizadas na relação sistemas de ações e sistemas de objetos que constituem o espaço geográfico. O autor também se propõe a identificar diferentes espaços que, na contemporaneidade, geram uma conformidade

social e, conseqüentemente, uma conformação socioespacial em sua relação dialética com o espaço.

O texto de Deise Fabiana Ely enfoca a relação entre Geografia, mídia e climatologia com o objetivo principal de apresentar uma síntese do debate científico acerca do aquecimento global e verificar como esse tema é tratado pelo jornal Folha de S.Paulo no período demarcado pela posse do novo presidente dos Estados Unidos.

Os dois primeiros textos da terceira parte apresentam experiências didáticas resultantes da prática de professores da rede pública de ensino que desde 2007 encontram-se em profícua interlocução com as professoras-pesquisadoras Ângela Massumi Katuta, Deise Fabiana Ely e Eliane Tomiasi Paulino, que atuaram como orientadoras do Programa de Capacitação do Estado do Paraná, denominado PDE, do qual fizeram parte. O texto “A mídia impressa local: construindo e reconstruindo visões em sala” evidencia a importância do uso da mídia escrita local e regional na prática educacional em Geografia mediante o relato de atividades com jornais. O artigo “Experiências didáticas com o jornal impresso” destaca o uso do jornal impresso como um recurso auxiliar no ensino dos conteúdos da Geografia do ensino básico.

Por sua vez, o texto de Andréa Paloma da Costa resulta da reflexão-prática oportunizada pelo Projeto de Extensão “Geografia e mídia impressa: construindo referenciais teórico-metodológicos para uma leitura didático-pedagógica”, do qual fez parte em 2008. Neste ensaio, tece considerações sobre uma experiência de ensino aprendizagem de Geografia e mídia impressa com estudantes do Ensino Médio, tendo como foco principal as implicações socioespaciais do processo de mundialização e seus desdobramentos na organização espacial.

As discussões tecidas na quarta parte têm como objetivo ampliar o debate sobre a mídia impressa. No texto “A memória da ocupação de uma região na voz do jornal Paraná-Norte” as autoras interpretam os editoriais do respectivo jornal que circulou em Londrina-PR entre 1934 e 1953. A análise, filiada teórica e metodologicamente à Análise de Discurso francesa, fundada por Michel Pêcheux, evidencia uma formação discursiva reveladora da *ordem* e da defesa dos interesses dos promotores da ocupação da região conhecida como *norte novo do Paraná*.

Rozinaldo Antonio Miani faz uma análise das transformações no mundo do trabalho na década de 1990 no Brasil a partir das charges veiculadas na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista. Em seu texto o autor conclui que a charge, enquanto estratégia comunicativa, mostrou-se importante forma de expressão, de estratégia de formação e persuasão junto às categorias trabalhistas mais gravemente afetadas pelos processos de reestruturação produtiva.

Por fim, no artigo “A satanização do MST na imprensa: sem história, sem ética” o autor faz uma análise sobre a cobertura das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no jornal Folha de S. Paulo no ano de 2001, subsidiado na análise do discurso e do conteúdo, concluindo que as matérias analisadas apresentam manipulação da informação, posição contrária ao MST e evidenciam desrespeito às normas do Código de Ética dos Jornalistas.

A presente publicação pretende contribuir para a construção de reflexões sobre os conteúdos e significados presentes e ausentes na mídia impressa e suas correlações com o pensar e o fazer da Geografia. Cumpre salientar que a opção pela reunião de abordagens calcadas em diferentes referenciais teórico-metodológicos foi feita na perspectiva da interlocução necessária entre academia, em suas diversas cisões, e dela com o Ensino Básico, igualmente diverso pela ação de cada sujeito que a constrói. Com isso, a expectativa é a de deixar aberto um caminho para futuras contribuições que venham enriquecer o trabalho no LATEC e o próprio debate apresentado por cada um dos autores, que respondem pelos recortes e sistematizações feitas.

Faz-se necessário externar agradecimentos ao Ministério da Educação pela brilhante iniciativa de incentivar, por meio da concessão de recursos, trabalhos que integrem o ensino, a pesquisa e a extensão, como o que funda parcialmente esta publicação.

Londrina, março de 2009.

Os organizadores





Pensamento geográfico é geografia em pensamento

Elvio Rodrigues Martins

Ruy Moreira escreveu em 1987 o seguinte: “Antes tínhamos uma geografia com forma mas sem conteúdo, e passamos a uma geografia com conteúdo mas sem forma”¹. A forma aí designada, não custa reafirmar, é o *pensamento* geográfico. Mas cabe uma pergunta: sem esta forma determinada, podemos identificar o conteúdo que ela representa? Queremos dizer com isso o seguinte, a apreensão de um determinado conteúdo, passa pelo reconhecimento de sua existência e isso se remete à forma que permite, em pensamento, adquirir esta compreensão. Ou seja, pecando pelo óbvio (ou não), *pensamento geográfico é geografia em pensamento, ou pensar geografia é ter para si a existência e a importância do geográfico presente na realidade.*

E assim, podemos dizer quem não tem a forma pouco ou nada reconhece do conteúdo. E, reciprocamente, quem não discrimina os elementos constituintes do conteúdo, menos ainda se vê na condição de estabelecer a forma em pensamento. Portanto, a forma é o conteúdo em pensamento. São equivalentes mutuamente dependentes mas, acima de tudo, a forma sempre responde pelo conteúdo em suas alterações.

Com relação à passagem de Ruy Moreira transcrita no primeiro parágrafo, o antes a que ele se refere, provavelmente diz respeito, aproximadamente, aos momentos do desenvolvimento da ciência geográfica anteriores à década de 1980, em alguns países, mas, principalmente, aqui no Brasil. E o que é possível depreender do trecho, é que antes das alterações surgidas, no final dos anos 70 e ao longo dos 80, a ciência geográfica apresentava uma forma de apreensão do conteúdo da realidade. Ou seja, o geográfico era apreendido mediante elementos

¹ MOREIRA, Ruy. *Conceitos, Categorias e Princípios lógicos para o Método e o Ensino de Geografia*. São Paulo, Contexto, 2007. p. 188.

da forma que constituíam a *epistemologia da ciência geográfica*. Em alguns momentos acusada de incipiente, todavia não resta dúvida que nomes importantes da história do pensamento geográfico deixaram contribuições inestimáveis para a epistemologia da ciência geográfica. Alinham-se aqui nomes como Richard Hartshorne, Maximilian Sorre, Pierre George, Jean Brunhes, entre outros, geógrafos que discutiram problemas e questões teóricas e epistemológicas em geografia.

Por tudo isso, este texto foi escrito com o seguinte propósito: existe, provavelmente, algo ainda a ser compreendido quanto à constituição de uma epistemologia para ciência geográfica, à luz dos diferentes fundamentos teóricos que esta por ventura possa ter assumido, principalmente nos últimos 40 anos. Este texto questiona mais exatamente o seguinte: a ciência geográfica possui, nos dias de hoje, uma epistemologia? Que tipo de debate epistemológico tem sido feito?

Porém, antes da questão em si mesma acerca dos fundamentos teóricos em geografia, há algo que deve ser enfrentado, sem o que a epistemologia não é possível. Trata-se daquilo que temos chamado de “questão da geografia ou do geográfico”. Ou seja, antes mesmo de penetrarmos em debates epistemológicos da ciência geográfica à luz de diferentes matrizes teóricas, talvez valesse a pena responder *sob o foco de cada uma das teorias*, o que é identificado como geografia na constituição da realidade, ou mesmo se este último aspecto do real de fato existe. Em outras palavras, sob ponto de vista ou do materialismo, ou da fenomenologia, ou do funcionalismo, ou do neo-positivismo, etc., a realidade possuiria um fundamento geográfico, ou mesmo uma determinação geográfica? Se sim, o que é este fundamento e como interpretá-lo? E nesta mesma direção, como é, ou como ficaria, esta geografia em pensamento, ou seja, qual a forma que este conteúdo assumiria, de acordo com diferentes matrizes teóricas?² Ou então, para não se esqueça: afirmar *o que é* ou *qual a relevância*

² Há uma seqüência possível de outras indagações, mas elas construiriam outro texto. São elas: Qual a relação do geográfico com a História, ou com o processo histórico? Qual sua importância da determinação geográfica para o desenvolvimento das sociedades? O ser-social responde por uma geografia? Qual o seu significado do ponto de vista supra-estrutural? Esta geografia concorre na definição da subjetividade humana? Como?

de uma epistemologia para a ciência geográfica, passa antes por reconhecer a importância do geográfico como fundamento da realidade? Um fundamento, uma determinação que se mostra como fenômeno, que mediante diferentes teorias será entendido de formas distintas.

Assim, como foi afirmado acima, precedente à necessidade de definição dos termos de uma epistemologia, necessitamos primeiramente enfrentar que o problema original está no conteúdo da resposta à indagação “o que é geografia?”. Para muitos esta é uma questão surrada. E à medida que o tempo passa, menos geógrafos se atrevem a enfrentar esta discussão, muito possivelmente concluindo que anos de polêmica podem, em si e por si mesmo, responder à pergunta. Ou seja, nada se concluiu porque não é possível concluir, a não ser esta mesma impossibilidade. E assim ficamos, ou com definições individuais, confortáveis a cada um de nós, sendo muitas vezes sem nenhum ou com fundamentos insuficientes para as afirmações – e aqui a situação beira um certo oportunismo conveniente - ou, então, simplesmente vamos da pura e simples proposta de extinção da disciplina, à afirmações de que a ciência geográfica é o que seus profissionais fazem dela. Quanto a esta última posição a afirmação é feita como se isso fosse uma exclusividade da ciência geográfica. Afinal, qual área do saber não se define pela prática de seus respectivos profissionais?

A ciência pode ser vista como um conjunto de procedimentos especificamente definidos. E procedimentos são ações e tarefas práticas. Trata-se da construção de um certo tipo de conhecimento, aquele que definimos como científico. Referimos-nos a esse respeito quando falamos da pesquisa. Não que ciência se defina exclusivamente por estas características de ordem prática. Não é isso que está sendo dito aqui, mas certamente podemos apontar que esta é *uma* de suas características fundamentais. E, com isso, podemos assegurar que em muito a ciência é o que os cientistas fazem dela. Além do mais, seria exagero acreditarmos numa plena correspondência entre práticas científicas abrigadas institucionalmente sob uma determinada denominação a exemplo da Biologia, Física, Química, etc, e o conteúdo da realidade a qual esta denominação identifica. O que os profissionais de uma área do saber fazem em suas pesquisas, não está orientado exclusivamente em torno do

movimento e das transformações que o conteúdo correspondente à sua área sofre. Tais práticas e definições de pesquisa recebem também influências de conjunturas institucionais e sociais. Resumindo, o movimento da realidade nem sempre é acompanhado pela natureza das pesquisas realizadas. É necessário observar o propósito *dominante* de um conhecimento dentro de um contexto histórico e social. Muito da história e do desenvolvimento da ciência geográfica está ligada a esta última observação. E possivelmente este aspecto marcou mais sua história, que as polêmicas e discussões em torno do que é geografia como dado do real. E, portanto, em parte, isto explicaria sua esquizofrenia.

Portanto, afirmar que a ciência geográfica é o que os geógrafos fazem dela, revela-se uma maneira cômoda e diplomática de aceitar as diversas práticas abrigadas sob a instituição “científica da geografia”, fugindo, com isso, do debate necessário, pelas razões acima apontadas, ou seja, necessitamos identificar o conteúdo para construirmos uma epistemologia que produza o pensamento o geográfico.

Agora observemos este debate sob outro ângulo. Perguntemos o que é História? Os historiadores divergem sobre o que vem a ser ela. E o fazem polemizando isto em diferentes teorias interpretativas. Todavia, apesar destas orientarem a pesquisa em história, o fato é que elas não estão discutindo uma disciplina acadêmica chamada história. Mas, é exatamente isso que queremos apontar na medida em que se faz um paralelo com a história: quando perguntamos o que é geografia, respondemos o que é a ciência geográfica, e, portanto, a resposta acaba sendo elaborada da maneira tradicional que conhecemos, na diplomática confusão de sempre. Na verdade, deveríamos responder a esta questão apontando que a geografia é um *fundamento da realidade*. Por tudo isso, propomos reformular aqui a pergunta “o que é geografia”, para “o que é o geográfico”.

A geografia ou o geográfico, enquanto fundamento, é algo se estabelece a partir da relação sociedade/natureza. Ou seja, tanto no sujeito como no objeto,

a relação entre sociedade e natureza se traduz numa ordem espaço-temporal dos elementos que resultam da relação. Sendo mais direto: quando a relação ocorre, uma determinação fundamental da existência ganha sentido em ato e potência. E esta determinação se explicita quando fazemos a pergunta cardinal: Onde? O que significa afirmar que, a partir daí, a localização das coisas em geral não serão aleatórias, obedecerão a um motivo. E quando algo se localiza, o faz em relação a outros e, nisto, a localização nos remete à distribuição. E nesta uns em relação aos outros estarão mais ou menos distanciados, eis a noção de distância. E distâncias que variando, nos permitem falar em densidade que, sendo mais ou menos intensa, significa maior ou menor número de elementos em relação, e a possibilidade de um conjunto desses se relacionar com outro, pode nos remeter à noção de escala. Eis os princípios cuja síntese estabelece o geográfico: Localização, Distribuição, Distância, Densidade, Escala. Em outras palavras, podemos afirmar que é por meio da síntese destes, que o geográfico se estabelece.

Característica que mesmo não identificada com este nome “geografia”, surge como dimensão da sobrevivência/existência dos homens e da sociedade em uma perspectiva objetiva e subjetiva. Ninguém sabe de si, ou realmente responde à pergunta “quem sou eu?”, se não souber Onde está. A consciência geográfica passa por entender esta determinação geográfica da existência.

E o “Onde” só é identificável diante do Quando, ou seja, o onde em um dado momento. E este último é um equilíbrio tenso de relações, que, ao se romper, verifica-se a História, enquanto sucessivas objetivações/subjetivações assumidas por esta relação sociedade/natureza na forma de geografias.

Resumindo: a sociedade ao se apropriar da natureza, imprime sobre esta objetividade uma ordem, que é expressa pelos princípios geográficos. E a natureza apropriada converte-se em *meio geográfico*, a partir daí, a relação passa a ser sociedade/meio geográfico. Na verdade, o processo de subjetivação/objetivação, na construção do meio geográfico se realiza mediante os princípios geográficos enquanto dimensão do existir, tanto do sujeito quanto do objeto, consubstanciando um processo de totalização. Eis o geográfico, como expressão da existência da totalidade. E entre a geografia do homem e a do meio constroem-se as mútuas determinações geográficas na relação objetivação/subjetivação.

Quanto aos sujeitos, estes apreendem isto mediante a possibilidade do entendimento dado pelas noções de espaço e tempo.

Onde estão as coisas e por que elas estão lá? Por que estou aqui, e não ali? A consciência se forma, o mapa pode ser criado e, por este motivo, se ensina geografia, a educação da consciência geográfica.

Diante destas afirmações, podemos concluir que a geografia nesta condição de categoria da existência, precede a formação do saber disciplinar a ela relacionada. Uma outra conclusão possível é o fato de que, da mesma forma que a história, a geografia assim designada, é mais ampla que qualquer saber disciplinar específico. Dar conta do geográfico ou do histórico, que são presentes e são fundamento da realidade, nos remete à necessidade de apresentarmos as limitações da ordem assumida dos saberes disciplinares que hoje são vigentes. Este desafio está anunciado no *princípio biológico* de Ratzel, no *princípio de conexão* de Jean Brunhes, ou nas *combinações e complexidade dos fatos geográficos* de Cholley, ou então no *princípio de causalidade associada à relação e conexão* sugerida por Derruau etc.

Antes de nos assustarmos com o peso da responsabilidade posta por tais *princípios*, é bom que se diga que o solicitado não é um saber enciclopédico, e sim domínio sobre o entendimento da dinâmica das *relações*. A questão, portanto, é *olhar para a relação e como elas se dão*. Voltaremos a isso posteriormente.

Dito isto, voltemos a nos concentrar na questão que aqui nos guia. A saber, se a ciência geográfica possui atualmente uma epistemologia, independente da posição teórica que se tenha dentro dela.

Mas onde, nestes últimos vinte ou trinta anos, encontramos a maior concentração de reflexões teóricas de um suposto discurso geográfico? Resposta: no debate sobre o espaço, a tal ponto que advogou-se, e ainda advoga-se que é ele, o espaço, a resposta preciosa da torturante pergunta “qual é o objeto da ciência geográfica”. É certo que esta posição foi aos poucos amadurecendo no desenvolvimento da ciência geográfica, veja-se, por exemplo, a importância dada a esta categoria por Max. Sorre e Pierre George. Mas o fato é que, a partir do fim da década de 1970 e início da de 1980, o espaço foi colocado na condição direta de ser o objeto da ciência geográfica, tendo, para isso, assumido a condição de ser a

própria realidade em sua “materialidade”. E foi nele que se desdobraram as formulações teóricas, entre as quais, principalmente as inspiradas no marxismo. E afinal, tirando a posição da geografia humanista, a ciência geográfica é uma disciplina que se debruça especialmente sobre objetividades³.

Se, de outro lado, em outras posições, não era ele espaço o objeto da ciência geográfica, ao menos é certo dizer que o maior esforço empreendido a partir daí era desvendar sua dinâmica. Situação que permitiu a Armando Correa da Silva supor uma “ontologia do espaço”.⁴ De algumas décadas para cá, esta é uma posição se consolidou como sendo a questão central, deste lado humano da geografia. Emergiu como elemento central a ser discutido, e sobre ele são elaboradas as formulações teóricas, as chamadas teorias do espaço.

Mas porque as coisas assim se estabeleceram, ou seja, porque os desdobramentos teóricos da ciência geográfica concluíram que o espaço era o seu objeto? E quando chegou-se a este ponto, sabíamos o que era espaço? Ou, como poderiam aqueles que se debruçaram a discutir o espaço, fazer o que fizeram, sem compreender o que de fato era geografia, uma vez que muitos pressupunham que a ciência geográfica era o que o geógrafos faziam dela? Quais fundamentos teóricos foram efetivamente criticados? A denúncia de uma disciplina descritiva e empiricista, não é suficiente para construirmos uma nova epistemologia. Em outras palavras: a disciplina era (e ainda é) uma profusão diversa de práticas e competências, e nesta situação confusa o espaço vira o foco das atenções, e se estabelece, a partir daí, sua definição principalmente aos moldes da economia política. Assim, o espaço era o dado da realidade a ser discutido e, enquanto isso, a ciência geografia era uma miríade de práticas e competências.

³ Ou seja, o humano da geografia humana está muito mais associado aos processos de objetivação representados pela natureza apropriada, do que ao estudo da condição geográfica da humanidade do ser. Nada em geografia busca responder pela determinação geográfica na definição do ser do homem, este ente que tem na humanidade seu ser. Somos, neste ponto, forçados a perguntar: o que é geografia humana, então?

⁴ É uma preocupação que ocupava Armando desde 1972, como vemos expresso no texto de 1975, denominado “Espaço Geográfico como Totalidade”.

Pensamento geográfico é geografia em pensamento

Como dito, o espaço passa a ser a própria realidade. E alguns autores não geógrafos já vinham se ocupando dele. Era o caso de Alan Lefietz, Manuel Castels, Henri Lefebvre⁵, entre outros. Portanto, nada mais satisfatório que tomá-los como referência e, a partir daí, serem as principais contribuições teóricas, referenciando mediante isso algumas pesquisas e práticas em geografia. Importante lembrar, todavia, que estes autores e suas ricas formulações, não baseavam suas análises e considerações mediante uma epistemologia de natureza geográfica, afinal, não eram geógrafos, e, sobretudo, não pensavam em geografia. Mas será que isso tem alguma importância para a ciência geográfica? Será que tivemos que olhar para autores não geógrafos, para vermos o que ciência geográfica devia ter para si? Ao transpormos referências teóricas de autores não geógrafos, o que acontece ou aconteceu com o pensamento geográfico?

A tradição epistemológica anterior a este momento não era das mais fortes, mas o que sobreveio a varreu, aniquilou muito mais que criticou e transformou as teses anteriores. Em alguns casos, os elementos teóricos fornecidos, por exemplo, pelo marxismo, literalmente substituíram por inteiro os fundamentos epistemológicos anteriores, a tal ponto que quase tornou irreconhecível uma forma geográfica em tais trabalhos. Uma expressão viva disso foi a geografia agrária. Sobre o seu discurso, fugidia e brevemente a palavra território surgiu, mas ficamos por aí. O resto era nos debruçarmos sobre a penetração e as transformações que o modo de produção capitalista opera na realidade agrária do campo⁶, e, principalmente, qual o destino do campesinato, ou seja, ele se extinguiria ou não. Um debate importante, sem dúvida. E uma grande quantidade de energia intelectual foi e é empregada nesta questão. Afora outras que derivam desta. Entretanto, a geografia agrária é um capítulo à parte, uma vez que teríamos que ir até Alexandre Chayanov e José de Souza Martins e etc. Isto merece um trabalho

⁵ Aliás, o próprio Marx não escapou de ser investigado. Uns foram em busca de sua discussão sobre espaço e outros disseram que ele negligenciou o espaço. Pelo sim ou pelo não, o fato é que todo mundo supostamente sabia com clareza o que era espaço. Talvez, valesse a pena lembrar aos investigadores como Soja e Lacoste que: 1) História não é sinônimo de tempo, e nem espaço sinônimo de geografia; 2) que Marx não privilegiou o tempo ou espaço, mas sim privilegiou o **Movimento**.

⁶ Muito perto disto está também, uma preocupação apaixonada pela natureza do processo de amadurecimento do capitalismo no Brasil, mais exatamente das características do Brasil pré-capitalista e como se dá a o amadurecimento na direção das forças produtivas dentro de um contexto urbano industrial. Um debate rico de história econômica.

exclusivo. Não caberá aqui, no futuro sim. De toda a sorte fica a pergunta: sabemos qual é a geografia da realidade agrária brasileira? Qual a importância desta pergunta?

De volta à epistemologia, podemos dizer que a exceção talvez fosse Milton Santos. Atento à importância de uma epistemologia para a ciência geográfica, mantinha diálogo fértil com esta. Seguindo tradições, principalmente de Tricard, Sorre, Pierre George, explicita que seu projeto e objeto, é o espaço e sua constituição. Entre fluxos e fixos, entre circuito inferior e superior, entre a extraordinária noção de meio técnico-científico e a noção de região concentrada, elementos para uma epistemologia da ciência geográfica estão lançados. Mas, façamos o seguinte questionamento: entre seus trabalhos principais encontramos um intitulado “A Natureza do Espaço” e, sendo assim, poderia esta obra ser chamada de “A Natureza da Geografia”? Talvez não, posto que, segundo se pode supor, é a geografia que estuda o espaço, daí que a geografia era a forma e o espaço era o conteúdo. Ou seja, isto reforça a idéia de que falar de geografia era designar uma disciplina, como outras (mesmo que mergulhada em eterna inconsciência de identidade) e o espaço é a realidade, o seu objeto, portanto.

Assim, reorientar a compreensão da realidade, mediante novos fundamentos teóricos, era a tarefa a ser cumprida. E o que se esperava é que a epistemologia fosse junto nesta empreitada, melhorando a nossa capacidade de refletir o conteúdo e, por conseguinte, a forma de pensá-lo.

E isto significa traduzir o geográfico em suas diferentes categorias. Ou será que posso falar de geografias somente empregando exclusivamente a categoria espaço?

Veja-se neste ponto o caso da contribuição baseada no marxismo. O espaço era lido pelo viés do geógrafo, que neste momento o fazia baseado no marxismo. Mas o marxismo permite um viés do geógrafo? Existe isso? Se não existir, não podemos designar de geográfico o espaço. Como ficam as outras categorias, tais como região, paisagem, território, lugar, área, habitat, etc.? Não são estas as categorias do discurso geográfico? Não são elas estas categorias, bem como eventualmente outras que, como diria Armando Correa da Silva “[...] definem o objeto da Geografia **em seu relacionamento.**”⁷? Ou Armando estava errado, pois o marxismo só

permite a existência da História e o viés histórico, posto que a história é fundamento do real, e a geografia é uma disciplina como a sociologia, a antropologia, etc.? O que é a história do materialismo histórico e dialético? Uma disciplina acadêmica? Evidentemente que não. E, ao nosso ver, Armando estava correto.

Mas se *não* for certo dizer que a geografia seja apenas uma disciplina confusa em sua identidade, e sim algo que precede a existência deste saber disciplinar, quais alterações podemos esperar nos fundamentos epistemológicos?

Primeiro é necessário que esta forma epistemológica encontre seu equivalente ontológico no conteúdo da realidade. E esta operação só se fará possível quando reconhecermos que, além de ser um fundamento do real (tanto quanto o histórico), a geografia não é sinônimo de espaço, e sim ele, o espaço, é um dado do geográfico.

Há outro aspecto sumamente importante neste processo: descontando as arbitrariedades por parte do sujeito em definir o espaço como objeto da geografia⁸, como podemos tomar uma categoria como objeto de uma disciplina? Ou seja, para tomarmos o paralelo com a história mais uma vez, os historiadores não têm no tempo o objeto da ciência da história. Podem eles até discutir as diferentes temporalidades, mas o tempo aí é adjetivo de processos, ou da sucessão de fatos, ou seja, a forma que os historiadores dizem o que é história. E, certamente, a história é muito mais que o tempo. Assim, como a história não pertence e nem se restringe aos historiadores como fundamento da realidade. Idem para a geografia.

Mas porque nós geógrafos fizemos isso? Porque demos materialidade àquilo que é a propriedade referente à existência da própria matéria.⁹ Confundimos uma coisa com outra, matéria com espaço. Na história o historiador não faz isso em princípio, porque na concepção dominante o tempo não tem materialidade, só o espaço, já que podemos até mesmo vê-lo ou

⁷ SILVA, Armando C. da. As Categorias como Fundamentos do Conhecimento Geográfico. In: *O Espaço Interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986. (grifo nosso)

⁸ Como observa Douglas Santos no seu trabalho “Um Objeto para a Geografia: sobre as armadilhas que construímos e o que fazer com elas.” *Terra Livre*, n. 30, jan.-jul. 2008.

mesmo produzi-lo. Esta ligação entre espaço e matéria é uma tradição antiga na geografia, e tem fundas raízes no pensamento ocidental. Talvez até explique porque, afinal o espaço tornou-se objeto desta ciência. A raiz disto não é Kant, como muitos poderiam até supor, mas Descartes, ou mesmo até antes encontramos indícios desta posição em Aristóteles, e sua idéia de corpo-continente. Da filosofia para a ciência, mais exatamente passando pela física, esta noção se tornou hegemônica, consubstanciando uma visão de mundo muito própria a um saber que dará acento prioritário a uma perspectiva quantitativa da realidade.

Em verdade, este espaço dito material, quando demonstrado em sua constituição, revela a essência da natureza transformada e apropriada pela sociedade. Aquilo que, confortavelmente, chamamos de segunda natureza¹⁰. Uma designação tornada precária, e que não cabe aqui maiores críticas, apenas basta lembrar que toda a natureza é construção social e, portanto, toda ela é socialmente apreendida, suposta e designada e produzida, já que o pensamento também é derivado de um gesto produtivo.¹¹

Então esta natureza de primeira e de segunda seriam, respectivamente, os espaços da geografia física e da geografia humana. Na ciência geográfica, espaço é sinônimo de natureza e, se for apropriada ou não, converte-se em

⁹ Para mais detalhes ver Martins, Elvio R. O fundamento geográfico do ser, *GEOSP*, n. 21.

¹⁰ O debate sobre a Natureza e seus desdobramentos nos últimos anos, é mais dos aspectos que mereceriam um texto a parte. Por hora basta considerar que, amadurecemos ao observarmos que natureza é um conceito socialmente produzido, e absorvemos o fato da relação indissociável entre cultura e natureza. Mas, verdadeiramente qual foi o impacto destas conclusões sobre a epistemologia da ciência geográfica? E quando este debate ocorre, fica guardado no escaninho “discussões teóricas em geografia”. Aliás, diga-se de passagem, isso acontece de uma maneira geral, vale dizer debates epistemológicos da disciplina viraram “especialidade”, junto com a história do pensamento geográfico, ou seja só tem interesse para os “especialistas em teoria”, o que aqui chamamos de “especialistas de coisa - nenhuma”.

¹¹ Lembrando Marx no Terceiro Manuscrito: “A natureza enquanto natureza, quer dizer, na medida que ainda se distingue do seu sentido secreto, nela oculto, a natureza separada e distintas destas abstrações, é nada, um nada que se comprova como nada, encontra-se desprovida de sentido ou tem apenas o sentido de uma exterioridade, que foi ab-rogado.” Só mais uma lembrança a este respeito: a relação entre dialética e natureza. Nunca tantos equívocos se reuniram num debate tão mal conduzido. Isso foi nos anos 80. O que é natureza? O que é dialética? Qual a relação entre Filosofia e a Ciência? Quem responde o que é natureza, a Filosofia ou a Ciência? A saúde da discussão depende no conteúdo das respostas destas perguntas. Ou então, devêssemos prestar atenção e aguçar nossa curiosidade, diante da seguinte afirmação: “para as ciências da natureza, a dialética é a mais importante *forma de pensamento*”. (BRANCO, 1989, p.35).

objeto ou da geografia física ou da geografia humana. Tudo isso é muito precário. Mas, vamos em frente.

Mas porque um sim e outro não? Porque o espaço tem materialidade e o tempo não? Isto representa uma concepção de mundo de como vemos as coisas. Não esqueçamos, *concepção*, aí mencionada, é coisa do pensamento. Portanto, o que aqui estamos discutindo é a forma do pensamento.

Mas se eu não confundir as coisas, não misturar matéria, tempo e espaço, vou ao encontro do fato de que ele espaço, bem como tempo, são as formas elementares da existência da matéria, vale dizer são do objeto, portanto, têm objetividade. Todavia, a existência define o que são as coisas. É pelo menos a posição de que a existência precede a essência. *E existência é a trama de relações, e esta é estrutura, que é ordem, de uma duração/sucessão dos elementos que coabitam e se relacionam: Espaço/Tempo. E é na estrutura ordenada das relações que a forma se designa e, a partir daí ganha feição a Lógica.* Portanto, para que eu saiba o que as coisas são, devo saber de sua existência, de suas categorias e respectiva articulação. Mas, em pensamento como tudo isso fica? Todos os clássicos problemas epistemológicos neste momento estão de volta, tais como: o que é aparente à percepção, e o quanto do aparente posso saber da realidade. É o movimento do abstrato ao concreto. O momento imediato da apreensão da existência é o de sua apreensão mediata; a disposição de sua ordem de relações com outros elementos; a processualidade que é o movimento da existência e assim por diante. Do fenômeno à sua essência.

Cabe aqui outras perguntas: será que do abstrato ao concreto, do fenômeno à essência a noção de espaço é a mesma? O tempo nunca nos é dado como tempo, ele nós é dado na experiência e na existência como duração, sucessão, permanência, ritmo, etc. São sempre tempos de algo, a saber, do *movimento* da matéria. E, da mesma forma o espaço, ele nos chega na forma de território, região, área, paisagem, etc. É importantíssimo também dizer que, *em pensamento, a existência da coisa se revela como entendimento mediante a Lógica.* Sem esta não podemos entender nada do mundo, posto que o pensamento se revelaria disforme e, portanto, nada refletindo da apreensão do conteúdo da realidade. Isto a partir de Aristóteles e, principalmente, na ciência.

O assim chamado espaço geográfico, que um dia já foi designado de vital, como tê-lo em pensamento? Sua natureza, a “natureza do espaço”, é para o pensamento o que exatamente? O pensamento toma-o para si de que maneira? Os espaços de localização e de relação de Pierre George, os humanizados de Max. Sorre, por exemplo, são todas formulações extremamente interessantes. Todavia, revelam em pensamento somente uma dimensão de entendimento da realidade, aquela que se fundamenta na lógica formal.

Além de ser tomado em sua objetividade como algo produzido, necessitamos vê-lo agora como produzido no plano da subjetividade e, assim, perceber que ele fundamenta uma forma de como concebemos as coisas no mundo.

É neste momento que a lógica encontra o entendimento e requer os procedimentos para a compreensão do mundo. O pensamento entra em ação com suas armas e opera a reflexão do mundo para o sujeito e, com isso, construindo o pensamento. O pensamento se estabelece em juízos sucessivos e coerentes, coerência essa que representa por inteiro as partes e suas propriedades fundantes, nas suas tramas complexas que por inteiro nos remete à totalidade. Da análise à síntese, do todo às partes e, posteriormente, de volta ao todo, no centro disto tudo nasce o pensamento ordenado. Mas o que funda sua ordem? A lógica. Mas como a lógica se explicita? Pela sintaxe interna do pensamento, buscando ser reflexo da cadeia de interações que compõe as relações das coisas em geral no mundo. Entre sujeitos e predicados, entre identidades e diferenças o mundo vai sendo lido. Estas coisas que **aí estão** no mundo, e só por **estarem** são, e o **estar** é **estar aí** posto diante de mim e que não se confunde comigo. Um **aí** e que não é um **aqui**, e por ser diferente remete-me a admitir, pela negação de mim, que está aí, portanto, existe. Aí e aqui: espaço, aquilo que o pensamento tem para si, que é condição indiscernível sua, para que ele, pensamento, se realize. O pensamento é pensamento de algo que não é ele mesmo, uma vez que ele, pensamento, é um “aqui” e está pensando em um aí. Um aqui corpo que não se confunde com o aqui posto, que o aqui o contém, ou seja, o corpo *no* espaço. O espaço é do corpo, mas não se confunde com ele corpo. Depende dele, mas são dois, não um. Um corpo não é sua existência, e sim ele é em

função de sua existência. Um aí ao lado de outro e de outros. O que se localiza, o faz pela relação com outro, portanto, o pensamento pensa distribuição. Assim, o pensamento para se realizar, para ser pensamento de algo, tem que tomar as coisas espacialmente, ou seja, *o pensamento quando pensa, pensa espacialmente*. Seguiria o mesmo caminho acima para falar do tempo.

Milton Santos corrigindo Hägerstrand escreveu que “[...] segundo o geógrafo sueco, a ação é ação em uma paisagem e é a paisagem que dá forma à ação. Mas onde Hägerstrand escreve paisagem, teríamos escrito espaço”¹². E onde Milton escreve espaço teríamos escrito *meio, meio geográfico* como nos sugeriu Albert Demangeon. *E é esta exatamente, a grande questão aqui, ou seja, o que falta é entender que o espaço não possui materialidade*¹³, *o que não significa dizer que ele não possui objetividade*. E, nesta condição de ter objetividade, faz reunir a necessidade de ver sua dimensão subjetiva equivalente, posto que a objetividade não é nada sem a subjetividade e vice-versa. Ou seja, o objeto diante do sujeito se firma em sua objetividade mediante sua existência (dele objeto), o que só é possível pela equivalente existência dele sujeito, que põe o objeto em sua objetividade para a consciência. E é aqui que entram em cena as categorias de espaço, tempo e movimento. Pois, *o que é condição de existência no objeto, no sujeito é condição de entendimento*, uma vez que este último tem para si o que é do outro, pondo a si mesmo como ente existente. E isto o remete (o espaço) a outra posição no debate epistemológico e ontológico. Esta posição é de que, uma coisa são os aspectos sobre a matéria apropriada (e matéria apropriada já não pode ser dita apenas assim, ou seja, deixa de ser pura abstração posta pela idéia, e passa

¹² SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 75.

¹³ O espaço não tem materialidade, isso se refere em realidade enquanto objeto, este é que pode *pertencer* à materialidade (o pensamento também pode ser tomado como objeto e aí ele passa ao mundo da Idéia), do mesmo modo que o espaço *pertence* ao objeto (mas com ele não se confunde), por isso, possui objetividade. Contudo, o espaço também *pertence* ao sujeito (muito mais que ao seu corpo), por isso, possui subjetividade. Os mesmos raciocínios valem para o Tempo. O problema aqui é a questão da *existência*. E para o entendimento da existência exige a necessidade da indissolubilidade entre sujeito e objeto, entre realidade e pensamento desta. Ou seja, como espaço e tempo estão ligados à existência, eis a razão de que devem ser tomados simultaneamente objetividade/subjetividade. Não há existência enquanto existência, que prescindia ou do sujeito, ou do objeto.

a ser designada enquanto conceito, portanto, já é Natureza), que é a contribuição fundamental dos geógrafos (Milton Santos, Ruy Moreira, Pierre George, Max. Sorre e outros), e outro é sobre o espaço, que além de ser “ordem da coexistência”¹⁴ desta “matéria apropriada”, é também (passa a ser) fundamento do pensamento. Uma vez que a ordem é posta na natureza ela é simultaneamente posta no pensamento, por este motivo se constrói a lógica.

E assim, a epistemologia não está em exclusivamente redefinir as dinâmicas do meio geográfico, algo sem dúvida necessário e fundamental (para dizer o mínimo), e sim observar os fundamentos epistemológicos que farão por construir o real em pensamento, ou seja, a compreensão da metamorfose do meio geográfico, a necessidade de entender o movimento da geografia, ou seja, tê-la em pensamento.

A sugestão aqui apresentada, é que há uma estreita relação entre lógica e espaço, ou mais exatamente para cada tipo de lógica encontramos um espaço equivalente. Ou, simplesmente, cada concepção de mundo envolve um tipo de lógica e, conseqüentemente, um tipo espaço e tempo equivalente. Na verdade, o espaço é lógico, porque reflete a lógica que lê o mundo.¹⁵ Então, se nos determos em sobrepor matéria e espaço, como se fossem uma coisa só, como se observa regularmente na ciência geográfica, tendemos com isso a nunca vê-lo como forma e, assim, nunca enfrentaremos sua discussão do ponto de vista do pensamento. Ficamos

¹⁴ Co-existência é o fundamento da “relatividade” e da “distribuição”.

¹⁵ Na verdade, arriscaríamos uma hipótese a ser melhor verificada. Trata-se de uma constatação simples, mas pode nos levar à conclusão da estreita relação entre lógica/ maneiras do pensamento pensar espaço/ tempo: “[...] todo o silogismo, de forma explícita ou implícita, se ancora num fundamento espaço-temporal, posto que a própria linguagem que o anuncia conjuga o verbo a partir de tais noções”. Quando digo “[...] todos os cavalos são brancos, este é animal é um cavalo, portanto sua cor é branca”, observamos o verbo “ser” e o verbo “estar” a partir da preposição “este”, donde se tem a noção de tempo (no caso, o presente) e a noção de espaço (no caso “este” aqui, que está aí, ou ali, enfim...). Talvez a razão fundamental da relação entre o silogismo lógico e a noção do espaço-tempo, seja o fato de, quando a forma remete ao conteúdo, este possui (por ser existente) a espaço-temporalidade. Mesmo quando a lógica escorrega para o puro exercício coerente da forma, ela, a forma, e conseqüentemente, a própria lógica, só se realiza e ganha sentido, quando toma contato com o conteúdo. Isso no plano da lógica formal. Mas isso merece ser melhor analisado à luz da análise dos tratados de lógica e aprofundamento de reflexão futura.

ligados apenas ao conteúdo, e assim mesmo de forma equivocada, posto a confusão entre materialidade e objetividade.

E o entendimento do mundo se estabelece em pensamento mediante a lógica. Causas e conseqüências, identidades, similaridades, diferenças e contradições. São coisas do pensamento, porque são aspectos da realidade, do conteúdo. Mas apreendo o mundo, em sua totalidade, de imediato com todas estas propriedades? Ou seja, quando descrevo posso ordenar logicamente o pensamento da mesma forma quando eu o explico? E quanto ao espaço, temos sempre as mesmas noções entre descrição e explicação? E entre quantidade e qualidade quais são as noções equivalentes de espaço, ou será a mesma noção? E quando apreendo o mundo do ponto vista de suas características universais, particulares e singulares, como fica a noção de espaço diante disto? Entre a lógica que firma a noção tautológica de $A=A$, e aquela que estabelece $A=\text{não-}A$, será que a noção de espaço ainda é a mesma? Enfim, existe alguma ponte entre as categorias de espaço, tempo, relação e movimento com o silogismo lógico?

Por tudo isto, então, perguntamos se realmente temos uma epistemologia que dê conta do geográfico, ou mesmo uma linguagem sistematizada que dê conta do mesmo.

Temos a cartografia e sua tradição temática e sistemática. Lá reside uma noção de espaço, isto com certeza sabemos. Por exemplo, Sorre nos fala do espaço geodésico, como *a primeira* noção a ser tomada para irmos na direção da conclusão do que vem a ser ou constituir o espaço geográfico. É o espaço das localizações e distribuições astronômicas. Trata-se da geometria analítica estabelecida em Descartes, ou seja, do plano cartesiano do par ordenado (x, y) . Neste espaço, os aspectos fundamentalmente quantitativos da realidade são definidos. É o espaço da descrição, das medidas quantitativas dividido em áreas, estabelecido em projeções cônicas ou cilíndricas. Elementos, enfim, da geometria plana, espacial e analítica. Além da cartografia, esta noção de espaço se presta perfeitamente para classificações, como vemos sugerido nos neopositivistas da geografia. Observe-se o que diz David Grigg (1974, p. 41) no seu trabalho “Região, Modelos e Classes”: “O argumento, pois, é que as regiões são classes de áreas e podemos ver, portanto, uma

analogia entre as normas básicas da lógica formal e os métodos usados habitualmente pelos geógrafos na regionalização.”¹⁶.

Ali a lógica formal é explicitamente assumida e o sistema, agrupamento e classificação são propostos na compreensão do espaço. A coerência aí é plena e sólida. Da mesma forma quanto ao que é sugerido para a definição de regiões. Figuras geométricas, como pentágonos e hexágonos são convidados a definir perfis regionais. E aqui é absolutamente transparente a relação entre lógica e espaço. E para quem acha que a forma molda o conteúdo, esta posição garante segurança lógica e atende a caros quesitos do pensamento científico tradicional, como objetividade e universalidade. Todavia, para quem acha que o processo de entendimento da realidade não para aí, e não entende que ciência é sinônimo de conceitos universais e objetivos e que a forma se molda a partir do conteúdo, então a situação revela outros desafios. Ou seja, se a descrição que se candidata a ser elemento do método está no plano fundamentalmente da quantificação e, com isso, apela para uma noção equivalente de espaço, como fica a entrada em cena da qualidade, ou seja, de quando as essências do conteúdo se apresentam? “Algo é o que é, por sua qualidade; e, ao perder sua qualidade, deixa de ser o que é”¹⁷.

Ressalte-se, entretanto, que a sugestão de Sorre não deve ser descartada, ou seja, o espaço geodésico consagra o início de tudo. E início de tudo em geografia significa responder de forma simples, porém, exata, a pergunta “Onde?”. Esta é a ponta do fio da meada que nos levará as complexas tramas da existência que a geografia contém e a ciência geográfica busca desvendar. Ou seja, sem uma corologia inicial, não poderemos falar de geografia. É o *princípio da extensão* sugerido por Derruau.

Posto, que a partir disto, nosso pensamento e percepção já estão configurados numa perspectiva espacial de um dado momento, neste sentido, mediante este início, desdobra-se progressivamente a complexidade epistemológica do pensamento do espaço e do tempo. Estes que são

¹⁶ CHORLEY, R.; HAGGETT, P. (Org.). *Modelos Integrados em geografia*. Rio Janeiro: Edusp, 1974.

¹⁷ HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia das ciências filosóficas: a ciência da lógica*. São Paulo: Loyola, 1995. v. 1, p. 186.

respectivamente, a ordem das co-existências presentes no meio geográfico, num certo *momento* tenso de equilíbrio entre durações descontínuas estabelecidas entre as partes em relação. É de quando as distâncias das co-existências não são medidas mais por dimensões quantitativas, ou seja, estar perto ou longe depende da intensidade qualitativa da relação que é co-determinante das partes envolvidas, portanto, de mútua negação. A trama de relações aí, de co-existência e co-determinação, é a estrutura instável de ordem/desordem (dando origem ao tempo geográfico, na disposição de ritmo/duração/permanência/sucessão) de extensão determinada, que não é outra coisa que as metamorfoses sofridas pelo espaço frente ao movimento da matéria, que neste caso já é natureza. E é, portanto, neste contexto, que a existência se dá, pois as relações aí anunciadas de mútua negação, levam ao movimento do ser e do não-ser. E existência é isso mesmo: ser deixando de ser, sempre.

A qualidade está na essência do ser, ou seja, no concreto e, portanto, a lógica tem que refletir isso. Lógica Concreta. Por esse caminho vamos até a necessidade de elaborarmos o discurso geográfico e suas possíveis linguagens. E caminho aqui, é reconhecer e entender a passagem complementar do espaço e tempo absolutos para a noção de espaço e tempo relativos.

Conclusão: se vale a premissa de que temos que ir do abstrato ao concreto, e de que no concreto revelamos a contradição presente na essência, então, como fica este percurso quando a questão é conhecer a geografia da realidade? Se a geografia é processo, quais as categorias que a constituem? Enfim, como se configura a geografia em pensamento?

Para concluir cabe ainda mais algumas indagações. Este último questionamento representa aquilo que há de mais fundamental dentro de toda esta polêmica estabelecida entre o processo geográfico e sua leitura nos termos de uma respectiva epistemologia. Refere-se ao fato de nos indagarmos qual a importância disto tudo. *O que ganhamos com uma epistemologia que dê conta da geografia e seu processo?* Ou ainda, o que significa, qual a importância de se ter a geografia em pensamento?

Fruto da interação/relação/apropriação objetiva e subjetiva entre sociedade e natureza, a geografia, tanto quanto a história, deve ser assegurada na sua condição transdisciplinar. E isso nos coloca frente à necessidade de

afirmar que qualquer pretensão de responder à pergunta ontológica sobre o ser do homem ou o ser social, necessariamente terá de constituir um conhecimento de natureza geográfica e histórica. Não cabe para este intento saberes disciplinares, corporativa e institucionalmente divididos. Na verdade, o geográfico remete, para sua compreensão e entendimento, a um questionamento da ordem do saber e sua divisão disciplinar. Não se trata de afirmar um saber pretensioso ou um mais modesto, como nos falava Lucien Febvre a propósito do projeto ratzeliano, estabelecido em sua antropogeografia. A necessidade do conjunto de todos os conhecimentos sempre foi a armadilha que muitos geógrafos caíram, quando tentavam enfrentar as várias faces do saber geográfico. Ainda hoje restam reminiscências deste raciocínio. Mais claramente expondo, dir-se-ia que um trabalho verdadeiramente geográfico, nesta perspectiva, é aquele que seria capaz, por exemplo, de tratar de intemperismo químico, renda da terra, movimento de Coriolis, mais luta de classes e mais isso e aquilo. Ou seja, saber enciclopédico. Prontamente manifestam-se as denúncias da impossibilidade de tal empreendimento. O que assusta neste caso, é que o tempo passa, o argumento permanece, a questão não amadurece e o equívoco se sustenta. Sob muitos aspectos, diga-se de passagem, isto é exemplo de quanto o debate epistemológico na ciência geográfica está confuso ou estagnado.

Portanto, para longe deste encalhe, voltemos à questão apontada anteriormente: necessitamos olhar para a *relação* e não para a soma de todos os conhecimentos. O que significa isso? Significa saber como os elementos presentes na relação ao se relacionarem, cumprem papéis de determinação no processo geográfico, uma vez que a geografia é resultado de todos os elementos interagindo na relação. O tempo todo a questão aqui é relação. Relação entre os homens, relação dos homens em sociedade com a natureza e relação entre os lugares. Ou seja, o que aqui está em questão é o Todo e sua natureza, ou seja, a totalidade. Velha preocupação da geografia, hoje um tanto enfraquecida.

Portanto, a questão da totalidade é uma necessidade inescapável. E encarar a questão da totalidade passa pelo menos por três quesitos básicos: a) ter o máximo de cuidado em identificar as partes; b) conhecer e reconhecer que as relações entre as partes são de naturezas distintas, portanto, que cada

relação em sua natureza intrínseca depende das partes envolvidas; c) e na medida do possível, ter, *no mínimo*, noção da dinâmica específica de cada parte.

Mas o principal é observar que em termos geográficos, a questão da totalidade está encerrada na relação entre o princípio geográfico da *escala* e o conceito de *rede*. É aqui também que a relação todo/parte em geografia ganha especial sentido. O *todo* converte-se em *parte* em função da escala a ser considerada, abrindo-se para a rede de relações entre os Lugares. Os lugares, que enquanto particularidades na rede, são uma síntese entre o que há de universal entre os Lugares em relação (identidade) e a singularidade de cada Lugar (diferença/contradição). O Lugar é o todo, mas também é parte numa trama de relações (rede) maior. Tudo depende da escala.

A tarefa não é pequena, mas conhecimento é sempre *momento*, aproximação continua em direção ao real. Isto fica para além da questão se o Todo é soma, síntese ou mais que a reunião das partes. Saber o que uma coisa tem a ver com outra, é tarefa permanente de um espírito curioso, que tem como princípio que as coisas se *fundamentam* a partir de suas relações.

Assim, o enfrentamento do problema da totalidade é uma necessidade sempre e permanentemente presente. Nunca se extingue. Jamais teremos uma postura definitiva, quando muito aproximada e talvez algo satisfatória. O todo na sua estrutura, é composto de elementos heterogêneos, distintos e mesmo francamente contraditórios. O que remete à sua instabilidade e, portanto, ao movimento. Como dito, a apreensão disto em pensamento sempre será um *momento*. “Universalidade, particularidade e individualidade são momentos de um todo ou totalidade. Mas, de um modo mais geral, um momento é uma característica ou um aspecto essencial de um todo concebido como um sistema estático, e uma fase essencial num todo concebido como movimento ou processo dialético”¹⁸

Há outros elementos a serem considerados, como identidade, diferença e contradição, etc., mas fiquemos por aqui.

¹⁸ INWOOD, Michel. *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 310.

E assim reafirmamos uma das, se não a mais importante questão que se impõe ao termos a geografia em pensamento: a Totalidade *concreta*.

Se os movimentos internos das disciplinas, como no caso da história e a questão do cotidiano (a nova história) vão no sentido da recusa ao enfrentamento desta questão, aqui nos dispomos ir no sentido contrário e enfrentar este problema. A herança do pensamento francês, tanto em história quanto em geografia, é resistente a este projeto.

Sendo assim, a Geografia Sistemática pede passagem convidando a retomada do diálogo com a Geografia Regional. Este é um debate a ser retomado uma vez que se coloca de frente ao problema da totalidade, e numa perspectiva genuinamente geográfica. Da mesma forma que permite construir teorias em geografia, ou seja, nos processos de abstração de situações específicas teríamos a possibilidade de constituição de teorias que são o reflexo dos elementos essenciais (concreto) necessários (não-contingentes) que fundamentam o real. A geografia sistemática, conduz a uma sistematização do pensamento geográfico, situação que se dá na construção epistemológica do pensamento. A geografia regional é a síntese entre as determinações geográficas necessárias com as contingentes. Mas o que são determinações geográficas? Exemplos: o clima, a renda da terra, o solo, a ideologia, E a própria geografia revela-se uma sobre-determinação na medida que estes elementos são tomados em sua espaço-temporalidade.

Outro aspecto: o Contemporâneo, ou seja, o presente evanescente (em tensa permanência) do Meio Geográfico, posto numa territorialidade dada. O Meio Geográfico no instante dado e vivido pelo sujeito, pelo indivíduo, pela classe, pela sociedade. A reflexão em geografia exige a pergunta “onde está o Homem?” ou, onde o ser realiza sua existência? O contemporâneo é a história se realizando em geografias, e a geografia determinando a sociedade e, por conseguinte, a história. Sem jogo de palavras: as ações humanas, em sociedade, repercutem na apropriação objetiva e subjetiva do meio geográfico existente e, a partir daí, a sociedade se totaliza¹⁹, reproduzindo-se mediante as condições impostas pelo geográfico já ali estabelecido. E nesta dinâmica operam-se mútuas transformações e revoluções e vemos nisso a história e seu processo.

¹⁹ SARTRE, J. *Crítica da razão dialética*. Buenos Aires: Lozada, 1979.

Pensamento geográfico é geografia em pensamento

Temos de acrescentar: *muito mais que o espaço, é a geografia que garante a reprodução das relações sociais de produção.*

Se um dia “Assim se Passaram Dez Anos”²⁰, agora passaram-se trinta, ou seja, mais vinte, e as coisas talvez não tenham melhorado, muito pelo contrário... pelo menos nos termos da epistemologia. Em que pese algumas, porém muito tímidas, auto-críticas. Na trama lógica das categorias – espaço, território, paisagem, lugar, área, região, habitat – a geografia vai tomando forma no pensamento, a descrição vira explicação e vice-versa, vamos do abstrato ao concreto, da identidade à contradição, passando pela diferença. Portanto, onde está a epistemologia do pensamento geográfico que consagra isso?

Hoje se observa alguns movimentos de revalorização dos “clássicos” do pensamento geográfico. Antes tarde do que nunca. Mas fica a pergunta: o que fazer com eles? Quanto ao debate disto que se converteu numa especialidade vazia, a chamada epistemologia e história do pensamento geográfico, caracteriza-se hoje por discussões que não se classificam como pertencentes às outras especialidades geográficas, tipo geografia urbana, ou agrária, ou política, cultural, etc. Ou seja, temas teóricos são assuntos para os “epistemólogos em geografia”, os especialistas da “área”. Fechado em si mesmo, eis o lugar em que ficou esta discussão da ciência geográfica, e, portanto, solenemente as demais “áreas” seguem suas produções. Resta saber ancoradas em que epistemologia.

Termino com Armando: “Então, eu constato a inexistência de um discurso geográfico teórico geral; e, como decorrência disso, ocorre uma fragmentação do conhecimento”²¹. Eu só acrescentaria: e a fragmentação leva a perda do geográfico. Armando escreveu isso em julho de 1979...

²⁰ Título original do texto, que tinha como complemento “A Renovação da Geografia no Brasil 1978-1988”.

²¹ SILVA, Armando C. *De quem é o Pedago?* São Paulo: Hucitec, 1986. p. 117

Referências

- BRANCO, J. M. de. *Dialética, ciência e natureza*. Lisboa: Caminho, 1989.
- BRUNHES, J. *Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, s.d.
- DERRUAU, M. *Tratado de Geografia Humana*. Barcelona: Vicens-vives, 1964.
- CHORLEY, R.; HAGGETT, P. (Org.). *Modelos integrados em geografia*. Rio Janeiro: Edusp, 1974.
- LEFEBVRE, H.; GUTERMAN, N. *Que es la dialectica*. Buenos Aires: La Pleyade, 1975.
- LEFEBVRE, H. *El materialismo dialético*. Buenos Aires: La Pleyade, 1974.
- _____. *Lógica formal/lógica dialética*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Porto: Escorpião, 1974.
- _____. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MARX, K. *Para a crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. v.1. Coleção Os Pensadores.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- SILVA, A. C. da. *O Espaço Fora do Lugar*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. O espaço como ser: uma auto-avaliação crítica. in: MOREIRA, R. (Org.). *Geografia: Teoria e Crítica*, Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. (Org.). *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986.



Geografia, linguagens e mídia impressa

Ângela Massumi Katuta

Introdução

Do presente texto abordo inicialmente as correlações entre o ensino da geografia e as linguagens no âmbito da construção do conhecimento. Posteriormente, apresento algumas reflexões sobre o uso da mídia impressa no ensino da geografia, elaboradas a partir de nossa tese de doutoramento e do trabalho com professores e estudantes de geografia. O objetivo é contextualizar nossa defesa sobre a necessária inserção da mídia impressa no processo de ensino e aprendizagem de conhecimentos geográficos, sobretudo em uma sociedade como a nossa em que, cada vez mais, as questões culturais têm peso fundamental na (re)produção do espaço para o capital e, conseqüentemente, na contraposição a este movimento. Finalizo o texto demonstrando que o uso do jornal impresso em sala de aula pode auxiliar os alunos no entendimento da produção do espaço em múltiplas escalas, o que significa dizer que a compreensão da lógica da produção dos lugares supõe, na sociedade globalizada, o estabelecimento de correlações entre diversas escalas, dependendo do fenômeno estudado.

Dessa maneira, há que usar no ensino da geografia hodierna nas mais diversas linguagens e instrumentos que auxiliem no estabelecimento de correlações entre as mais variadas escalas e fenômenos. Entendemos que o jornal impresso pode auxiliar neste processo. Contudo, há que preparar os estudantes para o trabalho com esse meio de comunicação que possui especificidades, como toda e qualquer linguagem. Trata-se, portanto, de instaurar uma pedagogia crítica da mídia a fim de que os mesmos possam lidar de maneira menos ingênua com relação a este poderoso meio de comunicação.

O ensino de geografia e as linguagens no processo de construção dos conhecimentos

O cerne do processo de humanização dos seres humanos, diferentemente dos outros animais, em função da complexidade de seu cérebro e, portanto, das ações que executa em suas relações com o meio, via trabalho, está centrado na aprendizagem e nos processos educativos, fundamentais para a sobrevivência humana. Em outras palavras, historicamente os seres humanos somente se constituíram enquanto tais por meio dos inúmeros processos educativos que ocorrem na convivência com seus pares. O que significa dizer que sem os mesmos a natureza humana não pode se realizar.

É importante destacar que, como todo processo educativo é uma relação social e vice-versa, os processos comunicativos são partes constituintes do mesmo. Assim, não há educação sem comunicação, bem como esta última inexistente sem a primeira. É neste contexto que se torna explícito que todo processo educativo é comunicativo, portanto, as linguagens são fundamentais para a viabilização do primeiro. Todo e qualquer processo educativo, seja ele formal ou não formal está centrado na aprendizagem de linguagens e, no caso da escola, em conceitos, quer os educadores estejam cômnicos disso ou não.

Segundo Elias (1994, p. 79), em seu livro intitulado *Teoria simbólica*:

Sem aprender uma língua, isto é, sem aprender a comunicar com outros seres humanos através de símbolos sonoros, uma pessoa não poderia realizar o tipo de pensamento que permite aos seres humanos fazerem face aos tipos de problemas que derivam da co-existência de qualquer indivíduo com outros indivíduos, humanos ou não humanos.

Em outras palavras, a superação dos problemas ou desafios inerentes à sobrevivência humana supõe, dentre outros, a existência de linguagens. Sem as mesmas, a própria vida dos seres humanos, em função de suas características bio-psico-sociais, entraria em colapso. Alguns pesquisadores afirmam que trata-se de um mecanismo evolutivo fundamental no processo de sobrevivência humana.

Para Cavalli-Sforza (2003, p. 226 *et seq.*):

Os seres humanos diferem dos outros animais – mesmo dos primos mais próximos – pela riqueza da cultura e pela importância que a ela atribui. [...] O âmbito cultural é o único que permite que o conhecimento sobre o mundo se acumule ao longo das gerações. Com isso, elimina o limite de uma só existência para o acúmulo de informações. A educação humana ocorre primordialmente por imitação ou pelo ensino direto (oral ou escrito). [...] Há sempre, no mínimo, um emissor, um receptor e a informação que é transmitida de um a outro. A linguagem aumenta enormemente a eficiência do processo e constitui a própria base da cultura humana. Mais do que qualquer outro fator, ela permite que os seres humanos se adaptem e dominem a circunvizinhança num espaço de tempo bastante curto. No decorrer de toda a evolução humana, foi a linguagem que proporcionou aos seres humanos modernos grande parte de sua vantagem sobre as demais espécies e que possibilitou a complexidade do nosso conhecimento atual.

Assim, os conhecimentos são a resultante dos processos comunicativos e são fundamentais no processo de sobrevivência humana. Para Elias (1998), os conhecimentos humanos são mecanismos de orientação das ações humanas que auxiliaram a espécie na sua sobrevivência e dominação de outras espécies.

A partir de seus deslocamentos cotidianos, inicialmente no berço, depois em espaços mais amplos do quarto, passando pela casa, etc, a criança, na medida em que vai fortalecendo sua musculatura e aumentando a sua capacidade de deslocamento também amplia seu horizonte geográfico, ganhando autonomia em suas incursões, aprendendo, por meio da ação no meio em que vive, a se deslocar, a interagir com os objetos e pessoas do e no mundo. Por meio dos deslocamentos que se tornam *pari passu* mais amplos e intensos, também toma consciência da existência de uma série de objetos e processos nos lugares os quais a mesma, aos poucos, vai se apropriando.

Ao adentrar à dimensão simbólica do mundo, no momento em que passa a usar signos e linguagens os mais variados, inicialmente de maneira imitativa e, posteriormente de modo autônomo, a criança passa a atribuir significados aos lugares, aos objetos neles presentes e, assim, às pessoas que os freqüentam, seja por meio de sua própria vivência no mundo, em seu processo de socialização, e também a partir dos produtos culturais aos quais tem acesso (desenho animado, revista em quadrinhos, jornais televisivos e impressos, filmes, fotografias, pinturas, entre outros).

Em nossa sociedade, uma parte significativa da relação Homem X Meio ocorre de maneira direta, uma outra não menos importante se realiza através dos meios de comunicação. O que significa dizer que atualmente, diferentemente de 500 anos atrás, nossas relações com os lugares, os objetos e pessoas presentes nos mesmos se realiza em uma interação dialética entre o imediato e o mediato. Jameson (2004, p. 134) em sua obra intitulada *Espaço e Imagem* defende que a tecnologia e os meios de comunicação são, na sociedade contemporânea, verdadeiros veículos de função epistemológica, ou seja, são componentes fundamentais em nosso processo de conhecimento do mundo, portanto, têm papel relevante em nossas ações.

É no jogo de tensões entre o imediato e o mediato que se constrói todo o conjunto dos conceitos cotidianos que orientam as pessoas em suas relações com o meio. Eis o substrato ou matéria prima para a construção dos conceitos científicos nas instituições escolares, os quais não devem ser desconsiderados. Isso porque corre-se o risco de não dialogarmos com os conceitos cotidianos dos estudantes. E é dessa maneira que inviabilizamos a construção dos conceitos científicos. Para Vygotsky (1991), a formação de conceitos depende de uma série de atividades intelectuais básicas, (associação, atenção, formação de imagens, inferência ou tendência determinante), contudo alerta que estas são insuficientes sem o uso do signo ou da palavra, “[...] meio pelo qual conduzimos nossas operações mentais, controlamos o seu curso e as canalizamos em direção à solução do problema que enfrentamos.” (VYGOTSKY, 1991, p. 50). É no contexto ora esboçado que os produtos culturais, portanto, os da mídia impressa são aqui considerados.

É importante destacar que a percepção e ampliação do horizonte geográfico da criança e dos fenômenos que ocorrem no mundo têm como pressuposto fundamental as linguagens, aqui entendidas como relação social e práxis humana, não como coisa em si ou um produto qualquer. Este entendimento é fundamental para que possamos assumir: a complexidade inerente aos fenômenos ligados à linguagem, a sua não neutralidade, bem como a importância de se considerar os contextos em que os processos comunicativos ocorrem. Em outras palavras:

A aprendizagem somente pode se realizar por meio da linguagem que, a exemplo da religião e da arte, compõe o que denominamos sistemas simbólicos humanos e que, segundo Bourdieu (2000a, p. 7 *et seq.*), constitui-se em estrutura estruturada e estruturante dos pensamentos humanos. Trata-se de uma estrutura estruturada pelo fato de a linguagem ser social e espaço-temporalmente construída; por isso se constitui enquanto meio de comunicação apenas se há dois ou mais falantes ou detentores do mesmo código. A linguagem é também estrutura estruturante por ser uma das condições necessárias para a realização das capacidades cognitivas nos seres humanos, ou seja, sem ela jamais conseguiríamos estruturar pensamentos e produzir coisas, como adequadamente afirmou Wittgenstein (1995, p. 431). Somado a tais fatos, herdamos, por meio da linguagem, todo o conjunto de representações sociais, espaciais e temporais inerentes ao meio social e lingüístico em que nascemos e vivemos. Por isso, a linguagem também é relação social e, por isso, é portadora das tensões inerentes a cada sociedade, sendo um dos instrumentos que viabiliza o processo de violência simbólica [...]. (KATUTA, 2004, p. 95-96).

O que torna a linguagem um fenômeno altamente complexo é que ela, ao mesmo tempo em que é estrutura estruturada e estruturante, é também instrumento de poder, podendo auxiliar na dominação ou libertação das pessoas, dependendo do uso e acesso que a ela é dado, portanto, das relações das pessoas com a mesma. Por isso, além de muitas áreas do saber a tomarem por objeto de estudo, várias delas o fazem de maneira interdisciplinar, dada a complexidade a ela inerente. Tomemos o caso da grande mídia impressa. Podemos afirmar que a mesma realiza um efetivo poder de dominação quando não é percebida como tal pelas pessoas que com ela entram em contato. Para José Arbex Júnior, na apresentação do livro *Padrões de manipulação da grande imprensa* de Perseu Abramo:

[...] a ‘grande mídia’ constitui, hoje, - com todas as suas complexidades, os seus paradoxos e suas contradições -, uma coluna de sustentação do poder. Ela é imprescindível como fonte legitimadora das medidas políticas anunciadas pelos governantes e das ‘estratégias de mercado’ adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. Constrói consensos, educa percepções, produz ‘realidades’ parciais apresentadas como a totalidade do mundo, mente, distorce os fatos, falsifica, mistifica – atua, enfim, como um ‘partido’ que, proclamando-se porta-voz e espelho dos ‘interesses gerais’ da sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários privados. (ARBEX JÚNIOR, 2003, p. 8).

A grande mídia impressa pode ser considerada atualmente um dos sistemas simbólicos mais eficientes no processo de dominação social, realizando um importante poder simbólico junto aos letrados que a ela têm acesso. Segundo Bourdieu (2000, p. 9)

Os 'sistemas simbólicos', como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, 'uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências'.

A despeito de viabilizar os processos de violência simbólica, o acesso às linguagens é necessário, pois é efetivamente o seu domínio por alguns em detrimento de outros que permite que a mesma seja utilizada como instrumento de poder e dominação. Neste contexto, alguns se tornam sujeitos enunciadore de entendimentos da realidade, invariavelmente tomados como verdadeiros e a maioria se transforma em consumidora de determinadas maneiras de interpretar a realidade.

Assim, uma parte significativa das ações e pensamentos humanos somente se realiza por meio da articulação das linguagens as mais diferentes. Por ser expressão das condições materiais de uma sociedade, as linguagens irão variar de acordo com o seu modo de produção e desenvolvimento técnico e, no atual contexto, vão depender em grande parte do que Santos (1997) denominava de meio técnico-científico e informacional. Assim, quanto maior o desenvolvimento técnico de um grupo, maior a quantidade de linguagens que ele cria e precisa dominar.

Sabemos que algumas linguagens são aprendidas desde o nascimento, é o caso da linguagem oral. Outras, necessitam ser aprendidas depois que algumas funções simbólicas e experiências se constituíram. Em nossa sociedade, marcada pela divisão social e territorial do trabalho, existem locais específicos para a aprendizagem de determinadas linguagens. Via de regra estes são denominados de escolas - de informática, de música, de pintura, entre outras. É importante salientar que ainda que se utilize muitas linguagens na escola, não raro, em sociedades como a nossa, a aprendizagem

de algumas linguagens específicas é realizada apenas por sujeitos que podem pagar para ter acesso às mesmas. Eis uma maneira de usar as linguagens como instrumento de dominação.

Dessa maneira, podemos afirmar que é impossível a aprendizagem em geral, sobretudo a escolar, se realizar sem linguagens. Tomando como pressuposto o fato de que o papel da escola na sociedade hodierna é auxiliar na construção dos conceitos científicos, a partir do substrato dos conceitos cotidianos, somado à influência da mídia na construção de nossa visão de mundo, dos consensos em torno dos fenômenos, defendemos aqui a necessária incorporação da produção midiática, sobretudo a impressa, no fazer escolar. Isso porque entendemos que é a partir do diálogo entre a produção da grande mídia e os conhecimentos científicos que os estudantes podem construir maneiras mais autônomas de entendimento de mundo, substrato básico necessário para a realização da cidadania de fato.

Preâmbulos em torno da cultura midiática

Atualmente, em função do desenvolvimento do meio técnico científico e informacional, sem precedentes na história da humanidade, vivemos num mundo em que os entendimentos e saberes sobre os lugares e pessoas que neles vivem está cada vez mais fundado nos discursos midiáticos. Isso significa dizer que, somado aos conhecimentos que construímos diretamente em nossa relação com o meio, uma parte significativa de nossos “saberes” é erigida a partir da relação que temos com os mais variados meios de comunicação. O que supõe um necessário preparo para lidar com os mesmos, caso contrário, corremos o risco de nos tornarmos seus reféns. Segundo Jameson (2004, p. 134):

[...] a tecnologia e os meios de comunicação são os verdadeiros veículos da função epistemológica [...] Esse é o verdadeiro momento da sociedade da imagem, na qual, segundo Paul Willis, os sujeitos humanos, já expostos ao bombardeio de até mil imagens por dia, vivem e consomem cultura de maneiras novas e diferentes.

Assim, os saberes que muitas pessoas possuem sobre, por exemplo, a Groenlândia ou os indígenas brasileiros que vivem isolados na região

amazônica, em grande parte, são mediados-construídos a partir das narrativas dos meios de comunicação, a exemplo de vídeo-documentários e reportagens televisivas que, não por acaso, são tomados como produções que apresentam a realidade tal como ela é, ocultando-se por meio dessa crença, o fato de que inexistente produção humana neutra.

Em uma outra obra, o mesmo autor corrobora a afirmação anteriormente transcrita defendendo que: “[...] tudo são imagens, tudo vem aos nossos olhos com a imediatez das representações culturais, quanto às quais se pode estar bastante seguro de que dificilmente constituiriam a própria realidade histórica”. (JAMESON, 1995, p. 22-23). Verifica-se no próprio argumento do autor a necessidade de construirmos saberes que, necessariamente, nos auxiliem a, por meio dos mesmos e de outros mecanismos e linguagens, desvelar a realidade histórica.

Neste sentido, é importante destacar que as linguagens não operam por substituição ou sobreposição, mas por justaposição. Isso significa dizer que uma linguagem não substitui a outra, mas se justapõe à outra, complementando-a e complexificando nossa visão do objeto que é construído por meio das linguagens e significados que a ele atribuímos. Assim, o objeto de estudo não existe *per se*, trata-se de uma construção do sujeito que, por meio das mais variadas linguagens, realiza sucessivas e infinitas aproximações e entendimentos do mesmo. Assumimos aqui a inescapabilidade da atribuição de significados e dos conhecimentos sobre um dado objeto, portanto, o inacabamento do ser humano no processo de construção dos saberes e, conseqüentemente, também do ensino e aprendizagem.

A título de exemplo podemos afirmar que o uso de um mapa sobre a localização dos conflitos em terras indígenas no Brasil, no contexto do ensino da geografia, não substitui a necessidade de usar depoimentos, indicadores sócio-econômicos, reportagens de jornais impressos e televisivos, entrevistas, letras de canções, poesias e prosa no entendimento da espacialização dos referidos conflitos. Pelo contrário, é o ponto de partida para o trabalho com as narrativas dos jornais impressos e outros meios de comunicação. Essa ampliação do uso de várias linguagens no ensino da geografia, auxilia a densificar o arcabouço do conjunto de representações, narrativas e perspectivas sobre o objeto de estudo, permitindo a

compreensão de que são múltiplos os fenômenos envolvidos em sua espacialização.

Para Kellner (2001, p. 9) “A cultura veiculada pela mídia fornece o material que cria as identidades pelas quais os indivíduos se inserem nas sociedades tecnocapitalistas contemporâneas, produzindo uma nova forma de cultura global.” Essa cultura, via de regra, tende à homogeneização e à construção de identidades que costumam negar as diferenças e a diversidade dos modos de vida. É ela que, segundo o mesmo autor, auxilia a urdir o tecido da vida cotidiana “[...] dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade.” (KELLNER, 2001, p. 9). A despeito disso, não podemos satanizar essa cultura. Como todo produto simbólico pode auxiliar a reproduzir a sociedade atual como também pode ajudar a transformá-la. Para o mesmo autor a “[...] cultura da mídia pode constituir um terrível empecilho para a democratização da sociedade, mas pode também ser uma aliada, propiciando o avanço da causa da liberdade e da democracia.” Tudo depende da maneira como a sociedade com ela se relaciona. Assim como as instituições escolares, estamos partindo do pressuposto de que “[...] sociedade e cultura são terrenos de disputa e de que as produções culturais nascem e produzem efeitos em determinados contextos.” (KELLNER, 2001, p. 13). Por isso, o autor defende a análise da cultura da mídia em sua matriz de produção e recepção, isso porque ajuda a compreender suas produções e seus possíveis efeitos e usos, bem como as tendências em um contexto sociopolítico mais amplo. Em outras palavras, é importante compreender esta cultura tanto no contexto da sua produção quanto no de seu uso, a fim de evitar armadilhas que conduzem a uma leitura mecanicista dessa produção.

É nesta perspectiva que o mesmo autor defende uma pedagogia crítica da mídia cujo objetivo é:

[...] possibilitar que os leitores e os cidadãos entendam a cultura e a sociedade em que vivem, dar-lhes o instrumental de crítica que os ajude a evitar a manipulação da mídia e a produzir sua própria identidade e resistência e inspirar a mídia a produzir outras formas diferentes de transformação cultural e social. A pedagogia crítica da mídia desenvolve conceituações da mídia e da cultura de consumo contemporâneas, ajudam-lhes a desvendar significados e efeitos sobre sua própria cultura e conferem-lhes, assim, poder sobre seu ambiente cultural.

É neste contexto que entendo que é grande o potencial da escola na efetivação da referida pedagogia crítica que, ao meu ver, pode auxiliar na reconstrução-reinvenção da esfera da opinião pública, atualmente solapada, segundo Chauí (2006, p. 10), pela manifestação pública de sentimentos:

[...] fundo silencioso, um fundo não formulado e não refletido, isto é, que se procura fazer vir à tona o não-pensado, que existe sob a forma de sentimentos e emoções, de preferências, gostos, aversões e predileções, como se os fatos e os acontecimentos da vida social e política pudessem vir a se exprimir pelos sentimentos pessoais.

O enfraquecimento da opinião pública expressa a abolição da diferença entre o espaço público e o privado. Para a mesma autora, em seus inícios liberais a opinião pública era compreendida como a

[...] expressão, no espaço público, de uma reflexão individual ou coletiva sobre uma questão controvertida e concernente ao interesse ou direito de uma classe social, de um grupo ou mesmo da maioria. [...] era um juízo emitido em público sobre uma questão relativa à vida política, era uma reflexão feita em público e por isso definia-se como uso público da razão e como direito à liberdade de pensamento e de expressão. (CHAUÍ, 2006, p. 10).

Entre a manifestação pública de sentimentos e a opinião pública verifica-se uma cisão entre, respectivamente, emoção e razão, atualmente imperando a primeira em detrimento da segunda, esta última elemento fundamental na constituição da democracia, portanto, também de espaços mais democráticos.

A mídia impressa no processo de construção dos conhecimentos geográficos ou por uma pedagogia crítica da mídia impressa no ensino de geografia¹

Os conhecimentos geográficos sempre foram importantes para a sobrevivência dos mais diversos grupos humanos. Em um contexto de baixo desenvolvimento do meio técnico, o domínio de saberes sobre as características, recursos e perigos presentes nos lugares, sobre as estações do ano, as espécies vegetais e animais neles presentes, passíveis de serem usadas como víveres, não raro, definiam a vida e a morte dos seres humanos. Segundo Milton Santos (1994, p. 75) produzir é produzir espaços, o que significa dizer que a sobrevivência humana está umbilicalmente vinculada a esta produção. Dessa maneira, inexistente possibilidade de sobrevivência humana sem a produção dos lugares. Quanto maior o desenvolvimento técnico, via de regra, mais intensamente estes últimos são modificados.

É a relação Homem X Meio, mediada pelo trabalho e a técnica, viabilizados pelas linguagens e saberes advindos das ações humanas um dos elementos-chave para o desvelamento das transformações paisagísticas encetadas pelos seres humanos ao longo das distintas espaço-temporalidades. Como já afirmava Santos (1994) é o meio técnico e, atualmente, o meio técnico-científico e informacional os principais responsáveis pelas transformações paisagísticas hodiernas.

A despeito das escolas e concepções de geografia atual e anteriormente existentes, a elaboração de respostas às perguntas “Onde?” e “Por que aí?” sempre foram identificadas como tendo caráter geográfico, pois apresentam a preocupação com a localização dos fenômenos, elemento fundamental no entendimento da geograficidade dos objetos. Contudo, as respostas às questões colocadas vão diferir em cada momento histórico, grupo social e lugar.

Os conhecimentos geográficos, assim como quaisquer outros, são construídos a partir da relação que o Homem estabelece com o Meio, o que depende da maneira como o trabalho é realizado sob a égide de um

¹ Esse item compõe um capítulo de uma obra paradidática intitulada *(Geo)grafando o território: a mídia impressa no ensino de geografia*. O título do capítulo de minha autoria é *Ensino de geografia: conceitos, linguagens e mídia impressa*. É importante salientar que modifiquei ligeiramente alguns trechos, outros permanecem como no original.

determinado modo de produção. Dessa forma, em função das maneiras como realiza seu trabalho, bem como estabelece a partilha dos resultados deste, determinados conhecimentos e práticas sobre os mais diversos lugares e sobre o Outro são gerados, implementados, socializados; outros desaparecem. Paisagens são transformadas mais ou menos intensamente, bem como a relação dos seres humanos entre si e com o ambiente. É importante salientar que a identidade dos grupos humanos está inexoravelmente ligada aos espaços que organiza, por isso, na maioria das vezes, no processo de conhecimento das pessoas, tentamos identificar – ONDE: nasceu, viveu, estudou, trabalhou, realizou suas atividades de lazer, entre outros. Estes dados acabam por nos auxiliar a construir uma espécie de mosaico sobre a nossa própria identidade e, conseqüentemente, a do Outro. Isso significa dizer que o que nos permite construir nossas identidades são as atividades (ações, trabalhos) que realizamos nos mais diversos lugares. Dessa maneira, ser, trabalhar, estar ou freqüentar determinados lugares tem consideráveis implicações em nossa identidade, sem risco de exagero, poderíamos afirmar que são as experiências em diferentes lugares e com as mais diversas pessoas que nos possibilitam dizer quem somos nós.

Assumimos aqui a tese de Lefebvre (1991, p. 90) que afirma:

Todo pensamento é movimento. O pensamento que estanca deixa produtos: obras, textos, resultados ideológicos, verdades. Cessou de pensar. Veremos mais longe, e cada vez melhor, que não apenas todo pensamento verdadeiro é pensamento (conhecimento) de um movimento, de um devir.

A geografia escolar, não raro também acaba estancando o movimento do pensamento. Seja quando valoriza a dimensão do cotidiano sem estabelecer relações com escalas mais amplas, gerais e abstratas, seja quando parte do geral, de abstrações sem fazer o movimento em direção à dimensão do cotidiano, da singularidade. Assim, no processo de construção do conhecimento, o movimento de pensamento, via de regra, parte do cotidiano, do singular e pode se ampliar cada vez mais para escalas que permitam chegar à uma construção genérica e conceitual (plano da generalidade), objetivo e ponto de chegada do atual processo de escolarização. É neste contexto que os conceitos auxiliam na ressignificação do senso comum, – aqui compreendido como um sistema de crenças jamais questionado de

que a realidade existe tal qual é –, e dos preconceitos, – conjunto de idéias preconcebidas, anteriores ao trabalho de conceitualização. (CHAUÍ, 1996-97, p. 117-118). A construção do pensamento conceitual é atividade realizada pelo pensamento, que tem atualmente como *locus* de produção e disseminação a educação formal, realizada nas instituições escolares dos mais diferentes níveis de ensino.

Considerando o exposto, se as aulas se restringem aos conceitos, às abstrações e generalizações, o conhecimento dificilmente se constrói pois será muito pouco provável que o estudante ou o sujeito do conhecimento consiga estabelecer relações, ressignificações e, portanto, reelaborações e uma nova fusão entre os seus saberes e aqueles trabalhados na e pela escola. Por outro lado, se as aulas têm como ponto de partida e chegada apenas a dimensão cotidiana, tampouco ocorrerá a construção de conhecimentos, pois dificilmente o núcleo central do senso comum e dos preconceitos serão ressignificados, visto que esta ação exige, necessariamente, releituras que avancem para além da singularidade dos fenômenos. Por isso, afirmarmos: os conhecimentos geográficos se constroem no infinito movimento que se realiza entre o plano da singularidade, da particularidade e da generalidade em diferentes escalas de análise. (LEFEBVRE, 1991; KATUTA, 2004). Eis a relevância do trabalho com a mídia impressa, não apenas com a grande mídia mas também com as de âmbito regional e local, isso porque em função da área de abrangência de suas notícias podem fornecer subsídios para leituras geográficas em múltiplas escalas.

Assim, partimos do pressuposto de que o conhecimento nas sociedades letradas hodiernas é construído no diálogo entre os saberes cotidianos discentes e aqueles escolares. Isso porque é por meio desta troca profícua e infinita que os últimos realizarão a sua tarefa principal: auxiliar na compreensão da realidade de uma maneira menos sincrética e caótica, características do senso comum da sociedade capitalista, fundamento da construção dos preconceitos e de uma certa leitura da mídia impressa. Cabe salientar aqui que não se trata de romper com o sistema de senso comum, como se este fosse algo desnecessário em nossas vidas, pelo contrário, é necessário ampliá-lo, ressignificá-lo por meio da construção de conceitos. Isso porque uma parte significativa dos saberes, elementos fundamentais em nossos processos de orientação e localização socioespacial, são

construídos a partir das referências do senso comum, este portanto, é nosso substrato ou matéria-prima para a construção conceitual. É considerando este contexto de produção simbólica que propomos o trabalho com a mídia, sobretudo a impressa, nas aulas de geografia.

Ora, se tivermos como pressuposto que devemos partir dos conhecimentos que os discentes possuem sobre os lugares que conhecem, a fim de realizar o ensino e aprendizagem fundado no dialogismo – diálogo entre saberes discentes e escolares –, podemos fazer uso do jornal impresso local enquanto linguagem e fonte de registro da geograficidade dos fenômenos, fundamental na construção de raciocínios geográficos. Contudo é importante alertar para o que já afirmei anteriormente: é preciso ter em mente que os textos da mídia impressa, sobretudo do jornal impresso, não são neutros, pelo contrário, revelam a visão de mundo de seus jornalistas, escritores e do alinhamento político de seus proprietários, isso no caso dos jornais privados. Noam Chomsky em entrevista (1999, p. 60-61) a David Barsamian faz uma interessante observação com relação a esta questão. À pergunta “A propriedade dos meios de comunicação social determina sempre seu conteúdo?”, responde:

Em um sentido mais amplo, sim, porque se o conteúdo ultrapassar os limites impostos pelos proprietários desses meios, eles certamente intervirão. No entanto, a flexibilidade aí é grande. Os investidores não procuram os estúdios de televisão para garantir que os repórteres e as pessoas convidadas a falar estão fazendo o que desejam. Há outros mecanismos, mais sutis e complexos, para que se divulgue o que os proprietários e investidores querem; um longo processo de filtragem garante que só ganhem posições de comando no sistema, como gerentes, editores, etc., as pessoas que internalizaram os valores dos proprietários. Ao atingir aquelas posições, essas pessoas podem dizer que são livres. Assim, ocasionalmente encontramos um tipo de liberal independentemente como Tom Wicker, que afirma: ‘Eu digo o que quero, ninguém me manda dizer o que deseja. O sistema é de liberdade absoluta.’ O que para ele é verdade. Depois de demonstrar a seus chefes ter internalizado seus valores, ele estava inteiramente livre para escrever o que quisesse.

A despeito da influência da propriedade dos meios de comunicação no seu conteúdo, podemos verificar que esta não se dá de maneira direta, existem mediações e contextos específicos que devem ser compreendidos

a fim de que não se construa entendimentos simplistas desta questão. Contudo, no que se refere à grande mídia impressa no Brasil, podemos afirmar que funcionam, como disse José Arbex Júnior, na introdução do livro de Perseu Abramo intitulado *Padrões de manipulação da grande imprensa*, como uma coluna de sustentação do poder.

Antes de prosseguirmos cabe esclarecer que entendemos por geograficidade:

O ponto ôntico-ontológico da tradução do metabolismo homem-meio no metabolismo homem-espaço. [...] A geograficidade é o modo de expressão dessa essência metabólica – a hominização do homem pelo homem através do trabalho – em formas espaciais concretas de existência, algo que difere nos diferentes recortes do território da superfície terrestre. É o ser em sua totalidade geográfica concreta. [...] A geograficidade é, assim, o ser-estar espacial do ente – pode ser o homem, um objeto natural ou o próprio espaço (quando este é posto diante da indagação: o espaço, o que é, qual a sua natureza) – seja qual for o caráter de sua qualidade. No caso do homem, a geograficidade é a forma como a hominização enquanto essência do metabolismo exprime sua existência na forma do espaço. A geograficidade do homem é então a forma como a liberdade da necessidade emerge e se realiza através da forma concreta de existência espacial na sociedade. (MOREIRA, 2004, p. 33-35).

Assim, é por meio do diálogo entre as geograficidades dos fenômenos em diferentes escalas (local, estadual, nacional, regional, planetária, entre outras) que os estudantes podem melhor compreender as determinações dos mesmos, tornando-se, dessa maneira, capazes de influenciar na produção de um espaço mais democrático. Quem não conhece e compreende o local em que vive, nas suas múltiplas determinações, dificilmente conseguirá intervir em sua produção. Contudo, alertamos que os fenômenos possuem geograficidades com distintas abrangências, o que coloca em xeque a proposição pedagógica da abordagem dos espaços a partir dos círculos concêntricos (local – bairro, cidade, município –, estado, país, continente, mundo, necessária e obrigatoriamente em ordem crescente, nesta perspectiva pedagógica). Dessa maneira, é de responsabilidade do educador estabelecer as escalas de análise em que a geograficidade do fenômeno será abordada, o que pode variar conforme os objetivos pedagógicos do mesmo e também de acordo com o próprio fenômeno.

Verifica-se que já há algum tempo está ocorrendo um processo de

densificação dos meios de comunicação, sobretudo em função da constituição do fenômeno ao qual Milton Santos (1997) denominou de meio técnico científico e informacional. As informações de todas as partes do mundo chegam cada vez mais rapidamente a um maior número de pessoas. Assim, poucos são os municípios no Brasil que não possuem jornal impresso, seja ele de tiragem diária, semanal, quinzenal, mensal ou bimestral. Este material, como afirmamos anteriormente, constitui-se em rica fonte de registros (escritos e imagéticos) das geografidades nas mais diferentes escalas, dependendo da abrangência geográfica do jornal impresso.

Muitos devem estar se perguntando: por que trabalhar com o jornal impresso, se atualmente temos as redes de informações digitais? Se atentarmos para o conjunto de pessoas que têm acesso às mesmas veremos que, no caso de nosso país, infelizmente a exclusão digital ainda é grande, o que inviabiliza uma proposta pedagógica inclusiva no curto prazo. Os dados que seguem corroboram nossa afirmação:

Tabela 1 – Uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) em alguns países

País	Domicílios com computador (%)	Domicílios com Internet (%)
Holanda	80	80
Alemanha	77	67
Noruega	75	69
Reino Unido	71	63
Espanha	57	39
França	56	41
Itália	48	40
Portugal	45	35
Brasil	20	14

Fonte: Eurostat, 2006

Com base nos dados apresentados é possível afirmar que, apesar do trabalho com a mídia digital ser relevante, trata-se de um meio de comunicação que não compõe a realidade da maioria das crianças em nosso país cujas dimensões e diversidades são enormes.

É no contexto ora esboçado que defendemos o uso do jornal impresso em sala de aula enquanto linguagem auxiliar no entendimento das geografidades produzidas. É importante destacar que as explicações ou racionalidades sobre os fenômenos, sejam elas de caráter de senso comum, religioso, mítico ou científico se realizam por meio das mais diferentes linguagens. O que significa dizer que, sem as mesmas, o conhecimento não se realiza. Pode-se dizer então que conhecimento e linguagens são fenômenos imbricados, um não existe sem o outro.

Na escola, o que fazemos enquanto educadores é sempre recolocar, ressignificar o real a partir do repertório lingüístico e conceitual de nossa área do saber. No nosso caso, partimos daquela nossa antiga companheira de séculos que demonstra a geografidade dos fenômenos (ser-estar-espacial do ente no mundo), qual seja, a cartografia. Esta é a linguagem que orienta a análise geográfica dos fenômenos, as outras linguagens como as artísticas, nas suas mais variadas formas – poesia, prosa, pintura, teatro, gravura, fotografia, música, escultura, cinema etc –, escrita, matemática, televisiva, jornalística, entre outras, auxiliam a dar corpo, a ampliar os significados que por ventura podemos atribuir à geografidade dos fenômenos. Em síntese, é por meio delas que construímos os conceitos. Assim, ensino de geografia, linguagens e conceitos nutrem relações orgânicas entre si, um não podendo existir sem o outro.

Por apresentar as transformações espaciais nas mais variadas escalas é que, nesta reflexão, estamos destacando o jornal impresso enquanto recurso lingüístico pedagógico a ser utilizado no processo de ensino e aprendizagem de conteúdos geográficos. Contudo, para que isso se realize, faz-se necessário atentar para alguns aspectos que abordaremos rapidamente na presente reflexão. O intuito da mesma não é tornar o jornal um fetiche, resposta para todas as mazelas do ensino da geografia, mas um aliado na formação do estudante pois trata-se de ampliar a sua

visão em relação a este conjunto específico de códigos com os quais tem ou pode vir a ter contato. Trata-se de fazer o que Kellner (2001, p. 20) defende, ou seja, uma pedagogia crítica da mídia, cuja definição transcrevemos no item anterior.

Existem jornais voltados para os mais diversos segmentos sociais que apresentam notícias nas mais distintas escalas, isso vai depender da abrangência desse meio de comunicação. Podemos afirmar que as geograficidades apresentadas em um jornal de circulação nacional, remetem a uma escala nacional e planetária, ao contrário de um outro de circulação local que, via de regra, dependendo da extensão e número de habitantes de um município, pode circunscrever a sua abrangência apenas à rede urbana, quando muito abordando também algumas transformações espaciais que ocorrem na zona rural. Dessa maneira, dependendo da temática e fenômeno a ser trabalhado faz-se necessária a seleção consciente da escala de abrangência do jornal impresso.

É importante também destacarmos o fato de que muitas transformações espaciais, sobretudo àquelas ligadas aos movimentos sociais, não são apresentadas pela grande mídia, isso porque o conjunto da sociedade acaba por interferir de maneira diferenciada na produção e veiculação das notícias. É por isso que a mídia e, conseqüentemente, o jornal impresso pode ser compreendido como um campo desigual de disputas, daí a necessidade de questionarmos o fato de determinadas geograficidades não serem ponto de pauta midiática como outros temas que, constantemente e, não por acaso, sempre estão em evidência nos jornais impressos.

Chauí (2006, p. 12 et seq.) em seu livro intitulado *Simulacro e poder: uma análise da mídia*, traz subsídios que nos auxiliam a compreender esta questão. Afirma que o século XXI iniciou com dez a doze conglomerados midiáticos de alcance mundial, que se constituem em sujeitos sociais enunciadores de entendimentos sobre o mundo, exemplo máximo da homogeneização das compreensões, processo este a que somos submetidos diuturnamente. A autora denuncia também o refluxo do jornalismo investigativo e a predominância daquele opinativo ou assertivo, ou seja, aquele que, em geral, visa ser o formador de opiniões sobre os fatos, em detrimento do refluxo do espaço da opinião pública, característico de uma sociedade democrática. Neste sentido Marx (1980, p. 34) alerta:

“Ninguém luta contra a liberdade; no máximo, luta-se contra a liberdade dos outros. Por isso, todos os tipos de liberdade existiram sempre, às vezes como uma prerrogativa particular, outras como um direito geral.” E, em um outro ponto do mesmo texto defende: “[...] Como todo mundo aprende a ler e a escrever, todo mundo deveria **ter licença** para ler e escrever.” (MARX, 1980, p. 55).

Dessa maneira, convém alertarmos para o fato de que nenhuma produção humana é neutra, como somos essencialmente seres políticos, nossas produções também o são, portanto, podem ser usadas a serviço da dominação ou da transformação social. Os jornais impressos não fogem a esta determinação, constituem-se em campos de tensão e de lutas sociais por velhas e novas territorialidades, afinal são elas que viabilizam determinadas atividades econômicas e modos de produção. Refletindo sobre a produção humana no contexto das sociedades capitalistas, Marx e Engels (1977, p. 72) afirmaram:

As idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e distribuição de idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época.

É em função do exposto que entendo a relevância do diálogo com o jornal impresso, tendo em vista que o mesmo se constitui em material que registra, sob as mais variadas perspectivas, as geografidades em nível local, ponto de partida para a construção do conhecimento geográfico escolar. Não defendo o abandono sumário do livro didático de geografia em favor do uso dos jornais impressos pois, por mais precário que o

primeiro seja, ainda se constitui em fonte dos mais variados tipos de imagens, informações e mapas, elementos fundamentais ao entendimento da geograficidade dos fenômenos.

Assim, defendo a realização de um trabalho pedagógico em que jornais impressos e livros didáticos sejam utilizados como recursos auxiliares no processo de ensino e aprendizagem de conhecimentos geográficos. Não são eles que definem o que e como ensinar, mas o projeto político pedagógico de cada educador. Os referidos materiais apenas podem contribuir para que o diálogo entre as diferentes escalas no estudo das geograficidades dos fenômenos seja mais profícuo.

Referências

- ARBEX, Júnior, José. Apresentação. In: ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação da grande imprensa: um ensaio inédito de Perseu Abramo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BALBONI, Mariana Reis. *Exclusão digital no Brasil e uso de Governo Eletrônico: análise sobre os indicadores da pesquisa sobre o uso das TICs em domicílios no Brasil – 2006*. Disponível em: <http://www.ip.pbh.gov.br/ANO9_N2_PDF/exclusao-digital-brasil.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. *Genes, Povos e Línguas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. Senso comum e transparência. In: LERNER, Júlio (Ed.). *O preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/97. p. 115-132.
- _____. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- CHOMSKY, Noam. *Segredos, Mentiras e a Democracia*. Entrevistas a David Barsamian. Brasília: UNB, 1999.
- ELIAS, Norbert. *Teoria simbólica*. Oeiras: Celta, 1994.
- _____. *Envolvimento e Alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- JAMESON, Fredric. *Marcas do visível*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

Ângela Massumi Katuta

_____. *Espaço e Imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios*. 3.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

KATUTA, Ângela Massumi. *O Estrangeiro no mundo da Geografia*. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: Edusc, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal Lógica Dialética*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARX, Karl. *A liberdade de imprensa*. Porto Alegre: LP&M, 1980.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 71-105.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Pensamento e Linguagem*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.







Questão agrária e ensino de geografia: um debate necessário

Eliane Tomiasi Paulino

Introdução

A redefinição das relações e estratégias de acumulação na era da financeirização da economia repercutiu em arranjos territoriais instituídos pela ordem precedente, modificando-os, aprofundando-os e, por vezes, inovando em formas capazes de assegurar as condições estruturais de controle da propriedade privada, do trabalho e dos bens por ele mobilizados.

Tudo isso traduz-se em geo-grafias, em essência destoantes: de um lado, como signos da homogeneização que se quer implantar, fundada em modos de vida e anseios padronizados e, de outro, evidenciando a distinção oriunda seja pela interdição imposta por limitações materiais à adesão ao padrão civilizacional citado, seja pela recusa em reproduzi-lo como tal.

Sem entrar no mérito da prevalência das respectivas formas e conteúdos, há algo em marcha em nossa época que não admite desdém: a urbanização da sociedade, aqui entendida não apenas como concentração populacional em cidades, mas que inclui também a disseminação de modos de vida que têm, nos centros urbanos, a sua expressão privilegiada.

No entanto, essa manifestação particular do modo de produção hegemônico tem levado a interpretações por vezes simplistas e que, não raro, induzem a uma leitura de mundo circunscrita aos contornos da cidade, como se a produção, distribuição e consumo de bens e mercadorias que ali se dão respondessem na íntegra pelas contradições do estágio atual do capitalismo.

Por essa razão, um debate que transcenda tal delimitação e inclua o campo é por demais necessário, até para privilegiar uma perspectiva diversa

daquela que, ao ser orientada por uma leitura hierarquizante, toma o último como pouco importante na dinâmica socioeconômica mais ampla. Diria Spósito (2006) que a própria demarcação entre rural e urbano é tanto inadequada quanto insuficiente para explicar a lógica do ordenamento territorial atual, em particular no Brasil, onde até mesmo conveniências de cunho arrecadatório acabam por se tornar decisivas em sua delimitação.

Não por acaso, qualquer adensamento populacional servido de infra-estruturas como vias, iluminação e alguns serviços públicos pode ser caracterizado como cidade. Em oposição, o campo seria aquilo que, em contigüidade, nem disso dispõe, o que reforça uma associação denigrante que em nada contribui para entendê-lo não como espaço secundário, mas sim diverso da cidade.

Há, assim, motivos para relativizar noções em que a cidade aparece como expressão da civilidade, do progresso, da liberdade, enquanto que o campo aparece como reduto das carências, do atraso, da rusticidade etc. Romper com valorações dessa ordem é crucial, já que reforçam a compreensão de que o campo é o *locus* da barbárie, equívoco que até mesmo pensadores clássicos como Karl Kautsky (1980) cometeram. Menos enfaticamente e talvez inadvertidamente essa idéia por vezes comparece em abordagens contemporâneas, como em Santos (2000b).

Mais apropriado seria substituir o parâmetro da hierarquia, fundado em dualidades, pelo da correlação, pois cidade e campo compõem uma unidade dialética, forjada no seio das relações próprias desse modo de produção. Concentração e dispersão, formas em suma, não podem prosseguir como variáveis prioritárias a atribuir gradações de importância a ambos, pois o imbricamento recíproco é maior do que se suspeita.

Isso não admite abordagens superficiais, protelatórias, pois no contexto escolar da atualidade grande parte dos educadores e dos educandos vive em cidades, de modo que a compreensão que tem do campo não nasce de uma construção intelectual baseada na associação entre referenciais teóricos e evidências empíricas, colhidas no experimentar cotidiano. Mergulhados na trama do dia-a-dia, vivenciam cidades parcialmente luminosas, para utilizar a expressão de Santos (2004) mas ao mesmo tempo violentas, caóticas, eivadas de contrastes.

Em virtude disso, surge a dificuldade de se posicionar ante referências

tão paradoxais: afinal, ainda estaria na cidade a encarnação do futuro que o ideal da modernidade pregara ou houvera uma inversão que a deixara aos que não podem escolher onde viver? Teria a cidade convertido-se no ponto de fuga, no reduto da barbárie, antes representado pelo campo? Teria este se transformado no lugar do bem viver, da paz e da tranqüilidade, como querem empreendedores de diferentes matizes ou sujeitos que dependem da alienação coletiva para perpetuar formas de dominação?

Parece-nos que tanto visões românticas, idealizadoras, quanto depreciativas, demonizadoras são nocivas, porque estão associadas à compreensão de campo e cidade como partes independentes e até em oposição entre si. É justamente esta dualidade que depõe contra uma leitura capaz de apreender a unidade dialética mencionada e que provém de uma lógica comum: a da acumulação ampliada de capital.

Eleger essa como a questão fundante do debate é o propósito desse texto, que tem a pretensão de tomar a questão agrária como expressão da produção contraditória do território, em face das relações de poder, o que certamente não a circunscreve ao campo.

Desmistificar as relações subjacentes às formas é avançar para os conteúdos, aqui entendidos como o contrário do que comumente fazem os que elegeram as primeiras como escudo para conveniências de tantas ordens. Sobre isso já se posicionara Freire (2008), para o qual o caminho rumo à emancipação supõe uma prática educativa comprometida, capaz de transformar a educação formal, em geral, e o ensino de Geografia, acrescentaríamos nós, em instrumento para o desvendamento dos significados de que o território é prenhe, porque somente isso franqueia uma intervenção transformadora.

Campo, cidade e suas representações

É certo que convém ao *status quo* que continuemos nos perdendo em dualidades, como a que envolve o debate no qual campo e cidade são analisados sem que se vislumbre os elos que os unem, mas a partir das diferenças que os separam. Embora haja um rol de abordagens consistentes e, por essa razão, convincentes, há que se avançar em termos teóricos e

metodológicos, sob pena de perpetuarmos leituras nebulosas da realidade, como diria Marx (1974), ao desvendar mecanismos de alienação.

Superá-las é um imperativo, porém não se trata de tarefa trivial, sobretudo se considerarmos que para os cidadãos, via de regra, o campo somente se torna alvo de atenção quando protagoniza conflitos envolvendo a apropriação da terra, em ocorrências climáticas ou de outras ordens que possam repercutir em problemas palpáveis, como o de abastecimento ou de preço dos alimentos.

Para vislumbrar isso não é necessário muito esforço: é só atentar para a pauta da mídia em tais ocasiões, quando se menciona muito mais o flagelo nas cidades do que no campo. E mais, estes tem sido momentos propícios para o desfile de explicações apoiadas em números e equações imperscrutáveis que, não raro, abrem caminho para aumento de preços. Eis a razão pela qual o foco recai sobre a cidade, pois aí todos tem que adquirir no mercado a comida que consomem: além de a diminuição na oferta logo se traduzir em fração adicional a ser desembolsada pelos trabalhadores, isso se dá numa ordem inversamente proporcional, já que quanto menor a renda, maior a proporção gasta com este item de consumo.

Ademais, esta é uma problemática em ascendência: de acordo com o relatório do Fundo de População das Nações Unidas (OBAID, 2007), no referido ano, pela primeira vez na história o número de pessoas vivendo nas cidades superou o das que estão no campo. Note-se que, diferentemente da dinâmica até então predominante, não se trata mais de um incremento populacional urbano determinado em grande medida pela saída em massa das áreas rurais, já que agora concorre o próprio crescimento vegetativo em seu interior.

Entrementes, ainda que tais dados revelem um certo equilíbrio entre população urbana e rural quando se considera a escala planetária, isso não é válido para os países centrais e mesmo para a América Latina. Segundo o mesmo relatório da ONU, no início deste século, aqui o índice de urbanização já era de 75,2%, o que não deixa de influenciar o distanciamento quando o foco é a problemática agrária.

Nada que justifique a elaboração de uma correlação automática entre sua proeminência e importância, como se a pouca projeção dada à questão agrária fosse diretamente proporcional à densidade dos impasses

econômicos, sociais e políticos daí advindos, pois esta representa uma lacuna que tem influenciado diretamente os níveis de desenvolvimento nesta parte do continente. Posteriormente nos deteremos no caso brasileiro para demonstrá-lo.

Pode-se afirmar, contudo, que tanto as abordagens distorcidas quanto o silêncio não são fortuitos, obras do acaso. Há um constructo social a corroborar com a opacidade da questão, com um distanciamento que extrapola a lonjura, o intervalo métrico existente entre campo e cidade. Antes, remete a pactos de classes que, como se verá mais a frente, encontra suas bases de sustentação no monopólio fundiário e, não menos importante, na manipulação de variáveis capazes de legitimá-lo.

É aí que entra a circulação das idéias, desde as que são produzidas no seio da academia e seu rol de reproduções, como livros e materiais didáticos afins, até aquelas de ampla propagação. Nesse particular, não se poderá desdenhar o papel da mídia, conhecida como o quarto poder pois, ao mostrar ocultando, ou ocultar mostrando, como já antevera Bourdieu (1997), tem se constituído em agente primordial de disseminação de percepções e valores.

Isso tanto mais é verdadeiro quanto mais limitado for o acesso das pessoas a outras fontes de confrontação com a realidade. Como produto da sociedade capitalista e instrumento a serviço de interesses hegemônicos, a mídia ocupa um papel decisivo na conformação social, valendo-se da capacidade de sensibilização, mobilização e desmobilização dos cidadãos, conforme as conveniências de classes com as quais está alinhada.

Embora não se possa generalizar, como se todos que a compõem falassem de um lugar comum, de um modo geral a mídia cria um universo no qual visões da realidade são disseminadas e incorporadas conforme proposições conservadoras, não no sentido moral, mas das estruturas sociais.

Isso tem sido possível graças ao tratamento dispensado às questões prementes e aos fatos corriqueiros, distribuídos em um gradiente de focos que vai da exposição ao limite da saturação de determinados acontecimentos do cotidiano à omissão completa de outros, nem sempre tão triviais. Via de regra, esta “administração” da realidade, do cotidiano, envolve estratégias para o controle dos níveis de envolvimento popular em torno de temáticas

ou problemas emergentes, que tenderão a sê-lo na medida em que os interesses ocultos pelo jogo midiático assim o quiserem.

Trata-se pois dos interstícios da luta de classes, na qual as questões políticas, de fundo, supõem uma forma de construção, apresentação e interpretação, culminando em um jogo discursivo que, antes de ser neutro, busca delinear o viés por meio do qual tais questões devem ser entendidas. Eis a razão pela qual pode-se afirmar que a mídia tem função epistemológica significativa na sociedade, em particular na brasileira, posto que os meios de comunicação, seja na versão impressa, radiofônica ou televisiva, atingem-na em sua grande maioria.

Daí a necessidade de trabalhar mais a fundo com a questão agrária em sala de aula, pois o posicionamento dos estudantes sobre a mesma guarda relação com o diálogo que lhes foi oportunizado; muitos dos que tiveram a grande mídia como principal referência trazem mais pré-conceitos do que propriamente referências consistentes a respeito.

Há que se lembrar que escola ainda é o espaço por excelência de construção do saber, porque para além dos conteúdos padronizados, que também comparecem na pauta midiática, é possível promover a reflexão autônoma mediante a qual eles podem ser convertidos em saberes. Isso não exclui utilizar, no trabalho em sala de aula, jornais e outras mídias. Eis a possibilidade de passar da posição de consumidores para a de cidadãos, como conclamou Santos (2006), ao elucidar os meandros da globalização e suas implicações para os pobres, incluindo-se os da América Latina.

Particularmente nesta porção do planeta, onde 30% da população vive em centros urbanos com mais de um milhão de habitantes, vulnerabilidades e riscos materializados em interdição à alimentação, moradia, segurança, saúde e educação de qualidade abundam. Isso nos convida a percorrer apontamentos de Calabi e Indovina (1973), que nos permitem identificar nesse ordenamento territorial as contradições da dinâmica capitalista que, ante o imperativo da acumulação em escala ampliada, induz à concentração e à própria divisão simplista entre campo e cidade.

Eis o processo dialético a que fazem menção os autores, pois ao mesmo tempo que se “usa” o território nos processos articulados de produção, circulação e reprodução da força-de trabalho, reproduz-se o mesmo. Há, assim, uma relação de valorização advinda da mediação do

trabalho, o único capaz de criar valor, mas que não pertence a quem o realiza, posto que a primeira é tomada como resultado do investimento, leia-se capital.

E que para que não se caia em abstrações ardilosas, convém lembrar que o capital não é dotado de intencionalidades, capaz de intervenções, mas sim os sujeitos que o detém, estes sim ocupados em perpetuar-se enquanto capitalistas, o que exige que acatem os preceitos do modo de produção.

Como esclareceu Martins (1995), o capitalismo nada mais é do que um conjunto de relações sociais de produção próprio deste momento histórico, relações estas que envolvem tanto os capitalistas quanto os trabalhadores. Porém, com diferenciais demarcados pela situação de classe, pois os primeiros, a cada ciclo de criação de valor, dele tomarão parte com mais dividendos, enquanto os últimos o farão sem qualquer cifra adicional, no clássico movimento de conversão da mais-valia em lucro.

É certo que esse circuito nada tem de harmônico, posto que donos dos meios de produção e proprietários da força de trabalho disputam permanentemente as frações da riqueza daí oriundas. Não obstante, tenderão à desvantagem os últimos, visto que a mercadoria que possuem, a força de trabalho, tem oferta em progressiva expansão, o que dá aos primeiros a possibilidade de pagar baixos salários, logo, de ampliar a margem de mais-valia a ser auferida no processo produtivo.

Essa conflitualidade estrutural, que na cidade se manifesta na oposição entre capital e trabalho, no campo não está circunscrita a essas duas variáveis somente, porque além da produção tipicamente capitalista, baseada no assalariamento e na concentração de capitais para empreender a exploração agrícola, ao que Oliveira (2002) denomina de territorialização do capital, desenvolvem-se relações de produção não-tipicamente capitalistas, fundadas no controle dos meios de produção pelos mesmos sujeitos que se valem do próprio trabalho para os colocar em ação na atividade rural.

Essa forma de produzir no campo envolve debates e disputas que vão desde a maneira como se conceitua os sujeitos nela envolvidos até a fração de terra e de recursos públicos que lhes deveria caber no quinhão das políticas agrícolas. Por isso, é alvo de estigmas ou de dissimulações por razões a serem melhor discutidas.

Como vimos, à medida que a alienação derivada da divisão do trabalho levou a um distanciamento do campo, de onde provém os alimentos e demais bens imprescindíveis à humanidade, disseminaram-se tanto visões idealizadas quanto depreciativas, ambas úteis para estratégias de controle territorial. Daí a necessidade de ir além de aparências que até podem simplificar o ofício da docência, mas em nada edificam em termos de cidadania, fim último de uma educação transformadora.

Para fazê-lo, pode-se começar fugindo de generalizações indevidas quando o foco é a questão agrária, já que cada Estado-Nação tem regulado a seu modo a apropriação privada da terra, guardados os jogos de interesse ou pactos hegemônicos estrutural e conjunturalmente em ação.

Por sua vez, isso diz respeito aos camponeses, sujeitos tornados invisíveis por força de interpretações mais dogmáticas do que propriamente teóricas, como diria Martins (1995), a ponto de serem considerados extintos por muitos. Daí o espanto quando se evidencia que o abastecimento do mercado interno é tarefa sua, inclusive no Brasil, apesar de a agricultura empresarial ser projetada diuturnamente como moderna, eficiente e responsável pelos alimentos que chegam à nossa mesa. Eis algumas das facetas da questão agrária dignas de atenção.

Um olhar sobre a heterogeneidade do campo: produção empresarial e produção camponesa

Advertiu Santos (2000a, p. 55) que “nossa grande tarefa [...] é a elaboração de um novo discurso, capaz de desmistificar a competitividade e o consumo e de atenuar, senão, desmanchar, a confusão dos espíritos”. Uma contribuição neste sentido pode vir de abordagens que tomem o campo e a cidade como expressões de territórios inacabados, em permanente construção, e que materializam contradições próprias de nosso tempo. Ignorá-las seria render-se ao que o autor identificava como empobrecimento intelectual, para ele típico das épocas em que se subestima a utopia, força mobilizadora de transformações sociais.

Daí a pertinência em dedicar-se ao estudo da agricultura sob o ângulo das contradições inerentes à agricultura camponesa e à agricultura empresarial,

em que a propriedade da terra obedece a duas lógicas distintas, respectivamente: a da reprodução familiar fundada no trabalho próprio e a da reprodução do capital, fundada no assalariamento.

As formas de apropriação fundiária aí encontradas possuem relação estreita com a (re)produção de espaços da exclusão e da inclusão no campo e na cidade, daí o parâmetro da multiescalaridade como forma de superar a visão dicotômica que ofusca a apreensão dos processos subjacentes a ambos em suas mútuas determinações.

Faz-se necessário, desse modo, estabelecer um contraponto a referenciais teóricos amplamente aceitos, pois algumas das disputas territoriais no campo não dizem respeito tão somente a questões de ordem técnica, da produção em si, sobre as quais recaem os holofotes. Antes, a precedem, porque compreendem a luta pelo acesso e permanência na terra. Muitos dos que as empreendem anseiam por uma inserção diferenciada no mundo, e que resume-se no princípio da autonomia sobre o próprio trabalho, elemento fundante a reger o tempo e o espaço camponês.

Trata-se, portanto, de uma lógica oposta a da agricultura empresarial, em que o tempo do capital impõe o trabalho alienado, o qual não torna seus agentes partícipes dos resultados materializados na riqueza que dele provém.

Não que isso signifique que os camponeses estejam isentos da rapina perpetrada pelos capitalistas, mas sim que seu modo de vida contém uma potencialidade que não se coloca aos trabalhadores proletarizados: enquanto estes somente podem se reproduzir em sua relação indissociável com os primeiros, compradores da única mercadoria que possuem, a força de trabalho, os camponeses são a única classe que pode reproduzir-se independentemente das demais.

É evidente que isso se coloca como potencialidade e se aplica apenas em situações limites, pois se os camponeses não foram capturados no sentido da sujeição real ou capital, ou seja, se ainda conservam o controle sobre os meios de produção, pesa sobre si o ônus da sujeição da renda da terra ao capital, o que significa que não é o seu trabalho direto, mas o fruto dele, que integra o circuito da acumulação capitalista.

Esse processo, denominado por Oliveira (2002) de monopolização

do território pelo capital, envolve os camponeses que conservam o controle sobre os meios de produção e valem-se de seu próprio trabalho para fazê-los produzir. Compreendê-lo é tão importante quanto desvendar os meandros do processo de territorialização do capital, protagonizado pelo agronegócio em sua aliança com o Estado e com o mercado de *commodities*.¹

O processo de monopolização do território impõe aos camponeses o sobretrabalho em escalas que variam conforme o produto, a conjuntura e a capacidade de resistir à pilhagem, pois parte dos agentes do setor industrial, comercial e financeiro tomarão para si parte da riqueza contida nos alimentos e demais bens colocados no mercado pelos primeiros, por meio da manipulação dos preços nos circuitos intermediários entre os produtores e os consumidores finais.

Entretanto, o fato de conservarem o controle sobre os meios de produção, sobre os quais recai um cálculo que não é o da remuneração baseada em taxas médias de lucro, a exemplo da lógica inerente à agricultura empresarial, mas o custo da reprodução familiar, lhes dá uma respeitável margem de manobra no sentido de ampliar ou reduzir cada uma ou o conjunto de suas atividades conforme conjunturas favoráveis ou adversas.

De acordo com Shanin (2008, p. 26-27), essa flexibilidade se traduz em uma eficiência singular, da qual não podem partilhar nem a economia de mercado e tampouco a economia estatal, razão pela qual lembrou este autor sobre as lições a serem aprendidas com os camponeses.

O sentido da eficiência aqui evocada destoa daquele do domínio comum, que remete à capacidade de manter-se competitivo em mercados cada vez mais seletivos; meta que aliás tornou-se a solução mágica para desigualdades e exclusões de todas as ordens e estão implícitas às próprias políticas públicas supostamente voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Enfim, a eficiência de que tratamos contempla outras dimensões que a do circuito monetário-mercantil. Sem excluí-lo, compreende também

¹ Envolve todos os alimentos e demais matérias-primas em estado bruto, incluindo-se bens oriundos do extrativismo mineral ou vegetal, cujos preços e aquisições são definidos internacionalmente, em mercados de ascendência planetária, a exemplo da Bolsa de Chicago, EUA.

as relações interpessoais no interior das comunidades camponesas, onde o código da reciprocidade, o sentido da ajuda mútua, o princípio da parcimônia para com os bens e recursos amealhados formam o edifício da eficiência que lhes permite fazer frente a situações concretamente desfavoráveis à sua reprodução em condições mínimas de bem-estar.

É isso que contraria a tese de que o campesinato seria incapaz de constituir-se em classe para si, no sentido de ser portador de um projeto societário promotor da dignidade e de desenvolvimento das potencialidades humanas. Eis a razão pela qual também é partícipe do campo político, resguardada sua lógica peculiar de classe.

Não o fosse, como explicar os grandes movimentos revolucionários registrados pela história que os tiveram como protagonistas? Ainda que se concorde com Wolf (1984), para o qual estes movimentos coincidem com situações em que a sobrevivência camponesa está severamente ameaçada, há outras respostas invisíveis do campesinato. Mas nem por isso menos políticas.

É o que ocorre em situações de insubordinação silenciosa ao mercado, manifestada na recusa desses em manterem a atividade comercial com que se ocupam quando os preços pagos por sua produção são aviltantes. Evidente que isso supõe um critério de valor variável entre os camponeses, mas o que temos visto em pesquisas de campo é uma sucessão de depoimentos que resumem nas palavras “ficar quieto”, as estratégias de enfrentamento e que, descuidadamente, podem ser tomadas como um indicativo de resignação imobilizadora.

Ao ficarem “quietos”, ou seja, ao desativarem a produção comercial até a substituição por outra que pareça mais satisfatória do ponto de vista da renda, e que também seja passível de implantação com base nas condições materiais de que dispõem, seja terra, seja maquinários e instalações, muitos acabam produzindo o mínimo vital, critério igualmente variável de acordo com as demandas familiares e o próprio grau de bem-estar alcançado.

Não obstante, isso visa assegurar a manutenção do controle sobre os meios de produção, ameaçada pelo descompasso entre os custos da atividade e a renda auferida, mas capaz de permitir um recomeço, nem sempre fácil, com a implantação de novas combinações produtivas.

Existe aí um enfrentamento com efeitos dignos de nota: como

uma parte importante do que cultivam não desperta o interesse da produção tipicamente capitalista, justamente por causa da renda insuficiente para tais padrões, a retirada do mercado pode significar alteração na oferta. Com isso, surge a necessidade de os intermediários capitalistas encontrarem outros produtores que preencham a lacuna, o que igualmente os coloca em posição desconfortável. Eis a razão pela qual somente é possível compreender a relação campo-cidade, em geral, e a agricultura, em particular, valendo-se do princípio da contradição.

Até porque, mesmo a despeito de situações de crise recorrentes, no Brasil a produção camponesa supera, de longe, a empresarial, fato identificado por Oliveira (2003) a partir da análise de dados do Censo Agropecuário, e que de acordo com o último levantamento censitário por ele analisado, chegava a 57% do valor da produção agropecuária nacional.

Esse desempenho indica, portanto, que dar as costas para o mercado é também uma ação limite e, quando exercida, não pode se estender indefinidamente, sob pena de fragilização ao nível da expropriação². Por essa razão, os camponeses administram isto da melhor forma que podem. É certo também que o abandono de algumas atividades por alguns representa oportunidade para outros, o que alimenta uma alternância de ciclos expressa em arranjos territoriais locais e uma corrida sem fim por alternativas aparentemente promissoras.

Mas isto também supõe situações conjunturais mais amplas, e no momento poder-se-ia afirmar que elas são desafiadoras, tendo em vista a recente elevação do preço das *commodities*, contrariando as médias históricas.

Sabendo-se que os camponeses são produtores por excelência de alimentos, cujos preços foram majorados depois de longo período em queda, numa vinculação simplista poder-se-ia concluir que é chegada a hora da colheita, não em produtos palpáveis, mas em termos de renda, pois esta tem sido historicamente parca para esta classe.

Entretanto, a problemática é mais complexa, e a propalada crise mundial de alimentos é um indicativo disso, embora haja consenso de que essa situação não está circunscrita à esfera da produção. Basicamente, alguns fatores levaram a uma diminuição dos estoques mundiais de alimentos,

² Perda do controle sobre a terra e instrumentos de trabalho, resultando em sua proletarianização.

resultando em aumento dos preços, já que existe uma relação indissociável entre oferta e demanda.

Por mais paradoxal que possa parecer, o principal fator a modificar o curso histórico do mercado mundial de alimentos não tem relação direta com a produção/consumo, mas sim com a financeirização da economia globalizada. Em outras palavras, vivemos a era do “cassino global”, que se alimenta da circulação de ações comercializadas em bolsas de valores de várias praças financeiras do planeta.

Ocorre que a compra e a venda de tais ações são balizadas pelo valor real, referente ao patrimônio das empresas e à margem de lucro auferida cotidianamente em suas operações. Mas nem sempre a situação contábil condiz com os rendimentos efetivamente amealháveis, fato comprovado tanto pelas fraudes recentes envolvendo manipulações nos balanços de grandes empresas, como forma de forjar preços para suas ações nas bolsas de valores, quanto a própria queda dessas em virtude da revelação de que papéis pouco podem significar em tempos de crise.

A instabilidade que tomou conta do mercado, e que do dia para a noite corroeu fortunas e implodiu o caixa até mesmo de bancos e empresas aparentemente sólidas, está diretamente relacionada ao surgimento de indicações de que algumas ações não tem a prometida conversibilidade monetária, pela incapacidade de pagamento de quem as emite.

Tudo isso em um contexto que Francisco de Oliveira (2004) denomina de fim e pressuposto da economia capitalista, que é a apropriação da maior quantidade possível de dólar, a moeda imperial que é referência de valor para quaisquer transações internacionais na contemporaneidade.

Ocorre que seu país de origem não está imune aos processos especulativos fundadores de uma riqueza mais virtual do que real, e a crise do mercado imobiliário estadunidense, seguida pela queda das bolsas, o confirma. A desaceleração seqüencial da economia deve-se ao diagnóstico tardio de uma insolvência de respeitáveis proporções, pois uma parte dos papéis em circulação supõe um valor inexistente.

Esta é rigorosamente uma crise de lastro, o que aliás explica as intervenções do governo de vários países na economia, com socorro público a empresas e bancos, numa tentativa de diminuir os temores dos investidores e, assim, frear uma crise em cadeia.

Questão agrária e ensino de geografia: um debate necessário

Isso mexeu com o mercado de *commodities*, que já vinha se apresentando como alternativa para a diversificação dos investimentos, havendo troca de ações de conversibilidade incerta por aquelas portadoras de valor real. Aumento da procura só poderia culminar em aumento dos preços, contexto que emerge alheio ao mecanismo das trocas regido pela capacidade de compra e consumo efetivo de alimentos. Enfim, mais uma demonstração de que a distância que separa as práticas especulativas do caos social é muito pequena.

Quanto às demais variáveis, pode-se identificar uma relação direta com o circuito produção-consumo, a começar pelo aumento do último, quando se considera a escala mundial. Decorrencia de duas situações combinadas, crescimento populacional e ingresso de milhões de pessoas no mercado de alimentos.

Isso ocorreu em virtude de dois fatores: o primeiro diz respeito ao processo de descamponização, em curso especialmente na Ásia³, e que têm dois desdobramentos simultâneos: de produtores, repentinamente os indivíduos convertem-se em consumidores; ou seja, cresceu o consumo em tempo de oferta menor.

O segundo decorre da adoção de políticas públicas de renda mínima voltadas à segurança alimentar em alguns países, associada ao último ciclo de expansão da economia mundial, que promoveu um aumento da massa salarial, mesmo que em progressão aquém da aritmética. Todavia, isso fez com que mais trabalhadores diversificassem a sua dieta, ou pelo menos que comprassem comida em alguma quantidade.

Neste cenário, as taxas de crescimento da produção não foram equivalentes às da expansão do consumo, e aí há duas variáveis importantes: uma delas diz respeito à quebra localizada de safras, fato que isoladamente nada significa, já que a agricultura é uma atividade de riscos, e as perdas de lavouras são tanto frequentes quanto previsíveis.

A outra refere-se à transferência de áreas produtoras de cereais, entre outras, em favor do negócio agroenergético. Embora muitos setores e até países afirmem que a produção de biocombustíveis não interfere na

³ Estima-se que nos últimos 20 anos somente na China 400 milhões de pessoas deixaram o campo.

produção de alimentos, e a diplomacia brasileira é o melhor exemplo dessa estratégia discursiva, os fatos o desmentem.

No Brasil, ainda que não se possa negar que a cana-de-açúcar, carro chefe da produção mundial de agrocombustíveis, também se expanda incorporando pastagens degradadas, isso não muda os termos da equação, pois ela igualmente avança sobre redutos da policultura, constituindo vastas áreas monocultoras.

Ademais, partilha das mesmas lógicas que descredenciam o latifúndio: desrespeito à legislação ambiental e utilização de formas degradantes de trabalho, em flagrante descumprimento da função social da propriedade. Dito de outro modo, agronegócio energético e latifúndio pecuarizado possuem mais semelhanças do que diferenças, e as cidades encravadas em seus domínios falam por si: vida econômica incipiente, marginalização social, carências avultantes, numa clara demonstração de que antes de contribuir para o desenvolvimento local, instituem arranjos territoriais excludentes.

Nada que seja novidade, embora as abordagens recentes sobre a problemática dos alimentos o possa indicar. Na verdade, trata-se da eclosão de um problema que começou a tomar novos contornos com a disseminação do pacote tecnológico vinculado à Revolução Verde, e que no Brasil emergiu na década de 1960.

Enquanto as limitações técnicas não permitiram que a grande propriedade pudesse prescindir do trabalho vivo, a produção de alimentos, mesmo como atividade secundária, seguiu seu curso, até porque o negócio agrícola dependia de uma modalidade de força de trabalho cuja recriação pressupunha a produção dos próprios gêneros de vida, com eventuais pagamentos por tarefas, como o foi o colonato. E isso sob a égide do trabalho livre, durante o período em que a relação contratual dominante no campo não era o assalariamento, mas a parceria em suas diferentes formas, como tão bem elucidou Martins (1979).

Enfim, no contexto em que a energia humana era a base da agricultura, a única maneira de o latifúndio assegurar a produção dos bens requeridos pelo mercado, via de regra externo, era franquear ao campesinato o acesso à terra, por eles explorada em um sistema policultor, articulado às diversas modalidades de trabalho acessório na grande propriedade. Mas

diferentemente da situação atual, dado que a maioria da população vivia no campo, havendo um mercado de alimentos de pequenas proporções.

Com o advento da mecanização e da quimificação, pela primeira vez a escala de produção deixou de depender de braços em quantidade, e a maior parte dos camponeses vivendo de forma satelizada à grande produção tornou-se desnecessária, tendo sido rigorosamente expulsa do campo. No Brasil, durante as décadas de 1970 e 1980, calcula-se que cerca de 30 milhões de pessoas viveram o processo de desterritorialização, tendo que deixar o lugar onde viviam. Processo que, muitas vezes, tem sido erroneamente classificado como de expropriação, o que dissimula o monopólio fundiário pretérito, já que a maior parte dos que partiram tinha a posse precária e não a propriedade jurídica da terra.

Essa inversão demográfica entre campo e cidade suscitou um mercado de alimentos cada vez maior, mercado este que somente constituiu-se em objeto de interesse dos agronegociantes em situações muito particulares de rentabilidade, necessariamente convidativa aos critérios capitalistas. De resto, a produção de alimentos para o consumo interno se manteve como atribuição do campesinato, e todos os dados relativos à distribuição da produção entre os estratos de área o tem confirmado.

Ocorre que a prevalência do agronegócio sobre a policultura, projetada pela oligarquia e ratificada pelas políticas públicas, possui um efeito desagregador para a última, seja pela valorização das terras e conseqüente interdição à expansão da propriedade camponesa, seja pela assimetria dos rendimentos, o que vulnerabiliza o campesinato e o próprio setor produtivo com que se ocupam.

Cumprе salientar que não há aqui um desajuste conjuntural, capaz de ser superado com intervenções políticas pontuais, mas sim um projeto nacional, fundado na concentração deliberada de bens patrimoniais e poder, e que tem no monopólio fundiário a sua pedra angular.

Esta arquitetura passou por reformas, porém jamais veio abaixo, pois a oligarquia agrária participa do pacto hegemônico desde o período colonial. Se pudéssemos falar em atos, feito uma peça, o primeiro deles remete ao período escravagista, no qual o critério de concessão de uso da terra supunha a completa exclusão dos pobres, sendo acessível apenas aos fidalgos e diletos da coroa. Seus detentores souberam se valer dessa

posição para impedir a consolidação de uma economia livre de base camponesa, paralela à da escravidão.

Como elucidou Martins (1979), o fato de as bases da acumulação estarem assentadas no tráfico de escravos tornava essa interdição à terra um imperativo, sob pena de a economia escravocrata sucumbir ante a possível concorrência com uma produção de baixo custo, isenta do tributo representado pela compra de escravos e de frações de renda de que eram depositários os empreendedores do negócio agroexportador.

Durante o período imperial, tratou a oligarquia de sedimentar o que classificamos aqui de segundo ato: a Lei de Terras, de 1850. Com ela, foi possível garantir força de trabalho abundante e barata para as lavouras, a despeito da abolição iminente, pois tanto os imigrantes quanto os escravos libertos não teriam como acessá-la, senão por meio da compra. É aí que se instaura a propriedade privada da terra no país, juntamente com mecanismos institucionais que continuaram a assegurar a perpetuação do controle sobre o patrimônio fundiário. Martins (1979, p. 32) resumiu, de forma lapidar, a estratégia política da oligarquia daquele momento: “Num regime de terras livres, o trabalhador tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa.”

O terceiro ato manifesta-se já na república, com a passagem da economia agroexportadora para a economia urbano-industrial e que adquire densidade na década de 1930, com a chegada ao poder do primeiro governante não oriundo do seio da oligarquia agrária, por isso mais alinhado aos interesses da burguesia em constituição: Getúlio Vargas.

Trata-se de um momento de particular demarcação de papéis na sociedade que em tese se modernizava, conforme as noções de progresso e atraso respectivamente vinculadas à cidade e ao campo já expostas anteriormente. Neste, foi explicitado um posicionamento no jogo das forças hegemônicas completamente diverso do verificado nos países que protagonizaram a revolução burguesa, a qual emergiu justamente do confronto vitorioso da burguesia com os proprietários fundiários ainda nos primórdios da Revolução Industrial.

Isso explica a razão pela qual nos dois últimos séculos adotou-se como política de Estado o controle sobre o patrimônio fundiário, via

Questão agrária e ensino de geografia: um debate necessário

desconcentração da terra, seja por meio de reformas agrárias, seja por meio de mecanismos tributários e ou institucionais que inviabilizaram a permanência do latifúndio nestes países.

Renda da terra e lucro: distinções a partir da perspectivas de classes

Nos países centrais, o enfraquecimento do bloco agrário, expresso na inviabilização do latifúndio, ocorreu concomitantemente ao fortalecimento de negociantes que, paulatinamente, foram alçando à condição de proprietários dos meios de produção no interior da ordem urbano-industrial. E aí interesses inconciliáveis emergiram, pois enquanto os primeiros seguiram vislumbrando um Estado no abrigo do qual as práticas monopolistas poderiam fluir livremente, e as tradicionais leis de interdição à importação de cereais é o melhor exemplo, os burgueses em ascendência não estavam dispostos a tolerá-las, pelo fato de estas afetarem diretamente a relação capital-trabalho.

Dito de outro modo, ao mesmo tempo em que os proprietários fundiários empenhavam-se em impedir a importação de cereais, como forma de assegurar ganhos elevados na atividade agrícola, os burgueses almejavam exatamente o oposto, vislumbrando na abertura de mercado aos produtos provenientes do além-mar a oportunidade de ampliação da margem de lucros, já que o rebaixamento no preço dos alimentos significava redução na pressão por aumento de salários, parametrizados pelo custo de reprodução da força de trabalho.

Eis um indicativo do posicionamento distinto na estrutura de classes. Embora igualmente partícipes do seletivo bloco de proprietários dos meios de produção, que lhes franqueia a apropriação de toda a riqueza produzida pelo trabalho, a condição peculiar da terra em relação ao capital os fez divergir.

Como esclareceu Martins (1995), a terra é um bem natural, não pressupõe trabalho em sua constituição, razão pela qual é um equivalente de capital, apesar de facultar a extração direta da mais valia, desde que submetida às regras da exploração capitalista, na qual a propriedade/gestão está separada do trabalho.

Por sua vez, todo capital, seja ele expresso em máquinas, instalações e transações afins, é produto do trabalho humano: todos aqueles que o mantiverem sob seu controle são considerados proprietários legítimos; daí o princípio sagrado da propriedade privada e que legitima a exploração de todos aqueles que não a possuem, e a ela submetem-se como fornecedores da força vital que a fará produzir.

Esse é o circuito da produção de riquezas, que contrariamente ao que aparece, não nasce nem da terra e nem do capital, mas sim do trabalho. Aí também está a origem da alienação, pois as engrenagens da produção capitalista, ao mesmo tempo que retiram do trabalhador aquilo que provém na íntegra de seu suor, leva-os a não identificarem sua cota de participação efetiva na composição das mercadorias em circulação.

Isso somente é possível graças à divisão do trabalho. São tantas as etapas para a constituição de qualquer uma delas, envolvendo desde a extração da matéria-prima até a sua disponibilização para o consumidor final, que ninguém consegue, individualmente, reconhecer-se como seu genuíno produtor.

Eis o sentido da sujeição real do trabalho, pois cabe aos proprietários dos diferentes circuitos por que passam tais mercadorias reivindicá-las como suas. Ao fazê-lo, ficam com uma parte do valor nelas contido, pois uma parte retorna aos seus legítimos criadores, os trabalhadores, sob a forma de salário. Essa parte que deixou de ser restituída é o lucro, que nada mais é do que o trabalho não pago.

Por isso, a terra somente proporcionará lucro quando estiver inserida no circuito produtivo, via trabalho assalariado. O lucro será, portanto, a parte da riqueza que estes trabalhadores geraram e que não lhes foi devolvida pelos proprietários que os contrataram.

Entretanto, há uma outra modalidade de riqueza apropriada indistintamente por todos os proprietários fundiários, estejam eles produzindo ou não. Trata-se da renda da terra, o tributo que todos os seres humanos inseridos na ordem mercantil, sem exceção, lhes pagam. Não raro, o fazem sem se aperceber, pois rigorosamente tudo emana direta ou indiretamente da terra, o substrato material da vida.

Como a terra não é reprodutível, quanto maior for a demanda por alimento, moradia e demais necessidades próprias da dinâmica social,

maior será a sua valorização. Valorização essa que se converte em renda, pois dela vai depender a disposição dos proprietários em atender as exigências sociais crescentes, via ampliação dos cultivos, transferência de frações de terras ociosas para quem queira fazê-las produzir etc.

É por isso que a renda é um tributo social. A propriedade privada da terra supõe o açambarcamento de uma fração da riqueza que, na origem, fluiria para os capitalistas que a extraíram dos trabalhadores, via controle dos meios de produção.

Essa intrusão decorre do simples fato de os donos de terra integrarem uma cadeia na qual alguns, em dada ocasião pretérita, tomaram para si, livre e graciosamente, frações de solo. Mesmo que os proprietários atuais as tenham adquirido por meio da compra, ainda assim obterão retorno monetário superior ao desembolsado, pois o processo de valorização é progressivo, ao menos enquanto durar a expansão do consumo de bens e mercadorias.

Essa relação explica a intervenção fundiária promovida por agentes do Estado em diversas porções do planeta. Ao dividir-se a terra, ampliando-se o número dos que a detém, diminui-se o poder destes em definir os parâmetros de retorno econômico considerados aceitáveis para promover o seu uso produtivo, seja no campo, seja na cidade. Em consequência disso, chegou-se a quase nulidade da terra ociosa na Europa, obtendo-se maior oferta de terrenos para moradia, para implantação de atividades empresariais, para produção de alimentos e assim por diante.

Isso convêm por demais aos capitalistas, pois a redução do custo de reprodução da força de trabalho foi decisiva para a constituição do denominado mercado interno, leia-se demanda estável e expressiva para os bens de consumo duráveis. Eis as condições estruturais que explicam a prevalência do lucro em detrimento da renda.

Todavia, esta não foi a regra para todos os países e o Brasil é o melhor exemplo, no qual chama a atenção a implantação tardia da industrialização, decorrência do próprio modelo preterido de acumulação fundado no monopólio fundiário. É isso que autoriza considerar a década de 1930 como um momento denso, conforme as concepções de Braudel (2007).

É nesse momento que, de acordo com Martins (1995), estabelece-se um pacto de classes no qual a ascensão da economia urbano-industrial não será perpassada pelo rompimento entre bloco agrário e burguesia. E isso não se deve a inexistência das diferenças inconciliáveis entre capital e terra anteriormente explicitadas.

Antes, decorre da constituição de papéis no pacto de acumulação em curso. Contrariamente ao ocorrido nos países da linha de frente do capitalismo, não houve aqui embate de classe digno de nota entre oligarquia e burguesia, pelo simples fato de a segunda ter emergido do próprio seio do latifúndio.

Dito de outro modo, no modelo clássico a burguesia instituiu-se como força contra-hegemônica às estruturas de poder remanescentes da ordem feudal, ao passo que no Brasil, constituído sob a égide do capitalismo comercial, parte relevante da riqueza sob controle dos agraristas envolvidos com a economia agroexportadora foi direcionada para as atividades urbano-industriais, a princípio justamente como estratégia para aumentar os ganhos na atividade agrícola. Com isso, alguns personificaram duas situações de classe: proprietários fundiários e, ao mesmo tempo, empreendedores urbano-industriais, burgueses enfim.

É por isso que a consolidação da economia urbano-industrial prescindiu de intervenções profundas na estrutura da propriedade, a despeito do caráter inconciliável entre renda e lucro. Mas isso teve um preço, que a sociedade brasileira conhece tão bem: o da desigualdade talvez mais pronunciada do planeta.

Aqui a industrialização não foi portadora de um processo de constituição de amplo mercado interno, a exemplo dos países centrais. Ao contrário, avançou excluindo, porque fundada na produção dependente de tecnologia, capitais e mesmo consumidores externos para bens sofisticados, considerando o padrão de renda nacional.

Paralelamente, houve a expansão de um setor industrial secundário, com tecnologia incipiente, ocupado com a produção de bens não duráveis e de baixo valor agregado, capaz de mobilizar um amplo mercado alimentado por baixo poder de compra individual, mecanismo tão bem descrito por Furtado (1984).

É por isso que a discussão sobre as distorções do mercado interno, indicador importante do acesso a bens e serviços essenciais, nasceu atrelada à luta pela reforma agrária. A mobilização daí advinda despertou inquietações no pacto de classes anteriormente descrito ainda em meados do século XX, a ponto de seus signatários serem compelidos a reforçar o bloco hegemônico, valendo-se da cooptação de setores capitalistas sem qualquer vinculação com a propriedade fundiária.

Eis as circunstâncias do Golpe Militar de 1964. Com ele, a questão agrária passou a adquirir novos contornos, pois a intervenção dos militares obedeceu a um princípio claro: o da concentração empresarial na atividade agrícola, por meio da liquidação do patrimônio devoluto em favor de grandes capitalistas do setor financeiro e industrial, nacionais ou estrangeiros, via incentivos fiscais, em troca da promessa de estes iniciarem empreendimentos agropecuários. Como mostrou Oliveira (1988), o resultado não foi muito além das promessas, embora os recursos e as terras por eles açambarcadas jamais tenham retornado ao patrimônio público ou aos que desejam utilizá-la produtivamente.

Aí está a origem dos 120.436.202 de hectares de terra declaradas improdutivas por seus próprios detentores ao Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (OLIVEIRA, 2003, p. 128). Isso sem falar naqueles recobertos pela aura de produtividade, garantida por índices de referência de produção estabelecidos em meados de 1970, e que até o momento não foram atualizados graças ao *lobby* do latifúndio no aparelho de Estado brasileiro. Só isso poderá explicar, ademais, uma situação na qual 1,6% dos imóveis rurais concentram 43,8% de todas as terras; em oposição, 20% do que resta está distribuído em 85,2% de todos os imóveis rurais. (INCRA apud OLIVEIRA, 2003, p. 127).

Estas são algumas das faces da questão agrária a serem levadas em conta, em contraposição ao discurso hegemônico a nos bombardear diuturnamente. A mídia em geral, e os jornais impressos, em particular, tem se constituído em importante instrumento para tanto. Eis a razão para a abordagem crítica da temática em sala de aula valendo-se dessas fontes.

Considerações finais

Eleger a questão agrária como uma das temáticas a serem trabalhadas em sala de aula pode parecer irrelevante nestes tempos em que a população urbana suplanta a rural, particularmente em nosso país. Entretanto, o simples fato de todas as bases materiais da existência humana provirem da terra já justificaria uma atenção mais cuidadosa por parte dos educadores. Mas há variáveis adicionais que a tornam temática obrigatória a todos que vêm no ensino um caminho para a formação autônoma, crítica, capaz de somar cidadania neste país de tantas carências.

Basicamente, é o monopólio fundiário que funda o pacto hegemônico que nos impõe níveis de desigualdade social dos mais profundos do planeta. Por esta mesma razão, a abordagem corrente envolvendo faces da questão agrária vem eivada de subterfúgios que visam ocultar o essencial: a concentração fundiária que está em seu cerne, do ponto de vista absoluto, não possui paralelo no mundo, com amplos desdobramentos para a economia e, conseqüentemente, para a sociedade.

Neste contexto, são os sujeitos deserdados da terra e das políticas públicas de fomento à agricultura os que representam maior incômodo a quem dela se beneficia. Suas lutas confrontam-se com as conveniências da agricultura empresarial e da apropriação especulativa, porque supõem disputas por frações de terra e de recursos públicos que estes historicamente dispõem sem opositores.

Eis a razão pela qual a mídia tem sido um instrumento privilegiado de mistificação dessa realidade, via criminalização dos movimentos sociais que lutam por terra ou por políticas públicas especificamente voltadas ao atendimento das necessidades da produção de pequena escala, via projeção de uma imagem de eficiência e de modernidade atrelada à grande propriedade.

Resta-nos, pois, reunir ferramentas para compreender e desconstruir tais discursos, valendo-nos do espaço privilegiado da sala de aula. Urge contrapor aos argumentos falaciosos de defesa da grande propriedade os indicadores de produção e geração de renda agrícola, os quais demonstram a importância que a agricultura camponesa tem na atualidade. Isso a despeito da pequena fração de terra sob seu controle. Ampliá-la poderá

Questão agrária e ensino de geografia: um debate necessário

redundar em mais justiça e inclusão social, e isso supõe reiterar o quanto legítimo e inadiável é a realização de uma ampla reforma agrária no país. Pois como afirma Fernandes (2009, p. 2-3)

Afirmar que a reforma agrária perdeu a relevância é desconhecer o atual momento histórico. A produção de alimentos de qualidade que garantam a soberania alimentar está diretamente relacionada com uma ampla política de reforma agrária. Esta é uma perspectiva de política de desenvolvimento. Outra perspectiva é a de nos subordinarmos à produção monocultora de grande escala com uso intenso de venenos pelo agronegócio. As pessoas podem optar pelas políticas porque são livres, por garantia constitucional. Produzir alimentos saudáveis está se tornando um desafio para todos. Defender a comida que comemos está muito próximo da defesa da nossa terra, portanto da nossa liberdade. Esta é uma das grandes perspectivas das organizações camponesas.

Referências

- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CALABI, Donatella; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. *Archivio di studi urbani e regionali*. Veneza, anno IV, n. 2, jun. 1973. (Mimeografado).
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Tentativas de enquadramento do MST e as perspectivas da reforma agrária. *Boletim Dataluta*, NERA, Presidente Prudente, n. 14, fev. 2009. p. 2-3. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 01 mar. 2009.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta, 1980.
- MARTINS, José de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARX, Karl. *O capital*, livro 3, v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

- OBAID, Thoraya Ahmed. *Estado de la población mundial 2007*. UNFPA, 2007.
Disponível em: <<http://www.unfpa.org/swp>>. Acesso em: 18 maio 2008.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1988.
- _____. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur, 2007.
- _____. Por que os índices de produtividade não foram atualizados? *Centro de Mídia Independente*. CMI, 16 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/04/379191.shtml>>. Acesso em: 04 ago. 2007.
- _____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63-110.
- _____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Terra Livre*, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul/dez. 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. As contradições do ão: globalização, nação, região, metropolização. *CEDEPLAR*, Belo Horizonte, p. 1-40, 2004.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: Unesp, 2006.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. In: *Encontro com Milton Santos, ou o mundo global visto do lado de cá*. Documentário. Produção: Tandler, Silvio; Tandler, Ana Rosa. Direção: Tandler, Silvio. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas, 2006.
- _____. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2000a.
- _____. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. SEABRA, Odete; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Correa. São Paulo: Perseu Abramo, 2000b.
- SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-48.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Dilemas na conceituação da cidade e do urbano no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO NO BRASIL, 1., 2006, São Paulo, USP. Conferência (não publicado)
- WOLF, Eric. *Guerras camponesas no século XX*. São Paulo: Melhoramentos, 1984.



O discurso midiático sobre a reestruturação econômica e territorial no e do espaço rural norte paranaense

Ideni Terezinha Antonello

Introdução

Se são um espelho, as mídias não são mais que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontra nos parques de diversões e que, mesmo deformando, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo. (CHARAUDEAU, 2006, p. 20)

A presente discussão em torno de como a mídia impressa tem abordado as territorialidades no e do município de Londrina busca adentrar na reflexão do papel da mídia no processo de reprodução do espaço para o capital, no sentido de que a força econômica e política que comanda e direciona a notícia vincula-se ao interesse do poder dominante, pois a mídia se consubstancia na pilastra do capital.

Observa-se a fecundidade da forma discursiva da mídia impressa para a análise geográfica, particularmente, por expressar as territorialidades na interface entre o discurso jornalístico e o olhar geográfico. Todavia, cabe salientar que o texto jornalístico constitui-se em uma representação da realidade, ou seja, se apresenta como um “espelho deformante”, uma vez que as mídias não apresentam a realidade social, mas o que elas constroem dessa realidade. Por conseguinte, “a maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade” (ABRAMO, 2003, p. 23).

O pressuposto da inserção dos meios de comunicação, no caso em foco o jornalismo, na lógica da reprodução do capital, centra a atenção no

O discurso midiático sobre a reestruturação econômica e territorial no e do espaço rural norte paranaense

papel que o mesmo assume de forjar e manter a ideologia dominante, particularmente ao proporcionar ao poder de dominação sua transmutação, no sentido que ele desaparece como poder de dominação direto e reaparece nos sistemas de representações que criam a subjetividade no corpo social e mediante os sistemas de sujeição e de controle do discurso colocam em prática o exercício do poder “disciplinar”¹ que, na contemporaneidade, seria inexequível sem o mundo da mídia (jornal, televisão, revista, rádio, cinema, internet).

Nesse contexto, o intento da pesquisa é analisar de que forma o discurso da mídia impressa apresenta as transformações sócioespaciais no município de Londrina, na perspectiva de captar a estratégia de subjetivação utilizada para a construção dos discursos na sociedade, isto é, os sistemas de representações das territorialidades, bem como interpretar de que forma o discurso da mídia impressa representa a reestruturação sócio-econômica e, por conseguinte, a sua influência na organização espacial do município. Dessa forma, verificar como os enunciados produzidos proporcionam uma compreensão do processo de modernização agrícola com a territorialização do capital no espaço rural norte paranaense com foco no município de Londrina. Salienta-se que foi selecionado para a pesquisa um dos veículos da mídia impressa mais representativo no município de Londrina-PR, a saber: Folha de Londrina, tendo como recorte temporal o ano de 2004.

O presente artigo encontra-se estruturado de forma de abarcar os pontos fundamentais da investigação em relação à discussão teórica e sua interface com o discurso da mídia. O primeiro tópico constituir-se-á em uma pequena reflexão do aporte teórico sobre a categoria de território que norteia a análise e, no segundo, volta-se para a discussão sobre o entrelaçamento entre o poder de dominação e o discurso midiático. No terceiro tópico realizar-se-á uma análise do discurso midiático sobre a reestruturação sócioespacial do espaço rural norte paranaense com a

¹ Cabe destacar que Foucault (2004, p.44) defende que toda sociedade dispõe de instituições responsáveis pelo gerenciamento de sujeição e de controle do discurso, por exemplo, ao se referir ao sistema educativo, coloca que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”.

materialização das territorialidades do capital, cristalizado no agronegócio, a partir do mapeamento das reportagens sobre a temática. Esse mapeamento tem escopo de apreender se os enunciados presentes no discurso midiático sobre o agronegócio compõem uma forma discursiva a partir da premissa que o discurso encontra-se na esfera das formações discursivas e essas se pautam na prática discursiva. A prática discursiva materializa-se na construção de subjetividades na sociedade mediante a produção do discurso, a qual é vinculada a uma determinada temporalidade e espacialidade.

Território e territorialidade

O território só se efetiva quando os indivíduos são e estão em relação com outros indivíduos; significa, por isso, interação plural, multiforme; relação, reciprocidade e unidade; significa territorialidade(s). (SAQUET, 2007, p. 163)

Torna-se importante traçar uma pequena reflexão sobre a categoria geográfica de análise em que se pauta o trabalho, ou seja, o território. Na discussão realizada por autores como Haesbaert (2005), Santos (1993), Saquet (2005, 2007), Raffestin (1993) e Cruz (2006) entre outros, que se voltam para essa temática, percebe-se que o material da construção do território tem como elementos formativos o processo de dominação e de apropriação, assim entram no jogo as forças dos atores sociais que lhe dão forma. Portanto, a territorialidade é fruto desse entrelaçamento – dominação–apropriação, mesclado das dimensões política, econômica e cultural. Como defende Sack: “a territorialidade, como componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (Apud: HAESBAERT, 2005, p. 6776).

Nessa perspectiva teórica que caminha a visão de Saquet (2007) ao esclarecer que a conjunção entre as dimensões da economia, política, cultura e da natureza (E-P-C-N) é de fundamental importância para se compreender os processos territorializantes. Enfatiza-se que Saquet introduz a dimensão – natureza, pois considera que a mesma é praticamente negligenciada nos

O discurso midiático sobre a reestruturação econômica e territorial no e do espaço rural norte paranaense

estudos do território ou quando está presente é como “base física”. Assim sendo, defende a possibilidade de trabalhar “na natureza do território, a natureza” (2007, p. 172). O autor é defensor da indissociabilidade das dimensões E-P-C-N, uma vez que da luta dos contrários, pautada no movimento contraditório e uno dos mesmos, resultarão as transformações territoriais, como a des-territorialização, a re-territorialização e as novas territorialidades, no sentido que

as relações/interações da economia-política-cultura-natureza são múltiplas, complexas, heterogêneas e estão em unidade, em cada período, momento e lugar ou, cada relação espaço-tempo; são territorializadas e fluídas, em um mesmo ou entre territórios diversos. (SAQUET, 2007, p. 160)

No movimento socioespacial permeado pela luta dos contrários que coloca em marcha à produção social do espaço se entrecruzam, dialeticamente, o “poder de dominação” e o “poder de apropriação” (LEFEBVRE, 1986, Apud: HAESBAERT, 2005). O “poder de dominação” encontra-se intrinsecamente relacionado à concepção de espaço que está imbuído da idéia de finalidade do território, o que subentende o domínio do capital, constitui-se em um valor de troca, uma mercadoria – propriedade, enquanto que o “poder de apropriação” encontra-se envolto nas práticas espaciais, perpassada pelas representações que forjam o espaço como fruto do tempo e do espaço vivido. Trata-se do espaço da experiência imediata, do valor de uso, das representações simbólicas. A partir da análise desse pressuposto, Haesbaert conclui que

portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto pra realizar “funções” quanto para “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais”. (2005, p. 6776, grifo do autor)

O autor defende que a territorialidade enquanto “imagem” ou símbolo, pode vincular-se a uma estratégia político-cultural, mesmo que este não se encontre concretamente manifestado, isto é, “[...] o poder no seu sentido simbólico também precisa ser devidamente considerado em

nossas concepções de território”. Por conseguinte, alerta que é “[...] justamente por fazer uma separação demasiado rígida entre território como dominação (material) e território como apropriação (simbólica) que muitos ignoram e a complexidade e a riqueza da **multiterritorialidade** em que estamos mergulhados” (2005, p. 6783, grifo do autor). Nessa perspectiva encontra-se a concepção de Raffestin ao considerar que a territorialidade está imbuída de um valor particular no momento em que “[...] reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (1993, p. 158).

Em seu estudo, Cruz (2006) realiza uma análise interessante a partir de uma interlocução com as idéias de Lefebvre (1986) ao trabalhar como a configuração de identidades territoriais. Nessa configuração identifica a formação de identidades “construídas predominantemente pautadas no espaço concebido” – essas identidades são formadas com o material lógico-racional e carregam a representação do espaço criada a partir dos interesses das relações de produção (Modo de Produção Dominante) que se alicerçam em um arcabouço de signos e códigos espaciais condizentes com o exercício do poder – a dominação do espaço, o mesmo como valor de troca. Dessa forma, “tais identidades são construídas deslocadas das experiências do espaço vivido cotidianamente” (CRUZ, 2006, p. 77). No entanto, tem-se a formação de identidades engendradas com outro material, isto é, são construídas identidades “predominantemente pautadas no espaço vivido” – o processo de construção dessa identidade atrela-se diretamente à apropriação simbólico-expressiva do espaço, ou seja, no dia a dia de estar vivo, no ato da festa, do lazer, do prazer, do mito, da afetividade – o que forja os “espaços de representações”. Assim,

[...] são identidades construídas arraigadas na experiência imediata do espaço vivido, na densidade e espessura de um cotidiano compartilhado localmente em sua multiplicidade de usos do espaço e do tempo. Estão ligadas à produção e comunhão dos saberes, dos costumes em comum, da memória e do imaginário coletivo. (CRUZ, 2006, p. 77)

Cabe salientar que no processo territorial está presente tanto as relações existenciais (valor de uso) como as produtivas (valor de troca), contudo, todas estão transpassadas pelas relações de poder. Pois,

O discurso midiático sobre a reestruturação econômica e territorial no e do espaço rural norte paranaense

[...] quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. [...] O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159)

Nesse contexto, para adentrar no discurso midiático sobre a reestruturação sócioespacial com foco nas territorialidades do capital, materializadas no agronegócio é necessário levar em consideração a relação contraditória que se desenvolve entre a “representação do espaço” (espaço concebido), formado por ideologias, discursos, planos governamentais, atores sociais nacionais e internacionais, e o “espaço de representações” que traz a tonalidade dos atores sociais com as cores fortes da sua prática social, particularmente das condições reais de existência. Entretanto, esse espaço não é desprovido da interferência e de recriação por parte da “representação do espaço”, em um permanente movimento das forças dos contrários que marca a construção e reconstrução das territorialidades.

O entrelaçamento entre o poder de dominação e o discurso midiático

[...] Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 2004, p. 9)

Cada língua é um instrumento de ação social e, nesse sentido, ela ocupa um lugar especial no campo do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 108)

Ao se trabalhar com as territorialidades londrinenses a partir do discurso da mídia impressa está presente o poder de dominação que permeia a construção desse discurso jornalístico. Assim, ao se considerar o discurso escrito (mídia impressa) como objeto de análise, o ponto central ao se voltar para esse discurso e, particularmente, ao se buscar detectar no discurso da mídia impressa as representações das transformações sócioespaciais, é elucidar que o discurso *per se* não se constitui na essência da interpretação, mas “[...] as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2004, p. 10).

Nas palavras do autor está implícito que não é possível se debruçar sobre o discurso como uma “máquina fechada e homogênea”, pois na concepção foucaultiana o discurso é visto como prática discursiva. E o poder é considerado como algo que “[...] não é localizável e não é um objeto que se possui. Ele é lugar de luta, relação de força. Ele se exerce e se disputa. O poder funciona como uma rede que se espalha na estrutura social com suas micro e poderosas ações, que estão em toda parte da estrutura social” (SILVA, 2004, p. 172).

Pode-se dizer que o poder se faz presente em todo lugar como um fluxo constante que se movimenta no interior das instituições sociais, logo os sistemas de interdição funcionam como mecanismo/estratégia de controle que impõem ou criam fronteiras do discurso. Os mecanismos de ordenamento do discurso cristalizam o modo/procedimento de como o poder imiscui-se no discurso. No sentido que é por meio dos mecanismos coercitivos que se fundamenta o controle da produção do discurso na sociedade, isso significa que se apresentam condições intrínsecas e extrínsecas para a prática discursiva, as quais definem a sua especificidade a partir da interdição. Ao discorrer sobre a ordem do discurso Foucault defende a tese de que a sociedade disponibiliza de meios - as interdições, que comandam a produção do discurso, a partir da política de silenciamento em relação a temas que contrapõem a ordem estabelecida na sociedade, uma vez que impera a máxima do “discurso competente”. No entanto, os discursos não são formados por palavras, frases, mas sim se inserem em uma formação discursiva que se vincula ao enunciado ou melhor a “uma família de enunciados”, a qual por sua vez se visualiza na regularidade dos enunciados. Essa regularidade se atrela a própria formação discursiva. A partir dessa análise Foucault coloca que o discurso constitui-se em

[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal indefinidamente repetível e cujo aparecimento e utilização poderíamos assimilar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e porque ele pode emergir e tomar corpo, num

O discurso midiático sobre a reestruturação econômica e territorial no e do espaço rural norte paranaense

determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história; unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo (1972, p. 135-136).

O discurso encontra-se na esfera das formações discursivas, a qual fundamenta a prática discursiva em um determinado tempo e espaço que apresenta as condições do seu aparecimento. A prática do discurso se efetua na objetivação da criação de subjetividades na sociedade, a partir da produção do discurso e se frutifica e se alimenta na “vontade de verdade”, essa perseguida pelo poder. Dessa forma, o poder disciplina o discurso e apresenta mediante a prática discursiva à representação da “verdade”, essa formatada e moldada pelas mãos da “sociedade de controle”. É nessa premissa que se assenta o conceito de prática discursiva. Nas palavras de Foucault “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (1972, p. 136).

Pode-se considerar que a prática discursiva assume o papel de controle dos enunciados, esses por sua vez encontram-se submetidos ao “espaço de raridade”. Na esfera das formações discursivas atua a força de raridade, tal ação subentende a ordem do discurso, a qual se materializa na preposição que “poucas coisas possam ser ditas”, então o efeito de raridade dos enunciados norteia o que pode ser dito e, ao mesmo tempo, o dito torna ausente outros dizeres. De tal modo, os enunciados no *espaço de raridade* “[...] se distribuem segundo um princípio de parcimônia ou, mesmo, de déficit. Não há possível nem virtual no domínio dos enunciados; nele tudo é real, e nele toda realidade está manifesta; importa apenas o que foi formulado, ali, em dado momento, e com tais lacunas, tais brancos” (DELEUZE, 1988, p. 15).

Observa-se que o espaço rarefeito em que se germinam os enunciados permite a presença de dispositivos de controle na produção do discurso. E esse se desenvolve como efeito do poder, o qual se manifesta *nas lacunas e nos brancos*. Pois, conforme Foucault, “[...] o fato de haver sistemas de

rarefação não quer dizer que por baixo deles e para além deles reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalcado” (2004, p. 52). Assim sendo nos discursos atua o “princípio de descontinuidade” que direciona a análise do discurso não para o entrelaçamento das práticas discursivas, mas para as “[...] práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2004, p. 52-53).

Ao se trabalhar com o discurso da mídia é necessário compreender que esse discurso representa um dispositivo de criação de subjetividade como estratégia de moldar a visão de mundo e o estilo de vida da sociedade, por conseguinte fundamenta a moldura da “representação do espaço”. Destarte, atua como mecanismo de exercício do poder, pois *ele se exerce mais do que se possui*, então na produção do discurso midiático é possível apreender o seu papel disciplinador ou de “educador” da população. Conforme Bourdieu (1998), esse papel assume uma função demagógica e despolitizante, principalmente na população mais carente economicamente. Isso significa que ao criar na sociedade uma determinada subjetividade – visão de mundo, o seu escopo é colocar as diretrizes da ordem (verdade) que se deseja sedimentar. Assim sendo, quando um fato torna-se visível na mídia, a sua visibilidade é proposital, já que na visibilidade se encontra o nebuloso. Nesse processo transparece o princípio da “não evidência do sentido, da não transparência do dizer”. A análise tem que levar em consideração que o dizer (discurso) se subjugua à “ordem do discurso” que é específica de uma temporalidade, que é marcada por uma certa sociedade, poderes e saber (FOUCAULT, 2004, p. 51-59).

Nesse ponto se entrelaçam as análises de Chauí (2006) a partir dos pressupostos colocados por Marx ao demonstrar a “articulação real” entre as esferas socioculturais e os determinantes da materialidade econômica. A autora salienta que “[...] precisamos afirmar não apenas, como supunha Marx, a determinação econômica dos processos simbólicos, mas usa ‘absorção’ pelo processo econômico” (2006, p. 64). Na sociedade contemporânea vivencia-se a fusão entre o capital e a ciência, uma vez que, ciência e técnica correspondem às forças produtivas diretas, cristalizadas nas potencialidades tecnológicas que lançam o processo industrial à designada

O discurso midiático sobre a reestruturação econômica e territorial no e do espaço rural norte paranaense

fase pós-industrial. Nesse processo o capital captura e transforma a informação em mercadoria, uma “indústria”, a saber: a “indústria cultural”, a qual trabalha tanto para atender o interesse de acumulação do capital como de veículo de dominação. Nas palavras de Chauí,

[...] houve absorção do simbólico pelo econômico, também compreenderemos por que essa absorção dá origem à expressão “sociedade do conhecimento”. Com ela, pretende-se indicar que a economia contemporânea se funda sobre a ciência e a informação, graças ao uso competitivo do conhecimento, da inovação tecnológica e da informação nos processos produtivos e financeiros, bem como de serviços como educação, a saúde e o lazer. (2006, p. 64-65)

Sobressai-se nessa reflexão o essencial da relação entre os meios de comunicação de massa e o exercício do poder, isto é, encontra-se fundada no econômico e no ideológico. A base econômica cristaliza-se no fato de que os meios de comunicação são empreendimentos privados, além de altamente concentrados². Por conseguinte, visualiza-se o poder econômico midiático centralizado e concentrando o poder do capital sob os meios de comunicação, conseqüentemente, esses meios de comunicação assumem o papel de forjar e manter a ideologia dominante, com a assimilação das representações simbólicas pelo econômico, criando a “representação do espaço” em contraposição ao “espaço de representação”. O poder é exercido por esses conglomerados midiáticos, todavia a sua força e constituição emanam do modo de produção capitalista, no momento que se constituem na base da reprodução da ideologia dominante, ou seja, do capital.

Um ponto que se avulta na ideologia atual é a peculiaridade de sua invisibilidade conforme defende Lefort (1990), pois não se apresenta materializada em um agente específico, ao se propagar mediante um discurso impessoal que passa a se imbricar na sociedade de tal forma que se consolida com um “discurso social”, assim sendo da própria sociedade. Ao produzir um discurso anônimo, o mesmo assume linhas de orientação de dominação

² Segundo Ramonet “só no ano de 1993 houve na Europa 895 fusões de sociedades de comunicação” (2004, p. 123).

e de significados via uma interpretação do mundo como se fosse social, portanto obscurece a distância entre o discurso sobre o social e o “discurso social”. Nas palavras de Lefort

a eficácia do discurso, tal como o rádio e a televisão o veiculam, deve-se a que ele se explicita apenas parcialmente como discurso político – e é, justamente por esse fato, que adquire uma significação política geral. São coisas do cotidiano, as questões de ciência, as de cultura, que sustentam a representação de uma democracia consumada onde a palavra circula sem obstáculo. Os signos desta circulação são produzidos com ostentação, enquanto os estatutos permanecem cristalizados em função das oposições de poder. (1990, p. 337)

O poder de propagar uma ideologia que se apresenta como o “discurso sobre o social” para se fortalecer mediante as bases do social, demonstra a forma de dominação forjada pelo mundo da mídia que a coloca no patamar de “segundo poder” conforme defende Ramonet (2004), ou seja, a imprensa e a informação que eram consideradas como “quarto poder” em contraposição aos três poderes estabelecidos (legislativo, executivo, judiciário) na contemporaneidade, ostenta o segundo lugar, tendo em vista que o econômico assume o primeiro lugar. A relação forte entre o econômico e os veículos de comunicação fomenta a absorção do simbólico pelo econômico, tendo em vista que o midiático constitui-se em um mecanismo de ação e influência sobre a sociedade no processo de construção de subjetividades cristalizadas na “representação do espaço”.

Pode-se considerar que o poder midiático assume a posição de sistema de sujeição e de controle do discurso mediante o que Foucault (2004) denominou de “apropriações sociais dos discursos”. Bem como coloca Lefort (1990) o “discurso social” se apresenta com a roupagem social, entretanto na essência se constitui no discurso do poder da ideologia dominante.

A reflexão a seguir busca aclarar o entrelaçamento entre o discurso midiático e sua absorção pelo poder econômico. Particularmente, almeja-se verificar como os enunciados produzidos pelo discurso midiático sobre o agronegócio constituem-se em uma forma discursiva a partir do pressuposto que o discurso encontra-se na esfera das formações discursivas, as quais se alicerçam na prática discursiva. Para alcançar esse objetivo realizou-

O discurso midiático sobre a reestruturação econômica e territorial no e do espaço rural norte paranaense

se um mapeamento das reportagens sobre a temática a partir do levantamento no Jornal Folha de Londrina, pois a prática discursiva vinculase à natureza do espaço público presente no discurso das mídias, uma vez que a formação discursiva é fruto de uma determinada época e espaço social.

O mapeamento das territorialidades do agronegócio no discurso da mídia

A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a 'face vivida' da 'face agida' do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 162)

O surgimento das territorialidades do agronegócio no discurso midiático apenas se torna possível mediante o processo de modernização da agricultura brasileira, que fomentou determinadas condições de produção sócio-econômicas construídas historicamente. A espacialização do capital via territorialização do agronegócio no espaço rural norte paranaense promoveu a reestruturação econômica e territorial, a qual proporcionou a inserção da produção agropecuária no mercado internacional mediante a sedimentação de uma estrutura produtiva assentada no modelo técnico-científico da agricultura. Tal fato remete o agronegócio a participar da divisão internacional do trabalho, por conseguinte no movimento de mundialização do capital.

O processo de mundialização do capital para a produção agrícola nacional representou a sua especialização em determinados produtos direcionados ao mercado internacional. No espaço rural paranaense sobressaíram, em 1991, cinco produtos agrícolas: milho, soja, trigo, algodão e café, os quais proporcionaram 75,79% do valor bruto da produção agrícola e passaram a representar 80,45% da receita em 2001. Todavia, ao se analisar o dado separadamente observa-se a predominância de dois produtos sobre os demais, isto é, a soja e o milho, no sentido que a participação dos mesmos passa de 38,7% do valor bruto da produção, em 1991, para 60,60% em 2001 (IPARDES, 2006).

Esses produtos agrícolas vinculam-se à territorialização do agronegócio no espaço rural norte paranaense, sendo que os pontos fundamentais que caracterizam o agronegócio são: grandes estabelecimentos agropecuários, presença de tecnologia na base produtiva, utilização mínima de trabalho humano (GIRARDI; FERNANDES, 2005).

Com base nessa visão geral da presença do agronegócio pode-se dizer que o mesmo passa a comandar as transformações sócioespaciais rurais e assume a posição de agente econômico dominante. Como agente dominante passa a controlar a própria construção da natureza do espaço público produzido pelo discurso da mídia. Uma vez que os meios de comunicação assumem o papel de forjar e manter o interesse dominante, com a assimilação das representações simbólicas pelo econômico.

Ao se recorrer à materialidade econômica do agronegócio, se refere às condições de possibilidades históricas que engendraram uma unidade discursiva oriunda de um conjunto de objetos e enunciados semelhantes, que permitem apreender que “[...] as condições de possibilidade do discurso, como um dizer tem espaço em um lugar e em uma época específica” (FERNANDES, 2007, p.58). O espaço-temporalidade desvenda “[...] os dizeres e os sujeitos socialmente organizados em um momento histórico específico” (Ibid., p. 58).

Nesse sentido, o enunciado “modernização da agricultura” pode ser considerado como integrante de diferentes discursos, ou seja, pode ao mesmo tempo, ser empregado pelos os atores sociais do agronegócio como pelos pequenos produtores familiares, contudo, nunca se apresentará da mesma forma, pois os dizeres dos sujeitos encontram-se envoltos na matriz discursiva à qual pertencem, e essa matriz “[...] revela o lugar do sujeito enunciativo e as vozes constitutivas de sua voz, de uma formação discursiva na qual se inscreve” (FERNANDES, 2007, p. 77).

As condições materiais históricas que engendraram os “sujeitos socialmente organizados” do agronegócio, remetem ao processo de modernização da agricultura brasileira iniciado nas décadas de 50/60 do século passado. Entretanto, esse processo desenvolveu-se de forma seletiva, no sentido em que abarcou determinados grupos de produtores e de produtos, isto é, foram os médios e grandes proprietários latifundiários

O discurso midiático sobre a reestruturação econômica e territorial no e do espaço rural norte paranaense

que conseguiram se apropriar dos subsídios governamentais para colocar em prática a modernização da produção direcionada para os produtos destinados à exportação, particularmente, a cultura da soja. Tal fato pode ser visualizado na Figura 1, na qual é possível perceber a predominância da produção de soja entre as culturas selecionadas.

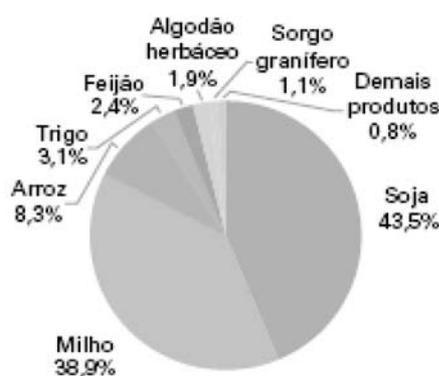


Figura 1 – Percentual da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no Brasil – 2007

Fonte: IBGE, 2008.

Cabe levar em consideração o desenvolvimento geograficamente desigual que marca o processo de constituição e disseminação da modernização da base técnica da agricultura no espaço nacional mediante a expansão da cultura da soja que, em 2007, representava 43,5% do total da produção das culturas selecionadas no Brasil. Uma vez que a configuração da reorganização do espaço rural foi comandada pelo desenvolvimento desigual, fruto da lógica do capital, que desencadeou a manutenção e o aprofundamento das desigualdades sócio-econômicas dos territórios regionais. Nesse sentido que Balsan (2006) afirma que as áreas em que predominam as atividades agropecuárias assentadas em produtos de alto valor de mercado encontram-se entre as mais modernizadas, enquanto as áreas de agricultura voltadas para produtos da cesta básica apresentam baixos índices de modernização.

Como a territorialização marcante do agronegócio, as vozes constitutivas da voz do agronegócio expressam a lógica do capital que se opõe às condições materiais de existência e de produção dos pequenos produtores familiares. Assim, os aspectos sócio-culturais, políticos e ideológicos presentes no discurso da mídia refletem o lugar histórico-social de onde o discurso é construído.

Esses aspectos podem ser visualizados na Tabela 1, que apresenta o mapeamento das reportagens em que constam uma inscrição da unidade discursiva do agronegócio.

Tabela 1 – Mapeamento das reportagens sobre o agronegócio.

Meses	Dias / 2004	Títulos das Reportagens
Janeiro	08	Vendas do agronegócio batem recorde. Exportações de produtos agrícolas somaram US\$ 30,6 bilhões em 2003. O montante é um recorde histórico no setor
	09	Governo prevê 400 mil novos empregos no campo. Bons negócios no primeiro semestre.
Fevereiro	08	Vem aí a maior safra de grãos do País A colheita de 132,2 milhões de toneladas vai exigir a mobilização de 25 milhões de pessoas e gerar R\$ 270 bilhões
	15	Governo quer mais agilidade para escoar safra. Representantes do setor agrícola debatem com Requião sugestões de modelos de gestão para transporte ferroviário do Estado. Produtor fica no prejuízo
	21	Segundo estudos da Faeq, maioria dos produtos tem preços baixos e enfrenta dificuldade. Soja é exceção
Março	10	Jovens serão treinados para o agronegócio.
	13	Agronegócio é responsável por 41% das exportações
	27	Soja contra a fome no mundo A FAO sugere a soja e, com ela a tecnologia brasileira de produção, para combater a fome no mundo

O discurso midiático sobre a reestruturação econômica e territorial no e do espaço rural norte paranaense

Abril	06	Agronegócio garante desempenho comercial
	07	A pujança do agronegócio Amostragem do Brasil moderno está presente na Exposição que hoje se abre em Londrina
	17	A Soja eleva o preço da terra Os bons preços da soja, determinados pelo mercado mundial, refletiram na valorização das terras no Paraná
Maio	08	Equipadas para a rastreabilidade no campo As atuais máquinas agrícolas estão equipadas para reduzir danos ambientais e perdas de produtos, aumentar a rentabilidade e mostrar eficiência do plantio até a colheita
	25	Operador é treinado pela própria fábrica Formando profissionais rurais Pode-se comparar o Senar, hoje, a uma verdadeira universidade rural Profissionalizar para lucrar Utilizar métodos comuns de coleta de dados e analisá-los em grupo é a saída para otimizar a produção e elevar a rentabilidade
Junho	10	Agricultura terá R\$ 10 bi para a próxima safra.
	18	Exportadores negociam soja com europeus
	23	Agricultura de precisão melhora produtividade
Julho	21	Pastagens dão lugar à agricultura Estudo mostra que nos próximos 15 anos, cerca de 30 milhões dos 180 milhões de hectares hoje ocupados por pastos serão destinados a lavouras
	26	Projeto aposta na agricultura preventiva Brasil instala rede sanitária para se proteger de pragas agrícolas e reduzir efeitos de barreiras que prejudicam as exportações
	29	Agronegócio responde por 33% do PIB
	31	Área de cultivo vai aumentar no Paraná

Agosto	07	Investimento em tecnologia é essencial
	24	Biodiesel deve criar 1 milhão de empregos
	24	Modelfrota pode financiar aviões agrícolas Proposta permitirá expansão do setor, que movimenta US\$ 100 milhões ao ano. País possui atualmente a segunda maior frota do mundo
Setembro	13	Agronegócios e exportações puxam a fila do desenvolvimento.
	16	Área de soja vai crescer 3,6% no PR Previsão é que Estado irá colher 12,2 milhões de toneladas do grão na próxima safra. Plantio começa em outubro
	18	Manejo mais racional
Outubro	08	Agronegócio acumula superávit de US\$ 26,2 bi
	16	Investimento garante produção e lucro
	23	Falta de logística prejudica agronegócio Custo do produtor aumenta com a falta de apoio do setor público. Analistas prevêem período de baixa rentabilidade
Novembro	09	Agronegócio tem superávit de US\$ 29 bi Saldo acumulado de janeiro a outubro já é 34,7% superior ao registrado no mesmo período de 2003
	20	Fiep quer modernizar agroindústria
	26	Safra 2005 poderá atingir recorde histórico
Dezembro	04	Superávit sobe 35% puxado por soja e carnes
	09	Exportações agrícolas superam US\$ 36 bi Balança comercial do agronegócio aponta para um novo recorde histórico. Mais uma vez agricultura e pecuária garantem os dólares que a economia precisa
	17	Cresce rede armazenadora do PR Desempenho do Estado na área de estocagem ficou acima da média nacional; cooperativas investiram R\$ 300 milhões

Fonte: <http://www.bonde.com.br/folhadelondrina/>. Acesso: 2008.

O discurso midiático sobre a reestruturação econômica e territorial no e do espaço rural norte paranaense

Pode-se observar mediante o mapeamento dos títulos das reportagens a essência da lógica do capital, materializada na eficiência e produtividade do agronegócio pautado na ciência e na tecnologia que subentende a modernização da base técnica produtiva. É exatamente nesses enunciados que os sujeitos sociais de uma comunidade se reconhecem e traduzem um espaço “sócioideológico”, que tem uma existência histórica (FERNANDES, 2007). Como salienta Foucault na análise do campo discursivo:

[...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (1972, p.31)

Por isso que a produção do discurso vincula-se ao processo histórico que criou as possibilidades de engendrar esse ou aquele enunciado. Assim, a presença de enunciados como: “Modelfrota pode financiar aviões agrícolas”, “Manejo mais racional”, “Agricultura de precisão melhora produtividade”, “Formando profissionais rurais”, só se fazem presente no discurso midiático atualmente, tendo em vista as transformações sócioespaciais rurais fruto da modernização da agricultura nacional. E ao mesmo tempo exclui outras formas de enunciados como o espaço “sócioideológico” dos produtores familiares descapitalizados.

Na construção do discurso da mídia sobressai à natureza do espaço público presente nas mídias. Para Charaudeau (2006) a natureza do mesmo pode ser compreendida via noção de “discurso circulante”, o qual

[...] é uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados. Esses enunciados tomam uma forma discursiva que, por vezes, fixa em fragmentos textuais (provérbios, ditados, máximas e frases feitas), por vezes varia em maneira de falar com fraseologia variável que se constituem em socioletos. (CHARAUDEAU, 2006, p.118)

Todavia, o espaço público como ressalta Charaudeau (2006) não é único, mas é fruto das práticas sociais e das suas representações. As práticas

sociais fundamentam a construção das representações e da sua interação dialética produzem o espaço público plural, o qual se apresenta movediço. Por conseguinte, as mídias se tornam uma forma de publicização do espaço público plural, assim a sua atuação encontra-se nas dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas que transformam o espaço público. Claro que o espaço plural legitima a ordem do discurso, pois “[...] nas mídias, os jogos de aparência se apresentam como informação objetiva, democracia, deliberação social, denúncia do mal e da mentira, explicação dos fatos e descoberta da verdade” (CHARAUDEAU, 2006, p. 29).

Pode-se considerar a relação intrínseca entre as forças econômicas, políticas e culturais que fomentam as transformações territoriais e condicionam as territorialidades com a publicização do espaço público realizada pelas mídias. Uma vez que a territorialização

[...] é substantivada por diferentes temporalidades e territorialidades, resultado e condição dos processos sociais em interação com a natureza exterior ao homem; é marcada pelo movimento de re-produção de relações sociais e por uma complexidade cada vez maior nas forças produtivas (máquinas, redes de circulação e comunicação...) o real é efetivado por relações e contradições, historicamente condicionado; é produto de condições estruturais e conjunturais; é movimento da relação idéia-matéria (SAQUET, 2005, p. 13886).

No momento em que a unidade discursiva é fruto de enunciados que são ensejados em um espaço e tempo específicos, a mesma participa do processo de territorialização, que compartilha o movimento de influência mútua e dialética entre as práticas sociais e as representações sociais que produzem um espaço público que se torna publicizado pelo discurso midiático. É necessário pensar no que diz Foucault ao colocar que “não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar” (1972, p. 31).

Assim, o “discurso circulante” do agronegócio mediante enunciados de comportamentos como investir em tecnologia, aumentar a produtividade e de resultados como exportações agrícolas superam US\$ 36 bi,

O discurso midiático sobre a reestruturação econômica e territorial no e do espaço rural norte paranaense

Agronegócio tem superávit de US\$ 29 bi, (Tabela 1), proporciona que os atores sociais vinculados ao agronegócio se identifiquem como grupo social. E, ao mesmo tempo, criam um espaço público que expressa a sua territorialidade com as matizes do seu espaço “sócioideológico”, ou seja, se está diante da absorção do simbólico pelo econômico, o que demonstra o lugar que esse discurso ocupa e que não permite a presença de outro discurso. Um vez que o discurso da mídia expressa as territorialidades do agronegócio, a partir do olhar do veículo de comunicação, ou como defende Abramo³ a partir do filtro dos padrões de manipulação, por exemplo, no padrão de inversão *da opinião pela informação*:

[...]o leitor/espectador já não tem mais diante de si a coisa tal como existe ou acontece, mas sim uma determinada valorização que o órgão quer que ele tenha de uma coisa que ele desconhece, porque o seu conhecimento lhe foi oculto, negado e escamoteado pelo órgão (2003, p. 31).

Pode-se acrescentar a esse padrão de manipulação outro trabalho de Abramo (2003) o qual está ligado ao *fato jornalístico*, ou seja, existem *fatos jornalísticos e fatos não jornalísticos (ausência)*, assim se constitui o padrão de ocultação, pois à imprensa cabe cobrir e expor os fatos jornalísticos, e os demais fatos os que não são considerados jornalísticos tornam-se ausentes do discurso das mídias

A seleção do que é ou não *fato jornalístico* na realidade social vincula-se às características do órgão de imprensa, da sua visão de mundo, da sua linha editorial. Assim, a ausência de outros sujeitos enunciadorees em contrapartida das “vozes” sociais do agronegócio que se fazem presente na formatação do “discurso circulante” no Jornal Folha de Londrina evidencia a sua linha editorial e sua visão de mundo.

³ Abramo (2003) defende quatro Padrões de manipulação: Padrão de ocultação; Padrão de fragmentação; Padrão da inversão e Padrão da indução.

Considerações preliminares

A partir desta reflexão considera-se que a análise do discurso da mídia impressa sobre a reestruturação econômica e territorial do espaço rural norte paranaense, especificamente as territorialidades londrinenses, remete à interpretação do invisível nos textos e nas imagens que compõem os jornais, pois o visível representa um fragmento do cotidiano e apresenta uma representação específica, fechada, tecida pelos fios do poder sobre as transformações sócioespaciais de Londrina. Dessa forma, é na “ordem do discurso” que a análise deve voltar o seu foco de interpretação para apreender a criação de subjetividade na sociedade, com intuito de fazer emergir essas transformações não na representação construída pelo enunciador midiático, mas, sim de modo abrangente totalizante resultando em um movimento interpretativo crítico que assegure descortinar o não-dito nas vozes do discurso.

Visto que os sistemas de sujeição e de controle do discurso são interligados e se encarregam de desintegrar as vozes de resistência, contudo as vozes do discurso dominante que “[...] veicula e produz o poder, reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (FOUCAULT, 1982, p. 96). Uma vez que o autor considera que o assujeitamento vem acompanhado de um contraponto, a saber, a possibilidade de oposição contra o poder⁴.

Considera-se que os pontos colocados acima podem ser visualizados no mapeamento das reportagens sobre o agronegócio presentes no discurso midiático do Jornal Folha de Londrina, pois a unidade discursiva expressa a inscrição “sócioideológica” do agronegócio. Por conseguinte, pode-se dizer parafraseando Charaudeau (2006) se o discurso da mídia é um *espelho*, o mesmo não reflete a realidade “real”, mas apresenta-a como *fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo*, conforme o poder dominante.

⁴ Nessa linha de raciocínio se ressaltam as idéias de Eco (1984) ao defender que a estratégia para romper com o poder da comunicação de massa é a técnica de guerrilha. Essa técnica deveria buscar controlar a mensagem não na sua origem, mas na sua chegada, pois é na sua “destinação” que os atores sociais irão imprimir os significados, esses forjados no seu modelo de cultural, o que torna possível a contraposição entre o teor do discurso de sua origem com “a luz dos códigos de chegada”.

O discurso midiático sobre a reestruturação econômica e territorial no e do espaço rural norte paranaense

Nesse sentido, ao se trabalhar com as territorialidades do agronegócio a partir do discurso da mídia impressa observa-se a presença do poder de dominação que permeia a construção desse discurso jornalístico. Assim, acredita-se na potencialidade de se trabalhar com o discurso das mídias para se apreender as territorialidades presentes na construção do espaço público que é plural; todavia, impera o poder de dominação. Nesse espaço público encontra-se tanto a “representação do espaço” como o “espaço de representação”, uma vez que o mesmo é formatado nas práticas sociais que criam representações, pautadas nas relações sociais contraditórias presentes na vida diária que produz o espaço geográfico e as territorialidades.

Referências

- ABRAMO, P. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*, vol 1, n. 2, p. 123-151, Agosto/2006.
- BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Tradução Lucy Magalhães, RJ: Jorge Zahar Ed., 1998.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Tradução Ângela S. M. Corrêa. SP: Contexto, 2006.
- CHAUÍ, M. *Simulacro e poder. Uma análise da mídia*. SP: Editora Fundação Perseu de Abramo, 2006.
- COIMBRA, C. M. B. Mídia e produção de modos de existência. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, vol. 17, n° 1, p.01-04, jan.-abr. 2001.
- CRUZ, V do Carmo. Re-existência, territorialidades e identidades na Amazônia. *Terra Livre*, Goiânia, ano 22, vol.1, n° 26, p.63-89, jan-jun 2006.
- DELEUZE, G. *Foucault*. Tradução de Claudia Sant’Anna Martins, SP: Brasiliense, 1988.
- ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. 3ª. Ed., RJ: Nova Fronteira, 1984.

- FERNANDES, C.A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2º ed. São Carlos: Claraluz, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e introdução de Roberto Machado, 8.ª ed., RJ: Graal, 1982.
- _____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura F. de Almeida Sampaio, 10ªed., SP: Edições Loyola, 2004.
- _____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz F. B. Neves, Petrópolis / RJ:Vozes, 1972.
- _____. *Sécurité, territoire, population*. Cours au Collège de France, 1977-1978. Paris:Gallimard/Seuil, 2004.
- GIRARDI, E.P; FERNANDES, B.M. *Territorialização da produção da soja no Brasil*. Disponível em: www.2prudente.unesp.br . Acesso em 31/10/05.
- Jornal Folha de Londrina. Disponível em <http://www.bonde.com.br/folhadelondrina/>. Acesso junho, julho, agosto de 2008.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: *ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA-EGAL*, 2005, SP. Anais... SP:USP, 2005. p. 6774-6792. CD ROM
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção agrícola municipal – cereais, leguminosas e oleaginosas - 2007*. RJ:IBGE,2008.
- IPARDES. *Paraná – Diagnóstico social e econômico*. Disponível em www.ipardes.gov.br. Acesso em: 30/05/06.
- LEFORT, C. *As formas da História*. 2ª.ed. SP:Brasiliense, 1990.
- MARX, K. *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre:L&PM, 2007.
- MIGUEL, L. F. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, Dinamarca: Universidad de Aarhus, nº 3, p. 43-70, 2001.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMONET, I. *A tirania da comunicação*. 3ª. Ed., RJ:Vozes,1999.
- SAQUET, M. A. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In: *ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA-EGAL*, 2005, SP. Anais... SP:USP, 2005. p. 13882-13894. CD ROM.
- _____. *Abordagens e concepções de território*. SP: Editora Expressão Popular, 2007.

O discurso midiático sobre a reestruturação econômica e territorial no e do espaço rural norte paranaense

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton et. al (Orgs). *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 15-20.

SILVA, C. L. Estudando a imprensa para produzir história. In: *SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA*, 2003, Londrina. Anais ... Londrina:UEL, 2003, p.1-13. Disponível em: <www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal>. Acesso 18/05/2008.

SILVA, Francisco Paulo da. Articulação entre poder e discurso em Michel Foucault. In: SARGENTINI, V; BARBOSA, P. N. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos:Claraluz, 2004, p.159-182.

Discurso e conformação socioespacial: espaços da resistência, da aceitação e da resignação

Fábio César Alves da Cunha

Introdução



presente texto objetiva resgatar a importância do discurso como elemento de análise da produção social do espaço. O espaço é entendido, conforme Santos (1996), como um híbrido de sistemas de objetos e sistemas de ações, permeado por intencionalidades. Aqui, o discurso é visto como elemento que expressa essas intencionalidades, evidencia conflitos, interesses e mantém uma relação dialética com o espaço geográfico que, na contemporaneidade, gera uma conformação socioespacial. Desta forma, as questões aqui levantadas, sem a intenção de serem a palavra final, procuram abrir uma reflexão sobre o relevante papel das formações discursivas e sua relação dialética com o espaço geográfico.

Já faz algum tempo que o espaço geográfico deixou de ser considerado apenas como palco das ações e passou a ser visto como um elemento determinante na formação socioeconômica, sobretudo, capitalista. Santos (1977) trata desta questão e faz uma importante contribuição com o conceito de Formação Socioespacial. Mais tarde Santos (1996) considera o espaço geográfico como um híbrido entre sistemas de objetos e sistemas de ações. A relação sistemas de objetos e sistemas de ações constantemente produz e reproduz o espaço geográfico, influenciando em sua dinâmica social constituída ao longo da história. Podemos dizer que a relação espaço e ações é uma relação dialética constituída historicamente.

Nesta dialética, as ações que configuram e conformam o espaço podem ser entendidas como decorrentes de discursos que atravessam o corpo social e procuram a todo custo legitimá-las, ou buscar convencer outrem que estas são necessárias. As relações de poder geradas no embate

entre os diferentes discursos sobre as ações praticadas no espaço geográfico conferem a este um caráter político.

A sociedade contemporânea se mostra, cada vez mais, caracterizada por um conformismo que toma seu corpo social em múltiplas escalas. Este conformismo contribui com o andamento e a perpetuação do sistema mundial produtor e consumidor de mercadorias. O discurso enquanto expressão do embate político travado no espaço geográfico se constitui em importante instrumento para a compreensão desses conflitos, assim como do conformismo social que abala a sociedade contemporânea e influencia na produção social do espaço.

Por outro lado, o espaço social, com todas as múltiplas relações a ele inerentes, apresenta, por sua vez, formas e conteúdos que colaboram com este estado de *conformidade social*, isto é, o espaço como agente que contribui com o conformismo social e vice-versa numa relação dialética, gerando um estado de conformação socioespacial. (CUNHA, 2007; 2008).

Desta forma, temos como objetivo fazer um esforço no sentido de colocar em evidência as relações existentes entre o espaço geográfico e os discursos proferidos pelos sujeitos neste espaço. Procuraremos realçar as influências desta relação na própria produção social do espaço, que traz consigo o conformismo social no sentido de submissão em relação à situação e aos rumos para onde se direciona a sociedade contemporânea, e que, por sua vez, influencia na própria produção social do espaço.

O Discurso

Em primeiro lugar, pretendemos entender o Discurso, com base em Bakhtin, como algo no qual se configura o dialogismo, isto é, aquilo que diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. (BRAIT, 1997, p. 98).

Bakhtin demonstra a possibilidade de estudar o discurso, isso é, não enquanto fala individual, mas enquanto instância significativa, entrelaçamento de discursos que, veiculados socialmente, realizam-se nas e pelas interações

entre sujeitos. Sob essa perspectiva, a natureza do fenômeno lingüístico passa a ser enfrentada em sua dimensão histórica a partir de questões específicas de interação, da compreensão e da significação trabalhadas discursivamente. Assim, a vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo, interrogar, escutar, responder, estar de acordo, etc.

O dialogismo define o texto e o discurso como um “*tecido de muitas vozes*”, ou de muitos textos ou discursos, que se entrecruzam, se completam, respondem umas às outras ou polemizam entre si no interior do próprio texto ou discurso. Mas o discurso também é ideológico. “Se nos discursos falam vozes diversas que mostram a compreensão que cada classe ou segmento de classe tem do mundo, em um dado momento histórico, os discursos são, por definição, ideológicos marcados por coerções sociais” (BARROS, 2001, p. 34). Esse discurso, vinculado a uma situação histórica e social concreta, localizado num determinado momento e num determinado lugar, mantém fortes relações com o espaço geográfico.

Foucault, ainda em sua fase considerada arqueológica, trabalha com os conceitos de *acontecimento discursivo*, *enunciado*, *formação discursiva* para, enfim, desembocar no conceito de *discurso* e de *práticas discursivas*.

Para Gregolin, Foucault propõe entender os acontecimentos discursivos que possibilitaram o estabelecimento e a cristalização de certos objetos em nossa cultura. “Trata-se de tomar um campo imenso de possibilidades, constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (falados ou escritos) em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um.” (GREGOLIN, 2004, p. 88).

O enunciado é entendido se existe no caso a função enunciativa, isto é, o fato desse ser produzido por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que possibilitam que ele seja enunciado. É perceptível a relação do enunciado com uma situação histórico-socioespacial.

A formação discursiva passa a existir a partir do momento em que se detecta uma certa regularidade entre enunciados, uma ordem em aparecimento sucessivo, com correlações, posições, funcionamentos, transformações

Para Foucault, o enunciado contém um sujeito determinado historicamente, daí a relação entre os enunciados e a historicidade. O que

torna uma frase um enunciado é o fato de podermos assinalar-lhe uma posição de sujeito.

Foucault se aproxima de Bakhtin ao propor que todo enunciado “tem sempre margens povoadas de outros enunciados”, uma necessidade de ser correlacionado a um campo subjacente, a um campo associativo; isto é, para produzir sentido, o enunciado se co-relaciona com uma série de formulações que com ele coexistem em um espaço historicamente delimitado.

A História é construída por esses jogos enunciativos, pelas batalhas discursivas, que, pela existência material dos enunciados, traz uma materialidade à história.

Assim, o discurso é definido por Foucault como

[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo. (FOUCAULT, 1997, p. 135, 136)

O conceito de discurso de Foucault pressupõe, necessariamente, a idéia de prática. Para isso, este pensador propõe estudar as práticas discursivas, isto é, um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa.

Com a idéia de prática discursiva, Foucault propõe uma análise que persiga a movimentação dos enunciados, sua movência nos atos praticados por sujeitos historicamente situados. O próprio conceito de saber deriva do funcionamento das práticas discursivas.

Exatamente por ser objeto de luta, as práticas discursivas determinam que nem sempre tudo pode ser dito, que aquilo que pode ser dito é regulado por uma ordem do discurso. Nesse sentido, o discurso:

aparece como um bem - finito, limitado, desejável, útil - que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (FOUCAULT, 1997, p. 139).

Foucault mostra sua compreensão das relações que os discursos estabelecem com os sujeitos, com a história e com as práticas discursivas e consequentemente com o espaço geográfico.

A partir desse momento e já entrando numa fase genealógica, Foucault passa a relacionar cada vez mais toda sua teoria sobre o discurso com o poder e passa a analisar os sistemas de ações que governam outras ações. “... se o sujeito humano é apanhado nas relações de produção e nas relações de sentido, ele é igualmente apanhado nas relações de poder de uma grande complexidade” (FOUCAULT, 1995, p. 109).

Para Silva (2004, p. 174), Foucault chega à análise de uma “racionalidade estatal” que pretende não mais controlar os corpos, mas a vida, a espécie, a raça. Trata-se do bio-poder, cuja atenção se volta para fenômenos de cunho biológico – natalidade, saúde pública, habitação, etc., e que leva a um controle e regulação da vida da população. A disciplina alcança seu ápice como dispositivo, instalando a sociedade de controle, cuja natureza é bio-política. Essas estratégias políticas que atuam sobre o indivíduos e população produzem discursos, confirmando a tese de Foucault de que não há saber que não se ligue às estratégias do poder.

O bio-poder produz saberes sobre a vida para regulá-la.

O efeito é a produção de indivíduos, ou subjetividades que se inscrevem na ordem do poder. Por tais processos, estabelece-se a verdade e a verdade é sempre uma reta em direção ao poder. Ademais, a disciplina, atuando na produção de sujeitos úteis e obedientes à vontade do poder, comprova sua positividade, dado que seus efeitos são produtivos. Como não há outro modo de poder manifestar seus efeitos, é pelo discurso que devemos enxergar sua atuação, quando põe em funcionamento suas micro-formas, seus dispositivos que se materializam na discursividade. (SILVA, 2004, p. 178).

O Espaço

Para Lefebvre (1976, p. 31), o espaço é político e não é um objeto científico desnordeado pela ideologia ou pela política; isso, porque ele tem sempre sido político e estratégico. A esta produção do espaço, entendida como processo de (re)produção das relações capitalistas de produção, se premiam grupos particulares que se apropriam do espaço para administrá-lo e explorá-lo.

O espaço é um produto da História, constituído socialmente entre os vários indivíduos que constituem este social e se relacionam pela linguagem, utilizando-se de enunciados e discursos.

Milton Santos (1996) considera o espaço como um híbrido de sistemas de objetos e de sistemas de ações que não podem ser tomados separadamente, mas como um quadro único, no qual a história se dá. Esses dois sistemas interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. (SANTOS, 1996, p. 51, 52). No primeiro caso, temos um condicionamento ou conformação das ações perante os sistemas de objetos; no segundo, as ações ou sistemas de ações, mesmo estando condicionadas a uma realidade socioespacial pré-existente, podem criar objetos novos. Segundo Santos, é assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. Quanto às ações, o mesmo autor argumenta que estas são próprias do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade.

Para Santos, ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas, portanto, de ações. Em cada período há também um novo arranjo de objetos, mas igualmente novas formas de ação. O espaço geográfico é um híbrido, um resultado da inseparabilidade entre sistemas de ações e sistemas de objetos e nessa relação Santos coloca em evidencia a *intencionalidade*. (SANTOS, 1996, p. 72).

O ato não designa apenas uma ação, atividade ou processo, mas a própria relação intencional. Podemos então dizer que a ação é intencional porque ela já contém um propósito, um objetivo, um caráter de intencionalidade. Essa noção é eficaz na

contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno. (SANTOS, 1996, p. 73).

A relação do homem com o mundo é assim uma relação permeada de intencionalidades, de intenções objetivas. Intencionalidades que são mediadas por discursos. Estas intencionalidades nem sempre se convergem e, neste caso, quando confrontadas, são classificadas e avaliadas reciprocamente como negativas: “o mundo está cheio de más intenções”. Desta forma, se a sociedade é desigual e fracionada em classes, as intencionalidades também são desiguais; inclusive, há uma variação desta intencionalidade, mesmo dentro de uma mesma classe.

A sociedade produz intenções diferentes, contraditórias e conflitivas. Estas intenções divergentes, expressão de luta, geram um embate entre intenções, que é dirimido no terreno da política por vias discursivas. Cada uma mantém um discurso que busca, nem sempre com êxito, através do convencimento ou da imposição, validar suas intenções.

Desta forma, queremos realçar a mediação das intencionalidades discursivas, muito bem determinadas, intencionadas, na relação sistema de objetos e sistema de ações, que acabam culminando no híbrido espaço de Santos. Uma mediação que é constante num movimento de criação e recriação de novos discursos, assim como de novos espaços. Temos aqui mais uma relação dialética a ser considerada, a relação espaço/discurso, que não é mais que a relação espaço/sociedade da formação socioespacial (SANTOS, 1977), mas com maior foco nos divergentes discursos proferidos por esta última. Pretendemos destacar o quanto os discursos encontram um jeito próprio de interferirem no espaço, assim como o próprio espaço, nesta relação dialética, consegue interferir (colabora ou se opõe) nas formações discursivas dentro da própria formação socioespacial.

Se analisarmos apenas os embates discursivos à luz da concepção bakhtiniana do dialogismo, temos que considerar que estes discursos, por mais divergentes que sejam, acabam por trazer muito do outro, fato que contribui com a *conformidade social*. Aqui, conformidade social deve ser entendida como o resultado da relação dialógica que ocorre no interior do embate de vários discursos que são travados no tecido social, e que vem, na

contemporaneidade, configurando discursos que são assimilados pela sociedade com conformismo e resignação. Esses discursos são construídos como resultado de uma interação entre interlocutores numa situação social complexa. São exemplos desses discursos, sobretudo, perante as transformações ocorridas a partir da segunda metade do século passado: o capitalismo como única opção de modo de produção, o fim do mundo socialista, o consumismo como condição fundamental para felicidade, a inexorabilidade da globalização, o mercado como única opção perante as soluções dos problemas no mundo contemporâneo, etc.

Esses discursos, com a carga ideológica que têm, apesar de enfrentarem resistências, que variam de lugar para lugar, vêm cada vez mais mantendo-se e propagando seus conteúdos pela sociedade globalizada. Estamos aqui falando de “discursos hegemônicos”. Os meios de comunicação, e a mídia em especial, têm um importante papel neste processo. Esses discursos hegemônicos são pulverizados numa cotidianidade discursiva, ditam e expressam as intenções existentes na crucial relação entre sistema de ações e sistemas de objetos, ou seja, no espaço geográfico e indiretamente influenciam em sua produção social. São discursos que impactam na sociedade contemporânea, que se mostra, cada vez mais, conformada e resignada com os mesmos.

Espaços da resistência e espaços da aceitação

Como já mencionamos, o espaço geográfico não é passivo nessas relações. Da relação dialética entre intencionalidades discursivas e o próprio espaço, temos o espaço geográfico como produto dessa relação, que pode tanto expressar as contradições existentes na sociedade, colaborando com o desmonte de um determinado discurso hegemônico, ao mesmo tempo que viabiliza e defende outros discursos, como o discurso da resistência por exemplo. Temos neste caso os *espaços da contradição e da resistência*, que procuram resistir a uma determinada situação, a um determinado discurso. Ocupações lideradas por grupos excluídos, favelas e bairros muito carentes são seus principais expoentes. Por outro lado, o espaço pode colaborar na

propagação dos discursos hegemônicos, inclusive potencializando-os e contribuindo com a conformidade social, e conseqüentemente se opondo aos discursos e espaços da resistência. Aqui temos os *espaços da aceitação*. São os espaços povoados por uma população que aceita, que não resiste e até defende os discursos hegemônicos, e, numa relação dialética, espaços que influenciam neste “aceite”, pela sua forma, e pelo o que representam numa sociedade de consumo.

O aceite não é unânime. Há uma variação nessa aceitação. Algumas pessoas podem até não concordarem num primeiro momento, mas no final, acabam aceitando esses discursos, inclusive porque são influenciados pelos espaços que os integram.

A forma exerce um fator relevante neste aceite, pois representam quase sempre o que existe de mais moderno; os Shopping Centers, entre outros espaços requintados, são as expressões mais acabadas desta modernidade, mas também podem ser aceitos pelo que representam na vidas das pessoas, em sua vivência cotidiana, como determinadas ruas, avenidas, bairros e lugares afins com suas respectivas vidas. Isso quer dizer que a cotidianidade contribui com esse aceite. Diz Lefebvre, “a cotidianidade integra aqueles que a aceitam e mesmo aqueles que ela decepciona” (LEFEBVRE, 1991, p. 104).

Do embate discursivo referente a esses dois espaços temos que o primeiro, o espaço da resistência, é quase sempre considerado o espaço dos problemas e dos males que impregnam e corroem a sociedade, é um espaço muitas vezes rejeitado pelo grande capital; a exceção ocorre dependendo das condições espaciais como a sua localização que pode oferecer uma vantagem comparativa a ser considerada.

O segundo, o espaço da aceitação, é o espaço considerado como o espaço da solução, da modernidade, da beleza ou em última instância do funcional. É o espaço disputado pelo capital. Um espaço constantemente valorizado por um discurso midiático conivente com o sistema e pronto a colaborar, quase sempre exercendo a propaganda com a imposição de discursos que tende a valorizá-los.

Existe uma assimetria discursiva referente a esses dois tipos de espaços. Entre os espaços da resistência, que são camuflados, desqualificados ou

Discurso e conformação socioespacial: espaços da resistência, da aceitação e da resignação

mesmo ocultados por diversos discursos, e, os espaços da aceitação, realçados e valorizados por outros, temos como resultado uma sociedade conformada e resignada diante de um espaço social sem alternativas. Isso quer dizer que, em última instância, tudo tende a uma aceitação do discurso hegemônico, mesmo os discursos da resistência, agora cooptados pelos espaços e pela cotidianidade. E numa espécie de *dialogismo espacial*, tudo tende a se tornar espaços da aceitação, agora com uma característica a mais, a resignação. Esses espaços tendem a potencializar o conformismo social. Estamos aqui falando da conformação socioespacial, isto é, um conformismo da sociedade que é potencializado por determinados espaços que influenciam e são influenciados por discursos hegemônicos e, como decorrência desse processo, colaboram com a instauração de um estado de resignação socioespacial.

A Conformação Socioespacial

A compreensão da conformação socioespacial requer uma melhor definição para os dois tipos de espaços aqui trabalhados, os espaços da resistência e os espaços da aceitação. Tanto um quanto o outro se caracterizam por serem espaços de vivência de diferentes grupos sociais. Neles, o indivíduo que o vivência é levado, consciente ou inconscientemente, a aceitá-los, pela falta de opções, pelas opções limitadas ou, simplesmente, pela aceitação a situação vigente. Este aceite acaba por colaborar com o próprio aceite de sua condição de vida. São espaços ligados à própria história do indivíduo, muitas vezes por laços de afetividade, como a sua casa, sua rua, seu bairro, os parques ou áreas de lazer às quais tem acesso, ou, simplesmente, pela necessidade de ter que conviver com esses espaços, como a via pela qual trafega rumo ao trabalho, ou mesmo em busca deste. A paisagem que pode amenizar, assim como também pode estressar ainda mais sua rotina diária, dentro do próprio carro ou de um transporte coletivo lotado. Uma paisagem reforçada quase sempre por imagens simbólicas que ilustram e trazem um mundo próximo e distante ao mesmo tempo. A cotidianidade colabora com essa perda de referência.

Uma outra característica desses espaços é que são espaços ligados à esfera do consumo em toda sua amplitude de classes, desde o pequeno estabelecimento comercial na esquina da rua, até o mais sofisticado Shopping Center. Este último causa impacto tanto para aqueles que o frequentam, quanto para aqueles que pensam em um dia frequentá-lo. Seu imenso tamanho, sua moderna forma e seu requintado interior, com uma infinidade de produtos reluzentes em vitrines colossais, contribuem com a produção do desejo do consumo, sempre em andamento, pela maciça atuação dos meios de comunicação.

O que esses espaços têm em comum? A capacidade de colaborar com aceitação e resignação da sociedade contemporânea, agora potencializada sob a influência da globalização. Nos espaços da contradição esta aceitação pode ser mais morosa, mais rebelde, como um filho adolescente que tenta de todos os modos se rebelar contra uma situação vigente, mas que aos poucos se vê vencido diante de sua condição de dependência e impotência. Já nos espaços da aceitação, como o próprio nome diz, a aceitação se realiza mais facilmente, muitas vezes mais pelo que esses espaços trazem perante outros espaços do que por eles próprios; afinal, tudo pode ainda ficar pior.

Bauman (1999) divide o mundo globalizado em dois mundos: *o mundo dos turistas*, aqueles que estão inseridos no mundo do trabalho, possuem mobilidade, não possuem tempo, pois estão constantemente ocupados; e, *o mundo dos vagabundos*, aqueles não inseridos no mundo do trabalho, têm todo o tempo do mundo, mas não sabem o que fazer - um tempo redundante e inútil -, não possuem mobilidade própria, vivem num espaço pesado e limitado, são consumidores frustrados e inúteis, e por serem inúteis são também indesejáveis e só ganham mobilidade quando são turistas involuntários, viajantes sem o direito de serem turistas. Sem lugar, são obrigados a se moverem. Não é permitido que fiquem parados. A parafernália arquitetônica em baixo de viadutos, pontes, marquises e locais estratégicos que impede os indigentes de ficarem, expressa muito bem essa imposição.

Na sociedade globalizada, turistas e vagabundos são duas faces de uma mesma moeda. Os turistas têm horror aos vagabundos, não pelo que

o vagabundo é, mas pelo que o turista pode vir a ser. Já o vagabundo é o mais ardente admirador do turista. “Os ricos se tornam objeto de adoração universal” (BAUMAN, 1999, p. 103).

Esses dois mundos de Bauman estão circunscritos relativamente aos espaços da contradição e aos espaços da aceitação. Relativamente, pois, com o processo de globalização, há uma insegurança no mundo do trabalho cada vez mais presente. Nenhuma política de segurança hoje protege o turista de descambar para a vagabundagem (BAUMAN, 1999, p. 106).

O mundo do consumo, também mediado por discursos, faz com que os bens de que nos orgulhamos tornem-se logo obsoletos. Espaços sofisticados tornam-se decadentes.

Por outro lado, o discurso consumista atinge todas as classes e traz uma aceitação a partir do momento em que aqueles que não consomem certos produtos passam a consumi-los em decorrência de um barateamento desses produtos por causas diversas, como a mão-de-obra escrava globalizada, desenvolvimento tecnológico, produtos piratas. Televisores, celulares e DVDs são exemplos.

Espaços da contradição e espaços da aceitação se tornam cada vez mais semelhantes em relação a uma aceitação por falta de opção (tédio) ou pelo temor de uma situação pior (medo).

A classe média, como potencial consumidora, balança entre esses dois mundos e, por esta condição, tem um importante papel na conformação socioespacial aqui tratada, inclusive por ser grande propagadora do discurso da conformação. Esta classe média sonha em ser cada vez mais turista, mas, ao mesmo tempo, tem pesadelos constantes ao perceber a possibilidade de se tornar vagabundo. Esta vivência causa dois grandes sentimentos a esta classe, o tédio e o medo. Lefebvre falava há algumas décadas atrás do tédio que toma a classe média:

[] As classes médias se acomodam na satisfação. Acontece que elas se sentem obscuramente roubadas. Não tem mais que uma sombra de influência: migalhas de riqueza, nenhuma parcela de poder nem prestígio. Sua maneira de viver parece ter conquistado a sociedade, incluindo a classe operária. Pode ser, mas elas têm de agora em diante a mesma maneira de viver que o proletariado. (Lefebvre, 1991, p.103)

Para Lefebvre, a teoria da alienação se tornou uma prática social, uma estratégia de classe, e essa estratégia tem massas de mão-de-obra: as classes médias. “[...] o pequeno burguês se sente mal um belo dia [...] consumir o satisfaz e não o satisfaz, o consumo não é felicidade. O bem estar e o conforto não bastam para trazer a alegria. Ele se enche de tédio.” (Lefebvre, 1991, p. 104)

Baumam, em sua análise sobre a sociedade globalizada, diz que uma de suas consequências é, como efeito geral, a autopropulsão do medo:

A preocupação com a segurança pessoal, inflada e sobrecarregada de sentidos para além de sua capacidade em função dos tributários de insegurança e incerteza psicológica, eleva-se ainda acima de todos os outros medos articulados, lançando sombra ainda mais acentuada sobre todas as outras razões de ansiedade. (BAUMAN, 1999, p. 127).

Espaços da aceitação tendem na contemporaneidade a se tornarem cada vez mais reluzentes, mais visíveis. Não que os espaços da contradição deixem de existir, pelo contrário, estão cada vez mais presentes, mas passam despercebidos perante um discurso midiático da aceitação que os toma e os ofusca. Os espaços da contradição se tornam aos poucos também espaços da aceitação com um atributo a mais, a resignação.

Tudo isso acalma e conforma, traz um conformismo e um estado de resignação que faz o indivíduo pensar que o mundo é melhor que aquela rotina de sua vida diária (tédio), mas também pode ser pior (medo), e sendo assim, não há muito que fazer. Os espaços influenciados pelos discursos também os influenciam. Está instaurada a conformação socioespacial e aflora, assim, a relação entre espaço e comportamento social.

O espaço é, hoje, o teatro do encontro de dois sistemismos: o sitemismo dos objetos impele ao sistemismo das ações e o condiciona. Os objetos técnicos são susceptíveis de influenciar comportamentos e, desse modo, presidem a uma certa tipologia de relações, a começar pelas relações com o capital e o trabalho. (SANTOS, 1996, p. 181.)

A relação discurso e espaço é dialética da mesma forma que a relação espaço e ações.

Discurso e conformação socioespacial: espaços da resistência, da aceitação e da resignação

A sociedade contemporânea conformada e resignada traz consigo um “ar” de mesmice, mais do mesmo, tédio e incapacidade de luta. Isso não significa o fim da luta, discursos esporádicos resistem; entretanto, o mal-estar se generaliza.

Lefebvre, discorrendo sobre os males do consumismo na sociedade contemporânea, fala sobre um mal-estar que a toma:

De fato e em verdade paira um mal-estar. A satisfação generalizada (em princípio) faz-se acompanhar de uma crise generalizada dos “valores”, das idéias, da filosofia, da arte, da cultura. O sentido desaparece, mas reaparece de outra forma: há um vazio enorme, o vazio de sentido, que nada vem encher, a não ser a retórica [...] (LEFEBVRE, 1991, p. 89).

Bauman (1998, p. 10), referindo-se ao mal-estar da sociedade atual, diz que este provém de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais. O medo como parte constituinte do mal-estar.

Considerações finais

Um mal-estar recheado de tédio e medo se instaura na sociedade contemporânea. Por mais diferenciada que esta seja em relação a sua estrutura de classe e a seus espaços, um conformismo social se perpetua e em suas relações com o espaço produz uma conformação socioespacial. A intencionalidade, suas ações e consequentes reações também se fazem presentes e podem ser perceptíveis nas práticas discursivas.

A produção social do espaço na contemporaneidade, mediada por discursos, reflete a crise de uma sociedade capitalista mundial. Este texto procurou abrir uma reflexão sobre a importância do discurso e da intencionalidade discursiva na relação sistema de ações e sistema de objetos enquanto possível elemento de análise, que pode servir para desvendar os permanentes conflitos desse espaço político, as intenções envolvidas e seus reflexos em sua produção socioespacial. Há muito ainda para ser desvendado a respeito dos espaços da aceitação, da resistência e, sobretudo, dos espaços

da resignação, principal característica da conformação socioespacial aqui tratada.

Referências

- BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____, *Globalização – As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARROS, D.L.P. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, C.A. et al (Org.). *Diálogos com Bakhtin..* Curitiba: UFPR, 2001.
- BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem In:
- BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Unicamp, 1997.
- CUNHA.F.C.A. Discurso, espaço geográfico e conformação socioespacial. In: Congresso Internacional de Psicologia, 3. 2007, Maringá. *Anais...*, Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2007. 1 CD-ROM.
- _____. O discurso na produção social do espaço. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 15., 2008, São Paulo. *Anais...*, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, 2008. 1 CD-ROM.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pécheux: na construção da análise do discurso: Diálogos e Duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. *Espacio y Política, el derecho a la ciudad, II*. Barcelona: Península, 1976.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção São Paulo, n. 54, Jun. 1977.

Discurso e conformação socioespacial: espaços da resistência, da aceitação e da resignação

_____, *A natureza do espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, F.P. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO BARBOSA, P. (Org.). *Foucault e os domínios da linguagem*: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

Aquecimento global e mudanças climáticas na mídia impressa: um debate científico?

Deise Fabiana Ely

Introdução

Desde 2006 o grupo de pesquisa intitulado (Geo)grafando o território –Epistemologias e Linguagens tem desenvolvido ações paralelas e complementares ao curso de graduação em Geografia, do Departamento de Geociências, da Universidade Estadual de Londrina, congregando alunos do curso de graduação em Geografia (licenciatura e bacharelado, do 1º ao 5º ano) e cinco professores de diferentes áreas da ciência geográfica (linguagens, epistemologia, ensino de geografia e cartografia para escolares; climatologia geográfica; geografia agrária e geografia econômica e regional). Dentre essas ações, destaca-se o estudo das diferentes linguagens enquanto instrumento do conhecimento, como meios de comunicação e informação, bem como o contexto socioespacial de sua realização.

Devido à especificidade do desenvolvimento científico e tecnológico que ocorreu no contexto do modo de produção capitalista é inegável a relevância dos meios de comunicação e informação na sociedade contemporânea. A mídia atua como meio de comunicação, como instrumento educativo, no entanto não é uma produção cultural neutra, pois em uma sociedade de classes ela atua também como um instrumento de dominação, construindo junto a uma parte significativa do conjunto dos grupos sociais que a ela têm acesso as concepções acerca da geograficidade do mundo, dos fenômenos, das pessoas e dos processos.

Via de regra, a relação que a população em geral estabelece com a mídia (escrita, televisiva ou outras) é a de expectadora passiva, daí a mesma funcionar como poderoso instrumento de (re)produção do espaço no contexto do atual modo de produção, pois ao preferir a

Aquecimento global e mudanças climáticas na mídia impressa: um debate científico?

publicação de certos fatos e não outros evidencia determinadas geografidades em detrimento de outras, além de influenciar na relação Sociedade / Natureza, ao mediar as relações dos diferentes grupos sociais com os lugares e com os atores sociais que neles atuam.

Na atualidade, os diferentes grupos sociais têm contato com diversos tipos de mídia (o rádio, a internet, a televisiva, dentre outras), no entanto a mídia impressa ainda continua tendo papel relevante junto a sociedade, pois além de abordar fatos dos âmbitos nacional, regional e local, o acesso a seus arquivos é facilitado pela rede mundial de computadores (a internet).

Como forma de ampliar o debate sobre a relevância do papel da mídia impressa na disseminação ou ocultação de informações acerca das transformações socioespaciais, bem como contribuir para uma análise crítica dos processos midiáticos o grupo de pesquisa em questão desenvolve atividades que visam à formação continuada de professores de geografia. No ano de 2008, em conjunto com o Núcleo Regional de Educação de Londrina, foi realizado um curso direcionado aos professores da rede pública do estado do Paraná intitulado “Geografia e mídia impressa: construindo referenciais teórico-metodológicos para uma leitura didático-pedagógica”, que permitiu o trabalho com temas da geografia a partir da mídia impressa nacional e local.

Nesse curso foi verificado que os professores de geografia utilizam várias mídias em suas aulas, mas no tocante a impressa, preferem o jornal Folha de S.Paulo pelo fato de considerarem que ele apresenta os fatos com “maior veracidade”. A partir dessa constatação foi proposto um exercício de análise de algumas notícias veiculadas no respectivo jornal sobre o tema “Aquecimento global e mudanças climáticas” e foi percebido que o discurso prolapado sobre tal tema pode ter muitas nuances, dentre as quais foram destacadas a analítico-descritiva, a normativo-avaliativa e a prescritiva, conforme a metodologia de Carvalho (2000; 2002). Mas também foi atestado que o jornal constitui um instrumento educativo valioso, desde que o professor esteja munido de conhecimentos que permitem identificar erros conceituais, de conteúdos, dados e informações, quais conteúdos noticiados remetem para a ação, qual a ação induzida pelas notícias e se a mesma está atrelada a uma determinada ideologia.

O referido curso motivou a elaboração do presente texto que tem como objetivo apresentar uma síntese do debate científico acerca do aquecimento global e verificar como esse tema é tratado pelo jornal Folha de S.Paulo a partir das notícias veiculadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2009, período demarcado pela posse do novo presidente dos Estados Unidos.

Instrumentos teóricos de análise

O desenvolvimento da análise proposta caracteriza-se por um grande desafio, dada a quase inexistência, na área da geografia, de trabalhos que focam a relação entre geografia, mídia e climatologia. Diante dessa dificuldade tem se buscado referenciais que possam auxiliar no estabelecimento de correlações entre as territorialidades, as linguagens, os conhecimentos geográficos e climatológicos e a (re)produção do espaço.

Os debates efetivados no interior da ciência geográfica perpassam por muitas interpretações de como realizar análises menos dicotômicas sobre a relação Homem/Natureza na constituição das geografias. Milton Santos (2008) apresenta importantes referenciais que auxiliam nessa análise, enfatizando que Natureza é um modelo de conhecimento, e cada estado dela substitui o precedente à medida que aumenta a ação do conhecimento sobre a matéria. Portanto, a sociedade produz naturezas, espaços; bem como concepções as mais variadas de ambos.

Na atualidade, a produção desses espaços se dá a partir de uma imbricada interação entre ciência e técnica, propiciando a elaboração de objetos, idéias, que neles se materializam, caracterizando o que o autor denomina de meio técnico-científico e informacional.

O autor destaca que a constituição desse estado da natureza teve início após a Segunda Guerra Mundial, quando foram cunhadas novas relações socioespaciais e outros processos produtivos demandados pelo mercado que, graças à ciência e à técnica, tornou-se global.

Nesse contexto socioespacial a informação é fundamental, não só para o funcionamento do mercado, mas, principalmente, para a ampliação

Aquecimento global e mudanças climáticas na mídia impressa: um debate científico?

do conhecimento técnico-científico, para a massificação da cultura e para a disseminação de políticas globais. A indústria da comunicação se reordena e se apropria das novas tecnologias para disseminar fatos, notícias e imagens, interferindo significativamente no novo modelo de produção, circulação e consumo de mercadorias.

Os diversos tipos de mídia não abordam a totalidade dos fatos, pois nem todos interessam ao público. Assim, a mídia corta e recorta as tramas das experiências espaço-temporais dos diferentes grupos sociais para disseminá-las.

Ribeiro (1991) destaca que os meios de comunicação, principalmente a televisão, no contexto da sociedade brasileira, constituem complexos processos de poder inscritos entre o mercado, a política e a cultura. Esses processos têm sido focos de análises políticas e de conteúdo, no entanto, verifica-se que pouca atenção é dada aos mecanismos de constituição da mentalidade coletiva que tais linguagens midiáticas induzem.

A autora também enfatiza que a produção de uma mentalidade coletiva, que influencia na consolidação das geografidades hodiernas, corresponde à manifestação de processos culturais e metas sociais indicados mediante o reconhecimento da adequação socialmente desigual do país a uma nova psicosfera.

Milton Santos (2008, p. 256) define psicosfera como sendo: “[...] o reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, que também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário.”

No contexto do meio técnico-científico e informacional a psicosfera produz a busca social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais. Alguns setores produtivos parecem alimentar, com especial ênfase, os processos culturais de consolidação dessa psicosfera, conformando verdadeiros pólos emissores de valores.

A mídia impressa se configura em um desses pólos e passa a se interessar pelos debates científicos, principalmente pelo fato de que a veiculação dos resultados desses e a confiança no desconhecimento de muitas parcelas da sociedade lhe conferem o domínio da “verdadeira” versão dos fatos.

A realidade transformada pelo meio técnico-científico e informacional supõe um novo estado da Natureza, fundado na noção de diversidade, na possibilidade de auto-regeneração, constituindo uma fonte de recursos que somente poderá ser desfrutada com a emergência da biotecnologia, portanto, necessita de socorro, de cuidados, de preservação, já que é frágil e suas interações e processos ainda são desconhecidos. Diante dessa Natureza revalorizada, a constituição dos espaços hodiernos supõe:

[...] uma adaptação permanente das formas e normas. As normas geográficas, isto é, os objetos técnicos requeridos para otimizar a produção, somente autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e da aplicação de normas jurídicas, financeiras e técnicas, adaptadas às necessidades do mercado. Essas normas são criadas em diferentes níveis geográficos e políticos, mas as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, tendem a configurar as demais. E as normas de mercado tendem a configurar as normas públicas. (SANTOS, 2008, p. 252)

Nesse contexto, temas ambientais passam a integrar debates e as relações internacionais que, desde o início do século XX, regulamentam acordos planetários que, após a Segunda Guerra Mundial, passaram a ser coordenados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essa instituição supranacional vem promovendo encontros e gerenciando acordos, sob premissas científicas que visam nortear diretrizes e políticas ambientais as quais, por intermédio da mídia, saltam escalas e atingem aquela do cotidiano da sociedade, ou seja, a psicosfera local.

Assim, a mídia impressa tem publicado com frequência artigos que enfocam temas ligados à área de climatologia, principalmente após a divulgação dos estudos sobre o aquecimento global e as mudanças climáticas, desempenhando um papel de mediadora entre o discurso científico, a construção das territorialidades e a compreensão da realidade por parte de quem a ela têm acesso.

Enquanto fenômeno discursivo, o debate sobre aquecimento global e mudanças climáticas extrapolou a análise científica. Carvalho (2000; 2002) estudou como as teorias subjacentes à análise do discurso contribuem para a identificação do papel da comunicação social na

Aquecimento global e mudanças climáticas na mídia impressa: um debate científico?

mediação da problemática das mudanças climáticas. Para a autora, qualquer formulação lingüística perpassa por um processo identificado como ‘framing’ ou perspectivação caracterizado como uma maneira de selecionar, organizar, interpretar e dar sentido para uma realidade complexa que forneça parâmetros para o conhecimento, a análise, a persuasão e a ação. No entanto, às vezes esse processo leva a manipulação de fatos desconectados, sem sentido ou mal definidos que pode direcionar ações descontextualizadas e equivocadas.

Assim, Carvalho (2002, p. 11) destaca que “é, porém, incontestável que vários actores sociais competem normalmente entre si para que o sentido ou significado que propõem acerca de uma determinada questão domine socialmente”. E que, na competição estabelecida entre esses atores, vozes e silenciamentos são constantes, considerando a mídia impressa como um dos aspectos da realidade ativa dessa competição.

A mídia não é neutra nessa disputa, a seleção dos acontecimentos ou questões e a construção da notícia são orientadas por um complexo sistema de valores-notícia e, também, pelos valores dos próprios jornalistas, ou seja, aquilo que é noticiado passa por um filtro, por uma reinterpretação, por uma manipulação, destacada como poder de perspectivação que os produtores das notícias detêm.

Em síntese, essa capacidade que um ator social tem de fazer veicular as suas visões, posições, opções e idéias através da mídia pode ser representada sob a forma de citações e/ou textos produzidos pelos jornalistas, que Carvalho (2000; 2002) enquadra em três dimensões:

- analítico-descritiva: define um problema apontando questões ou aspectos, diagnostica causas, descreve e analisa a realidade;
- normativo-avaliativa: implícita ou explicitamente emitem preferências e juízos de valor ou opções ideológicas;
- prescritiva: orienta para a ação, sugere soluções.

Identificar, portanto, o processo de perspectivação que envolve o debate sobre o aquecimento global e as mudanças climáticas é de suma importância, já que grande parte dos cidadãos tem acesso a esse debate por meio da mídia que, frequentemente, tem divulgado as transformações no modo de vida necessárias à atenuação dos seus efeitos para a manutenção das gerações futuras, defendendo a idéia de que o Estado tem o papel de

gerar as condições e as infra-estruturas para implantar tais mudanças.

Desse modo, para a compreensão das novas territorialidades é relevante a análise de como a mídia impressa vem abordando a discussão sobre o aquecimento global, pois ela chama a atenção para determinados acontecimentos e problemas, numa dada temporalidade, o que contribui para a construção de representações sociais desse e, por conseguinte, influencia nos arranjos espaciais locais.

O debate científico sobre o aquecimento global

A atmosfera desempenha várias funções no ambiente terrestre e o efeito estufa gerado tem se configurado como um dos focos principais do debate sobre o aquecimento global e as mudanças climáticas.

O efeito estufa é naturalmente produzido pela atmosfera terrestre por meio da interação entre a recepção dos raios solares e a emissão de radiação infravermelha de longo comprimento de onda, ou seja, a atmosfera atua semelhante a uma estufa de vidro permitindo que a superfície terrestre absorva a insolação, mas impedindo que ela seja rapidamente perdida.

A manutenção da radiação infravermelha no sistema Terra-atmosfera acontece por meio da atuação dos gases de efeito estufa (vapor d'água – H_2O , dióxido de carbono – CO_2 , metano - CH_4 , óxido nitroso – N_2O , ozônio – O_3 , dentre outros), componentes atmosféricos naturais e, em menor proporção compostos artificiais como o clorofluorcarbono. Esses gases absorvem e emitem energia ao longo das diversas camadas da atmosfera, propiciando uma redução da perda de energia infravermelha de longo comprimento de onda.

Ao longo do desenvolvimento do ambiente terrestre esse processo produziu as condições climáticas que sustentam vida na Terra. Mendonça (2006) destaca que após o período das grandes glaciações, ocorridas por volta de aproximadamente 12 milhões de anos atrás, a atmosfera terrestre atingiu a média térmica de $16^{\circ}C$ que possibilitou o desenvolvimento da vida humana no planeta, lembrando que o conforto térmico ambiental humano ocorre na faixa das médias de 16° a $25^{\circ}C$.

O clima terrestre é caracterizado por uma variabilidade natural que

Aquecimento global e mudanças climáticas na mídia impressa: um debate científico?

desperta o interesse da ciência desde seus tempos mais remotos. Os estudos que procuram entender essa variabilidade têm evidenciado que o clima, por volta de 800 a 1.200 anos d.C, era mais quente que o de hoje. Entre 1350 e 1850 passou por um resfriamento, chegando à temperatura média de 2°C abaixo da atual (Pequena Idade do Gelo). Após 1850 teve início um aquecimento que tem se prolongado até os dias atuais. (MOLION, 2008)

Na tentativa de reconstruir e entender os cenários climáticos terrestres mais distantes do presente são buscadas evidências em fontes de dados consideradas de alta qualidade, tais como as camadas de sedimentos, os depósitos de gelo e os anéis formados pelas cascas das árvores.

A partir de dados dos isótopos de oxigênio armazenados nas camadas de gelo depositadas na Groenlândia foi identificado períodos de aquecimento por volta de 16.000 e há 100 anos atrás. Por outro lado, também, revelaram períodos de resfriamento ocorridos desde 10.000 e 2.000 anos atrás e de temperaturas estáveis há 700 anos atrás e os últimos 8 anos anteriores a 2007. (CARTER, 2007)

A partir da série temporal de dados de temperatura do ar de 1860 a 2006, considerada como uma série confiável para a totalidade do Globo, foram identificados períodos de aquecimento e resfriamento. O período de 1920 a 1940 denota um aumento global das temperaturas de aproximadamente 0,4°C, enquanto a seqüência de 1947 a 1976 é caracterizada por um resfriamento global de 0,2°C e após 1977 a temperatura global manifesta um aumento de 0,4°C. O ano de 1998 (ano de *El Niño*) é destacado como o mais quente desde 1861, com temperaturas 0,54°C acima da média e 2005 com 0,48°C superiores à média. (MARENGO, 2006; CARTER, 2007; MOLION, 2008)

Verifica-se, portanto, que o clima global oscila entre períodos de aquecimentos e resfriamentos detectados por meio do tratamento de dados diretos e indiretos manipulados por cientistas do mundo todo e de diversas áreas do conhecimento (meteorologistas, climatólogos, químicos, físicos, geólogos, matemáticos, dentre outros). Com o aprofundamento das pesquisas sobre mudanças climáticas, atualmente, o debate em torno desse tema tem se tornado mais acirrado, o que é intrínseco ao processo de conhecimento.

Em 1988 a Organização Meteorológica Mundial (OMM) em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) criaram o Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas, popularmente conhecido pela sigla IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*) que tem como tarefa apoiar e avaliar científica, técnica e socioeconomicamente o conhecimento existente no mundo sobre mudanças climáticas para entender os riscos que os cenários futuros do clima global implicam.

O trabalho dos pesquisadores do IPCC é dividido em três grupos: um que discute as bases científicas das mudanças climáticas globais; outro que aborda seus impactos, formas de adaptação e a vulnerabilidade da sociedade e um terceiro que apresenta propostas para mitigar seus efeitos. O resultado desses estudos é divulgado por meio de relatórios, mas para que a população em geral e, principalmente, os gestores de políticas públicas possam entender tais resultados científicos o IPCC elabora um Resumo, denominado *Summary for Policy Makers*.

Em 1990 foi publicado o primeiro relatório. O segundo, em 1995, forneceu as bases para a elaboração do Protocolo de Kyoto no ano de 1997. O terceiro relatório, publicado em 2001, divulga a existência de novas e fortes evidências de que a maior parte do aquecimento observado nos últimos 50 anos é devido às atividades humanas. E, finalmente, em 2007 foi publicado o quarto relatório que, em síntese, apresenta as seguintes considerações sobre as mudanças climáticas:

- 1) O aquecimento global tem sido agravado pela poluição advinda das atividades humanas, principalmente as industriais que têm os combustíveis fósseis como base energética. A queima desses combustíveis, assim como o desmatamento e a rizicultura irrigada injetam grandes quantidades de CO₂ na atmosfera, aumentando sua concentração e gerando maior absorção de energia infravermelha de longo comprimento de onda que provoca a elevação da temperatura média global;
- 2) As temperaturas médias globais serão 1,8° a 5,6°C mais quentes até o ano de 2100, devido à duplicação das concentrações de dióxido de carbono na atmosfera;
- 3) Mesmo que as emissões de gases de efeito estufa sejam reduzidas, a mudança climática deve continuar por décadas e, até mesmo, séculos.

Aquecimento global e mudanças climáticas na mídia impressa: um debate científico?

Pelo fato do IPCC congregar centenas de cientistas oriundos de diversas nações, tais resultados soam para a população em geral como um consenso científico. No entanto, Crichton (*apud* CARTER, 2007, p. 65) ressalta que:

the work of science has nothing whatever to do with consensus. Consensus is the business of politics. Science, on the contrary requires only one investigator who happens to be right, which means that he or she has results that are verifiable by reference to the real world. In science consensus is irrelevant. What is relevant is reproducible results. The greatest scientists in history are great precisely because they broke with the consensus.

Diante desse propalado consenso muitos cientistas têm se manifestado, alguns, que contribuíam ativamente para as pesquisas do IPCC, deixaram de contribuir por não concordar com o teor alarmista dos relatórios e outros sequer aceitaram participar dessas pesquisas e tem direcionado seus estudos para a busca de outras evidências que colaborem com a compreensão das mudanças climáticas globais.

No tocante à afirmação de que o CO₂ seja o principal gás que contribui para a intensificação do efeito estufa são apresentadas evidências, oriundas dos depósitos de gelo com idades superiores de 100.000 anos, de que os valores atmosféricos medidos desse gás eram de, aproximadamente, 180ppm (partes por milhão) durante a Era Glacial e de 280ppm durante a Interglacial. No entanto, têm se discutido que tais valores são 30 a 50% mais baixos do que aqueles que caracterizavam a atmosfera terrestre dessas eras devido à mistura e a difusão pós-deposicional que ocorrem com a compactação da massa de gelo, além de que tais depósitos não são considerados sistemas fechados e estão submetidos a uma infinidade de processos físicos e químicos. (JAWOROWSKI, 2007; CARTER, 2007)

Registros de CO₂ encontrados nos estômatos de plantas fossilizadas indicam que, durante o Holoceno, os níveis desse gás variavam numa escala de décadas e séculos; contrariando a hipótese de concentrações entre 270 e 280ppm de CO₂ nesse período.

A análise dos registros dos isótopos de oxigênio, contidos nos depósitos de gelo da Groenlândia, mostram um ciclo de aquecimento –

resfriamento de uma magnitude de 1° a 2°C a, aproximadamente, 1.500 anos atrás; ciclicidade provavelmente de origem solar. Com base no monitoramento da atividade do Sol, efetivada desde o final da Pequena Idade do Gelo, pesquisadores identificaram que nos últimos 60 anos desse período a atividade solar foi tão intensa como no início do Holoceno. Em seguida foi identificado um possível mecanismo pelo qual a atividade solar afeta a ação dos raios cósmicos que, posteriormente, interferem na formação de nuvens; as quais agem como um dos principais termostatos da Terra.

Molion (2008) esclarece que a temperatura global tende a elevar com a presença de nuvens na alta troposfera. Nuvens *cirrus*, constituídas em sua grande maioria por cristais de gelo, tendem a aquecer o planeta, pois permitem a passagem da energia solar de ondas curtas e têm grande poder de absorção da radiação infravermelha de longo comprimento de onda. Já as nuvens baixas estratiformes tendem a resfriar o planeta, pois aumentam o albedo planetário.

Outras evidências demonstram que há muitos milhões de anos atrás, por vários períodos, os níveis de CO₂ na atmosfera atingiram 377, 450 e, até, 3.500ppm e, durante 10.000 anos atrás, esses níveis oscilaram entre valores maiores que 348ppm. (JAWOROWSKI, 2007)

Outro aspecto fundamental dessa discussão é a relação estabelecida entre o aumento da concentração de CO₂ na atmosfera e a conseqüente elevação da temperatura global. No entanto, dados oriundos dos sedimentos de gelo mostram que, durante os ciclos naturais do clima, mudanças na temperatura precedem alterações nas concentrações de CO₂, em média em 800 anos ou, então, similarmente, mudanças de temperaturas precedem mudanças no dióxido de carbono, neste caso em cinco meses, durante o ciclo sazonal anual. (CARTER, 2007)

Os estudos que procuram entender essa complexa variabilidade têm evidenciado a dificuldade do estabelecimento estatístico de uma média da temperatura global, pois médias são mais facilmente estabelecidas para sistemas homogêneos, o que o clima global definitivamente não é. Além disso, para o cálculo dessas médias também são computados dados registrados nas estações meteorológicas de

Aquecimento global e mudanças climáticas na mídia impressa: um debate científico?

superfície que são destinados, principalmente, à caracterização do clima local e regional, e não para a escala global.

Outro problema levantado na consideração dos dados térmicos coletados junto à superfície é a localização das estações. Cerca de 90% delas estão localizadas nos continentes, apesar de 70% da superfície da Terra ser constituída por água, ou seja, os maiores acervos de dados meteorológicos são relativos ao ar continental.

E, ainda, há o problema da urbanização e dos solos expostos no entorno das estações meteorológicas, influenciando as temperaturas locais. Carter (2007, p. 66) cita o exemplo da série temporal de dados térmicos da Europa que demonstram um aquecimento de 0,67°/século para as estações meteorológicas localizadas nas áreas urbanas e de 0,37°/século nas áreas rurais.

O abastecimento dos modelos de clima global (MCG) não se dá apenas com os dados das estações meteorológicas, mas também com dados dos instrumentos de MSU (*microwave scanning unit*), a bordo de satélites desde 1979, mais apropriados para a medição das temperaturas globais já que são capazes de levantar médias de grandes áreas, inclusive as oceânicas. Os MCG foram desenvolvidos para projetar o futuro do clima, no entanto os pesquisadores responsáveis por essa modelização admitem que esses programas computacionais são limitados e que não produzem previsões confiáveis do clima para além de 2100.

Também é destacada a dificuldade que tais modelos têm para a representação da realidade física da atmosfera como, por exemplo, as diferenças térmicas entre os Pólos e o Equador, a intensidade e o posicionamento das altas subtropicais e as correntes de jato, além das especificidades das nuvens e dos aerossóis. (MOLION, 2008)

Uma outra crítica dirigida ao trabalho do IPCC recai sobre o processo de elaboração dos três primeiros relatórios, apontando que foram objeto de manipulação política centrada no enfoque exagerado do perigo do aquecimento global causado pelas ações humanas. O quarto relatório tem sido alvo de fortes críticas, advindas até mesmo de seus defensores, que alegam que burocratas que participaram de sua elaboração removeram as afirmações dos cientistas que realçavam os riscos climáticos.

It obviously matters not whether bureaucratic interference results in exaggerating the climate change risks or minimising them; in either case, and as is now agreed by both main sides to the global warming dispute, the ‘consensus’ advice tendered to governments by the IPCC is political and not scientific. (CARTER, 2007, p. 65)

Uma breve análise das notícias sobre aquecimento global veiculadas no jornal Folha de S.Paulo nos meses de janeiro e fevereiro do ano de 2009

O levantamento das notícias veiculadas no jornal Folha de S.Paulo foi iniciado por meio da consulta no *menu* arquivo Folha, apresentado na página do respectivo jornal disponibilizada na rede mundial de computadores (internet). Nesse *menu* foi feita a opção pela busca nas edições a partir de 1998 por meio do tema “aquecimento global”. As notícias sobre essa temática foram apresentadas em ordem cronológica decrescente, computando o total de 41 notícias no período de 10/01 a 05/03/2009.

Subsidiados em Carvalho (2002), que entende que a produção das notícias envolve a seleção, a organização e a interpretação dos fatos visando o fornecimento de parâmetros para a construção de sentidos para uma dada realidade e de que é possível compreender esse processo por meio do mapeamento das perspectivas contidas nas notícias, iniciamos a análise do conteúdo veiculado nas mesmas.

As notícias veiculadas sobre o aquecimento global, no referido jornal e respectivo período, apresentam duas grandes perspectivas: uma científica que divulga suas conseqüências e outra política que dissemina normas para sua mitigação.

A aplicação da metodologia de Carvalho (2002) ao grupo de notícias com perspectivas científicas permitiu identificar que elas têm as três dimensões apontadas pela autora, sendo a aglutinação das dimensões analítico-descritiva e prescritiva mais freqüente.

As notícias que abarcam apenas a dimensão analítico-descritiva procuram apresentar as emissões de CO₂ advindas das atividades socioeconômicas como responsáveis pela elevação da temperatura média

Aquecimento global e mudanças climáticas na mídia impressa: um debate científico?

global e o conseqüente degelo do Ártico e da Antártica e a elevação do nível dos oceanos. Muitas vezes essas conseqüências são destacadas por afirmações alarmistas, como é o caso da manchete de uma notícia veiculada no caderno ciência de 08/02/2009 que destaca “Caos climático tende a piorar no futuro”; em outra notícia, também veiculada no caderno ciência do dia 14/02/2009, o autor inicia seu texto com a frase “O atestado de óbito do Ártico está assinado”; esse mesmo autor, em outra notícia veiculada no referido caderno do dia 22/02/2009, enaltece a seguinte declaração de um pesquisador alemão: “Em 2100, posso dizer agora, o nível dos oceanos deverá estar aproximadamente um metro acima do que estava previsto pelo modelo [mais pessimista] do IPCC”.

No entanto, uma outra notícia, produzida pela redação do jornal e publicada no caderno ciência do dia 26/02/2009, apresenta uma indicação menos alarmista de que: “O degelo acelerado dos pólos é uma das maiores incertezas nos modelos do aquecimento global”.

Esse conjunto de notícias aborda outras conseqüências do aquecimento global, tais como: mudanças nos padrões das precipitações, savanização da Amazônia, riscos dos períodos mais intensos de secas, ocorrência de ondas de calor e enchentes, ou seja, ocorrência mais freqüente de extremos climáticos, além da maior proliferação de insetos e o aumento da incidência de doenças como a leishmaniose e a dengue.

As notícias que incorporam conjuntamente as dimensões analítico-descritiva e a prescritiva apresentam como o aquecimento global provoca o ressecamento e a conseqüente savanização da Amazônia e o degelo das geleiras continentais (mais especificamente os Pirineus). A dimensão prescritiva dessas notícias remete para as seguintes ações: controlar a emissão de gases de efeito estufa no mundo, principalmente a oriunda da queima de combustíveis fósseis; incentivar o cultivo de plantas com maior albedo (diferentes variedades de milho e sorgo, por exemplo) por meio do estabelecimento de um sistema de crédito de carbono e estabelecer metas para a redução das emissões de gases de efeito estufa na Convenção do Clima, que a ONU está preparando para ocorrer neste ano em Copenhague.

O grupo de notícias sob a perspectiva política também apresenta as três dimensões discutidas por Carvalho (2002). No entanto, ora essas notícias têm apenas a dimensão prescritiva, ora apenas a analítico-

descritiva. Mas também coadunam as dimensões normativo-avaliativa e prescritiva, ou essa última com a analítico-descritiva e, até mesmo, as três dimensões conjuntamente.

As notícias que dispõem somente da dimensão prescritiva difundem as adequações legislativas do Estado de São Paulo, do Brasil e dos Estados Unidos para a redução ou estabilização da concentração dos gases de efeito estufa. São destacadas as seguintes ações: a Política Estadual de Mudanças climáticas que prevê a realização de um inventário das emissões paulistas a partir do qual serão definidas as metas estaduais de redução; a defesa do ministro brasileiro do meio ambiente, em uma reunião do PNUMA, da proposta chamada “Espiral Descendente de carbono” que prevê a responsabilidade conjunta, mas diferenciada, de países desenvolvidos e em desenvolvimento no enfrentamento do aquecimento global, bem como a provisão de recursos financeiros e a transferência de tecnologias limpas para as nações em desenvolvimento.

Já, sobre o governo dos Estados Unidos, que resistiu ao Protocolo de Kyoto durante o governo de George W. Bush, as notícias destacam a posse de Barack Obama e o envio de seu plano de estímulo econômico ao Congresso dos Estados Unidos, no qual constam ações “verdes” para o combate à crise econômica. Um dos principais planos de Barack Obama para restaurar a economia dos EUA é criar milhões de empregos “verdes” e contar cada vez mais com fontes renováveis de energia. A ação planejada para esse fim indica que investir em energia limpa (principalmente em desenvolvimento de tecnologias e modernização de infraestrutura) cria cerca de duas vezes mais empregos do que gastar com combustíveis fósseis, pois para a reforma de prédios energeticamente eficientes e para a construção de campos de energia eólica são necessários carpinteiros, contadores, maquinistas, metalúrgicos e engenheiros.

Essas ações governamentais (em escalas locais, estaduais ou nacionais) têm buscado contribuir com a governança climática global que realizará mais uma Convenção do Clima, em dezembro deste ano, em Copenhague.

As notícias que apresentam somente a dimensão analítico-descritiva evidenciam os contrastes entre o governo Bush e o início do governo Obama, enaltecendo a preocupação desse último com o desafio

Aquecimento global e mudanças climáticas na mídia impressa: um debate científico?

do aquecimento global, com a política ambiental estadunidense, a dependência dos combustíveis fósseis, o investimento em pesquisas de fontes alternativas de energia e com a crise econômica.

Versam sobre a visita de Hillary Clinton (atual secretária de Estado dos EUA) à China, enaltecendo a disposição da secretária para trabalhar em conjunto com a China na busca por respostas ao aquecimento global, no estabelecimento de uma cooperação ambiental, bem como para a crise econômica e para a contenção do programa nuclear da Coreia do Norte.

Também levantam aspectos sobre a desaceleração da economia global e as conseqüentes quedas na cotação dos certificados de redução e emissão de poluentes (carbono), pois a retração da produção implica em menor emissão de gases poluentes, diminuindo a necessidade de certificação e gerando a desvalorização dos créditos de carbono. No entanto, espera-se uma recuperação desse mercado em longo prazo devido às expectativas com relação à política pró-energia limpa de Obama.

As notícias que integram conjuntamente as dimensões normativo-avaliativa e prescritiva, ou essa última com a analítico-descritiva também destacam o processo de transição política nos Estados Unidos e o plano de estímulo econômico de Barack Obama com relação à reversão das políticas de clima (ambiente e energética) de Bush, enfatizando os seguintes aspectos:

- limitação das emissões de CO₂;
- redução do prazo para que as montadoras produzam carros mais eficientes, enaltecendo a seguinte frase de Obama: “Um aumento de 40% na eficiência de nossos carros e caminhões pode economizar mais de 2 milhões de barris de petróleo por dia, que é o que importamos do Golfo Pérsico”;
- geração de empregos “verdes” (construção de linhas de transmissão, dutos e postos de etanol);
- solicitação à Agência de Proteção Ambiental dos EUA a revisão do impedimento da proposição de políticas estaduais autônomas que limitem as emissões de CO₂;
- definição de um negociador-chefe dos EUA para lidar com as questões ambientais e representá-los na Conferência do Clima, que será realizada em Copenhage.

Caracterizam o descaso do governo Bush com relação às emissões de CO₂ e que a decisão de não terem assinado o Protocolo de Kyoto motivou a China a não reduzir suas emissões e, ainda, a ampliar suas usinas termelétricas movidas a carvão mineral; prescrevendo que a única solução para reverter o aquecimento global seria o fechamento das usinas termelétricas chinesas.

A visita da chefe de estado Hillary Clinton à China é relatada, destacando que essa teve um intuito de discutir o meio ambiente e o aquecimento global, em vez de economia ou direitos humanos.

Outro aspecto prescritivo das notícias está relacionado com os países do Golfo Pérsico (Emirados Árabes Unidos, Qatar e Arábia Saudita), ricos em petróleo. Esses países estão unindo esforços para uma revolução “verde” que visa a sua transformação em uma região produtora de energia alternativa. Estão sendo criados fundos de investimentos em energia limpa e aplicados milhões de dólares em projetos de pesquisa em universidades da Califórnia, Boston e Londres para a estruturação de parques de pesquisa verde no Golfo Pérsico. Tal investimento inovador tem a pretensão de manter a posição dominante do Golfo como fornecedor de energia, ganhando patentes e novas tecnologias com promoção de indústrias verdes.

Quanto ao aspecto normativo-avaliativo as notícias ressaltam que os Estados Unidos têm uma segunda chance para reconstruir sua liderança global, que o desafio de Obama não é só o de vencer a crise econômica, mas fazê-lo de modo a reconstruir o modelo econômico, ou seja, aumentar a poupança, reconquistar a competitividade nos setores não-financeiros e reduzir as excessivas concentração e desigualdade que caracterizam o modelo fracassado. Assinalam que “Obama pode efetivamente vincular conservação, eficiência e energia renovável a empregos, crescimento sustentável e segurança nacional”, mas se essa reconstrução não ocorrer estima-se que uma longa fase de paralisia e desordem se abateria sobre o mundo, agravando ameaças como as do clima e do Oriente Médio.

As notícias que contém as três dimensões conjuntamente, ou seja, apontam aspectos do processo do aquecimento global e de suas conseqüências; orientam ações para a sua reversão, mas, principalmente,

Aquecimento global e mudanças climáticas na mídia impressa: um debate científico?

carregam a ideologia de uma necessária e urgente redistribuição do poder global e uma redefinição dos padrões de consumo em níveis sociais e globais para combater os efeitos ambientais e da crise econômica, a promoção de uma ética verde em nível individual e global e de uma igualdade sustentável que respeite a diversidade, uma globalização solidária com mais equidade e justiça social, respeito aos direitos humanos e ao ambiente natural.

Mike Davis, urbanista e professor da Universidade da Califórnia em entrevista concedida à Folha de S.Paulo em 15/02/2009, acredita num “Keynesianismo verde” de Obama, emergindo como uma idéia poderosa que poderia reagrupar o movimento ambiental e os sindicatos em torno do investimento público no emprego e em infra-estrutura verde. E que, em prol dessa proposição, Obama não somente cooperará com a União Européia e outros países que assinaram o Protocolo de Kyoto, mas provavelmente abrirá um canal de negociações climáticas com os chineses na Conferência do Clima, em Copenhage.

Considerações finais

As correlações analíticas efetivadas entre temas da geografia, da comunicação e da climatologia propiciam traçar considerações valiosas sobre os processos de constituição das novas territorialidades no contexto do atual meio técnico-científico e informacional.

A metodologia de Carvalho (2000; 2002) propiciou uma análise acurada das notícias, demonstrando ser um importante instrumento de grande utilidade para o mapeamento da psicosfera à que se refere Milton Santos (2008) e que contribui para a produção das espacialidades contemporâneas, ou seja, a mídia impressa veiculou notícias sobre o aquecimento global e as mudanças climáticas, no período de 10/01 a 05/03/2009, a partir de duas grandes perspectivas: uma científica e outra política.

Com relação ao tema destacado constata-se que a mídia impressa, majoritariamente, não promove um “debate” científico, pois somente divulga a voz do IPCC. O debate científico sobre tal tema, resumidamente apresentado nesse trabalho, não desperta interesse ao

jornal Folha de S.Paulo; considerando que em março do ano passado e março do corrente ano foram realizadas duas conferências internacionais sobre mudanças climáticas, na cidade de Nova Iorque / USA, que visavam discutir as questões omitidas nos relatórios do IPCC, mas que sequer foram anunciadas no referido jornal.

Confirma-se, portanto, o poder que a mídia impressa detém de chamar a atenção para determinados fatos e ocultar outros ou, nos termos que Carvalho (2002) utiliza, de dar voz a alguns atores sociais e silenciar outros.

A temporalidade considerada na análise sublinha os desdobramentos da crise econômica mundial e o processo de transição política dos Estados Unidos, delimitando o caráter da dimensão prescritiva das notícias que procuram disseminar ações políticas globais tendo como pano de fundo o aquecimento global e as mudanças climáticas (a suposta propensão do novo presidente dos Estados Unidos às questões ambientais como a redução das emissões de gases de efeito estufa, o incentivo à pesquisa, o desenvolvimento e o consumo de energias alternativas e a oferta de empregos “verdes”).

Vale salientar, ainda, que a dimensão normativo-avaliativa reforça a ideologia da crença na ciência, de que somente por meio dela é possível desenvolver novas formas de energia capazes de manter o contínuo progresso da sociedade, mas que esse processo deve ter como meta primordial salvar o planeta do caos climático por meio da redistribuição do poder econômico, vislumbrando a posse do novo governo estadunidense, que declara um comprometimento maior com as políticas ambientais, como o marco do início do século XXI a partir do qual novas territorialidades se rearranjarão.

Referências

CARTER, Robert M. 2007 The myth of dangerous human-caused climate change. In: New Leaders Conference May 2-3, 2007. Brisbane. *Conference Proceeding*. Brisbane: Australasian Institute of Mining & Metallurgy, 2007. p. 61 – 74. Disponível em: <<http://icecap.us/images/uploads/200705-03AusIMMcorrected.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2009.

Aquecimento global e mudanças climáticas na mídia impressa: um debate científico?

CARVALHO, Anabela. Opções metodológicas em análise de discurso: instrumentos, pressupostos e implicações. *Comunicação e Sociedade 2*. Braga: Universidade do Minho, v. 14, 2000. (Série Comunicação, Cadernos do Noroeste). p. 143-156

_____. Mudanças climáticas, organizações ambientais e a imprensa britânica: uma análise do poder de perspectivação. In: MIRANDA, J. B.; SILVEIRA, J. F. (Org.) *As ciências da comunicação na viragem do século*. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 1. Lisboa: Vega, 2002. p. 750-762

JAWOROWSKI, Zbigniew. CO2: The Greatest Scientific Scandal Of Our Time. *21st Century Science & Technology*. Washington, D.C., Spring/Summer 2007. p. 14-28. Disponível em: <http://www.21stcenturysciencetech.com/Articles%202007/20_1-2_CO2_Scandal.pdf> Acesso em: 20 fev. 2009.

Jornal Folha de S.Paulo. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>.

MARENGO, José A. *Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade: caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI*. Brasília: MMA, 2006.

MENDONÇA, Francisco. Aquecimento global e suas manifestações regionais e locais: alguns indicadores da região Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Climatologia*, Presidente Prudente, v. 2, n. 2, p. 71-86, 2006.

MOLION, Luiz Carlos Baldicero. Aquecimento Global: uma visão crítica. *Revista Brasileira de Climatologia*, Presidente Prudente, Ano 4, v. 3 / 4, p. 07-24, 2008.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p. 44-55

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2008.





A mídia impressa local: Construindo e reconstruindo visões em sala de aula¹

Adriana Cristina de Almeida
Aparecida de Oliveira Neves Reis
Maria Solange Ferreira

Introdução

As transformações do meio técnico e das tecnologias que vêm acontecendo no mundo estão provocando uma nova configuração da sociedade, caracterizada pela expansão dos processos comunicativos e, conseqüentemente, da informação. O domínio sobre esta desencadeia novos tipos de desigualdades com conseqüências planetárias, pois está diretamente relacionado aos aspectos socioeconômicos à medida que atua como fator condicionante da atual socioespacialidade. Para Flecha (1996, p. 33) as implicações vão desde a crescente importância do *design* (informação acrescentada ao produto) até o incremento relativo de poder do capital cultural das famílias em relação ao poder econômico na determinação do maior ou menor êxito escolar.

O entendimento da centralidade das informações na (re)produção dos atuais arranjos espaciais levou-nos ao interesse pelas implicações destas na vida das pessoas. Além disso, entendemos que a Educação escolar deve difundir os efeitos negativos da sociedade da informação bem como se contrapor à legitimação das desigualdades existentes e aquelas em processo de criação. O domínio da produção e disseminação dos conhecimentos, na atualidade, está garantindo o emprego daquelas pessoas que detêm maior conhecimento. Assim, o presente trabalho aborda o uso do jornal impresso regional de maior abrangência local, o jornal Folha de Londrina, na prática em sala de aula que busca desenvolver ou ampliar a criticidade dos alunos,

¹ Texto orientado e revisado pela professora Dra. Ângela Massumi Katuta da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

A mídia impressa local: Construindo e reconstruindo visões em sala de aula

auxiliando em sua forma de entender e conceber os arranjos espaciais da sociedade por meio da imprensa local.

A sala de aula também é lugar de jornal: informando e ensinando Geografia

Os professores têm encontrado dificuldades no trabalho com os conteúdos em sala de aula, inclusive aqueles da Geografia. Verifica-se que os alunos estão desmotivados por diversos fatores tanto aqueles ligados às questões pessoais como outros de cunho mais externos mas não menos importantes, como a distância expressiva entre os conhecimentos trabalhados na escola e sua realidade. Tal constatação nos causa inquietação, por isso se faz necessário procurar alternativas para resolver este impasse que não se restringe à Geografia.

À medida que possibilita a compreensão dos arranjos espaciais produzidos pela sociedade em que está inserido, no contexto do meio técnico científico-informacional a Geografia está tem uma importância crucial na vida do educando, Desta forma, o uso e reflexão sobre os meios de comunicação em sala de aula constituem uma ferramenta a mais para o professor melhorar a qualidade do ensino.

Para trabalhar com os veículos de informação, o professor precisa estar inteirado de seu funcionamento para que possa ter condições de fazer uma análise crítica mais aprofundada. Desta forma, procuramos neste trabalho discutir a mídia analisando a visão de alguns autores, almejando entender os mecanismos por ela utilizados; como ela funciona e age sobre as pessoas; a importância de se ler nas entrelinhas colhendo, assim, subsídios para, na sala de aula, trabalhar com os alunos, integrando os conteúdos geográficos à mídia, com prioridade para a imprensa escrita.

Verifica-se que aumenta cada vez mais a exigência por profissionais qualificados, capazes de realizar várias funções, sendo que os que não se enquadram são excluídos do processo ou da lógica do mercado. Soma-se a isso, ainda, o fato que vivemos um momento em que até as pessoas com formação superior não conseguem emprego, apesar de possuírem maiores oportunidades. Embora a escola se constitua em um aparelho ideológico

do Estado, a mesma pode ser de grande importância para os alunos menos favorecidos economicamente, pois poderá possibilitar uma melhor inserção no mercado de trabalho, elevando seu nível sócio-econômico e, sobretudo, auxiliá-los no processo de sua constituição cultural e identitária (KATUTA, 1997, p. 35). Sabemos que a mera posse de escolaridade não constitui garantia de emprego, nem de melhores condições de vida, todavia, quem estuda tem maior probabilidade de ter uma melhor qualidade de vida se comparado a quem não possui.

O trabalho com jornal como ferramenta de apoio em sala de aula pode possibilitar aos educandos acesso às informações, aos acontecimentos da contemporaneidade. É necessário conviver e compreender as novas tecnologias dando-lhes uso adequado, o que altera o seu significado no contexto do processo de ensino-aprendizagem. Para Freinet (1991, p. 38), a escola nunca é uma parada, é a estrada aberta para todos os horizontes que se deve conquistar, e ensinar compreende sempre o desafio de renovar, de avançar rumo a um ensino mais concreto e dinâmico. Por isso, o uso dos meios de comunicação em sala de aula é mais um recurso para desenvolver os conteúdos a partir da realidade vivida pela sociedade atual.

Verifica-se que a tecnologia tem apresentado avanços significativos que atingem o cotidiano de pessoas de todas as idades e classes sociais sobretudo no que se refere aos meios de comunicação.

Os meios de comunicação possuem um lugar de destaque em nosso cotidiano. Coloca as pessoas em contato com acontecimentos mundiais e locais, com significativo poder de persuasão e de mudança de comportamento, podendo provocar alterações em nossa cultura, uma vez que esta não é estática, pois incorpora, a todo momento, novos hábitos e padrões de consumo ditados pela lógica do consumo. Cabe também à escola proporcionar a leitura crítica dos meios de comunicação de massa evidenciando que, a despeito de qualquer aparência de neutralidade, há sempre uma ideologia, uma intenção, um posicionamento, principalmente no texto jornalístico. Por isso faz-se necessário mediar a leitura e a interpretação do aluno, ajudando-o a ler nas entrelinhas, evidenciando o que está escrito de forma implícita.

A leitura e a escrita têm sofrido mudanças radicais com o avanço dos meios de comunicação, principalmente com o armazenamento de

informações, produção e reprodução em múltímeios (CD-ROM, discos óticos) que integram a palavra, o som e a imagem, e que estão disponíveis em grandes redes comunicacionais.

Contrastando com o avanço da sociedade, principalmente no campo da comunicação, o modelo atual de escola, de aluno, de professor e de ensino continua sem grandes alterações, como o uso do giz, lousa, carteiras em fila, dentre outros.

A sala de aula pode ainda continuar a mesma, mas os alunos não. Culturalmente, sofreram alterações em todos os aspectos e não concebem mais o professor como única fonte de saber, isso porque aprendem de diversas fontes e formas, envolvendo os aspectos afetivos, cognitivos, intuitivos, utilizando tanto o lado analítico quanto os aspectos emocionais e criativos. Em outras palavras, os mecanismos atualmente utilizados pelos estudantes para aprender, na maior parte das vezes, não são apresentados pela estrutura disciplinar que não possibilita o desenvolvimento de todas as suas capacidades. Muitos alunos estão em “patamares” mais avançados que a escola, isto é, utilizam mecanismos para aprender que nós, professores, ainda não conhecemos e desenvolvemos.

Verifica-se que muitos alunos não estão interessados na maneira como a escola ensina ou deseja ensinar. Apesar de quererem aprender, construir conhecimentos, aspiram outras formas de aprendizagem, distintas das que a maior parte das escolas vêm apresentando.

Existem alternativas frente ao quadro atual, como somente observar, criticar e nada fazer ou procurar saídas para reverter tal situação utilizando as tecnologias disponíveis. Salientamos que, professor e alunos estão imersos na sociedade tecnológica, recebendo, a todo momento, diversas informações que muitas vezes não são trazidas para o ambiente escolar, isso em função da preferência a conteúdos trabalhados muitas vezes descontextualizados da realidade que cerca os alunos. À medida que seguem sem mediação, o conteúdo de alguns livros didáticos abordam muitos conhecimentos que já se encontram ultrapassados ou que não acompanham os avanços tecnológicos, esta prática em geral decorre de uma abordagem dos assuntos de maneira compartimentada, descompromissada com a sociedade.

Freinet (1991) orienta os professores – na sua forma poética de escrever sobre Pedagogia – com palavras sábias. Afirmo que devemos estar

sempre atentos, em alerta, frente às atitudes em sala de aula, aos conteúdos, aos métodos, às técnicas que são utilizadas buscando sair da mesmice. A discussão que permeia este trabalho busca um ensino de Geografia mais eficiente, com resultados favoráveis para o educando, que deve utilizar os conhecimentos construídos para uma compreensão da realidade mais crítica.

Prosseguindo na análise de Freinet (1991, p. 94), este expõe suas preocupações com as atitudes dos professores que impedem o crescimento dos alunos, sugerindo que se parta da tradição, a fim de nela se apoiarem nos momentos difíceis. Contudo, alerta que é necessário ultrapassar e abandonar os caminhos traçados, lançar pontes, cavar túneis, escalar encostas, alcançar cimos, para irmos sempre em busca de mais clareza e sol, ou seja, mais conhecimento.

De acordo com Freinet (1991, p. 94), temos que ir além dos pressupostos tradicionais, que resultam em atitudes ultrapassadas e, conseqüentemente, aulas que não promovem a aprendizagem, embora as atividades diversificadas, não possam ser utilizadas como um fim em si mesmo. Entretanto, podem proporcionar aberturas às transformações. Aulas práticas, trabalhos de campo, experiências científicas, dramatizações, entre outras, não possuem valor algum se não promoverem a aprendizagem, o crescimento intelectual. Por isso, nem sempre é possível e necessário o uso de novidades, pois a melhor atividade é aquela que atende às necessidades do conteúdo trabalhado voltado à aprendizagem do aluno. Para isso, é necessária a conciliação dos conteúdos geográficos com as experiências vividas pelos alunos, o que, via de regra, instiga o educando a continuar aprendendo.

O trabalho pedagógico com a comunicação, especificamente com jornais impressos e noticiários televisivos, pode auxiliar na formação de alunos críticos em função da análise e reflexão sobre os conteúdos veiculados pelos mesmos na sala de aula. O professor se constitui neste processo como mediador. Cabe lembrar que os meios de comunicação apenas informam, ou melhor, despejam sobre os telespectadores um “amontoado” de informações que, na maioria das vezes, não sabem lidar com as mesmas. É neste contexto que a escola surge como locus para discutir as informações recebidas, a fim de (re)significá-las, para que possam ser exploradas em todo o seu caráter formativo. Aqueles que, por determinado motivo, não

têm contato com os meios de comunicação terão oportunidade de entrar em contato com acontecimentos, atualizando e discutindo suas as repercussões, opinando e ouvindo as dos demais alunos, formulando sua própria conclusão.

Todos têm o direito de interferir, de atuar na própria formação, porque a experiência e a vivência não podem ser negadas à educação a que se pretende em favor da explicação apenas teórica. A mera valorização do saber descontextualizado faz crer aos indivíduos que estes podem ter acesso ao conhecimento pelo conhecimento, negando-lhes a própria experiência, elemento fundamental no processo de aprendizagem escolar, como afirma Freinet (1991, p. 42). Portanto, cada sujeito envolvido no processo de ensino e aprendizagem deve ter oportunidade de fazer sua parte, caso contrário não serão indivíduos completos. Aluno e professor precisam um do outro, mas em nenhum momento o segundo pode realizar a parte que cabe ao primeiro no processo educativo.

De acordo com Gebran (1991), há uma forte correlação entre o comportamento dos alunos e a posição que os professores adotam. Ao controlar toda a ação pedagógica, o professor faz com que a participação do educando seja inibida ou não ocorra. É o professor que dita as atividades, controlando assim a participação do aluno, ou melhor, a não participação, culminando com a dependência deste em todos os momentos do processo educacional, não permitindo que ele seja sujeito da produção do seu conhecimento.

A escola, mediante um trabalho compromissado com a sociedade da qual é integrante, deve possibilitar o acesso à informação, bem como sua utilização e aplicação. Ressaltamos que, ao assumir tal atitude, as pessoas não serão apenas receptoras que, simplesmente, digerem as mensagens. Isso porque a alteração do panorama implica em educar os novos cidadãos não apenas para consumir a informação, especialmente aquela que está disponível nos meios de comunicação de massa (MELO, 1986, p. 76). Assim, compreendemos que o uso dessa ferramenta contribui para o desenvolvimento da capacidade de usar a informação em favor da cidadania crítico-reflexivo, sobretudo no atual contexto do capital, em grande parte movimentado e (re)produzido espacialmente pelas tecnologias.

Desse modo, como já foi mencionado, cabe também à escola

proporcionar a formação da capacidade de leitura crítica das informações transmitidas pelos órgãos de comunicação de massa, mediante uma análise sistemática do que veicula, da maneira como o faz, à medida que estes difundem valores, conceitos e abordam os mais variados arranjos espaciais. Entretanto, a análise não deve se restringir ao levantamento dos aspectos negativos e positivos das abordagens. A crítica e análise devem acontecer simultaneamente para que haja construção de saberes e não apenas uma mobilização momentânea em torno de um mesmo assunto, fato que ocorre quando se faz a crítica pela crítica, sem uma análise mais ampla.

Para Bastos (1988), as pessoas, desde a infância, desenvolvem sua capacidade de julgamento, pois crescem num contexto global com a família, os amigos, a escola, fato que não deve liberar os pais e professores de atentar para os programas e textos que aos quais os filhos e alunos têm acesso.

Alertamos quanto ao uso de jornais e metodologias que não consideram os conteúdos escolares, o que pode colaborar com o empobrecimento do trabalho educativo. O trabalho com jornais e revistas não pode substituir a linguagem científica, pois sem um sistema teórico, ou pelo menos um discurso conceitual mais organizado e sistematizado, não há como enfrentar e interpretar os fluxos de mudança e, com isso acionar o valor educativo da Geografia, que contribua significativamente para o aluno se situar no mundo e compreender seus arranjos espaciais. (OLIVA, 1999, p. 46).

Melo (1986, p. 41) afirma que é preciso ter consciência de que a imprensa se estrutura na sociedade capitalista como um espaço privilegiado da burguesia, registrando alguns acontecimentos, difundindo informações e opiniões.

Assim, os educadores certamente saberão como conduzir seus trabalhos, procurando, com a construção dos conhecimentos, estimularem a criticidade dos alunos, evitando que se tornem cidadãos condenados à marginalidade social e política, à medida que se oferecem possibilidades para que venham a ser indivíduos capazes de intervir nas decisões políticas. Sendo assim, por que não trabalhar com os fatos históricos e geográficos atuais? Eles estão no jornal. As novas descobertas da ciência, as tendências da conjuntura política, as novidades da tecnologia, e tantas coisas mais são

acessíveis pelos meios de comunicação que, segundo Weisz (2000, p. 51), estão à disposição do professor.

A escola, interessada ou não no mundo que a cerca, não pode deixar à margem o fato de que seus alunos e professores, inclusive a própria escola - mesmo que esta aja como se não fizesse parte -, fazem parte do mundo, influenciando-o e sendo pelo mesmo influenciado.

De acordo com Citelli (1997, p. 19), após realizar uma pesquisa entre professores e alunos, verificou-se que ambos estão muito distantes, parecem viver em realidades diferentes. Enquanto os professores não utilizam linguagens não escolares, salvo raras exceções, os alunos apresentam um amplo conhecimento dessas linguagens. A aula corre soberanamente circunscrita aos conteúdos escolares, a despeito do fato de o mundo dos estudantes estar cada vez mais marcado pelos meios de comunicação de massas em suas múltiplas variações.

Na concepção de Napolitano (1999, p. 12), a midiabilidade implica a existência de um campo social dominado pela mídia, sobretudo a eletrônica, catalisando um conjunto de experiências e identidades sociais.

Os dizeres de Melo (1986) vem ao encontro das nossas expectativas pelo fato de reforçar a importância do trabalho com meios de comunicação, alegando que estes atuam como veículos de atualização, principalmente para os educadores e que, apesar dos interesses políticos e econômicos que estão imbuídos nas reportagens, são úteis, possibilitando a comparação entre notícias de diferentes fontes, ampliando a visão de mundo conforme o desenvolvimento da criticidade, seguida de análise. Isso tudo com a obrigatória mediação do professor.

A atualidade exige que o professor adote uma postura frente à mídia, assumindo papel ativo, não importando os fins da mesma, uma vez que o mesmo tem, ou deveria ter, capacidade para utilizá-la. Napolitano (1999) mostra a importância dos professores estarem atentos aos programas de cunho pedagógico ou não, diagnosticando os recursos de linguagem que utilizam para trabalhar os conteúdos escolares.

Os jornais e revistas enriquecem muito a aula, embora sua circulação seja restrita entre os alunos e também entre os educadores, em decorrência do seu alto custo. No entanto, marcam presença na vida das pessoas, não podendo ser postos à margem. Devem ser trabalhados de forma sistemática,

constituindo-se numa oportunidade de acesso e manuseio dos que com eles não têm contato. O trabalho com eles é o momento de ampliar a visão de mundo, de desenvolver mecanismos de interpretação, libertando-se da massificação e dominação dos que possuem o poder de pautar e elaborar versões sobre os fenômenos que ocorrem diariamente.

É mister que o professor desenvolva habilidades para dinamizar o uso de jornal e revistas. Todos têm o poder de fascinar (uns mais que outros), mas quando se trata de uma sala de aula repleta, entre trinta a quarenta alunos trabalhadores, uma série de barreiras necessita ser vencida, dentre elas o cansaço, o desânimo, entre outras. As atividades propostas precisam ser mais atrativas, se sobrepondo, inclusive, ao “bate-papo” junto aos colegas. É preciso considerar, porém, que a presença das novas tecnologias no cotidiano dos alunos obriga e obrigará cada vez mais a se repensar as próprias estratégias de formação dos profissionais em educação (CITELLI, 1997, p. 23).

Segundo Citelli (1997) o uso da mídia impressa em sala de aula requer uma discussão sobre a figura do professor e seu papel em sala de aula porque, em nossas escolas, sistemas multimidiáticos (computadores, programas de televisão), estão cada vez mais presentes, colocando o professor em patamar distinto do que possui hoje.

Concordamos com Citelli (1997) quando ele afirma que a posição a ser tomada pelo professor é se preparar, qualificar-se para trabalhar com a mídia, com as linguagens, objetivando ler, entender os seus significados e mecanismos, bem como as consequências que os mesmos têm sobre as pessoas. Para que a Educação escolar alcance seus objetivos é preciso reconhecer a diferença entre os alunos. As reflexões acerca da inteligência culminaram com a teoria elaborada na década de 1980 sobre as inteligências múltiplas de Gardner, psicólogo e pesquisador da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos (SMOLE, 1999). De acordo com Gardner, as pessoas fazem uso de inteligências diversas, de acordo com o que realizam. Isso ocorre pelo fato das atividades não requerem o uso do mesmo tipo de inteligência.

Smole (1999), ao parafrasear Gardner afirma que existe mais de uma inteligência, que a pessoa nasce com todas e vai desenvolvendo-as no transcorrer de sua vida, podendo assim serem estimuladas. A escola tem um papel importante no desenvolvimento das inteligências. Por isso, é

imprescindível trabalhar com diversas metodologias, procurando desenvolver o ser humano por completo.

Smole (1999, p. 13) ressalta que as inteligências interagem entre si, combinam-se; o principal desafio da educação é, portanto, entender as diferenças no perfil intelectual dos alunos e formar uma idéia de como desenvolvê-lo.

A seguir apresentamos a materialização das ações desenvolvidas em sala de aula com a mídia local impressa.

A mídia impressa na sala de aula

O trabalho com a mídia impressa em sala de aula requer, antes de qualquer ação, a seleção de matérias que mais se enquadrem com os conteúdos a serem trabalhados. É necessário mencionar que nem todos são passíveis de serem abordados com os recursos da mídia; sendo assim, é necessário o uso de outras atividades. A escolha da mídia local impressa no trabalho realizado decorreu em virtude desta trazer acontecimentos e informações próximas ou integrantes da realidade dos educandos, os quais muitos compõem a gama de conhecimentos enfocados pela ciência geográfica, isso porque as ações humanas se materializam no espaço geográfico.

O novo desafio foi utilizar a mídia local de forma a despertar o interesse do aluno, que não se constituísse em mais uma imposição a ser realizada para “ganhar” nota.

Assim, diante deste impasse, procuramos trabalhar com temas instigantes e que, ao mesmo tempo, colocassem o aluno numa relação dialógica, tendo o professor como mediador da construção do conhecimento. Neste processo de ensino aprendizagem professor e aluno assumiram uma atitude ativa de pesquisa e investigação.

A seguir, descrevemos as atividades realizadas pelas profissionais da educação pública em sala de aula.

Construção de conteúdos geográficos e da visão crítica na sala de aula

Aproveitando o momento de euforia e curiosidade propusemos uma série de atividades para os alunos da sétima série da Escola Estadual Monteiro Lobato, localizada no município de Sertanópolis-Pr. As atividades foram levantar, selecionar, recortar, ler e expor na sala de aula reportagens sobre as Olimpíadas, veiculadas no Jornal Folha de Londrina. Em seguida, as mesmas foram coladas num painel no corredor da escola para socialização.

Um dos objetivos desta atividade foi instigar os alunos a lerem, entenderem e sintetizarem as idéias principais das reportagens. Tal atividade foi um grande passo diante de um dos muitos problemas que se enfrentam na escola: a falta de interesse pela leitura.

No decorrer da apresentação das reportagens, além de sintetizarem as notícias das olimpíadas para os colegas, passaram a expressar suas opiniões e a questionar o porquê da maioria dos atletas que ganharam as medalhas serem dos países desenvolvidos ou da China. A partir destas discussões procurou-se mediar o entendimento das profundas desigualdades sociais entre os países que, não por acaso, são visíveis também nos esportes, principalmente numa situação de olimpíada. Assim, permitiu-se ao aluno perceber que o padrão econômico e espacial de concentração de renda no mundo tem conseqüências no dia a dia dos cidadãos. Esta atividade também colaborou para que os alunos refletissem sobre as desigualdades concretas existentes entre diferentes sociedades e ajudou-os na compreensão de que os países que direcionam seus investimentos em educação, saúde, esportes, entre outros, interferem na qualidade de vida da população.

É importante destacar também que a leitura das reportagens do Jornal Folha de Londrina sobre as olimpíadas na China despertou o interesse dos alunos sobre as diferenças de horários entre os países. A partir deste questionamento passaram para a análise do mapa mundi e dos fusos horários. Posteriormente realizaram exercícios envolvendo várias cidades do mundo com inúmeras problematizações por meio dos quais tiveram curiosidade e facilidade para resolver.

Outro objetivo foi oportunizar aos alunos o contato com linguagens

diferentes daquela usada pelo livro didático, pois ler um jornal pode incentivá-los a se tornarem leitores da mídia impressa como um meio para entender o mundo que os cerca. Neste momento o papel do professor é evidenciar que os jornais escrevem sua versão para os fatos, ou seja, é preciso capacitar os alunos para entenderem o significado implícito no discurso da mídia, o qual mostra-se eivado de conflitos e tensões já que envolvem as relações de poder na sociedade e podem manipular as notícias conforme os interesses envolvidos.

Porém, para alcançar o objetivo acima, é preciso, em primeiro lugar, ensinar o aluno a ter o domínio da leitura, isto é, interpretar para, depois, ao ler um jornal, questionar e confrontar as versões dos acontecimentos apresentados. Enfim, os jornais podem ser instrumentos que, se utilizados de forma crítica, podem colaborar com a construção do pensamento.

Verificamos que a análise geográfica a partir do uso do jornal despertou interesse nos alunos. Partindo de reportagens sobre as olimpíadas, os estudantes deram os primeiros passos para se familiarizarem com uma linguagem que não estavam acostumados e não tinham quase acesso. Como afirma Katuta (2005, p. 1) “As diferentes linguagens podem ampliar a capacidade de apreensão e compreensão da Geografia dos fenômenos, em uma percepção que privilegia a tensão dialética existente na nossa sociedade.”.

Uma segunda atividade desenvolvida foi o uso de mapas meteorológicos com uma turma de primeira série do Ensino Médio do Colégio Estadual Machado de Assis. A atividade deu-se com a separação prévia da folha na qual constava o mapa. Em seguida, selecionamos a representação cartográfica bem como sua respectiva legenda e, numa folha de sulfite, fixamos a mesma, juntamente com as atividades. Dados como a data foram colocados em virtude da variação dos tipos de tempo ser constante ao longo de um período. Este trabalho foi necessário, para evitar que os alunos entrassem em contato com o texto explicativo das informações contidas nos mapas. Isso porque eles teriam que analisar os mapas e tirar suas próprias conclusões no que se refere às transformações do fenômeno representado.

O objetivo foi usar a atividade como instrumento avaliativo em relação à leitura de mapas. Foi avaliada a leitura das informações do mapa

por meio do uso da legenda e a capacidade de localização das várias regiões do estado do Paraná a partir da orientação inserida no mapa.

Quanto ao objetivo de que os alunos lessem as informações do mapa através da legenda, comprovou-se um aproveitamento de mais de 80%, não apresentando dificuldades. Em seguida, pedimos uma leitura das informações contidas dentro do mapa, como as máximas e mínimas temperaturas das principais cidades do Estado do Paraná. Esta atividade também teve aproveitamento excelente. Quando se buscou fazer a localização de informações por regiões sem que o mapa trouxesse a divisão regional, constatou-se dificuldades por grande parte dos alunos em dividir a área do Estado em relação à orientação apresentada no mapa que foi apenas a indicação da direção Norte.

Tal atividade pode ser ampliada para uma análise a partir do uso de uma série de mapas meteorológicos de diferentes datas e localidades, propiciando uma comparação entre as variações do tempo no decorrer do ano e em relação a lugares de diferentes latitudes e altitudes.

No tocante aos resultados, é importante registrar que, num primeiro momento, os alunos encontraram dificuldades, uma vez que não é comum a realização de atividades com dados locais. Para Weisz (2000, p. 52), é muito importante criar oportunidades para que os alunos entrem em contato com informações de diversas fontes; caso contrário, terão dificuldade em coordenar os procedimentos para efetuar uma pesquisa bibliográfica.

A mídia regional é uma fonte inesgotável para a ciência geográfica, como já foi mencionado. Assim, cabe ao professor de Geografia propor encaminhamentos metodológicos distintos ao trabalhar com textos jornalísticos.

Os conteúdos geográficos podem ser complementados, enriquecidos com o material veiculado pela mídia local.

Outra atividade que realizamos foi o desenvolvimento do conteúdo Estruturante *Dimensão econômica*, proposto pelas Diretrizes Curriculares do Paraná para a 6ª série do Ensino Fundamental. Assim, na mesma turma foi aplicada uma terceira atividade para tornar os problemas urbanos mais compreensíveis para os alunos, incluindo problemas mais sérios como homicídios. Em 2008 o município teve um total de 16 homicídios, esse número parece pequeno para uma cidade de grandes dimensões, porém,

altos para Sertanópolis que possui em torno de dezesseis mil habitantes. Os conteúdos apresentados pelos livros didáticos não abordam os problemas urbanos de forma contextualizada, muitos elencam os vários problemas sem correlacioná-los, sem apontar as suas origens, bem como omitem os movimentos sociais existentes na cidade, a batalha diária dos cidadãos contra tais problemáticas.

Os problemas urbanos são complexos; por isso, para serem entendidos, necessitam ser inseridos em um contexto, cujo conjunto de fatores se correlacionam.

O texto jornalístico na sala de aula possibilita aos alunos perceberem que exemplos citados em livros didáticos acontecem com seres humanos reais.

A atividade realizada consistiu em solicitar aos alunos que trouxessem reportagens relacionadas a problemas urbanos para que, juntos, no processo de construção deste conhecimento, pudessem ultrapassar o caráter superficial da mera listagem dos problemas, isso porque as mesmas nos auxiliariam a contextualizá-los.

Os alunos trouxeram para sala de aula diversas reportagens, as quais foram lidas, discutidas com toda a turma e expostas num mural. Salienta-se que muitos possuíam dúvidas se seus textos abordavam realmente um problema urbano, por desconhecerem que estes são amplos e diversificados, que se multiplicam na atualidade por diversos fatores, dentre eles o desemprego, a violência, falta de moradias adequadas, falta de saneamento básico, entre outros.

Dentre as reportagens trazidas pelos estudantes estavam: acidentes de trânsito, assassinatos, poluição, drogas, roubos e segurança. Ao trabalhar com problemas urbanos locais os educandos puderam estabelecer correlações com as questões globais, à medida que percebiam que o local e global estão interligados.

Próximos desafios

Melhorar cada vez mais a qualidade das aulas continua sendo um desafio para os professores comprometidos com a Educação. Assim,

acreditamos que uma das alternativas rumo a horizontes que certamente conduzirão em caminhos para um ensino de excelência será o uso da mídia impressa atrelada a outras metodologias e também a outras ciências.

Outro desafio é a construção do jornal escolar que deverá ser veiculado mensalmente com o intuito de incentivar a produção escrita dos alunos de Geografia com a intenção de proporcionar ainda a leitura de reportagens diversificadas e atualizadas sobre os acontecimentos e assuntos referentes à escola possibilitando a melhora na escrita e ajudará no desenvolvimento do senso crítico, tão importante para sobreviver no mundo em que vivemos.

Acreditamos que o trabalho com a mídia impressa nas aulas de Geografia será de grande auxílio para o desenvolvimento do discurso como prática social, o qual se constitui no conteúdo estruturante da disciplina de Língua Portuguesa, pois verificamos que os alunos não apresentam gosto pela leitura, e nem pela produção escrita; os textos são curtos, sem organização, com muitas trocas de letras, vocabulário restrito, com pouca ou nenhuma argumentação ou senso crítico.

Nossa proposta se baseará no uso dos meios de comunicação, principalmente da imprensa escrita, pois centraremos o trabalho na produção mensal do jornal da escola “A sala de aula também é lugar do jornal”, e também da organização da hemeroteca que poderá ser utilizada pelos demais professores da escola. O jornal deverá contemplar os acontecimentos mundiais, regionais e locais, ou seja, o global e o local se interagindo.

Desta forma o material se constituirá numa fonte riquíssima de informação, bem como de formação de conhecimentos e de desenvolvimento do senso crítico. Será espaço de recados, de classificados, de divulgação científica, dentre outros. Buscar-se-á o desenvolvimento de uma Geografia que tenha como objetivo auxiliar na construção de uma sociedade que ofereça uma vida mais digna a todos,

Ao montar e editar o jornal escolar pretendemos que o aluno seja capaz de elaborar e expressar sua visão de mundo e atuar sobre o mesmo, de modo a melhorá-lo.

Almeja-se que, sob orientação, os alunos sintam-se mais seguros e ampliem seu vocabulário, tornando-o mais rico e também compreendam como se dá a elaboração de um jornal, bem como de uma reportagem, demonstrando entendimento do assunto lido.

O projeto tem potencial para colaborar na ampliação de oportunidades para que os alunos passem mais tempo na escola, se aperfeiçoando e deixando de lado o perigo da marginalidade.

Espera-se que haja o desenvolvimento do senso crítico e ampliação das visões de mundo. Quanto à produção de texto objetiva-se que ocorra uma melhora significativa, eliminando-se as omissões e trocas ortográficas, produzindo-se com a coesão e coerência.

Num primeiro momento far-se-á uma coleta de jornais e revistas, bem como a colaboração de profissionais da escola e da comunidade escolar, que sejam assinantes de jornais, façam doações dos mesmos para a escola.

As reportagens e documentários serão selecionados, sendo também solicitado aos alunos que assistam telejornais, na medida do possível, para ficarem inteirados dos acontecimentos mundiais, nacionais e regionais. Do mesmo modo, professores e alunos selecionarão as reportagens coletadas em jornais, ocorrendo, assim, à criação do arquivo de jornais, ou seja, a hemeroteca, a qual estará disponível para todos os alunos da escola como fonte de pesquisa, consulta para a realização de trabalho escolar, ou como fonte de informação.

Os recortes de jornais serão arquivados em pastas confeccionadas pelos próprios alunos, registradas e numeradas, com registro feito em ficha catalográfica, por assunto. Também será elaborada uma lista de assuntos em ordem alfabética para facilitar as consultas.

Neste projeto serão reservados momentos para a montagem da Hemeroteca, para a ampliação da leitura, do contato com textos jornalísticos, e com a organização de um jornal. Também haverá momentos para a realização de entrevista, coleta de informações, registros dos acontecimentos locais, busca de notícias para serem veiculadas pelo jornal, bem como leitura e organização de reportagens escritas por outros alunos e professores.

Pontos positivos do trabalho realizado

O trabalho desenvolvido com a sexta e sétima série do ensino fundamental e primeira série do Ensino Médio teve como objetivo construir o conhecimento junto com os alunos, evidenciando que o conhecimento é

um processo dialético, não estático e, sim, dinâmico e que eles podem atuar nesta construção; ou seja, entregar-se a um processo de transformação do conhecimento que o aluno traz que o professor objetiva desenvolver, modificando, conferindo a este a sua contribuição;

Outro ponto foi o fato de possibilitar ao educando condições de se localizar no espaço e fazer a leitura política, social e econômica da realidade, tendo uma visão do local para o global, para agir e interagir com autonomia. Também foi possível uma ampliação do seu vocabulário, o desenvolvimento da argumentação e do senso crítico, a ampliação de suas visões de mundo.

Constatou-se ainda que o uso das reportagens de jornal serviu como uma forma de instrumentalizar o aluno a fazer a leitura do espaço geográfico e compreendê-lo com mais facilidade.

A realidade espacial contemporânea é caracterizada por sua complexidade. Para o ensino de Geografia abarcar essa complexidade torna-se necessário a utilização de diferentes linguagens, por isso, ao recorrer às reportagens dos jornais, certificou-se que o repertório de informações dos alunos aumentou de maneira significativa, num curto espaço de tempo e o raciocínio divergente também foi ativado como decorrente dos debates gerados entre os alunos. Isto significa dizer que o fato do aluno trabalhar com matérias jornalísticas como fonte de informação exige o desenvolvimento da interpretação e do raciocínio lógico.

Considerações finais

A realização deste trabalho possibilitou iniciar entre os educandos a construção de uma postura investigativa a partir dos diferentes olhares e abordagens enfocadas na divulgação da notícia.

A participação dos alunos ocorreu de forma intensa, principalmente porque os mesmos tiveram a oportunidade de escolher o material utilizado nas atividades e a forma como estes seriam apresentados.

A utilização das reportagens constituiu-se em uma forma de desenvolvimento da autonomia do aluno, baseado no conhecimento de fatos apresentados e versões de uma notícia. Tal conhecimento promoveu uma reflexão acerca do mundo em que vivemos, seja em âmbito local ou

global. Esse conhecimento auxilia na construção e reconstrução dos entendimentos acerca dos arranjos espaciais de uma sociedade.

A produção de notícias foi vista aqui não apenas como informação sobre os fatos que ocorrem cotidianamente, mas como idéias a serem defendidas, que podem representar a visão de um povo, de um grupo, ou de uma só pessoa.

Vale ressaltar que todo o trabalho pretendeu ampliar o horizonte de expectativas dos alunos quanto à construção e evolução crítica do pensamento, ou seja, a partir de uma postura investigativa com relação aos fenômenos pode-se confirmar ou negar uma idéia, expandir ou transformar a visão de uma realidade apresentada.

O trabalho com novas linguagens em sala de aula trouxe resultados satisfatórios e também surpreendentes, ao mesmo tempo em que nos ajudou a conhecer melhor os alunos, ouvir seus posicionamentos, seus entendimentos do texto lido, suas conclusões e principalmente suas dificuldades, inclusive pelo pouco contato com a imprensa escrita.

Referências

- BASTOS, Laura. *A criança e a TV: um desafio para os pais*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CITELLI, Adilson Odair (Org.). Escola e meios de massa. In: CITELLI, Adilson Odair. *Aprender e ensinar com textos*. São Paulo: Cortez, 1997. p.17-28.
- FLECHA, Ramón. As novas desigualdades educativas. In: FLECHA, Ramón. *Novas perspectivas críticas em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.33-49.
- FREINET, Celestin. *Pedagogia do bom senso*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- FUSARI, R. M. Felisminda. Mídias e formação de professores: em busca de caminhos de pesquisa vinculada à docência. 3.ed. In: FAZENDA, Ivani. *Novos enfoques da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 99-118.
- GEBRAN, Raimunda Abou. *Como o rio não cabia no meu mapa, eu resolvi tirá-lo*. - o ensino da Geografia nas séries iniciais do 1º grau. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- KATUTA, Ângela Massumi. *O Estrangeiro no mundo da Geografia*. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Adriana Cristina de Almeida; Aparecida de Oliveira Neves Reis; Maria Solange Ferreira

KATUTA, Ângela Massumi. *Ensino de Geografia X mapas: em busca de uma reconciliação*. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MELO, José Marques de. *Comunicação e libertação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

OLIVA, Jaime Tadeu. Ensino de Geografia: um retardo desnecessário. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). *A Geografia em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 34-49.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar a televisão na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1999.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. *Múltiplas inteligências na prática escolar*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação à distância, 1999.

WEISZ, Telma; SANCHEZ, Ana. *O diálogo entre o ensino e aprendizagem*. São Paulo: Ática, 2000.



Experiências didáticas com o jornal impresso¹

*Carla Aparecida Coccia
Dorotéia Kovalczuk Portelinha
Edilucy Maria Cunha Gaspar
João Carlos Ruiz*

Introdução

 Este texto enfoca a utilização do jornal impresso como um recurso auxiliar no ensino dos conteúdos da geografia no ensino básico. Trataremos da utilização, em sala de aula, do jornal impresso, considerando a sua acessibilidade e necessária interação com o livro didático de forma a facilitar a compreensão da territorialização de antigos e dos novos arranjos espaciais.

Na construção dos saberes, o uso de recursos diversos para abordar os fenômenos geográficos, como por exemplo, os mapas, textos, vídeos, revistas, computadores, principalmente aqueles voltados à escala local, pode permitir ao estudante perceber e compreender de maneira contextualizada o lugar em que se vive, além de auxiliar na produção de espaços mais democráticos.

Ao se construir o conceito científico no imaginário infantil, partindo da realidade em que o sujeito está inserido, há uma grande possibilidade de se alargar e modificar o conhecimento auto-construído. Algumas experiências foram relatadas com o objetivo de ilustrar o uso do recurso ora em questão. Compreendemos que, dessa maneira, como a geografia pode contribuir efetivamente com a formação de cidadãos críticos e atuantes. Essa, consideramos, é uma forma diferente de utilização de recursos e processos que contribuem para a aprendizagem. Ela é uma atividade que proporciona a vivência e a decodificação da geograficidade do cotidiano do estudante.

¹ Texto orientado e revisado pela professora Dra. Ângela Massumi Katuta da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

O jornal impresso como recurso didático

A utilização do jornal impresso como um recurso auxiliar no ensino dos conteúdos da geografia do ensino básico, em associação com o livro didático pode proporcionar uma análise dos arranjos espaciais em múltiplas escalas. Isso porque o livro didático geralmente aborda assuntos no plano das generalidades. Por sua vez, o jornal impresso torna-se um recurso, uma ferramenta, por meio do qual se pode fazer diversas articulações das mais simples às mais complexas escalas do conhecimento, tratando de assuntos do âmbito local, passando pelo regional ao global.

Dentre os diversos recursos que dialogam com o livro didático de geografia, o uso do jornal impresso se apresenta como uma alternativa adequada para o educador que quer vencer os desafios e as dificuldades inerentes ao ato de ensinar Geografia às crianças e jovens da Educação Básica. Porém, nada impede que, se determinado fato ocorrido local ou globalmente for de relevância para a compreensão da atualidade pelo estudante, se empregue a criatividade e a consciência geográfica, explorando o jornal como fonte de informação e esclarecimento. Citamos como exemplo, o terremoto ocorrido em maio de 2008 na China. Tal evento tectônico chamou a atenção dos estudantes e foi explorado pelo professor, que solicitou aos estudantes a coleta de artigos e fotos de jornais sobre o ocorrido. Ao serem trazidos à sala de aula foram lidos, tabulados e discutidos.

Segundo Katuta (2004) o objetivo pedagógico do ensino de Geografia é o entendimento dos arranjos espaciais por meio da dialética entre os conhecimentos geográficos não formais e os científicos. Explicitar o que são os conhecimentos geográficos não formais e o que são os conhecimentos científicos, em que medida os dois devem dialogar para que ocorra a aprendizagem da leitura das paisagens vivenciadas é uma forma para que os estudantes compreendam os arranjos espaciais atuais e passem a ter significados, para que assim, interfiram em sua organização.

O pesquisador francês Gérard Vergnaud (2008, p. 32-36) afirmou:

Jean Piaget disse que o conhecimento é uma adaptação à situação nas quais é necessário fazer algo. Por isso, se não confrontarmos as crianças com situações nas quais elas precisam desenvolver conceitos, ferramentas, limites, elas não têm razão para aprender. Isso vale para a Escola, mas também para a vida, para a experiência profissional.

Verifica-se na afirmação transcrita o quão importante é a elaboração de estratégias de aprendizagem que permitam uma participação ativa do estudante, o que reforça a importância de o professor conhecer a didática de sua disciplina.

Em relação ao uso do jornal em sala de aula, a sua importância não se dá simplesmente pelo fato de incentivar os estudantes a lerem, mas principalmente por proporcionar condições com que eles desenvolvam a capacidade de interpretação de textos, de confronto das suas idéias com a realidade, base fundamental para a construção de sua capacidade de argumentação. Ou seja, o uso do referido instrumento permite ler, compreender e opinar, habilidades e atitudes fundamentais para a construção da autonomia intelectual dos sujeitos.

Neste sentido, uma boa metodologia é iniciar o trabalho com leitura em grupo, analisando e fazendo críticas aos textos. É preciso, a partir desses últimos, propor situações que façam sentido aos estudantes. Nesse aspecto, consideramos a dimensão do cotidiano muito importante por se tratar de uma escala fundamental na constituição dos sentidos pelos estudantes, isso porque os acontecimentos são por eles vivenciados em seu dia-a-dia, devendo, necessariamente serem significados numa perspectiva científica.

Considerando o exposto, avaliamos que a utilização do jornal como um instrumento pedagógico dentro da sala de aula é uma ferramenta interessante porque também pode auxiliar na ampliação da motivação para a aprendizagem. A leitura e o estudo dos textos jornalísticos inseridos em um contexto pedagógico do trabalho com os conteúdos de aprendizagem, em alguns casos, complementam de forma significativa e contextualizada a realidade do estudante, isso porque somente o livro didático não dá conta de explicitar. Sendo o jornal um instrumento de informação, sua utilização em sala de aula pode auxiliar a formar um conjunto de cidadãos mais participantes e críticos de sua realidade.

Experiências didáticas com o jornal impresso

Priorizando o desenvolvimento acadêmico fundado no acesso às informações necessárias para o orquestramento dos processos intelectivos dos indivíduos, o uso do jornal incentiva uma leitura crítica, permitindo ao estudante refletir sobre a realidade dos problemas sociais, ambientais, culturais, entre outros, de forma que, com a orientação do professor, ele raciocine e questione as causas e consequências dos mesmos. Isso porque este veículo de informação traz um grande conjunto de opiniões e interesses variados, constituindo-se num eficiente espaço de divulgação de idéias junto aos seus leitores. Não por acaso, as elites detêm o poder sobre uma parte significativa dos meios de comunicação.

A despeito disso, o jornal impresso costuma apresentar de modo atual os acontecimentos e informações nas mais variadas escalas pois ao confrontar tais informações às do livro didático, os estudantes poderão elaborar suas interpretações diante dos acontecimentos, o que auxiliará em suas atuações no mundo contemporâneo. É neste contexto que certamente os arranjos espaciais por eles vivenciados passarão a ter significados.

O estudante vivencia em seu cotidiano as realidades geográficas próximas e distantes e, por meio de recursos como o jornal impresso pode ter contato com determinadas interpretações dos arranjos espaciais locais, bem como pode refletir sobre a abordagem que a mídia impressa faz dos mesmos, isso porque sua atuação não é neutra. Em geral, é a aparente posição de neutralidade que tem o poder de inferir nas interpretações das pessoas que podem alinhar-se aos posicionamentos definidos pelos “controladores da notícia”. Neste caso, o educador tem o papel fundamental na orientação dos estudantes, pois pode estimulá-los a construir uma visão crítica dos fatos e versões dos mesmos que o jornal impresso lhes apresenta.

Afinal, no contexto das sociedades capitalistas o jornal impresso é uma mercadoria produzida por uma empresa, refletindo em grande parte a política, o pensamento e as opiniões daqueles que a comandam. Ao longo da História, ressaltam-se vários momentos em que o jornal impresso ou a mídia impressa serviu de apoio ou de crítica a regimes políticos e atitudes sociais, como por exemplo, a série de artigos de críticas ao governo

de Getúlio Vargas, escritos por Carlos Lacerda entre 1950 e 1954. Outro fator relevante a ser considerado na leitura dessa mídia, é a influência exercida pelos anunciantes que, por vezes, exercem coerção de modo a controlar e orientar a postura do jornal com relação a determinadas questões.

O acesso a imagens e a diferentes linguagens permite ao sujeito a construção de sua própria leitura de mundo com maior subsídio. Ao construir significados sobre os arranjos espaciais, os estudantes têm a possibilidade de estabelecer relações entre os fenômenos que acontecem nas mais variadas escalas. Ao aprofundar tais relações, o indivíduo posiciona-se perante a sociedade como ser capaz de reorganizar seu entendimento do mundo.

O ensino da geografia e o uso do jornal impresso

As noções de espaço, paisagem, natureza, Estado e sociedade são considerados por muitos autores como conceitos fundamentais para o entendimento dos arranjos espaciais, pois permitem discutir o procedimento e a vivência do Homem sobre o planeta.

Para Cavalcanti (1998), estes conceitos são utilizados por várias outras ciências sociais e não apenas pela Geografia, o que leva à necessidade do estudante compreendê-los de forma ampla para efetivamente estruturar os conteúdos ensinados na Escola.

O papel básico do ensino de Geografia é proporcionar várias ferramentas para alfabetizar geograficamente o estudante e, dessa maneira, facilitar o entendimento dos arranjos espaciais a partir dessas noções em suas diversas escalas. A esse respeito afirma Pereira (2003, p. 15) que “o papel fundamental da Geografia no ensino básico é o de proporcionar aos alunos os códigos que os permitam decifrar a realidade por meio da espacialidade”.

O professor de geografia deve fazer uma reflexão constante dos referenciais teórico-metodológicos e, conseqüentemente, de suas práticas em sala de aula, em especial quanto às metodologias utilizadas e recursos didáticos disponíveis como aqueles ligados à informática, aos mais variados

tipos de imagens, gráficos, tabelas, revistas, jornais impressos, programas televisivos e de rádio, bem como os relativos a outros meios de comunicação que por ventura os estudantes tenham acesso.

Esta reflexão se faz necessária porque o conhecimento se renova a todo o momento possuindo importância e significado em determinadas circunstâncias. Sendo assim, deve-se acompanhar as diferentes opiniões, atitudes, tribos, grupos sociais, políticos e minorias, pois a velocidade dos processos de produção e de disseminação da informação, a globalização das imagens e as discussões sociais do presente devem ser encaradas como parte do processo constituinte da sociedade.

Mesmo que valores e padrões devam ser revistos e reformulados, o educador necessita estar ciente, social e metodologicamente, para que possa compreender e atingir efetivamente com seu trabalho o estudante que ora se coloca à sua frente. Como mediador entre o estudante e o conhecimento científico, cabe ao educador ser aquele que, através de estratégias dinâmicas e de conteúdos significativos, proporcione uma educação de qualidade, que auxilie este sujeito a elaborar leituras dos espaços produzidos pelas sociedades.

Para Moraes (1998, p. 166) “[...] formar o indivíduo crítico implica em estimular o aluno questionador dando-lhe não uma explicação pronta do mundo, mas elementos para o próprio questionamento das várias explicações”. Inicialmente, é importante fazê-lo questionar a notícia, assim como a imagem apresentada. O estudante deve ser estimulado a procurar argumentos que dêem veracidade ao fato noticiado a fim de verificar se o mesmo apresenta contradições.

A mídia impressa possibilita este exercício, permite a leitura e a releitura do assunto abordado e oportuniza uma criticidade do leitor. Trabalhar com a leitura de jornais explora esta ação em uma dimensão específica, informando sobre o que acontece no local e no mundo de forma ágil e rápida. Também auxilia a estabelecer conexões entre os conteúdos de diversas disciplinas ao mesmo tempo, como Língua Portuguesa, História, Sociologia etc, e permite que os estudantes tomem conhecimento dos acontecimentos recentes relacionando os conceitos estudados com os fatos que ocorrem no seu cotidiano.

A não compreensão dos arranjos espaciais conhecidos leva o sujeito a um processo de estranhamento, isso porque sua identidade é construída a partir das relações que o mesmo estabelece com o meio em que vive (KATUTA, 2004).

A geografia escolar tem a função de proporcionar a construção científica e sistematizada das relações espaciais que o sujeito estabelece a partir do espaço vivido, permitindo aos estudantes elaborarem significados quanto às espacialidades produzidas pelas sociedades atuais. Para tanto, enfatizamos o uso do jornal impresso que pode, dependendo da maneira com que o professor com ele trabalhe proporcionar uma profícua aproximação entre os saberes cotidianos e científicos, permitindo que os conteúdos escolares deixem de ser percebidos como algo alheio à vivência dos estudantes.

Dentro da perspectiva vygotskyana primeiro agimos e depois aprendemos. O estudante aprende a partir do estímulo do meio ambiente, assim, quanto maior for o estímulo maior será a aprendizagem. Estabelecer um vínculo direto entre a realidade e o que é abordado na sala de aula estrutura a aprendizagem de forma mais concreta.

A escola deve antever e apresentar situações problema de forma que o estudante busque o auxílio do professor para encontrar respostas, assim, deve partir do conhecimento ou conceito desenvolvido no cotidiano para alcançar o conhecimento científico.

Instrumento de informação secular, o jornal contribuiu historicamente como formador de opinião em momentos convulsivos de vários países. No entanto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), o Brasil contava com 5.564 municípios e em apenas 532 havia jornais diários, conforme a Associação Nacional de Jornais (ANJ), em 2006, o que demonstra que ainda falta muito para a popularização do instrumento como fonte de informação. Percebemos ainda uma elitização do jornal, haja vista que a renda da maior parte da população brasileira não comporta esse gasto. Em países subdesenvolvidos, a população opta entre o comer e o informar-se, ou ainda, talvez, entre aquilo que lhe parece mais simples e acessível. A presença da televisão, em mais de 90% dos lares brasileiros, traz uma preocupação com relação à

informação, por priorizar uma programação mais voltada à distração e ao entretenimento.

Outro fator inquietante é a taxa de analfabetos funcionais, de 21,6%, parcela considerável da população, segundo dados do Censo-2007 realizado pelo IBGE. Para este segmento da população, ler o jornal transforma-se em um trabalho oneroso de decodificação.

O jornal impresso local facilita o estabelecimento da interligação entre as escalas locais, regionais, nacionais e globais, elemento fundamental para a compreensão da espacialidade de um conjunto de fenômenos, isso porque o professor pode utilizá-lo como ponto de partida para as temáticas tratadas no livro didático, permitindo assim que haja uma análise dos fenômenos em múltiplas escalas, tornando o conteúdo mais palpável para o estudante.

Isso pode ocorrer porque ao propor exercícios sobre a espacialidade dos fenômenos abordados no jornal, o professor incentiva os estudantes construir leituras dos territórios por eles conhecidos criando um elo do leitor com o território local, o que remete à possibilidade de intervenção do cidadão na construção do espaço de maneira mais consciente.

A presença de imagens, mapas, gráficos, charges, tirinhas, crônicas, reportagens, entre outros são fatores fundamentais que justificam a utilização do jornal no ambiente escolar, além de ser material de excelência que permite territorializar o estudante a partir da compreensão dos locais onde ocorreram os eventos, o que interfere na capacidade deste sujeito de ampliar o conhecimento do mundo vivenciado, percebido e conhecido.

O trabalho com jornais impressos em sala de aula pode ser realizado em todas as séries e níveis de ensino, já que contribui para a alfabetização nas diferentes linguagens neles presentes, isso se o educador com elas trabalhar. Assim, por meio da leitura geográfica dos fatos apresentados na referida mídia, os estudantes podem dar sentido e importância ao entendimento dos arranjos espaciais locais.

Desenvolver a leitura e estimular a busca autônoma pelas informações e a necessidade de sua localização e compreensão em uma perspectiva geográfica também auxiliam na alfabetização efetiva do educando.

Os jornais impressos locais, dependendo do porte do município, constituem em um recurso de fácil acesso, pois é possível utilizar materiais recolhidos junto à comunidade, permitindo o envolvimento de vários

parceiros com o projeto político pedagógico da Escola, formando assim uma rede de cooperadores do processo educativo.

Atrair a comunidade para a Escola é uma tarefa árdua e que esbarra, dentre outros, no fator tempo de dedicação. Ao propor essa colaboração pode-se verificar uma mudança nítida de comportamento com relação à instituição, e é importante frisar que nem mesmo os catadores de papel são prejudicados pois, ao fim dos trabalhos, o material restante pode ser direcionado à reciclagem e reutilização.

No tocante à esta última questão, a Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco, em Borrazópolis-PR, realiza anualmente uma gincana de recicláveis, na qual os alunos competem recolhendo materiais recicláveis, como papel, vidro, plástico e ferro. Cada sala percorre a comunidade em busca de doações e o valor alcançado é revertido em obras para a própria Escola. Após utilizar os jornais em sala de aula, para levantamento de informações e trabalhos, os estudantes os armazenam para a gincana. Posteriormente à realização do evento, o material é doado à Associação de Catadores de Lixo do município.

O manuseio do jornal é algo inédito para a maioria dos estudantes, o que gera momentaneamente um sentimento de desconforto e dificuldade de aceitação da proposta, sendo comum a rejeição acompanhada pelo descaso e repúdio. Como parte da atividade pode consistir em envolver a comunidade, é importante adiantar que muitos são reticentes quanto à aproximação e ao contato externo. Torna-se necessário trabalhar a importância da atividade envolvendo um meio de comunicação acessível, de baixo custo e que contém informações, assuntos e idéias variadas.

Muitas vezes, os estudantes contestam a utilização de material impresso, elegendo o jornal eletrônico (via internet) como mais atrativo, aí surge a imperiosa necessidade de mostrar a importância do jornal impresso, como instrumento de conhecimento. Mesmo que desatualizado traz informações que podem ser coletadas, classificadas e arquivadas para futuras pesquisas. Para tanto, a coleta deverá ser sistematizada e organizada em uma hemeroteca, composta também por trabalhos realizados pelos estudantes e recortes de jornais antigos, contendo fatos ou reportagens guardados pela família.

Experiências didáticas com o jornal impresso

A partir do desenvolvimento da leitura, interpretação, compreensão da informação e reflexão sobre os conteúdos do jornal impresso, o estudante pode passar a ter uma visão distinta da que tinha com relação a determinados fenômenos, pode também manifestar mais interesse e regularidade em seu uso, passando a vê-lo como um importante veículo de informação.

Experiências com o uso do jornal impresso

Várias são as técnicas e métodos já testados por professores e escolas na tentativa de melhor propiciar a aprendizagem e a compreensão do espaço-temporalidade. Cabe ao professor compreender as necessidades de seus alunos e, com uso de criatividade, utilizar os variados tipos de ferramentas, inclusive o jornal impresso.

Como primeiro passo sugere-se que este último seja apresentado à turma, pois muitos estudantes nunca o folhearam do começo ao fim. Assim, pode-se fazer uma análise da organização geral dos mais variados tipos de jornais, iniciando pela primeira página, pois o principal artigo e foto apresentam aquilo que o Jornal pauta como a notícia do dia, além de outros artigos importantes e destaques das seções. É pela manchete que se pode perceber o enfoque que o Jornal dá a determinados assuntos. Dessa forma, torna-se interessante comparar vários jornais com manchetes sobre assuntos semelhantes e discutir as abordagens ou versões elaboradas pelos jornalistas.

Na seqüência, pode-se analisar o expediente do jornal, seu ano de fundação, endereço, valor, etc., de forma a evidenciar que o mesmo é uma empresa, que visa lucros por meio da venda de informações em diferentes escalas, desde a local, passando pela regional e mundial, que se relaciona com o consumidor que possui uma história mas também traços comuns.

Em seguida, pode ser feito um reconhecimento das seções do jornal e seus objetivos, como por exemplo, o Editorial ou a seção de Carta do Leitor, onde se observa a opinião do Jornal e das pessoas que o lêem, o que pode despertar no aluno a vontade de expressar-se e de tornar público

essa expressão. É de relevante seriedade a leitura e discussão do papel dos classificados para a comunidade, como meio para oferta de empregos, de mão-de-obra, de objetos de venda, de indicador indireto das transformações espaciais etc.

Um exemplo de atividade que pode ser desenvolvida com o jornal impresso é o que se realizou no Colégio Estadual José de Anchieta, em Borrazópolis-PR, com estudantes do segundo ano do Ensino Médio, ao se discutir o processo regional da industrialização. Objetivando a leitura e interpretação das informações de forma a analisar os arranjos espaciais e sua regionalização, foi solicitado aos estudantes que lessem individualmente o jornal e selecionassem um artigo sobre industrialização, tanto do município como das unidades administrativas vizinhas. As temáticas poderiam girar em torno dos seguintes assuntos: a construção de novas indústrias, aumento da produção, inovações tecnológicas, empregos oferecidos, etc. Após a leitura e seleção, recortaram o artigo tomando cuidado para anotar o dia, a página, a coluna, o nome do Jornal, para seu posterior arquivamento e referenciamento.

Com o uso do artigo “Parceria Visa Qualificação em Usinas”, do jornal Folha de Londrina do dia 12/06/2008, na seção “Cidades”, em que se abordava a questão da associação das usinas de álcool para qualificação de seus funcionários, foi proposto as seguintes atividades:

- a) Destaque um dado estatístico da matéria.
- b) Encontre um problema apresentado e dê uma possível solução.
- c) Comente a matéria, dando sua opinião sobre o assunto.
- d) Que tipo de matéria-prima é a base da produção?
- e) Qual o possível resultado para a comunidade?

A seleção de imagens é outra atividade que foi desenvolvida com estudantes do primeiro ano do ensino médio. Iniciou-se com recorte de imagens e notícias sobre a questão ambiental na região (queimadas, lixo urbano, desmatamentos, plantio de árvores, revitalização de praças, etc). Em seguida, as imagens e os artigos foram reunidos por assuntos em um mosaico para que os estudantes pudessem observá-los e executar as seguintes atividades:

Experiências didáticas com o jornal impresso

- a) Qual matéria mais lhe interessou? Por quê?
- b) Faça um pequeno resumo sobre o assunto.
- c) Destaque um dado estatístico.
- d) Qual seria a possível solução para o problema citado?
- e) Como tal situação vem ocorrendo em seu município ou bairro?

Além disso, com os encartes ou cadernos especiais, como o Caderno Agrícola, foi realizada uma atividade de leitura, análise e sistematização das informações a partir da elaboração de respostas aos seguintes questionamentos:

- a) Você conhece essa prática de agropecuária?
- b) Tal produto é consumido em sua região?
- c) Tem informações sobre a produção em seu município?
- d) Qual o problema apresentado e sua possível solução?
- e) Destaque um dado estatístico.
- f) Monte um gráfico se houver informações suficientes.

Com o Caderno de Turismo os estudantes selecionaram um ponto turístico e realizaram atividades, considerando os questionamentos abaixo:

- a) Em qual país, estado, região se localiza o ponto escolhido?
- b) Levante os dados de IDH, expectativa de vida, taxa de natalidade, de mortalidade, renda per capita e compare com os de outras regiões do Brasil.
- c) Que tipo de turismo ocorre nesse lugar?
- d) Que tipo de turista procura este lugar?
- e) Quais os principais serviços disponíveis? (por exemplo, praias, teatros, festivais, lugares históricos).
- f) Qual outro ponto de interesse turístico próximo a ele pode ser citado?

Por meio do trabalho relatado, constatamos que houve a assimilação do método, o desenvolvimento de opiniões, a familiarização ou formação do hábito da leitura, ampliação da capacidade interpretativa, a habilidade de reconhecimento de dados estatísticos, além da construção da capacidade de discussão e de uso de questionário de uma maneira menos automatizada. Também pode ser trabalhada a capacidade de dissertar, de criação de textos e teatralização. É importante destacar que tais atividades sempre tinham como objetivo que o estudante percebesse a territorialização dos fenômenos abordados pelas notícias que, via de regra, tinham relação com o seu dia-a-dia.

A temática *Plantas Mediciniais* foi trabalhada com a mídia impressa na Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco – Ensino fundamental de 5ª a 8ª série, também em Borrazópolis. A escolha desse tema ocorreu após diálogo com os membros da Pastoral da Criança do município, que pretendiam divulgar os métodos de trabalhos da entidade e facilitar o acesso às técnicas por eles desenvolvidas.

Inicialmente foram recortados os artigos da coluna de Plantas Mediciniais do Caderno Agrícola do Jornal Folha de Londrina que traziam informações sobre a origem, a indicação e a forma de uso de plantas como a camomila, o gengibre, o alho, a erva-cidreira, etc. Os artigos foram distribuídos aos estudantes para a realização de uma síntese. Em seguida os mesmos produziram mudas, que foram expostas, distribuídas aos visitantes e plantadas na horta da Escola. Posteriormente foram consumidas na forma de chá e temperos pelos estudantes.

Na sequência, a Pastoral da Criança ministrou um curso de dois dias sobre remédios caseiros para dezoito mães de estudantes. Como resultado do curso se obteve xarope de cenoura, gengibre seco e salgado, farinha de casca de ovos, bala de gengibre, tintura de própolis, etc, que foram distribuídas às mães e vendidas na Feira da Lua, realizada duas vezes por semana na praça da cidade. Os valores angariados, após as vendas dos produtos, foram revertidos à entidade para a produção de multimistura distribuída às famílias carentes.

Nas pequenas e médias cidades muitas vezes não é possível encontrar jornais de grande circulação, mas sabemos que hoje há uma tendência à produção de jornais semanais e quinzenais com os quais é possível realizar parcerias e desenvolver projetos de utilização nas escolas do município, ou da região.

É importante salientar que alguns jornais, como a Tribuna do Norte, da cidade de Apucarana e Folha de Londrina, da cidade de Londrina, no estado do Paraná, desenvolvem projetos de leitura e utilização do jornal em sala de aula. Na Folha de Londrina, o projeto recebe o nome de Programa Folha Cidadania, por meio do qual, em uma parceria entre o jornal Folha de Londrina e o setor privado, entidades sociais e secretarias municipais de Educação, cria-se o estímulo à leitura, tendo o jornal

Experiências didáticas com o jornal impresso

como suporte pedagógico e técnico. O custo dos exemplares do jornal distribuído nas escolas é coberto pelo jornal (50%) e pelos patrocinadores do projeto (50%). Com o jornal Tribuna do Norte, da cidade de Apucarana, não é muito diferente. O Jornal também realiza parceria com empresas e outros órgãos para proporcionar o acesso a esse recurso aos escolares visando o exercício da cidadania e oferecendo ao professor mais uma ferramenta para suas práticas educacionais. Semanalmente, a partir de cadastro prévio, as escolas recebem tantos exemplares quantos forem necessários para que cada aluno da quinta série do ensino fundamental possa ter o seu jornal e, por meio das práticas e oficinas o professor pode despertar o gosto pela leitura e auxiliar na ampliação do universo cognitivo do aluno, conhecendo e localizando as áreas abordadas pelas notícias e interpretando as informações que o jornal oferece, como afirmam seus coordenadores: “Quem aprende desde cedo a ler jornal diariamente tem maior facilidade para escrever, desenvolve um extraordinário senso crítico. Pode se interessar por outras leituras e capacita-se para exercitar melhor sua cidadania”.

Existe um roteiro disponibilizado pelo Jornal para sua utilização como material de apoio didático para todas as disciplinas, em especial para a Geografia que, entre outras, pode utilizar o material para efetuar a localização de uma cidade e de endereços indicados nos classificados. Alguns jornais se utilizam de mapas para localização dos locais abordados na reportagem e também para mostrar as previsões do tempo. Muitas vezes podemos também usar o jornal para a análise e o debate sobre o que foi noticiado. Também se pode utilizá-lo como fonte de pesquisa das espacialidades dos tipos de tempo, vegetação, iniciativas comunitárias, a fim de compreender os processos de transformações espaciais apresentados inclusive nas fotos e reportagens.

Participando do projeto do Jornal Tribuna do Norte, da cidade de Apucarana, denominado “Projeto Cultural Vamos Ler”, o Colégio Estadual Rosa Delúcia Calsavara, da cidade de Cambira-PR, desenvolveu atividades em diversas disciplinas: recorte e colagem, leitura, produção de texto, destaque de palavras e escrita, pesquisa, análise de imagens e de notícias, principalmente quando relacionadas à cidade. O projeto foi

desenvolvido com estudantes da quinta série, e proporcionou um reforço no trabalho com os conteúdos escolares e uma maior motivação para a aprendizagem.

Novamente com estudantes da quinta série foi solicitado que fizessem a localização dos locais de origem da notícia, reportagem ou que constavam nos classificados do jornal em um mapa do Estado que continha os contornos dos municípios. Em seguida, os estudantes efetuaram um levantamento de dados em livros e na internet sobre a região e o município localizado, verificando seu clima, o número de habitantes, a base econômica, entre outros fatores. Semanalmente, os dados eram sistematizados em um quadro síntese para traçar um comparativo com o município onde os estudantes vivem. Dessa forma, toda semana – respeitando a periodicidade de remessa dos jornais pelo projeto - os estudantes tiveram oportunidade de incorporar conhecimentos e a localização de outros municípios do Estado, além de aprenderem a fazer uso de mapas e de realizar análises comparativas. Esta é uma atividade que também pode ser estendida a outras escalas (Brasil, regiões, continentes e ou mundo).

No Colégio Estadual Talita Bresolin, na cidade de Califórnia, também no estado do Paraná, foi realizada com a quinta série do Ensino fundamental, em Geografia, uma coletânea de recortes de jornal sobre o clima. Os estudantes arquivaram todas as reportagens referentes ao tema encontradas durante dois meses, que foram organizadas cronologicamente. Fazendo a leitura dos textos, os estudantes puderam observar a ocorrência de fenômenos como as chuvas, ventos, granizo, quedas de temperatura, entre outros, e sua relação com a economia do município, do estado, país e mundo. Atentaram para o fato de que no Brasil não ocorrem ou são raros certos fenômenos verificados em outras regiões do mundo, como por exemplo, furacões e tornados. Essa atividade complementou as informações contidas no livro didático e permitiu relacionar o espaço de vivência com outros do mundo.

Ainda nesta Escola o que despertou a atenção dos estudantes foram as notícias do município. O trabalho com jornal impresso é realizado todas as quintas-feiras. Os estudantes lêem os jornais, buscam notícias

Experiências didáticas com o jornal impresso

do município, recortam e colam em uma folha de sulfite, fazem a releitura e comentam sobre o assunto, opinam sobre os acontecimentos atuais e promovem debates. Durante a atividade notou-se um interesse maior pela leitura do jornal e pela disciplina.

É possível utilizar o jornal impresso em diversas situações, até mesmo quando exauridas todas as possibilidades de uso enquanto veículo de informação; como já foi mencionado, pode ser aproveitado para reciclagem. Um exemplo disso é o emprego do jornal para a produção do papel machê. Essa técnica consiste na transformação do jornal em uma massa feita com água e cola que pode ser usado como material modelador de maquetes. Utilizando-se desse material foi construída a maquete do relevo do município de Califórnia.

Com a aprendizagem dessa técnica os estudantes viram, na prática, as múltiplas utilidades do jornal, pois ao manusear o papel machê e ver os resultados e as possibilidades de seu uso, ampliaram sua capacidade criadora e tiveram lições de cidadania e meio ambiente.



Etapas da construção da maquete. Foto: E.M.C. Gaspar (2008)

Considerações finais

Atualmente há uma grande disponibilidade de ferramentas pedagógicas para a prática educacional. Ao se trabalhar apenas com livro didático o professor que não faz relações com outras escalas de análise pode anular as diversas possibilidades do entendimento do espaço geográfico. Com a utilização de outras formas de linguagem e de realização de leitura, como por exemplo com o uso do jornal impresso, há a

possibilidade de analisar as diferentes práticas sociais e espaciais. Quando essa prática de leitura entra no espaço escolar, muitas vezes o seu uso pode ser tão mecânico quanto o uso que se faz do livro didático. Por isso, devemos atentar para o fato de que o uso do jornal impresso em sala de aula deve ser feito visando facilitar a apropriação das territorialidades locais em sua correlação com as transformações dos arranjos espaciais no mundo.

O jornal, como instrumento pedagógico em sala de aula se torna, através dos temas nele contidos, importante meio para que o aluno entenda a lógica das ordenações espaciais em nível local e regional e pode proporcionar um entendimento maior da realidade. Além da prática da leitura, o uso do jornal em sala de aula colabora para que os estudantes aprimorem seus conhecimentos, ampliem o vocabulário, interpretem melhor os textos e tenham melhores argumentos em debates. Dessa maneira, ler jornal pode ser considerado um exercício de cidadania. Quando incentivamos a leitura do jornal estamos valorizando a construção de sua capacidade de interpretação e a construção de leitores mais críticos dessa mídia que, como afirmamos anteriormente, não é neutra. Por isso é importante seu uso já nas séries iniciais, onde é possível criar o hábito e o gosto pela leitura.

“Tem coisas que se podem aprender nos livros, mas têm outras que só mesmo vendo e sentindo” (HOSSEINI, 2007, p. 132). Nesse sentido, o caráter local e regional permite construir um melhor entendimento do espaço geográfico.

Provocar emoções, paixões, reflexões, questionamentos, satisfação da curiosidade e a participação comunitária são o que os educadores em qualquer meio buscam conseguir.

Consideramos que na missão de informar e formar cidadãos críticos e atuantes, tanto os professores como os jornalistas podem promover seu trabalho, de forma competente e compromissada para a produção dos resultados que querem obter.

Experiências didáticas com o jornal impresso

Referências

CAVALCANTI, L. de S. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. Campinas: Papirus, 1998.

KATUTA, Ângela Massumi. *O Estrangeiro no mundo da Geografia*. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MORAES, A. C. R. Geografia e ideologia nos currículos do 1º grau. In: BARRETO, E. S. (Org). *Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras*. Campinas: Autores Associados, 1998. p. 163-192.

PEREIRA, D. Paisagens, lugares e espaços: A Geografia no ensino básico. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 79, p. 9-21, 2003.

REVISTA NOVA ESCOLA, São Paulo, Fundação Victor Civita, ano XXIII, n. 215, p. 32-36, set. 2008.

SOUSA NETO, N. F. de. Oito Crônicas para a Geografia que se ensina. *Ciência Geográfica*, Bauru, v. III, n.17, p. 32-37, 2000.

HOSSEINI, K. *A cidade do Sol*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

VYGOTSKY, L. S. *A formação Social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Ensino de geografia e mídia: relato de uma experiência em sala de aula

Andréa Paloma Costa

Introdução

 uso de jornais em sala de aula não é algo inovador, mas a maneira como os utilizamos pode ser inovadora. O jornal é um recurso fácil de ser conseguido, pois pode ter tiragem diária, tem preço acessível e, não raro a escola tem acesso fácil a esta ferramenta pedagógica que, via de regra, usa uma linguagem simples.

O jornal não é o único recurso didático a ser usado em sala de aula, existe uma diversidade grande de ferramentas pedagógicas que podemos usar nas aulas de geografia. Sobre estas ferramentas Pontuschka (2001, p. 134) afirma que: a utilização de diferentes linguagens na geografia (obras literárias, cinema, vídeos, fotografias) pode auxiliar na compreensão e crítica da produção do espaço, isso se o seu uso como mera ilustração for superado.

O jornal deve ser trabalhado na escola como fonte de informações que devem ser analisadas, investigadas, trabalhadas. É importante destacar que estas informações devem fazer parte de um contexto, assim o professor pode usar o jornal para que este auxilie na formação do educando, à medida que traz novos dados sobre determinados assuntos.

O ensino de geografia é muito importante na sociedade, quando conectamos o conhecimento geográfico com os acontecimentos atuais através do uso de jornais, os alunos conseguem realizar uma interpretação do espaço muito mais interessante para eles. Esta disciplina auxilia os alunos a interpretar o mundo, a realidade que os cerca e que na qual também estão inseridos, bem como a interferência de outros e a sua própria no processo de construção espacial da sociedade.

A ciência geográfica é muito complexa e os fenômenos geográficos

mudam, alguns de maneira bem rápida. Portanto capacitar os alunos para estarem atentos ao conjunto das mudanças ocorridas na organização espacial da sociedade é muito importante, principalmente no contexto do processo de globalização.

Todos ocupamos um determinado espaço produzido por uma sociedade, não existem espaços isentos de relações humanas, então é necessário saber geografia fazer uma leitura de mundo. Há alguns dias um aluno do segundo ano do ensino médio me disse que a disciplina de geografia deveria se chamar ciência da atualidade mundial, pois ele usa os conhecimentos geográficos em tudo o que ele lê, ouve ou assiste, ou seja, muitos alunos também têm consciência da relevância destes conhecimentos.

Relatamos aqui uma experiência pedagógica feita no Cólegio Estadual Professora Maria José Balzanella Aguilera, localizado em Londrina-Paraná. O trabalho foi realizado com alunos do ensino médio. É importante frisar que usamos os jornais regionais não apenas como fonte de informação mas, principalmente, como material de pesquisa, ou seja, como mais uma fonte a ser explorada, analisada e criticada pelos alunos após a exploração dos temas apresentados e o estabelecimento da relação destes com os conhecimentos geográficos adquiridos e estudados.

Esta experiência foi muito positiva, pois demonstrou que os alunos precisam ser orientados a usar a mídia impressa a partir de uma leitura mais crítica.

A utilização do jornal no ensino de geografia

O jornal deve ser fonte de problematização e não de simples explicação ou explanação da realidade, ou seja, ele não pode ser usado como verdade absoluta, é apenas mais uma ferramenta pedagógica que auxilia nos processo educativos.

O trabalho com as mídias abre novos horizontes aos alunos que, via de regra, emitem suas próprias opiniões e não simplesmente repetem o que leram.

É importante ressaltar que o jornal tem um comprometimento muito grande com determinadas ideologias e, principalmente aqueles de grande

circulação exercem grande papel ideológico de maneira a manter o atual estado de coisas, isso porque dependem de anunciantes, patrocinadores, enfim, direta e/ou indiretamente dependem do capital de certas empresas. A ética é exercida de acordo com a ideologia de cada veículo de comunicação, com a mídia impressa não é diferente.

Segundo Santos (2002, p. 253), “[...] a mídia principalmente no Brasil exerce papel importante na manutenção do status de uma minoria privilegiada. A sua atuação tem sido para mascarar a exclusão a que é submetida a maioria dos brasileiros.”

Muitas vezes, a análise das notícias veiculadas pelas mídias são difíceis de serem feitas pois grande parte da população não tem acesso à educação formal ou o tem de maneira insatisfatória. Assim, entendemos que a educação escolar poderia auxiliar a população a realizar uma análise crítica dos assuntos noticiados.

É interessante notar que muitos afirmam que ler jornal é melhor que ver televisão, um e outro podem ser igualmente prejudiciais se não utilizados com senso crítico.

A apresentação de fatos a partir de perspectivas parciais é frequente, o que se lê acaba influenciando a sociedade, isso porque o jornal, muitas vezes, é usado como fonte de informação verídica. É importante destacar que ele não pode ser usado como propagador da verdade absoluta, pois também carrega ideologias.

O jornal é uma ferramenta pedagógica, muitas vezes usado apenas para estimular o hábito da leitura, o que é muito válido. Contudo, trata-se de uma rica ferramenta pedagógica, impossível de ser descartada nas aulas de geografia, pois ele nos remete ao mundo atual, aos acontecimentos contemporâneos que influenciam os arranjos espaciais nos níveis local, regional e mundial.

Deixar de utilizar o jornal como ferramenta pedagógica é impossível, não podemos ignorar a importância das mídias e o papel que estas desempenham na sociedade moderna.

A sala de aula pode ser considerada um lugar privilegiado de exercício da crítica, da manifestação, da afirmação do conhecimento, é onde podemos estimular a paixão pela descoberta, a reflexão, a inventividade e a criatividade, tanto por parte dos estudantes como dos professores. Podemos então definir a sala de aula como o principal laboratório de ensino e pesquisa.

Fazer uso do jornal torna-se um desafio pois os alunos não tem o hábito de leitura, muito menos da leitura diária de acontecimentos recentes. Contudo, há que salientar que há muito o que questionar após a leitura e uso de jornais em sala de aula

Assim, é importante destacar que determinados pontos de vista tornam-se bandeiras de segmentos específicos da sociedade, contudo, poucas pessoas percebem as artimanhas da mídia ou sua ideologia que, pode estar explícita ou não. Para Martins (2004, p. 389):

[...] a educação não mais detém papel principal de disseminação, sabedoria,[...] ao profissional da educação cabe contextualizar as informações transmitidas por esta mídia-raramente imparcial e desvinculada de interesses pessoais e ou financeiros, no conteúdo geográfico a ser trabalhado, a fim de evitar assimilação errônea da mensagem a ser absorvida pelo aluno.

De maneira geral, existe muita dificuldade de interpretação de textos escritos entre os alunos, por isso muitos acreditam e propagam valores pré-determinados, falsas verdades. Temos que compreender que sempre há múltiplas versões de uma história, dado que existem pontos de vistas diferentes, de acordo com certos interesses que privilegiam determinadas situações. Assim, não raro, o trabalho com jornal na sala de aula nos obriga a fazer um conjunto de levantamentos a fim de checar a versão noticiados fatos.

O aluno deve entender o mundo em que vive e interagir com o mesmo de maneira crítica e reflexiva

Para ter eficácia, o processo de aprendizagem deve, em primeiro lugar, partir da época em que vivemos. Isto significa saber o que o mundo é e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e a cada pessoa no conjunto da sociedade humana. É desse modo que se podem formar cidadãos conscientes, capazes de atuar no presente e de ajudar a construir o futuro. (SANTOS, apud SOARES, 2006, p. 25).

O trabalho com alunos do ensino médio, requer uma maior complexidade na abordagem dos conteúdos geográficos isso porque os mesmos têm uma visão mais madura do mundo e participam de modo

mais ativo da sociedade e de seus conflitos, muitos trabalham e têm expectativas com relação à vida em sociedade e com o lugar que nela ocuparão.

Reescrevendo uma notícia jornalística

Os conteúdos trabalhados no ensino médio permeiam as quatro dimensões geográficas, o trabalho foi realizado com alunos do terceiro ano do ensino médio. O conteúdo trabalhado foi: Implicações sócio-espaciais no processo de mundialização, por meio do qual o aluno deve compreender a influência da tecnologia nas atividades produtivas, a formação das cidades mundiais, dos centros de poder, e deve compreender a organização espacial do mundo e também a abertura de alguns países fechados ao capital mundial. É importante destacar que os conteúdos sempre são trabalhados nas diferentes escalas.

Na primeira etapa deste trabalho separei com os alunos reportagens de jornais do ano de 2008, principalmente de cadernos de economia, notícias que diziam respeito à economia mundial, às crises internacionais, à nova divisão internacional do trabalho, à inserção norte-paranaense neste contexto, entre outros temas correlatos.

Levantar as reportagens a serem trabalhadas junto com os alunos foi muito produtivo pois eles mesmos escolheram os temas que queriam trabalhar, porém, sem perder o foco principal da temática abordada.

Após a escolha das reportagens os alunos as recortaram, fizeram resumo das mesmas, elaboraram as palavras-chave e as reelaboraram, ou seja, as reescreveram estabelecendo relações entre elas e os conteúdos trabalhados, buscando assim novos dados e informações, bem como outras notícias que tivessem ligação com a que foi trabalhada. Além disso, os alunos pesquisaram textos de autores que estudam os assuntos apresentados nas matérias de jornal, o que possibilitou a realimentação da notícia, transformando-a.

Algumas vezes os alunos encontraram distorções em notícias, na abordagem de fatos, mostrando-se bem preocupados, sobretudo com aquelas em nível local.

Após esta etapa do trabalho surgiram discussões interessantes e tentamos descobrir o que está por trás desta notícia, se ela interessa a alguma renovação ou serve ao atual estado de coisas.

Assim, os alunos reescreveram e completaram as reportagens nelas inserindo elementos a fim de apresentar a realidade ou os acontecimentos de uma maneira mais imparcial. Na sequência elaborou-se mapas, gráficos, desenhos, cartazes, charges à respeito do tema. Este trabalho amplia a capacidade crítica do estudante, mostra a importância do estudo dos processos que acontecem no espaço geográfico.

Após trabalharem as notícias, confrontá-las, repensá-las e reescrevê-las os estudantes passaram a compreender o processo de criação das versões dos fatos, tornando a notícia mais rica em informações, portanto, mais complexa.

Este trabalho permitiu os alunos descobrirem a importância da interpretação, do pensamento, da visão crítica e da reflexão.

Após o trabalho em sala de aula, fizemos a exposição das notícias reescritas em um mural e discutimos as reportagens que foram trabalhadas.

Apresento aqui uma reportagem trabalhada por uma aluna do terceiro ano do ensino médio sobre o processo de mundialização do capital, relatando a importância da China no mundo atual. O texto foi publicado no jornal Folha de Londrina de 12 de junho de 2008 com o título: “China, a nova terra das oportunidades”.

A reportagem diz respeito a uma palestra proferida por Paul Liu, presidente executivo da Câmara Brasileira de Desenvolvimento Econômico (CBDE), instrumento mantido pela iniciativa privada chinesa para fomentar negócios entre a China e o Brasil. Nesta reportagem, Paul Liu exalta o crescimento econômico chinês, apresenta um país dinâmico, moderno, aberto a investimentos, ainda ressalta o papel do Brasil como país agrícola que deve investir no agronegócio, em função de sua vocação, pois é país tropical com tradição de exportação de produtos alimentícios. Ressalta ainda o tamanho do território e da população chinesa. Na sua avaliação, o Brasil não deve tentar concorrer com os produtos manufaturados chineses, mas deve fazer trocas comerciais com o seu país explorando o agronegócio, atividade forte em nosso país.

A aluna escolheu como palavras-chave: China, oportunidades,

agronegócio, exportações. A reportagem reescrita pela aluna ficou da seguinte maneira:

China, o crescimento econômico pode ser aliado ao desenvolvimento social?!
A China é o maior país do mundo e tem também a maior população, seu crescimento é inegável, porém, o sucesso econômico se reflete também no desenvolvimento social?. É terra de oportunidades apenas para detentores de grandes capitais que para lá se dirigem ou também para aqueles que lá estão? Os chineses também crescem em desenvolvimento social como cresce a sua economia? Se tudo está tão bem por que o seu governo ainda é um governo autoritário?
Estas questões são importantes para esclarecer o crescimento chinês, os habitantes locais estão pagando o preço do crescimento. Sempre existe uma preocupação com o que a China vai lucrar com os investimentos mundiais. E a população de mais de 1 bilhão de habitantes vai lucrar o quê?
Será que a economia chinesa tem uma base sólida? As informações que chegam até nós através das mídias se referem às Zonas Econômicas Chinesas (ZEEs). As informações, às quais temos acesso sobre o interior da China, onde vive a maior parte da população, não mostram este crescimento, não demonstram que o país é uma terra de oportunidades, mostra que ainda é um local socialmente bem problemático.
De acordo com alguns estudos, a distribuição de renda na China é muito ruim e existem diferenças sociais gritantes a nível regional, o índice gini, que mede as disparidades de renda dentro de um mesmo país mostra que, entre 1991 e 2004, o indicador piorou muito, indo de 0,28 para 0,44, pior que o índice do Vietnã. E os produtos chineses que invadem o mundo? Muitas vezes já vimos questionamentos sobre sua qualidade. Também vimos pela mídia que há poucos dias do início das olimpíadas o governo tinha muitos problemas internos, prisões, manifestações, mortes, censura, principalmente na região do Tibete. Durante as olimpíadas tais problemas não foram abordados pela imprensa que se limitou a mostrar os jogos e, muitas vezes, os índices de crescimento econômico, como se não tivesse mais nada para mostrar em um país de mais de 9 milhões de quilômetros quadrados e mais de 1 bilhão e 300 milhões de habitantes. Durante a copa do mundo, realizada há a pouco tempo na Alemanha, a mídia fez reportagens sobre o território alemão. Durante as Olimpíadas na China só mostraram os jogos, escondendo o país.
Outro ponto a ser questionado na matéria do jornal é que o Brasil é sempre colocado como país exportador de produtos primários, celeiro do mundo, o entrevistado desta matéria também pensa assim, que a vocação brasileira é o agronegócio e que a China é a fábrica do mundo. (Estudante do Colégio Estadual

A matéria reescrita pela aluna foi muito debatida em sala de aula, pois foi durante as olimpíadas que estávamos concentrados no trabalho sobre a abertura econômica das economias anteriormente fechadas ao capitalismo.

Desta maneira, foi feita uma leitura reflexiva, além disso, verificamos que os alunos sabem desenvolver um assunto, interpretá-lo e não apenas ler e reproduzir o que entendeu, isso porque ao ler a matéria a associou a conhecimentos já adquiridos. Não se trata de contestar todas as reportagens dos jornais impressos, mas de associar esta leitura ao conhecimento da realidade que o aluno já apreendeu, a fim de que elabore sua própria apreciação do assunto.

Considerações Finais

A realização desta prática em sala de aula foi muito relevante, pois em geral, costuma-se acreditar que os fatos jornalísticos apresentam com isenção a realidade diária ou a sociedade como ela é, ou seja, muitas vezes não se examina nem se questiona o que está escrito, tomando-se como a única verdade. Esta experiência realizada com jornais permitiu ao aluno analisar a realidade em questão sob um ângulo diferente. Assim, o incentivou a fazer reflexão, ou seja, escrutinar a notícia a fim fazer um exame mais profundo desta, ação poucas vezes realizada por falta de hábito ou mesmo preguiça, por isso é necessário estimulá-los.

Esta experiência pedagógica mostrou que os alunos podem aprender a levantar dados e fazer comparações quando eles não ficam engessados apenas realizando exercícios de perguntas e respostas, entre outras atividades. Fazer a ponte entre o conhecimento adquirido no estudo da disciplina e as matérias jornalísticas foi estimulante aos alunos, auxiliando-os a melhorar sua capacidade de análise por meio da sua própria reflexão. Avaliamos o resultado desta experiência como positivo, pois os alunos vão muito mais longe em suas análises. A experiência mostrou-se uma prática inovadora junto aos alunos, com resultados positivos, pois o interesse e a participação em atividades que os desafiem é muito grande. Assim, a sala de aula pode se tornar um espaço de construção e organização do conhecimento. Quando os saberes adquiridos em sala de aula se juntam a fatos vivenciados cotidianamente fica mais fácil para os alunos desvendarem a realidade, há a superação de obstáculos de aprendizagem. Além disso, o desenvolvimento da investigação é muito importante para ampliar a sua capacidade de reflexão, bem como para desenvolver outras habilidades.

Referências

- MARTINS, Leonardo Cahuê; MACHADO, Carlos Eduardo Carvalho Ribeiro. A influência da mídia no ensino de geografia. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS*, 6, 2004, Goiânia. Caderno de Resumos. Goiânia: UFG, 2004. p. 389
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A geografia: Pesquisa e ensino. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 111-142.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. O sistema de comunicação: um espaço político de (in) exclusão social dos movimentos sociais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*, 13, 2002, João Pessoa. Caderno de Resumos. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 253.
- SOARES, Maria Lúcia de Amorim. O saber e o ensino da geografia na relação professor-aluno: o caso da indisciplina escolar num mundo de desassossego. *In: *Múltiplas Geografias: ensino-pesquisa-extensão**. v. III. Londrina: Humanidades, 2006. p. 13-28.







A memória da ocupação de uma região na voz do jornal “Paraná-Norte”

Ana Cleide Chiarotti Cesário
Ana Maria Chiarotti de Almeida

Introdução

Desta análise, pretendemos interpretar os dez primeiros editoriais do Jornal Paraná-Norte que circulou em Londrina - PR. entre 1934 e 1953. A análise, ao se filiar teórica e metodologicamente à Análise de Discurso (AD) influenciada por Michel Pêcheux¹, pode evidenciar uma formação discursiva (FD) reveladora da ordem e da defesa dos interesses dos promotores da ocupação da região conhecida como *norte novo do Paraná* e que se inscreve numa formação ideológica capitalista.

A análise do processo discursivo do jornal permite apreender tanto os sentidos por ele produzidos ao veicular suas “idéias”, quanto o engendramento de uma memória política acerca de Londrina e região.

Este processo

¹ Tendo iniciado sua carreira com o apoio de Althusser – a exemplo de Foucault, Lacan, Balibar, entre outros – Pêcheux começou seu trabalho num laboratório de Psicologia Social da Sorbonne com a tarefa acadêmica e política de desenvolver uma perspectiva crítica do psicologismo, contando com a colaboração de Michel Plon e Paul Henry, numa tentativa de aplicação das teses de Althusser na análise do discurso. Escrevendo no início sob o pseudônimo de Thomas Herbert, começou pelo retorno a Marx e a Freud com o objetivo de discutir *o sujeito e a ideologia* em suas relações com *a língua*. Pêcheux efetua também uma releitura de Saussure propondo que a noção de língua – como sistema – seja a base sobre a qual se deve pensar os processos discursivos, portanto, desloca o objeto, e de modo diferente de Saussure defende que a AD analise *o discurso*, um objeto que funde *a língua, o sujeito e a história*. Desse modo, constrói um quadro teórico para a AD organizado em torno de Saussure, Marx e Freud. No âmbito do grupo dos althusserianos, Pêcheux relê Saussure, do mesmo modo que Althusser releu Marx e Lacan relia Freud. Assim, sua releitura passou a fazer parte desse intrincado entremeio teórico que ele, a um só tempo ajudou a construir e explorou para elaborar os princípios e procedimentos da AD.

A memória da ocupação de uma região na voz do jornal “Paraná-Norte”

[...] enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: **capta, transforma e divulga** acontecimentos, opiniões e idéias da atualidade ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo em que organiza um futuro – as possíveis conseqüências desses fatos do presente – e, assim, legitima, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro. (MARIANI, 1993, p. 31).

Lançando mão do dispositivo teórico-analítico da AD, interpretaremos o jornal Paraná-Norte enquanto texto, que possibilita o acesso ao discurso, este entendido como processo e constituído pelo interdiscurso, ou seja, a memória do dizer.

Desse modo, o que pretendemos não é fazer *análise de conteúdo*², mas compreender como o discurso se textualiza, expressa significados e como os sujeitos se marcam através do que dizem (ou escrevem). Tomar a interpretação como um “gesto” que se dá no nível simbólico onde a ideologia, marcada pelo imaginário e atravessada pela história, materializa-se através da língua, produzindo memória. Ou seja, considerar o discurso como prática simbólica tão importante quantas outras práticas sociais, o lugar da incompletude e onde o silêncio também significa.

Enquanto textualidade, o jornal é analisado como objeto lingüístico-histórico, unidade textual que dá acesso ao discurso. O texto não é considerado como evidência, pois para a AD a linguagem não é mera comunicação e a língua tampouco transparência. (ORLANDI, 1999).

A análise dos efeitos de sentidos produzidos pelo jornal dá a ver as suas próprias práticas ideológicas, relacionadas às outras práticas ideológicas (econômicas, políticas, jurídicas, religiosas,...). A interpretação leva em conta a exterioridade, o campo da ideologia e da historicidade, lugar em que os indivíduos têm as suas posições já nomeadas, constituindo-se sujeitos (colonos/compradores de terras,

² Sistematizada nos anos de 1940-50 por Lasswell, Lazarsfeld e Berelson, é definida pelo último como “uma técnica objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Por meio desta técnica os conteúdos passam por uma pré-categorização dos temas existentes nos textos e, na seqüência, são submetidos a tratamento quantitativo com o objetivo de interpretação. Ver Charaudeau, P.; Maingueneau, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 42.

promotores do processo, comerciantes, políticos, religiosos, agentes da repressão...), uma relação especular de dupla sujeição ao SUJEITO absoluto, o capital.

[...] é um mecanismo com duplo efeito: o agente se reconhece como sujeito e se sujeita a um Sujeito absoluto. Em cada ideologia o lugar do sujeito é ocupado por entidades abstratas, Deus, a Humanidade, o Capital, a Nação, etc., as quais, embora específicas em cada uma, são perfeitamente equivalentes nos mecanismos de ideologia em geral. (ALBUQUERQUE, 1983, p. 8).

Essa é uma idéia althusseriana que se refere a *ideologias* e não a uma única ideologia, numa estrutura/funcionamento em que as ideologias particulares são afetadas pela ideologia dominante e pela luta de classes, pois para ele as ideologias nascem das forças sociais em luta, constituindo-se indícios de um problema real. (ALTHUSSER, 1983, p. 107).

Michel Foucault, ao tratar do discurso, também leva em conta a exterioridade, pois além de considerar as formações discursivas, vê o discurso como lugar de relações entre práticas discursivas e não discursivas.

[...] a análise arqueológica como descrição dos discursos não deve se fechar no interior do próprio discurso. Pelo contrário, uma de suas idéias básicas é articular o acontecimento não-discursivo, as formações discursivas, com as formações não discursivas. Ela não permanece unicamente ao nível do discurso, embora esse seja o seu objeto, aquilo para o qual tudo converge, mas busca estabelecer uma relação com acontecimentos de uma outra ordem, seja ela técnica, econômica, social ou política. (MACHADO, 1981, p. 166).

Para Foucault, a relação entre discurso e acontecimento (econômico e social) não é mero reflexo ou expressão de um sobre o outro, mas uma relação mais complexa. Para explicá-la, somente através de uma articulação entre regras de formação do discurso e formação não-discursiva. Assim, aproxima o discurso das práticas que fazem parte de suas condições de emergência, de inserção e de funcionamento. Há, portanto, no pensamento foucaultiano, uma correspondência entre discurso e enunciado, correspondência que se realiza na formação discursiva. O

A memória da ocupação de uma região na voz do jornal “Paraná-Norte”

relevante não são os discursos possíveis, tampouco os que estabelecem princípios de verdade ou validade, mas os discursos reais, efetivamente pronunciados, que se apresentam como materialidade. O importante é o discurso como prática em sua espessura e volume próprios. Este autor considera a prática discursiva como

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada e para determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de existência da função enunciativa. (FOUCAULT, 1972, p. 153-154).

Vê, portanto, o discurso como prática numa formação social. *“Isso não quer dizer, no entanto, que, nesta acepção, o discurso será confundido com a ideologia que o governa, ou ainda como a sua função”* (ROBIN, 1977, p. 107). O discurso, embora “governado” pela ideologia não é a ela redutível. Dito de outra forma, enquanto para a AD as formações discursivas são compreendidas como componentes das formações ideológicas, para Foucault, as formações discursivas só podem ser entendidas por meio das condições de produção, das instituições que as implicam, das regras constitutivas do discurso.

O diálogo de Pêcheux com Foucault introduz na AD a noção de *“interdiscurso para designar ‘o exterior específico’ de uma FD”*. (PÊCHEUX, 1993, p. 314). A AD não concebe a formação discursiva como algo fechado, pois ela estabelece uma relação paradoxal com o seu exterior. Como admite o próprio Pêcheux:

[...] uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob forma de ‘preconstruídos’ e de ‘discursos transversos’).(PÊCHEUX, 1993, p. 314).

A análise dos textos e a liberação dos sentidos

À medida que o trabalho de análise for sendo explicitado, refletiremos, também, sobre questões teórico-metodológicas decorrentes de uma política de conhecimento marcada pelo “entremeio” da AD. Não se trata de uma visão ingênua de interdisciplinaridade, mas de um campo constituído por diferentes “olhares” através dos quais as Ciências Sociais interrogam a Linguística acerca do sujeito e esta, as Ciências Sociais acerca da linguagem. Tais reflexões resultam do Projeto de Pesquisa *Outras palavras... sobre as formas de dizer e as formas de silenciar* que analisou como as transgressões ocorridas na Comarca de Londrina (1934, p. 53) foram noticiadas ou silenciadas pelo Jornal Paraná-Norte e como os processos discursivos desse pequeno jornal que foi criado alguns meses antes da fundação do município de Londrina homogeneizaram a memória de uma época.

Assim, nesta pesquisa, o que interessou foi o jornal como unidade complexa de significações, considerando-se as suas condições de produção. Enquanto o jornal constituiu-se texto, os Autos Criminais da Comarca de Londrina foram pontos de partida e de retorno para a análise do periódico. Foi dessa forma que se percebeu o que era noticiado acerca das transgressões e o que era colocado em seu lugar (quando colocado).

O projeto de pesquisa desenvolveu várias abordagens: preliminarmente, efetuou-se a (re) descrição dos dois arquivos que estão sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH/UUEL) os acervos do jornal e dos autos ; num segundo momento, em relação ao jornal interpretou-se o efeito da distribuição das notícias na página, o funcionamento metafórico e metonímico destas notícias, as transgressões de motivação política, a violência na família, a prostituição, etc... A análise das notícias – “neutras e transparentes” – de transgressão, noticiadas ou silenciadas, buscava identificar mecanismos produtores de efeitos de sentido que diziam respeito à ordenação da sociedade local.

Ao contrário dessas abordagens, a análise que aqui é feita dos editoriais – lugar privilegiado no qual os responsáveis por um jornal assumem posição político-ideológica – busca identificar, neste “posicionamento declarado”,

A memória da ocupação de uma região na voz do jornal “Paraná-Norte”

mecanismos que permitem velar e revelar, na medida do interesse e da necessidade, uma formação discursiva da ordem. Sentidos positivos, colocados no lugar dos conflitos e antagonismos que, via de regra, marcam os processos de expansão do capitalismo. Tais editoriais podem também revelar uma ideologia coincidente à ideologia dos promotores da ocupação do norte novo do Paraná.

Optamos, aqui, por analisar os dez primeiros editoriais do Paraná-Norte (9/out. a 16/dez./1934), momento em que foi criado e instalado o Município de Londrina. A análise privilegia o primeiro editorial, considerando os demais, articulados ao primeiro, como um conjunto, portanto, de acordo com a AD, como unidade textual.

Para a AD, sujeito, linguagem e sentidos não são transparentes,

[...] a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua (...). Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. (ORLANDI, 1999, p. 17).

Desse modo, na análise dos editoriais do Paraná-Norte o sujeito emerge não como origem do discurso, mas enquanto sujeito discursivo, i.e., pensado como “posição”, como “lugar” na produção do discurso. (FOUCAULT, 1988).

A análise do **primeiro editorial** revela marcas de um sujeito que muda de posição quando se dirige a leitores diferentes. No primeiro número (9/10/1934), os redatores iniciam o editorial, intitulado *Paraná-Norte*, falando pelo jornal como forma de diferenciá-lo do leitor (de alguns leitores) “*Este modesto semanário, apresenta-se hoje em público.*” Esta posição é mantida nas frases subseqüentes:

“Pequeno e tímido, como quem avança os primeiros passos em terreno desconhecido, Paraná-Norte pede amparo de todos que habitam esta grande zona que é o norte do Paraná, e onde elle vae agir no sentido de propagar-lhe a riqueza, concretizada na fertilidade do seu solo - legado pelo mais famoso systema hydrographico que se pode imaginar - no esforço bercúleo dos desbravadores de suas mattas e no pulso fôrte e rijo de seus trabalhadores ruraes que na ancia do progresso colectivo, não medem sacrificios para a grandeza deste pedaço da terra americana onde varias raças se misturam na mais commovedora das harmonias. Esse é o nosso programa.”

Note-se que os leitores virtuais são: *todos que habitam esta grande zona que é o norte do Paraná*, mas nem todos, já que os nomeia como *desbravadores, trabalhadores rurais e várias raças*. Neste momento, o jornal que antes era “*elle*” – *apresenta-se* – passa a ser “*nós*”. O jornal, que ora aparece como “*programa*” não é mais algo distante, ele é “*nosso*”. Mas nosso de quem? Dos redatores, dos leitores? (*Este modesto...*). É por meio do funcionamento metafórico que o “*programa*” toma o lugar do “*jornal*”. Efeito metafórico aqui tomado como parte do processo de produção de sentido e de constituição do sujeito, um lugar de interpretação. (PÉCHEUX, 1993). O pronome possessivo *nosso* indica a inclusão dos leitores na discursividade do sujeito (inclui *todos que habitam esta grande zona* no *programa* do jornal). Entretanto, *nosso* tem um significado ambíguo, ao mesmo tempo em que inclui (através do apoio), exclui, já que o leitor não poderá ser autor do jornal, criando assim uma ilusão. No último parágrafo do editorial, o “*nosso*” é inclusivo (o jornal e os habitantes do norte do Paraná). Finalizando, os editores falam pelo jornal, pelos habitantes e pela região, já que o título do editorial ratifica o nome do jornal numa clara inversão do nome atribuído à região norte do Paraná.

“Em matéria política, tomando-se o termo na significação que ao mesmo hoje se empresta, ficamos á margem dos partidos. A política está fóra do nosso programa e das nossas cogitações. Não nos interessa. Entretanto, ás autoridades constituídas, quando agirem dentro da lei, daremos o nosso apoio, franco e desinteressados. E... basta de programas.”

Se os editoriais constituem texto, uma unidade, na AD tal unidade não pode ser vista como mera soma de frases; devendo-se levar em conta as condições de produção e os sentidos produzidos que, no caso em análise, constituem um *programa*. O texto, para a AD não é linear, assim, é necessário que o conjunto de editoriais seja visto na sua incompletude (os implícitos, a falta, o silêncio), aberto à inscrição da história, da exterioridade e da ideologia nele marcadas. A temporalidade, portanto, é interna, é “uma relação com a exterioridade tal como ela se inscreve no próprio texto e não como algo lá fora, refletido nele” (ORLANDI, 1996, p. 55).

Tendo Althusser (1983) como referência, ideologia não significa conjunto de representações, visão de mundo, tampouco ocultação ou

distorção da realidade, “mas relações imaginárias para com relações reais” (ALBUQUERQUE, 1983, p. 42). Nesses termos, na análise dos editoriais, a ideologia emerge como um efeito da relação necessária do sujeito com as condições reais (história) e com a língua (um modo de funcionamento) produzindo sentidos. Assim, a análise das condições de produção do primeiro editorial revela a intenção explícita do jornal em assumir um *programa*.

Os *qualificativos* existentes no texto expressam *valores* do programa, efeitos de sentido produzidos pelo jornal. Quando a referência é o *Paraná-Norte* aparecem: *modesto, desataviado, pequeno e tímido, primeiros* (passos), todos apropriados a um pasquim que nasce para ser jornal. Ao contrário, quando a referência é o *norte do Paraná*, com seus recursos naturais e sua população, os qualificativos são grandiloqüentes: *grande, fertilidade inegável, famoso* systema hydrográfico, esforço *herculeo* (dos desbravadores), pulso *forte e rijo* dos trabalhadores *rurales, grandeza* deste pedaço de terra *americana*. Coloca-se, assim, um sujeito frágil (jornal) diante de leitores (atores) fortes de uma importante região.

As marcas dos verbos com seus predicativos: *apresenta-se* em público, *vem* desataviado, *avança* os primeiros passos, *vae agir* no sentido de *propagar-lhe* a riqueza, *não medem* sacrifícios, denotam “ações” que anunciam a entrada em cena (espaço público) de um sujeito que não será apenas formador de opinião, mas com papel ativo nesse espaço. Essa ação é a “propaganda” (do verbo propagar) da região. Se o jornal, na primeira página, através do editorial, não assume explicitamente a propaganda, na última, estampa propaganda, de página inteira, da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), cujo texto trata da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná – de propriedade da CTNP – como importante ligação entre “*a zona mais fértil, mais pujante e mais apropriada, para toda espécie de cultura*” com a F. F. S. Paulo-Paraná, chegando ao “*binterland ARGENTINO e PARAGUAYO*”. A propaganda mostra que a CTNP está “*colonizando as melhores terras*” e nomeia o Norte do Paraná de “*abençoada zona*”. A última página do jornal será sempre reservada à propaganda da CTNP. Na edição de número seis, o editorial explicita valores positivos da região, semelhantes aos do primeiro editorial: “*terra fertilíssimas, clima saluberrimo, aguas excellentes e abundantes, A*

SAÚVA, a praga mais terrível das zonas do Brasil, NÃO EXISTE no Norte do Paraná e muito menos nas TERRAS DESTA COMPANHIA”. O anúncio de venda de terras vem acompanhado de um ítem: “Títulos de propriedade absolutamente seguros, outorgados, directamente pelo governo do Estado do Paraná, devidamente registrados”³.

O programa trata, também, de agentes (habitantes do norte do Paraná) que, embora fortes, estão assujeitados à região (silenciando os promotores do processo de colonização – CTNP, ingleses e burguesia nacional), pois suas ações são marcadas pelo *sacrifício* e pela *harmonia*. É desta forma que o jornal explicita sentidos positivos e épicos (*esforço herculeo, terra americana*) do modo de vida que se instala em Londrina e região, apesar dos indícios de apagamento dos conflitos e das contradições. Tais indícios podem ser identificados quando as diferenças étnicas e raciais tratadas pelo jornal (*várias raças*) se apagam (*se misturam*) com vistas à harmonia. O par *progresso/harmonia* constitui efeito ideológico do programa, que traz implícitas noções de *civilização e ordem* com as suas respectivas oposições – *barbárie e desordem*. Neste primeiro momento do editorial, o programa é predominantemente econômico e são temas econômicos – *riqueza, fertilidade do solo, esforço (trabalho), systema hydrographico* –, com seus desdobramentos sócio-culturais – *desbravadores, trabalhadores ruraes, varias raças* – que o jornal assume quando afirma: *Esse é o nosso programa*.

Se o programa econômico constitui pauta explícita para o jornal, os sentidos conferidos à política produzem ambigüidades, deixando o leitor por conta de um jogo de implícitos. A princípio, os valores atribuídos à política ficam velados: “tomando-se o termo (política) na significação que ao mesmo boje se empresta, ficamos à margem dos partidos”, dando a ver que os partidos são relacionados aos valores implícitos. É esse sentido de política (partidária) que o jornal diz que “*está fora do nosso programa*”. Porém, à política institucionalizada (com exceção dos partidos), o jornal acena com apoio: “*às autoridades constituídas, quando agirem dentro da lei, daremos o nosso apoio*”. Note-se que, uma vez mais, o termo política vem desprovido de

³ A CTNP colonizou, no norte do Paraná, uma área de 546.078 alqueires – ou 1.321.499 hectares – comprada do governo do Paraná.

qualificativos, surgindo, entretanto, a expressão “*dentro da lei*”, possível de ser substituída pelo qualificativo *legal*. A história é silenciada a não ser por um indício inscrito no texto: “*às autoridades constituídas, quando agirem dentro da lei...*”.

Quando nasce o Paraná-Norte, em 1934, a política brasileira passa por momento de redemocratização regida pela Constituição de 1933. Naquele ano, realizavam-se as eleições para a Assembléia Legislativa e Câmara Federal, e o Interventor Manoel Ribas submetia-se ao referendo da eleição indireta ao governo do Paraná. Política, neste editorial, significa apoio às autoridades constituídas. A referência à “*lei*” pode significar, ainda, apoio à ordem jurídica do Estado (a nova Constituição) que é garantia da “*harmonia*” na sociedade civil. Harmonia esta indispensável em áreas de expansão do capitalismo. Os qualificativos aparecem ligados ao “*apoio*” do jornal (e da população) “*franco e desinteressados*”, como se na política não houvesse interesses. Sabe-se que a política é tanto o lugar da expressão dos interesses dos grupos e classes sociais como de regulação dos mesmos.

A última frase do editorial: “*E... basta de programas*”, é uma alusão a um programa econômico, a um não-programa (político-partidário) e a um programa político (apoio às instituições).

A análise do primeiro editorial levanta temas que foram investigados nos nove outros editoriais – *a região* (norte do Paraná), *harmonia*, *progresso* e *política*. Esses temas que perpassam a unidade textual (conjunto de editoriais) constituíram o trajeto de interpretação do jornal, funcionando como se fossem pré-construídos de um discurso transversal.

No **segundo editorial** – *norte do Paraná* de 18/10/1934 – o tema predominante é a região, mostrada como lugar “*fóra da grandiosidade das conquistas das artes e da sciencia*”, como “*sertões*” e “*pedaço dadivoso da terra paranaense*”, uma narrativa que constrói um cenário no qual o homem submete a natureza. As cidades são centros irradiadores da derrubada das matas, dando lugar às primeiras fazenda e sítios. O norte do Paraná é considerado como “*digno de ser contemplado pelos que se interessam pelo futuro do Brasil*”. O *progresso* é decorrente do processo civilizatório: “*a civilização vae deixando as pégadas indeleveis do progresso*”, o “*homem civilizado vem estendendo pontes, construindo estradas, derrubando a mattaria millenaria e erguendo cidades*”.

O **terceiro editorial** – *Visitantes Ilustres* de 26/10/1934 – relata a visita de “*ilustres professores franceses, contractados, pela sua alta sabedoria, para a Universidade de São Paulo, snrs. Pierre Deffontaines e Coornaert*”. O norte do Paraná é tratado como “*Brasil mediterrâneo*”- (terras interiores). Esse editorial produz no leitor um efeito de sentido que opõe o regional ao universal. A região que, no editorial anterior, aparece como um pedaço de natureza que, embora fora da civilização, começa a se transformar em cultura pela ação civilizadora do homem, neste editorial aparece com um sentido universal e cosmopolita já que é comparada com a região mediterrânea, um pré-construído que invade o texto trazendo a memória da civilização clássica. A idéia do cosmopolitismo, opondo-se ao particularismo, se torna ainda mais presente pelo destaque que o jornal confere à visita dos professores universitários franceses.

No **quarto editorial** – *Milagre numa cidade ponta de trilhos* de 4/11/1934 – o tema predominante é, uma vez mais, o norte do Paraná que aparece como “*lugares novos*” e “*ponta de trilhos*”. A ordem aparece como “*bem colectivo*”, “*perfeita*” e “*tranquilidade pública*”. A ordem é abordada estrategicamente para refutar a expressão “*ponta de trilhos*” como o lugar da desordem (e da barbárie). Neste editorial o sentido mais forte é o da oposição entre civilização e barbárie.

No **quinto editorial** – *A hora da união* de 11/11/1937 – o norte do Paraná aparece como “*zona norte do Estado*”. Trata-se de matéria política, melhor dizendo, eleitoral. A política aparece como “*partidos*”, “*grande lucta política do Paraná*”, “*pleito eleitoral de 14 de Outubro*”, “*maioria e minoria*”, “*administração*”..., termos próprios da política institucional. Aparece, de um lado, com sentidos positivos: “*união*”, “*união dos partidos*”, “*desejo do bem estar colectivo*” “*pacificação dos espíritos*”... De outro, com sentidos negativos: “*velhas maguas*”, “*batalha eleitoral*”, “*exaltados arautos*”, “*período de exaltação*”, “*ódios e dissensões*”... As eleições são abordadas como o momento da *desordem* e, contrariando as intenções do **primeiro editorial**, o(s) editor(es) conclama(m) a união dos partidos para as eleições municipais que se avizinham.

O **sexto editorial** – *Com os Correios* de 18/11/1934 – trata de uma questão local: os Correios em Jathay, cidade à qual o Distrito de Londrina está subordinado política e administrativamente. Defende “*a elevação da classe*

A memória da ocupação de uma região na voz do jornal “Paraná-Norte”

da agência de Jathay”. A *política* aparece como serviço público, como administração pública.

No **sétimo editorial** – *Defendendo Jathay* de 27/11/1934 – aparece a expressão *Norte do Paraná* desprovida de qualificativos, já que estes são atribuídos a Jathay: “*distrito judiciário*”, “*linda cidade*”. A palavra *progresso* aparece associada à *cultura* e a Londrina. A exemplo do editorial anterior, a política aparece relacionada ao Estado com ênfase no aparelho jurídico.

O **oitavo editorial** – *Comp. Ferroviária S. Paulo-Paraná* de 2/12/1934 – dirige-se à Companhia solicitando novo horário de trem (expresso) para melhor atender Jathay e Londrina, um interesse dirigido não ao poder público, mas ao poder privado (da CTNP). Note-se que são três editoriais em defesa dos interesses de Jathay e, em segundo plano, de Londrina.

O **nono editorial** – *Criação do Município de Londrina* de 9/12/1934 – transcreve o Decreto número 2519, do Governo do Estado, de criação do município. Descreve os limites do município que incluem o território da CTNP. Apesar de ser texto oficial, trata-se da expressão de um ato político-administrativo de fundamental importância para o ordenamento do município e região. Note-se que a transcrição do decreto após uma seqüência de três editoriais defendendo os interesses da sede do município (a cidade de Jathay) provoca um efeito de sentido no leitor que se vê diante de uma narrativa que busca minimizar as conseqüências políticas do desmembramento de Londrina do município de Jathay, processo que se encontrava em fase de conclusão.

O **décimo editorial** – *Instalação do Município* de 16/12/1934 – não faz nenhuma referência explícita aos temas aqui considerados. Trata-se de texto lacônico de um ato político que acentua o seu conteúdo formal, assumindo também um tom celebrativo já que o jornal congratula a “*sua laboriosa população*”.

Esta visada no conjunto dos outros nove editoriais nos permitiu interpretar a produção dos sentidos e perceber o silêncio. Em primeiro lugar, o silêncio das gestões políticas pela instalação do município de Londrina, rompido apenas pela publicação do Decreto número 2519. O exame dos dez exemplares, excetuando a publicação desse Decreto, mostrou

que não há sequer uma alusão à criação do município de Londrina. Os editoriais silenciam, ainda, o empreendimento imobiliário da CTNP, colocando no seu lugar a exaltação da região, deixando para a última página do jornal a propaganda do empreendimento.

Considerações finais: por meio do “dizer” e do “não dizer”, o jornal se inscreve na formação discursiva regional

Como já afirmamos, a análise permite perceber o *silêncio*, uma forma de “não-dito”, constitutiva do próprio discurso, pois o “dizer” apaga outros “dizeres”⁴. Ao invés de comentar a instalação do município e as gestões políticas que cercam o episódio, os editoriais colocam no seu lugar o *discurso civilizatório* e do *progresso*, silenciando também o empreendimento imobiliário da CTNP, não evidenciando de um lado, os interesses da política local e, de outro, os interesses da burguesia nacional associada ao capital internacional (inglês).

Outra questão que se nos apresentou é a oscilação do jornal entre fazer ou não fazer política partidária. Se, no primeiro editorial ela aparece como um não-objetivo, em editoriais subseqüentes o Paraná-Norte não só pede a união dos partidos como defende que esta deverá partir da maioria vitoriosa nas eleições daquele ano com vistas ao pleito municipal de 1935.

Como se observa, por meio da análise dos editoriais, há a possibilidade de se encontrar a origem de um imaginário sobre a política em Londrina. Uma ideologização acerca da fundação de Londrina, através do discurso da *civilização, do progresso e da ordem* que servirá de sustentação do discurso político local.

Se estendermos a análise para os editoriais da época de instalação do Estado Novo, veremos que silenciar os elementos que mais identificavam o novo regime com o autoritarismo foi um efeito de sentido produzido

⁴ Sobre a política do silêncio, ver ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 1997.

A memória da ocupação de uma região na voz do jornal “Paraná-Norte”

pelo jornal e relacionado ao “poder-dizer”. Pois a censura estabelecia um jogo de relações de força pelo qual ela configurava, de forma localizada, o que, do dizível, não devia (não podia) ser dito quando o sujeito falava, ou seja, essa era a política do silêncio e ela se definia pelo fato de que ao dizer algo se apagava outros sentidos possíveis, indesejáveis, em uma situação discursiva dada.

Esse clima de censura vai se tornando cada vez mais explícito nos editoriais do Paraná-Norte, à medida que a ditadura se instala, pois podemos verificar que o jornal passa a se constituir enquanto texto voltado para os leitores de Londrina e região, deixando sempre claro que propostas autoritárias são o Integralismo e o Comunismo. Também vai indicar que no Estado Novo a *organização* é mais importante que a *participação* e *representação políticas* através de notícias que enfatizam que a política londrinense - buscando formas de acomodação em relação à política regional e nacional - passou a se dedicar a tarefas eminentemente administrativas.

Se estendermos mais ainda a análise do texto do jornal para o período de redemocratização que se inaugurou no Brasil com a queda do Estado Novo, poderemos observar que o “discurso fundador” sobre o município e a região emerge com grande força.

O *Manifesto ao Povo do norte do Paraná*⁵, encartado no Paraná-Norte em 24 de março de 1945, é um texto que rompe com o discurso produzido pelo mesmo jornal durante todo o Estado Novo. Enquanto, no período estadonovista, o jornal se ocupou de assuntos da administração local e regional e do culto às autoridades, este manifesto, o primeiro de um conjunto, produz sentidos de negação à ditadura, de afirmação regional e de defesa da representação política.

O Jornal retoma o discurso grandiloqüente e celebrativo da região – o mesmo que marcou o tempo da organização do município – atribuindo

⁵ Este Manifesto é o primeiro de um conjunto de três publicados pelo Paraná-Norte. Além deste, publicado em 1º. de abril de 1945, o jornal publicou em 10 de junho de 1945 um segundo de autoria do Movimento pró-Democratização Nacional de Londrina e um terceiro assinado por moradores de Cornélio Procópio. As assinaturas são majoritariamente de proprietários rurais e de profissionais liberais, grupos de onde sairão os quadros da UDN, PR e, PC na região.

à “*nossa riqueza*” e ao “*nosso arcabouço econômico*” papel de resistência – já que “*inesgotáveis*” – à “*ambição dos administradores improvisados, sem civismo e sem espírito público*”.

O élan regionalista ressurge como pré-construído, para fundamentar a crítica ao “*exagerado centralismo administrativo*” do Estado Novo, defender os “*princípios do federalismo e da democracia*” e da “*autoridade política: O Povo!*”.

O tom regionalista justifica a defesa de interesses – postura própria da arena política na democracia representativa – obscurecendo os interesses e lutas de classe.

A retomada do discurso apologético sobre o norte do Paraná, na realidade, constitui um campo simbólico onde poder e signos se relacionam, produzindo a incompletude, pois é neste momento da história política de Londrina que se criam os signos da “*cidade de oposição*”, o prenúncio de um constante retorno ao passado – como no mito de Sísifo – o apelo à memória do “*épico processo civilizatório que atingiu a região*” e que se insinuará sempre, no discurso político local, como um discurso transversal.

Referências

ALBUQUERQUE, J. A. G. Althusser, a ideologia e as instituições. In: ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CHARADEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

_____. *Microfísica do poder*. In: MACHADO, Roberto (Org.). Rio de Janeiro: Graal, 1988.

JORNAL PARANÁ-NORTE. Números: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, 1934.

A memória da ocupação de uma região na voz do jornal “Paraná-Norte”

JORNAL PARANÁ-NORTE. Números 162 a 180, 1937 e 1938.

JORNAL PARANÁ-NORTE. Manifestos de abril e junho de 1945.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MARIANI, B. S. C. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: Orlandi, E.P. (Org.) *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso, In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). *Por uma análise automática do discurso*. Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993.

ROBIN, Régine. *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

As transformações no mundo do trabalho através da charge na imprensa sindical: uma análise do impacto da introdução de novas tecnologias na produção

Rozinaldo Antonio Miani

Introdução

Durante os anos 90 do século XX, o Brasil esteve marcado por um processo de reestruturação produtiva e de implantação de uma nova concepção para a organização da economia que resultaram em transformações significativas na relação capital/trabalho. As inovações técnico-organizacionais verificadas naquele processo produziram verdadeiras “revoluções” no cotidiano da classe trabalhadora e nos seus modos de perceber a própria realidade.

Percebe-se, ainda, que, no referido período, se estabeleceu um processo de construção de um simulacro de democracia nos locais de trabalho, como operação ideológica, com o objetivo de submeter os trabalhadores a condições salariais cada vez mais aviltantes e ao aumento da sobrecarga de trabalho, a partir da captura da própria subjetividade do trabalhador.

Num cenário adverso, o movimento sindical brasileiro se via desafiado por uma conjuntura totalmente “estranha”, situação agravada pelas dificuldades internas provocadas pelos processos de divergências político-ideológicas no interior do movimento e pela ação deliberada do governo federal, de matiz neoliberal, contra as organizações sociais e dos trabalhadores. Tal desafio implicava na necessidade de reestruturar as bases políticas e organizativas dos referidos órgãos de classe na perspectiva de resistência e ação propositiva contra as consequências nefastas da nova configuração do mundo do trabalho sob a égide da reestruturação produtiva.

As transformações no mundo do trabalho através da charge na imprensa sindical: uma análise do impacto da introdução de novas tecnologias na produção

No entanto, apesar do desafio instituído, o que se observou foi uma inoperância política do movimento sindical diante de tão complexa situação provocando, inclusive, um maior distanciamento das bases trabalhadoras de seus representantes de classe e uma perda de credibilidade em relação às organizações sindicais. Tal “crise política e ideológica” só se fez amenizar, em grande parte, pelo discurso veiculado pelos sindicatos através de seus instrumentos de comunicação, principalmente os veículos impressos, onde criticavam com certa veemência a precária situação a que estavam submetidos os trabalhadores, em decorrência das mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, e tentavam apresentar-lhes a necessidade política de resistência e de ampla mobilização. Nesse contexto, faz-se necessário registrar, de maneira particular, a prática de algumas estratégias comunicativas como condição para a eficiência no processo de interação entre direção e base sindicais; e aqui destacamos a utilização que se fez da charge na imprensa sindical.

No caso específico do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista tal estratégia comunicativa foi explorada de maneira intensa e significativa pelo jornal *Tribuna Metalúrgica do ABC*¹, revelando de modo bastante humorado e, por isso mesmo, contundente, as novas condições do mundo do trabalho, marcadas pela introdução de novas tecnologias na produção, por uma mudança significativa nos processos de gestão da produção, por um desemprego de nova ordem e pela flexibilização dos direitos trabalhistas, além de denunciar as consequências imediatas e vindouras na vida dos trabalhadores.

Para o cumprimento de nossos objetivos faz-se necessário, antes de tudo, compreender as condições de produção do discurso chárstico na imprensa sindical e, para tanto, fizemos uso dos pressupostos metodológicos da análise de discurso. O tema aqui escolhido para desenvolver uma análise chárstica sobre as transformações no mundo do trabalho será o impacto da implantação das novas tecnologias na produção.

¹ O jornal *Tribuna Metalúrgica*, fundado em 1971, deu origem à imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Com a fusão do referido sindicato com o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André em 1993, foi criado o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e, conseqüentemente, a *Tribuna Metalúrgica do ABC* que tem circulação até os dias atuais.

A importância da comunicação na atualidade e as particularidades da imprensa sindical

O mundo do trabalho tem se caracterizado como uma das mais importantes vitrines para a verificação e compreensão das mutações ocorridas na realidade econômica, política, social e cultural de uma sociedade. É também neste universo que se percebem perspectivas tanto de consolidação das políticas vigentes, quanto das formas de resistência das classes subalternas num determinado contexto sócio-histórico.

Na tendência ascendente para aquilo que, principalmente a partir da década de 1990, se denominou “modernização”, e que pode ser percebido através da dinâmica do mundo do trabalho, um elemento é particularmente significativo e que tem sido objeto permanente de nossas pesquisas; estamos nos referindo à comunicação. Octavio Ianni assim sintetiza essa realidade:

Quando o sistema social mundial se põe em movimento e se moderniza, então o mundo começa a parecer uma espécie de aldeia global. Aos poucos, ou de repente, conforme o caso, tudo se articula em um vasto complexo todo moderno, modernizante, modernizado. E o signo por excelência da modernização parece ser a comunicação, a proliferação e generalização dos meios impressos e eletrônicos de comunicação, articulados em teias multimídias alcançando todo o mundo. (IANNI, 1996, p. 93)

Apesar de reconhecer que o desenvolvimento dos meios de comunicação, graças à convergência tecnológica com a informática e as telecomunicações, atingiu um estágio até há pouco tempo inimaginável, os benefícios por ele trazido não chegam a servir à grande maioria. As classes trabalhadoras, quando muito, têm conhecimento da existência das possibilidades comunicacionais dos tempos atuais, mas acesso e proveito da “revolução digital” no campo das comunicações, em se tratando de uma sociedade capitalista e excludente como a nossa, já seria esperar demais.

E como tem se realizado a comunicação no mundo do trabalho? Por estes processos comunicacionais temos condições de ter uma leitura adequada de uma determinada realidade sócio-econômica e política? Quais contribuições essas práticas comunicativas têm trazido para o campo das lutas políticas dos trabalhadores? Estas são apenas algumas das questões

As transformações no mundo do trabalho através da charge na imprensa sindical: uma análise do impacto da introdução de novas tecnologias na produção

que nos acompanham atualmente. Compreender a dinâmica do mundo do trabalho, identificando os atuais processos de transformações ocorridas neste contexto, através da imprensa do movimento sindical, tem sido um de nossos principais objetivos.

É sabido que o movimento sindical vive um claro processo de desestruturação e desagregação. Distintas e sucessivas crises têm afligido os agentes políticos destas organizações de classe e provocado divergências quanto ao reconhecimento, por parte dos trabalhadores, da importância de tais organizações. Crise ideológica, crise política, crise de representatividade, crise do discurso, enfim, são várias as crises que têm marcado a história recente do movimento sindical brasileiro e até mesmo internacional.

No caos aparente que tais crises parecem acometer o movimento sindical, acreditamos haver algumas práticas que podem servir como contraponto à essa condição; destacamos de maneira especial a comunicação sindical. Esta não se caracteriza, na sua ampla maioria, por uma comunicação impactada pela “revolução digital”; muito longe disso. Mas, independente da evolução tecnológica incorporada pela comunicação sindical - e aqui nos referimos particularmente à imprensa sindical -, certamente esta ainda se notabiliza como um espaço de “contato direto” das direções sindicais com suas bases e um possível espaço de diálogo potencialmente crítico, educativo e, ao mesmo tempo, ideológico. E, de maneira ainda mais particular, atribuímos às charges produzidas pelo movimento sindical um potencial persuasivo ímpar; através delas podemos perceber a edificação de uma importante forma de denúncia e de resistência da classe trabalhadora.

Sobre a imprensa em geral, e a imprensa sindical em particular, tomamos como pressuposto que toda e qualquer produção comunicativa realizada neste contexto não apenas apresenta o mundo, mas, muito mais do que isso, participa da própria produção desse mundo, de sua realidade e seu cotidiano. O discurso jornalístico em seus vários gêneros não se limita a reproduzir um determinado real, mas o constrói sob uma perspectiva ideologicamente determinada. Nesse sentido, concordamos com a historiadora Maria Helena Rolim Capelato quando afirma que “a imprensa registra, comenta e participa da história”. (CAPELATO, 1988, p. 13)

Como ponto de partida para nossas reflexões, torna-se necessário

especificar a natureza e as condições de produção da imprensa sindical. Para tanto, partimos do pressuposto de que o jornal impresso constitui, na grande maioria dos casos, o veículo oficial de comunicação dos sindicatos. O que se publica no jornal do sindicato é assumido e assimilado como a posição política defendida pelos seus dirigentes.

No entanto, é preciso que se reconheça que, na produção de uma determinada imprensa sindical, há necessariamente um “complexo de significações do pensar e fazer sindicais” a que chamamos “pluralidade constituinte”. A esse respeito, afirmamos que:

O que confere pluralidade constituinte à imprensa sindical é o fato de que ela é desenvolvida a partir da interação de diferentes sujeitos sociais que se relacionam permanentemente, seja harmoniosa ou conflitivamente, durante o seu processo de produção. Dirigentes sindicais (que possuem interpretações e, às vezes, até interesses divergentes), assessores políticos, jornalistas e eventualmente chargistas e demais profissionais de imprensa tensionam produtivamente sobre o pensar e fazer da imprensa sindical. (MIANI, 2005, p. 21-22)

O reconhecimento da pluralidade constituinte nos processos de produção da imprensa sindical não pode, contudo, ofuscar o papel do jornalista na sua condição de principal mediador dos discursos. É a ele que cabe, no limite, nomear e dar redação aos fatos e ideias e isso tem implicações ideológicas determinantes. Sobre o papel e a importância do mediador na produção discursiva, Eni Pulcinelli Orlandi, faz uma importante afirmação:

O mediador tem uma função decisiva na constituição das relações de poder. Ser mediador é organizar as relações e disciplinar os conflitos. Além disso, essa reflexão também nos indica que o ato de nomear tem implicações ideológicas decisivas. (ORLANDI, 1987, p. 275)

Cabe, portanto, ao jornalista, participante de um contexto constituído por distintos sujeitos políticos em interação, materializar o texto/discurso que irá circular no interior de uma determinada categoria de trabalhadores e, mais do que isso, fazer com que os dirigentes do respectivo sindicato se reconheçam no seu texto/discurso.

Essa mesma condição pode ser atribuída ao chargista em relação à charge. Não raro, o chargista é apenas um desenhista que materializa um

As transformações no mundo do trabalho através da charge na imprensa sindical: uma análise do impacto da introdução de novas tecnologias na produção

argumento de outrem, mas, no mais das vezes, ele atua como enunciador, produzindo o argumento da charge e disseminando um discurso (chârgico) que será assimilado pelos receptores (trabalhadores de uma categoria) como o discurso do sindicato; nesse sentido ele é o principal mediador do discurso chârgico. Porém, de qualquer forma, o charginista também é participante de um contexto plural e mesmo os “seus” argumentos devem ser compreendidos como produtos de uma polifonia² de enunciadores.

Enfim, quando tratamos das condições de produção da imprensa sindical, devemos, antes de tudo, reconhecer, no pólo da emissão, a pluralidade constituinte dos discursos e, no pólo da recepção, a despeito do reconhecimento de uma condição não passiva do receptor no ato da interpretação, que o produto da imprensa sindical lhe chega como um produto acabado e homogêneo, ou seja, um jornal contendo informações e opiniões que se pretendem representativas do posicionamento ideológico da direção política do seu sindicato. Nesse sentido, Silvia Araújo assevera:

Trata-se de uma imprensa especializada em levantar problemas e apresentar soluções à categoria da qual é veículo oficial. Com estrutura particular, a linguagem manifesta um discurso atravessado pelo viés institucional-formal e por diferenciações político-ideológicas significativas. Essas atravessam o discurso e interferem no processo de criação de uma identidade de natureza grupal (a categoria ocupacional, a classe trabalhadora) e de um sentimento de pertinência institucional, cuja representatividade se impõe como legal e legítima da classe, através da imagem do sindicato que é transmitida por sua imprensa. (ARAÚJO, 1991, p. 218)

Estas são, fundamentalmente, as condições de produção da imprensa sindical. Todo o discurso que emana dos sujeitos políticos que constituem o complexo e plural universo da imprensa sindical deve ser compreendido como um produto coletivo e, ao mesmo tempo, mediado por enunciadores singulares. Dito isto, passemos à compreensão das principais características

² De acordo com Mikhail Bakhtin, a polifonia é o cruzamento de vozes proveniente de práticas de linguagem socialmente diversificadas que se manifesta no dialogismo; este, por sua vez, é o espaço de interações entre o “eu” e o “outro” num texto e, portanto, a condição constitutiva do sentido. Bakhtin afirma ainda que, ao introduzirmos as palavras de outrem em nossa fala, invariavelmente a revestimos com algo de novo, com nossa compreensão e interpretação, tornando-as “bivocais”. A esse respeito ver BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

que devem ser observadas quando da análise da charge enquanto estratégia comunicativa e sua apropriação político-discursiva no contexto da imprensa sindical.

As principais características da charge na imprensa sindical

Apesar de não ser propriamente uma novidade o uso de imagens na imprensa das classes subalternas, uma vez que a imprensa anarcossindicalista do início do século XX já se utilizava de recursos imagéticos, o uso frequente de imagens pela imprensa sindical, em especial as charges e cartuns, revelou a importância adquirida por tais estratégias comunicativas para a realização dos propósitos políticos das direções sindicais. Passamos, a partir de agora, a apresentar e aprofundar algumas características da charge, enquanto linguagem, discurso e produto comunicativo, e explicitar sua potencialidade persuasiva e ideológica, sempre procurando observar as particularidades de sua apropriação pela imprensa sindical.

A charge se constitui como uma modalidade das chamadas linguagens iconográficas; neste contexto também se inserem a caricatura, o cartum e as histórias em quadrinhos³. Por charge, consideramos tratar-se de “uma representação humorística de caráter eminentemente político que satiriza um fato ou indivíduo específicos; ela é a revelação e defesa de uma idéia, portanto de natureza dissertativa, traduzida a partir dos recursos e da técnica da ilustração” (MIANI, 2005, p. 25)

Na sua apresentação física, a charge aparece, geralmente, em um único quadro e apenas raramente o artista vai recorrer da divisão do espaço em duas ou mais imagens para expressar a sua idéia. Não poderíamos deixar de observar, ainda, que a maioria das charges vem acompanhada de textos ou palavras, uma vez que o elemento lingüístico se torna importante para explicitar a sua intencionalidade ou completar o sentido humorístico e político pretendido.

³ Cf. MIANI, Rozinaldo A. *A utilização da charge na imprensa sindical na década de 80 e sua influência política e ideológica*. São Paulo: ECA/USP, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000; e CAGNIN, Antonio L. *Carões, caras e caretas: salão de humor e de outros humores*. Texto inédito, s.d.

As transformações no mundo do trabalho através da charge na imprensa sindical: uma análise do impacto da introdução de novas tecnologias na produção

Como produto comunicativo, devemos destacar e aprofundar algumas de suas características constitutivas, em especial, a presença do humor e a efemeridade. A primeira característica diz respeito ao fato de que toda modalidade de linguagem iconográfica é marcada pela presença do humor. Na charge esse elemento é essencialmente significativo, pois o desenho que retrata fatos ou situações reais com o objetivo claro de criticar e denunciar também se vale da sátira e do exagero para explicitar seus propósitos.

É pelo humor que uma charge ganha ares de transgressão ao estabelecer uma contradição entre o personagem e a situação real que é retratada, pois a ilustração apresenta uma (im)possibilidade do fato e jamais se configura como uma mera reprodução das circunstâncias do ocorrido; sendo assim, o humor funciona como uma forma bastante consistente de crítica social. Ao analisar o humor na sua relação com o carnaval, Umberto Eco descreve assim a sua pretensão:

El humor no pretende, como el carnaval, llevarnos más allá de nuestros propios límites. Nos da la sensación, o más bien el diseño de la estructura de nuestros propios límites. Nunca está fuera de los límites, sino que mina los límites desde dentro. No busca una libertad imposible, pero es un verdadero movimiento de libertad. El humor no nos promete liberación: al contrario, nos advierte la imposibilidad de una liberación global, recordándonos la presencia de una ley que ya no hay razón para obedecer. Al hacerlo, mina la ley. Nos hace sentir la molestia de vivir bajo una ley, cualquier ley. (ECO, 1989, p. 19)

Nessa mesma direção, o historiador Marcos Antonio da Silva nos brinda com uma irretocável caracterização do “desenho de humor”, que nos conduz, ato contínuo, à charge na imprensa sindical. Afirma o autor:

O desenho de humor opera com a colocação de valores e significações em crise, realizando deslizamentos na estruturação de tais valores e significações para desnudar algumas de suas dimensões ocultas. Ele é produzido a partir de uma lógica do prazer que tanto excita quanto dociliza os corpos, numa escala variável de acordo com os projetos artísticos, culturais, políticos e outros sustentados por diferentes autores. (SILVA, 1985/1986, p. 57)

Ainda sobre o humor, admitimos que é por sua característica humorística que a charge se consolida como uma produção eminentemente

crítica. Através do humor e do riso⁴ que provoca, “a charge destrona os poderosos e busca revelar o que está oculto em fatos, personagens e ações políticas”. (ROMUALDO, 2000, p. 45)

Quanto à segunda característica indicada, a efemeridade, é importante admitir que a charge mantém sua eficácia e eficiência apenas no curto período de tempo em que o acontecimento a que se refere permanece na memória individual e social imediata; depois disso ela se torna obsoleta enquanto produto comunicativo.

A dimensão de tempo a que se refere a charge é, portanto, a atualidade, a contemporaneidade em relação ao fato ou situação que representa. O distanciamento temporal nos leva a perder a referencialidade do contexto social de uma determinada imagem que, ao ser revista “fora de seu tempo”, nem sempre permite compreender a sua intenção e o seu humor. Nesse contexto, a função comunicativa da charge perde sua força, porém entra em cena a perspicácia do historiador que pode se aproveitar de toda a sua vitalidade como produção sócio-histórica, convertendo-a numa das mais produtivas fontes para o estudo da História.

No entanto, apesar de elegermos a charge como objeto principal para os nossos estudos e de reconhecer nela elementos que lhe são próprios e que a constituem como um produto comunicativo de primeira grandeza, devemos reconhecer que não é possível analisá-la de maneira absolutamente autônoma. Ela participa de um contexto comunicativo maior que é o jornal (no nosso caso específico o jornal sindical) e sua significação se assenta em intersecções de sentido com a produção textual verbal, caracterizando-a como uma produção intertextual. As charges se integram, potencializam sentidos e os compõem com os textos verbais e essa unidade não deve ser quebrada. O pesquisador Edson Carlos Romualdo afirma que o processo de construção da charge se baseia na dinamicidade da relação com outras produções textuais. E segue o autor:

Embora possua características específicas, não podemos pensar a charge como um texto isolado, sem relações com outros textos, que aparecem não só no próprio jornal, mas também fora dele. O jornal apresenta um conjunto de textos que

⁴ Cf. PROPP, Vladimir. *Comichidade e riso*. São Paulo: Ática, 1992.

As transformações no mundo do trabalho através da charge na imprensa sindical:
uma análise do impacto da introdução de novas tecnologias na produção

podem se relacionar de maneiras diferentes uns com os outros. Se a charge contém a expressão de uma opinião sobre determinado acontecimento, este deve ser um fato importante, com muita probabilidade de aparecer em outros textos do jornal. Isso dá ao leitor a possibilidade de relacioná-los e, até mesmo, usar esses outros textos para auxiliar na interpretação da charge. Nos casos em que as relações intertextuais se dão com textos que não estão no jornal, cabe ao leitor fazer a recuperação desses intertextos, para inteirar-se mais profundamente da mensagem transmitida pelo texto chárgico. (ROMUALDO, 2000, p. 6)

Isso significa afirmar que, para compreender o mais amplamente possível as possibilidades comunicativas (e conseqüentemente ideológicas) de uma charge, deve-se interpretá-la no contexto mesmo em que ela aparece, ou seja, no jornal. A apropriação do sentido da mensagem pretendido e/ou produzido por uma charge deve ser realizada numa dinâmica que implica o conhecimento e/ou interpretação dos demais textos que dialogam com essa charge, reconstituindo a sua polifonia e dialogismo constitutivos. Fazer a análise de uma charge como se ela gozasse de absoluta autonomia discursiva nos parece um grave equívoco metodológico.

Mesmo em situações em que a charge sugere certa autonomia, ou seja, quando ao lermos a referida imagem não percebemos conexões imediatas com o contexto verbal onde está inserida, ou mesmo quando se caracteriza como uma “charge editorial”⁵, ainda assim não podemos subsumir do processo de construção de sentido as reais intersecções que se estabelecem entre a charge e os textos verbais publicados em edições anteriores ou posteriores do mesmo veículo comunicativo, ou ainda, publicados em outros veículos impressos ou de qualquer natureza.

Além disso, na sua natureza intertextual, a charge pode estabelecer, em relação aos demais textos, uma posição convergente ou divergente. Quando a imagem segue a mesma orientação de sentido e mesma perspectiva ideológica propostas pelos textos verbais em diálogo, ela é qualificada como produto de relações intertextuais convergentes; porém, ao se posicionar contrariamente à orientação proposta pelos textos correspondentes, define-

⁵ Denominamos charge editorial aquelas “charges que aparecem ocupando espaços autônomos, sem relação imediata com textos verbais”. Cf. MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge editorial: iconografia e história. In: I Encontro Nacional de Estudos da Imagem, Londrina, 2007. *Anais*. I Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 2007.

se como produto de relações intertextuais divergentes. Neste último caso, as charges efetivam uma atitude transgressora, potencializando um estranhamento no leitor que tende a conduzi-lo à reflexão. A imagem construída sob essa perspectiva inova, rompe, inverte um texto primeiro ou “original”; com isso se instala uma dúvida e uma crítica aos valores instituídos pela própria organização sócio-política signatária de tal produto comunicativo.

Ao reconhecer a possibilidade de tal ambiguidade - charges que se contrapõem a textos verbais em termos de posições político-ideológicas - nos processos de produção da imprensa sindical, confirmamos a “pluralidade constitutiva” de que tratamos anteriormente e constatamos uma riqueza inexorável da charge como estratégia comunicativa ambivalente que possibilita mobilizar o leitor para a percepção e a compreensão, inclusive, dos antagonismos ideológicos que configuram o universo político-discursivo do movimento sindical. Por esta ambivalência, atribuímos à charge a condição de promotora privilegiada de um *locus* dialógico entre as direções sindicais e suas bases (e, mais do que isso, entre todos os sujeitos envolvidos direta ou indiretamente nos processos de constituição do próprio movimento sindical, nas suas mais amplas redes de relações) em que se podem perceber e questionar concepções e práticas políticas, a partir dos discursos na imprensa sindical, na perspectiva de problematizar a crise político-ideológica vivenciada pelo sindicalismo brasileiro na busca de sua efetiva superação.

Seguindo com nossa análise, torna-se necessário apresentar alguns apontamentos sobre a natureza ideológica e persuasiva da charge. Para tanto, temos que reconhecer, a partir das contribuições apresentadas pelo estudioso russo Mikhail Bakhtin⁶, que todo signo é ideológico. Portanto, ao considerarmos a charge como um signo já admitimos, *a priori*, a sua condição ideológica.

A partir dessa constatação, avancemos em nossa reflexão tratando do elemento persuasão como característica da charge. Antes, porém, devemos reconhecer a charge como uma produção iconográfica de natureza dissertativa, ou seja, como um produto comunicativo constituído de

⁶ Cf. BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

As transformações no mundo do trabalho através da charge na imprensa sindical: uma análise do impacto da introdução de novas tecnologias na produção

elementos gráfico-visuais que pretendem desenvolver uma ideia, uma opinião, um conceito ou tese sobre um determinado tema. É preciso, ainda, antes de iniciarmos a reflexão proposta, que se estabeleçam os contornos conceituais do que se entende por discurso persuasivo e, nesse sentido, tomamos por base a definição apresentada por Adilson Odair Citelli que afirma que se trata daquele discurso que:

[...] se dota de signos marcados pela superposição. São signos que, colocados como expressões de ‘uma verdade’, querem fazer-se passar por sinônimos de ‘toda a verdade’. Nessa medida, não é difícil depreender que o discurso persuasivo se dota de recursos retóricos objetivando o fim último de convencer ou alterar atitudes e comportamentos já estabelecidos. Isso nos leva a deduzir que o discurso persuasivo é sempre expressão de um discurso institucional. As instituições falam através dos signos fechados, monossêmicos, dos discursos de convencimento. (CITELLI, 1994, p. 32)

Seguindo nosso raciocínio, estamos convencidos de que a charge, enquanto gênero comunicativo dissertativo, pretende dissertar sobre um determinado assunto procurando levar o seu receptor ao convencimento, objetivando inclusive uma mudança de consciência e de atitude. A charge se converte, portanto, por influência da instituição que a produz e dissemina, num verdadeiro discurso de convencimento. Por isso, concordando com Antonio Luiz Cagnin, reafirmarmos que cabe à charge:

[...] expor uma idéia, dissertar sobre um tema. Ainda que esteja ligada a um fato ou acontecimento e o represente de alguma forma, sua preocupação ou a do chargista, não é o acontecimento, mas o conceito que faz dele, ou mais comumente a crítica, a denúncia do fato, quando não procura aliciar o leitor para os seus arazoados, princípios, programas ou ideologia. (CAGNIN, s/d, p. 3)

Nesse sentido, a charge cumpre uma função social de mobilização do leitor para o conhecimento de um fato ou situação de interesse coletivo, numa perspectiva ideológica determinada, de tal modo que se torna uma eficiente estratégia persuasiva. Na mesma perspectiva, Aucione Agostinho afirma que a “charge se constitui realidade inquestionável no universo da comunicação, dentro do qual não pretende apenas distrair, mas, ao contrário, alertar, denunciar, coibir e levar à reflexão” (AGOSTINHO, 1993, p. 229).

Diante disso, vale ressaltar que, por sua natureza dissertativa e

concomitantemente persuasiva, a charge foi ganhando espaço como material de opinião. E é aqui que a charge revela toda a sua potencialidade política e ideológica enquanto manifestação de linguagem. Por sua característica eminentemente política, “a charge acaba sendo uma espécie de ‘editorial gráfico’ [...] e por vezes ela atingiu o status de grande meio de expressão” (MARINGONI, 1996, p. 86), além de revelar aspectos concretos de uma determinada época histórica.

É, portanto, nesta dinâmica que vislumbramos, no geral, a natureza eminentemente ideológica de toda linguagem e, em particular, o processo de materialização da charge como discurso ideológico e componente na construção de um discurso persuasivo.

O sindicato, como uma instituição de caráter político/ideológico, representativo de interesses de classe, historicamente contextualizado, vai utilizar determinados instrumentos para sua ação política. Neste sentido, fará uso da comunicação como importante estratégia no processo de formação política e ideológica de suas bases e, para tanto, fará de seu discurso - aqui destacamos o discurso chárstico - um ato persuasivo. É preciso, evidentemente, mais do que verificar o potencial persuasivo presente nas charges, mas constatar os “níveis de persuasão” (se é que se pode falar nesses termos) obtidos com as charges utilizadas no âmbito do movimento sindical junto aos próprios trabalhadores de base - e isso se faz através da prática de estudos de recepção -, mas é possível presumir que essa ação persuasiva é exequível.

Enfim, para proceder a uma análise do discurso chárstico no contexto da imprensa sindical é necessário que se reconheça que o discurso, a partir das suas condições de produção, se torna o espaço em que emergem as significações e se materializa a ideologia. A compreensão do processo de formação discursiva e de formação ideológica, bem como das condições de produção do discurso chárstico oriundo de organizações sindicais, tomado aqui como a estratégia privilegiada do discurso, é imprescindível para entendermos a dinâmica política protagonizada pelo movimento sindical, no que se refere à objetivação de uma visão sobre o processo de transformações econômicas, políticas e sociais imposta pela mundialização do capital e suas consequências na conjuntura nacional e no mundo do trabalho, marcadas pelo complexo de reestruturação produtiva.

As transformações no mundo do trabalho através da charge na imprensa sindical: uma análise do impacto da introdução de novas tecnologias na produção

Uma análise do discurso chárstico sobre os impactos da introdução de novas tecnologias na produção

O reconhecimento do desenvolvimento de um novo paradigma no processo da produção capitalista e o detalhamento de suas generalidades e peculiaridades são condições necessárias para a compreensão do complexo de reestruturação produtiva.

Destacamos, sinteticamente, como aspectos centrais do complexo de reestruturação produtiva, a crescente introdução de novas tecnologias, que têm como ícone a robótica e que, notadamente, proporciona maior produtividade às empresas; a implantação de novas modalidades de gestão de produção, impulsionando uma nova forma de relações entre patrões e trabalhadores que poderíamos caracterizar como “simulacro de democracia”; a descentralização produtiva, principalmente através da prática da terceirização; e a instauração de novas legislações trabalhistas pautadas por um caráter de flexibilização dos direitos e precarização de empregos e salários. Apesar de não estar necessariamente caracterizado como elemento específico desse processo de reestruturação produtiva, até porque se trata de “ingrediente” permanente na lógica capitalista, não poderíamos deixar de considerar como condição básica nesse processo o enxugamento dos quadros funcionais, contribuindo significativamente para o aumento do desemprego estrutural.

Para a análise aqui proposta, centraremos esforços no sentido de verificar a produção do discurso chárstico do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, durante a década de 1990, particularmente na questão da introdução de novas tecnologias na produção.

Antes, porém, de proceder às análises do discurso chárstico é necessário demarcar que, no caso do sindicato aqui analisado, trata-se de uma instituição sindical identificada por uma formação ideológica dimensionada pelos pressupostos de um sindicalismo propositivo e de “concertação social”, ou seja, voltado à prática de colaboração de classes, que se configurou como a concepção hegemônica do sindicalismo brasileiro durante a década de 1990, rompendo com a perspectiva combativa inaugurada pelo “novo sindicalismo” em fins da década de 1970.

A introdução e difusão das novas tecnologias de base microeletrônica

no âmbito do setor industrial, especialmente a partir de meados da década de 1980, foi uma das principais responsáveis pela mudança nas formas de produção verificada no final do século XX.

Antes de tudo, é necessário que se faça a devida contextualização histórica das chamadas novas tecnologias, pois a tecnologia acompanha todos os processos de criação humana pelo trabalho produtivo, o que, por sua vez, significa afirmar que toda mudança tecnológica tem como fundamento último o processo de trabalho. Neste sentido, recorreremos a Marx ao afirmar que “a tecnologia revela o modo de proceder do homem para com a natureza, o processo imediato de produção de sua vida material e assim elucida as condições de sua vida social e as concepções mentais que dela decorrem” (MARX, 1975, p. 204).

Portanto, trataremos aqui de novas tecnologias como a tecnologia moderna, referindo-nos aos processos de produção contemporânea, “revolucionados” pelos conhecimentos da microeletrônica e materializados pela automação. Esta, por sua vez, não pode ser considerada propriamente uma novidade nem uma invenção dos tempos modernos. Ruy Gama indicou que nos moinhos romanos de cereais já se podia encontrar mecanismos de automatismo e concluiu que “a novidade do automatismo moderno estaria então menos na invenção do que no estudo sistemático e metódico dos mecanismos de informação, de programação e de controle das máquinas”. (GAMA, 1987, p. 199)

Considerando o exposto, a utilização de máquinas e equipamentos automatizados e controlados por computador, incluindo aí os robôs, representou uma transferência da capacidade de trabalho do homem para a máquina. Essa “operação de transferência” possibilitou um aumento sem precedentes de produtividade, capacidade competitiva e lucratividade por parte das empresas. Neste sentido, “as novas tecnologias atuam como suporte material do salto qualitativo na internacionalização da economia, atualmente em curso”. (KATZ, 1997, p. 53)

O ícone por excelência dessa nova configuração do processo produtivo, caracterizado como “complexo de reestruturação produtiva”, é o robô e suas “vantagens” foram assim descritas em documento produzido pela equipe de assessoria do Centro de Pesquisa Vergueiro (CPV):

As transformações no mundo do trabalho através da charge na imprensa sindical: uma análise do impacto da introdução de novas tecnologias na produção

Os robôs, em contraste com as máquinas tradicionais, podem executar processos com movimentos diferentes. Em analogia com o braço humano, tem vários eixos de movimento livremente programáveis, ou seja, podem ser movidos em várias direções. Os robôs podem memorizar várias seqüências de movimentos e serem utilizados com alto grau de flexibilidade, 24 horas por dia. Os robôs podem ser usados para o manejo de peças no fluxo de materiais entre máquinas e para o trabalho em peças, ou ambos. [...] Os robôs caminham no sentido da maior flexibilidade - modificação rápida da linha de produção para fabricar diversos tipos de mercadoria - pois são capazes de montar modelos múltiplos numa mesma linha de produção, aumentando a taxa de utilização dos equipamentos caros. (CPV, 1994, p. 11-13)

Essas “vantagens” (assim entendidas apenas pela burguesia industrial) se efetivaram pela possibilidade de uma otimização racional na organização da produção e pelo aumento de produtividade que proporcionaram.

Se por um lado, as novas tecnologias cumpriram muito bem o seu papel no processo de mundialização do capital, por outro lado, para os trabalhadores as consequências não foram tão “saudáveis” assim. Cláudio Katz aponta para o contraste entre os benefícios conferidos pelas novas tecnologias aos grupos capitalistas e as consequências nocivas para os trabalhadores; o autor procura demonstrar que, de forma muito evidente, essas consequências atingem imediatamente o salário.

A generalização de novas tecnologias esteve invariavelmente acompanhada de aumentos na produtividade e reduções salariais em quase todos os países desenvolvidos. A simultaneidade de ambos os fenômenos revela a inconsistência das permanentes queixas patronais contra o aumento dos “custos salariais” ou o “excesso de gastos” na previdência social. Afirmar que a inovação deve ir acompanhada por um recorte no nível de vida equivale ao reconhecimento do choque entre o avanço tecnológico e o bem-estar geral sob o capitalismo. A tendência à redução dos custos salariais é congruente com o processo inovador, durante o qual declina o peso do capital variável em relação ao capital constante investido na renovação de maquinaria. Do mesmo modo, reforça-se a pressão empresarial para a redução de gastos em salários porque as novas tecnologias potencializam a concorrência pela mais-valia ali gerada. (KATZ, 1996, p. 228-229)

Além das reduções salariais, se verificou, no plano do cotidiano das relações entre o trabalhador e as máquinas, uma perda da criatividade no

trabalho pela mecanização imposta à ação do trabalhador, que passou a ter como exigência, na maioria das vezes, apenas o simples apertar de botões e teclas.

A autonomia operária também ficou flagrantemente comprometida, pois o ritmo e a cadência do trabalho passaram a ser controlados pelos sistemas computadorizados das máquinas, resultando numa perda ainda maior do controle sobre o processo de produção.

Outra consequência importante da automação das empresas foi em relação à saúde e segurança no trabalho. A exposição do trabalhador às novas situações impostas pela implantação de novas tecnologias resultou numa precarização das condições de trabalho e o desenvolvimento de algumas enfermidades até então pouco conhecidas nos ambientes de trabalho. Essa situação foi bastante evidenciada no texto “Toyotismo e neoliberalismo” produzido pela equipe do CPV.

As novas tecnologias aumentaram a fadiga mental do trabalhador, por exigir maior atenção, raciocínio rápido, memorização e aceleração mental para acompanhar o ritmo da máquina. Isto aumenta quando os trabalhadores são incumbidos da manutenção de equipamentos caros e são responsáveis por vidas humanas. A sobrecarga mental é determinada por aspectos organizacionais como o aumento da jornada de trabalho, as pausas insuficientes, a repetitividade, a fragmentação de tarefas, o ritmo “apertado” ou intenso e a proibição das conversas entre trabalhadores. (CPV, 1994, p. 13)

E o texto segue, apresentando outras consequências na vida do trabalhador:

A monotonia cria o cansaço mental e mal-estar, contrariando o funcionamento normal do sistema nervoso e causando problemas psiquiátricos. O trabalho mental pode ser tão intenso e concentrado que resulta em absorção total da vida mental do trabalhador pelo trabalho. O trabalhador separa-se de si mesmo, da família e dos amigos. A absorção da vida mental pelo trabalho aumenta o distanciamento da vida familiar e social. O lazer ativo desaparece. Ocorre um “lazer passivo” como assistir TV e ouvir rádio. O trabalho engole todas as energias, vitalidades e interesse do trabalhador. Esse afastamento de si mesmo e do mundo é um aspecto fundamental do processo de alienação. (CPV, 1994, p. 14)

As transformações no mundo do trabalho através da charge na imprensa sindical: uma análise do impacto da introdução de novas tecnologias na produção

E não param por aí as implicações para os trabalhadores da introdução de novas tecnologias no setor industrial. Há que se fazer referência de maneira bastante incisiva ao desemprego provocado pelas inovações tecnológicas. Essa era, efetivamente, uma das principais preocupações do movimento sindical com o processo de introdução das novas tecnologias, como comprova a *Tribuna Metalúrgica* de 11 de julho de 1991 que teve como título “Contra o desemprego: MODERNIZAR SEM DESEMPREGAR”; a referida edição, particularmente através da charge de Pecê⁷, explicitou as posições antagônicas de classe que permeavam a temática.

A ilustração revelou 3 momentos importantes para compreender esse antagonismo. O primeiro foi a afirmação sobre a necessidade de “modernizar”, no que trabalhadores (pelo título afirmativo do jornal de que era necessário modernizar sim desde que não representasse desemprego, como a posição oficial do sindicato de classe representativo da categoria, e pela expressão de contentamento do trabalhador no segundo diálogo) e patrões (por ter sido o próprio interlocutor da “proposta”) concordam. O segundo foi a manifestação do trabalhador sobre as possíveis consequências positivas que tal modernização (possibilitada pela introdução de novas tecnologias) lhe traria, revelando a posição de classe dos trabalhadores no referido debate. E o terceiro, a resposta final do patrão afirmando que modernizar significaria introduzir novas formas de controle sobre o trabalho (representado pelo item relógio de ponto digital) e que as novas tecnologias ocasionariam um aumento nas demissões (indicado por “robôs”); esta era a visão de classe do empresário no debate sobre novas tecnologias. Essa perspectiva de explicitação dos antagonismos de classe se encontra, no caso dessa edição do jornal, exclusivamente na charge, proporcionando um espaço concreto de politização e construção de uma consciência de classe.

O reforço ao antagonismo de classes, a partir do contexto de implantação das novas tecnologias, também esteve presente na charge publicada na *Tribuna da Saúde* de fevereiro de 1994. Acompanhando a matéria “Novas tecnologias de produção, velhas condições de trabalho” a ilustração apresentou um diálogo que indicou claramente as oposições entre patrões e trabalhadores quando o assunto eram as novas tecnologias.

⁷ O chargista Paulo César Rocha, conhecido como Pecê, ilustrou os jornais do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC entre 1985 e 1998. Outros chargistas também ilustraram para o sindicato, dentre eles, Gilmar Barbosa e Falkon. Em dezembro de 1998, o sindicato desativou o departamento de arte, demitindo todos os funcionários do setor.

Tribuna Metalúrgica **CUT**
Data: 11/07/91
Ano: 22
Nº: 11379
R\$ 0,40

Contra o desemprego

MODERNIZAR SEM DESEMPREGAR

DEFINITIVAMENTE, TEMOS QUE NOS MODERNIZAR! TEMOS QUE SAIR DESSE CAPITALISMO SELVAGEM!

SERÁ QUE ISTO QUER DIZER SALÁRIOS MAIS JUSTOS, MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO?..

NÃO EXATAMENTE. EU TINHA PENSADO EM UM RELOJO DE PONTA DIGITAL, ROBÔS... ESSAS COISAS. SABE?..

Enquanto no Brasil a Mercedes Benz planeja fechar 800 vagas na seção de câmbio, na Alemanha a modernização da indústria está sendo feita sem desemprego. O segredo é a mobilização dos trabalhadores. É isso que um companheiro metalúrgico alemão narrou na semana passada, em palestra que fez no nosso Sindicato. E vai ser com mobilização que nós vamos conseguir impedir que a Ford Motores seja fechada.

A modernização da indústria, que deveria ser liderada pelos trabalhadores, está se transformando em pesadelo. Num cenário de recessão ela agrava o problema do desemprego. Entre as montadoras, até o ano que vem, podem ser fechadas 1.700 vagas (800 na Ford Motores e 800 do câmbio da Mercedes).

Mas a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos da Alemanha, o Iq Metall mussa que pelo menos na sede da Mercedes e da Volk é possível modernizar a indústria sem causar desemprego. Segundo o companheiro metalúrgico alemão Walter Erb, que na semana passada esteve em visita ao nosso Sindicato, nos últimos cinco anos a indústria metalúrgica alemã criou 210 mil postos de trabalho, impedindo o desemprego e contratando novos trabalhadores.

Isso foi conseguido com redução de jornada de trabalho para 35 horas e maior controle sobre o processo de produção. Ela foi conquistada pelos trabalhadores a partir de sua mobilização e da formulação de propostas alternativas para orientar a introdução de novos equipamentos no processo produtivo.

E será também com nossa mobilização que conseguiremos evitar o fechamento da Ford Motores e obrigar a Mercedes a respeitar sua promessa de garantir emprego para os companheiros da seção de câmbio. A decisão já foi tomada em nossa última assembleia geral. As formas de mobilização estão sendo discutidas nas fábricas e na Comissão de Mobilização.

Figura 1

Fonte: Tribuna Metalúrgica, n. 1.932, p.1, 11 jul. 1991

As transformações no mundo do trabalho através da charge na imprensa sindical: uma análise do impacto da introdução de novas tecnologias na produção



Figura 2

Fonte: Tribuna da Saúde, n. 19, p.3, fev. 1994

Ao anunciar a intenção de investir maciçamente em novas tecnologias para a montagem de uma nova linha de montagem, o patrão deu ênfase à ideia de “entrada” (utilizando-se de novas tecnologias para entrar numa nova fase que, certamente, lhe traria benefícios de lucratividade e produtividade); os trabalhadores, por seu turno, responderam com ênfase na “saída” (ao implantar as novas tecnologias, os trabalhadores insinuavam que as relações de exploração do capitalismo selvagem se aprofundariam). Enfim, os patrões se utilizavam das novas tecnologias para intensificar o capitalismo selvagem e os trabalhadores se manifestavam contrariamente a tal situação; os verbos entrar e sair, opostos por natureza, revelaram a manifestação do antagonismo de classes implicados na discussão da implantação de novas tecnologias.

Retomando a relação entre as novas tecnologias e o desemprego, e agregando o “personagem” símbolo desse debate, o robô, a *Tribuna Metalúrgica* de 04 de dezembro de 1990 publicou uma charge bastante expressiva sobre o sentido do uso do robô na produção. A presença de um robô na fila do cartão de ponto causou inquietação nos trabalhadores que percebeu o real perigo que aquela situação representava .

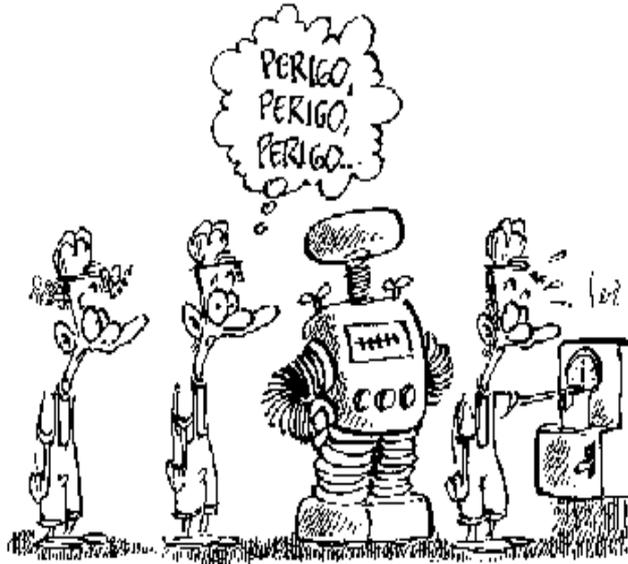


Figura 3

Fonte: Tribuna Metalúrgica, n. 1.819, p.2, 04 dez. 1990

Cinco anos mais tarde, em uma edição da *Tribuna Metalúrgica do ABC*, publicada no dia 12 de setembro de 1995, a mesma ideia do robô e do perigo que ele representava para o emprego do trabalhador foi utilizada por Pecê em sua charge. Só que desta vez, o robô já ocupava o lugar do trabalhador e, ao invés de uma presença apenas “simbólica”, ele era maioria, o que reforçava ainda mais o sentido da expressão de pensamento “perigo, perigo, perigo...”, que, diga-se de passagem, era uma alusão à “fala” de robô, estereotipada em desenhos animados e histórias em quadrinhos.

As transformações no mundo do trabalho através da charge na imprensa sindical:
uma análise do impacto da introdução de novas tecnologias na produção



Figura 4

Fonte: Tribuna Metalúrgica do ABC, n. 303, p.2, 12 set. 1995

Uma última edição que apresentamos sobre o tema das novas tecnologias e sua relação com o desemprego, também tem a presença do nosso “personagem” robô. Na charge do *Jornal da Comissão Volks*, órgão informativo da comissão de fábrica dos Trabalhadores da Volkswagen, o robô é o protagonista de uma cena de demissão. Afirmando que o emprego agora lhe pertencia, ele expulsou o trabalhador da fábrica na base do pontapé que ficou com a “vinheta do desemprego” estampada em sua roupa.

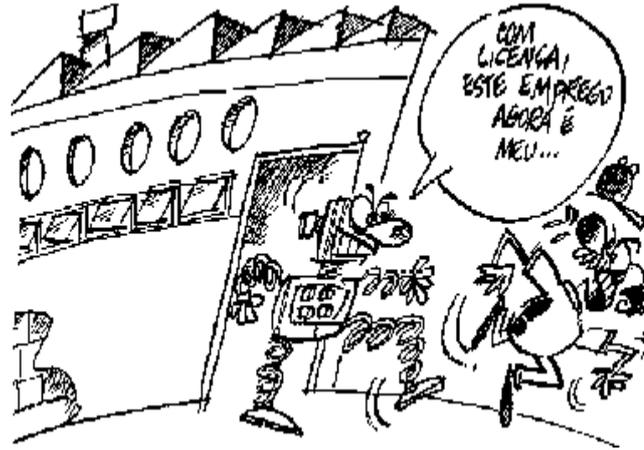


Figura 5

Fonte: Jornal da Comissão Volks, p.1, mar. 1996

Se analisarmos as três charges ora apresentadas como uma seqüência e estabelecermos uma leitura intertextual, veremos que houve uma gradativa inversão de papéis; da condição de coadjuvante o robô passou a protagonista e se ocupou definitivamente do espaço do trabalhador. Esse foi, de fato, o movimento no interior das fábricas em relação à introdução de novas tecnologias, ou seja, eles estavam ocupando gradativamente o espaço dos trabalhadores e patrocinando o maior nível de produtividade da história no setor metalúrgico.

Uma última questão a ser pontuada sobre as novas tecnologias é o paradoxo que ela efetivamente representa para os dias atuais. Por um lado, pelo dinamismo do desenvolvimento tecnológico, as condições para o atendimento das necessidades de reprodução de toda a humanidade estão efetivamente possibilitadas, inclusive com o menor envolvimento de trabalho social; porém, de outro lado, o uso capitalista da tecnologia e da sua consequente produção têm contribuído para a reprodução crescente das desigualdades de toda ordem, intensificando a permanência de uma sociedade dual de incluídos e excluídos.

As transformações no mundo do trabalho através da charge na imprensa sindical: uma análise do impacto da introdução de novas tecnologias na produção

Outros temas relacionados às transformações no mundo do trabalho poderiam ser aqui analisados a partir do discurso chárstico da imprensa sindical (e de fato o fizemos em tese de doutoramento), mas para os objetivos desse trabalho acreditamos ser suficiente o que ora apresentamos.

Considerações Finais

Para encerrar esse trabalho queremos apenas retomar algumas das conclusões a que chegamos com nossas análises mais amplas sobre a importância das charges como estratégia persuasiva no contexto da imprensa sindical.

A produção chárstica de um sindicato, na perspectiva teórico-metodológica por nós desenvolvida, converte-se no espaço que melhor revela a natureza contraditória, complexa e plural do ideário político dos sujeitos sociais que constituem o sindicalismo no Brasil e seu respectivo discurso sindical. A charge se revela, por sua natureza dissertativa e humorística, mais suscetível ao estabelecimento de práticas e sentidos de resistência contra a suposta inevitabilidade e infalibilidade do modelo econômico e sócio-histórico, bem como de suas prerrogativas e consequências no mundo do trabalho e no próprio movimento sindical, imposto pelo capitalismo no seu estágio atual de mundialização do capital.

Se há manifestações de resistência na cultura política sindical instituída no decorrer da década de 1990, elas são, de maneira privilegiada, decorrentes da produção discursiva chárstica que, ao fazer uso do humor e do lúdico para dissertar sobre as representações das relações entre capital e trabalho, permite a explicitação de sua ambivalência e natureza polifônica e dialógica, servindo, por um lado, como instrumento persuasivo ideológico dos grupos que ocupam os poderes institucionais no movimento sindical, mas também, por outro lado, como manifestação de crítica e denúncia contra as incongruências da realidade social, sob múltiplas perspectivas, extrapolando as determinações da própria intencionalidade persuasiva.

Referências

- AGOSTINHO, Aucione T. *A charge*. São Paulo: ECA/USP, 1993. Tese (Doutorado em Artes) Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARAÚJO, Silvia M. Pereira. *Imprensa sindical: instrumento de ação e objeto do conhecimento, 1976-1990*. São Paulo: ECA/USP, 1991. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à análise do discurso*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1995.
- CAGNIN, Antonio L. *Carões, caras e caretas: salão de humor e de outros humores*. Texto inédito [s.d.].
- CAPELATO, Maria H. R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- CENTRO DE PESQUISA VERGUEIRO. *Toyotismo e neoliberalismo*. São Paulo: CPV, maio de 1994.
- CITELLI, Adilson Odair. *Linguagem e Persuasão*. 8.ed. São Paulo: Ática, 1994.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- ECO, Umberto. Los marcos de la “libertad” cómica. *in*: ECO, Umberto; et. al. *Carnavall*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. p. 9-20.
- FERREIRA, José M. C. Novas tecnologias e organização do trabalho. *In*: PEREIRA, António G. *Globalizações: novos rumos no mundo do trabalho*. Florianópolis: Editora da UFSC, SOCIUS, pp. 69-101, 2001.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.
- GAMA, Ruy. *A tecnologia e o trabalho na história*. São Paulo: Nobel, 1987.
- IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- KATZ, Cláudio. Tecnologia e socialismo. *In*: COGGIOLA, Osvaldo (Org). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 35-59

As transformações no mundo do trabalho através da charge na imprensa sindical: uma análise do impacto da introdução de novas tecnologias na produção

_____. Tecnologia e capitalismo na década de 90. In: KATZ, Cláudio; COGGIOLA, Osvaldo. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996. p. 227-259

MARINGONI, Gilberto. Humor da charge política no jornal. *Revista Comunicação e Educação*, São Paulo, n. 7, p. 85-91, set./dez.1996.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I, vol. I. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MÉSZÁROS, Istvan. Ir além do capital. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 143-154.

MIANI, Rozinaldo Antonio. *As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista*. 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis.

_____. *A utilização da charge na imprensa sindical na década de 80 e sua influência política e ideológica*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Charge editorial: iconografia e história. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 1., 2007, Londrina. *Anais*. Londrina: UEL, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2000.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2.ed. Campinas: Pontes, 1987.

PROPP, Vladímir. *Comicidade e riso*. São Paulo: Ática, 1992.

ROMUALDO, Edson C. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de S.Paulo*. Maringá: Eduem, 2000.

SANTIAGO, Cláudia; GIANNOTTI, Vito. *Comunicação sindical: falando para milhões*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SILVA, Marcos Antonio da. O trabalho da linguagem. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 6, n. 11, p. 45-61. ANPUH: Marco Zero, 1985/1986.

VERDELHO, Valdeci. A nova imprensa sindical. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos E. L. (Org.) *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 80-98

A satanização do MST na imprensa: sem história, sem ética¹

Ayoub Hanna Ayoub

De fato, só existimos hoje porque, antes de nós, o povo organizou outras formas de organização e de luta por justiça. Somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas, dos negros, dos brancos, dos movimentos camponeses e de resistência. Somos fruto de muitas reflexões. Somos fruto da teorização de muitas experiências de luta que nos antecederam, seja no Brasil ou nos movimentos camponeses da América Latina. (SANTOS, 2004)

Fruto da História

De onde surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST? A referência histórica é fundamental para o estudo de todas as questões que envolvem a forma como o MST é apresentado na imprensa brasileira. Todas as lutas camponesas vieram a influenciar o Movimento: os povos indígenas escravizados, Zumbi dos Palmares, Canudos, Guerra do Contestado, entre outras. Marina dos Santos (da Direção Nacional do MST) reforça essa característica no texto “Raízes do MST”:

[...] Somos fruto de uma longa história. O Movimento não pode ser compreendido somente por seus últimos vinte anos. Na verdade é fruto da História realizada por nosso povo. Somos filhos do povo brasileiro. (SANTOS, 2004)

A chegada dos portugueses ao Brasil — em 1500, episódio que alguns insistem em chamar de “descobrimento” —, marcou o início dos

¹ Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina, realizada por AYOUN, Ayoub Hanna. *Mídia e Movimentos Sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo*. 2006.

A satanização do MST na imprensa: sem história, sem ética

conflitos. Bem diferente do que relatam alguns “livros escolares”, a colonização portuguesa não foi pacífica nem tranquila.

Ao contrário, os povos indígenas que habitavam estas terras há séculos, identificaram os recém chegados como invasores. Para Fernandes (2000, p. 25), assim começa o nosso país:

[...] Nesse processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas.

Os nativos foram massacrados física e culturalmente. Além do poderio das armas, os colonizadores contaram com o eficiente suporte religioso. Os índios que foram convertidos ao cristianismo — muitas vezes à força — puderam escapar da morte, mas não do cativo. Dessa maneira, os nativos identificaram a colonização com exploração e expropriação.

[...] Nas primeiras décadas de colonização, portugueses desbravadores enfrentaram o primeiro movimento popular do país. Chamado de Santidade, o agrupamento era formado por diversos pajés tupinambá [...] reforçando a resistência da raça à dominação lusitana e, especialmente, ao crescimento da conversão dos nativos à fé cristã. [...] Conflitos registrados entre tribos e colonizadores retardaram o mapeamento e a ocupação das terras brasileiras durante os séculos seguintes. Basta citar a Guerrilha Mura que impediu o avanço português para o interior da Amazônia por um século inteiro (1689 - 1789), dominada somente após o aldeamento dos índios por membros da ordem dos Carmelitas. (AQUINO, apud DIAS, 2003, p. 56)

Pouco a pouco, a resistência dos índios acabou sucumbindo ao poderio militar dos invasores. O resultado: cerca de 350 mil indígenas escravizados trabalharam na economia brasileira nos séculos XVI e XVII. Mesmo assim, o processo de caça e escravização de índios pelos colonizadores enfrentou uma ferrenha resistência.

A Confederação dos Tamoios e a Guerra dos Potiguaras são exemplos históricos desse enfrentamento. Outro grande exemplo de batalha

na luta contra a escravidão aconteceu na região fronteira dos estados do sul do Brasil, território disputado por Portugal e Espanha — onde foram construídas as missões religiosas dos padres jesuítas.

[...] Em terras comuns viveram os Trinta Povos Guaranis, onde cada povoado chegou a ter entre 1.500 e 12 mil índios. Atacados constantemente pelos bandeirantes e pelos exércitos de Espanha e Portugal, os povos guaranis resistiram até a exaustão. Em 1756, ocorreu o massacre derradeiro que culminou com a morte de Sepé Tiaraju, líder guarani que se tornou símbolo da resistência indígena. A escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão negra, ao mesmo tempo em que a maior parte dos grupos indígenas foi quase que totalmente dizimada. (PREZIA; HOORNAERT apud FERNANDES, 2000, p. 25-26)

Foram séculos de lutas e resistência. A escravidão dos povos indígenas acaba sendo substituída, mas a presença de escravos negros no Brasil data dos primórdios da colonização. No ano de 1584 havia, aproximadamente, 15 mil africanos escravizados. Poucos anos depois (1597) aparecem as primeiras referências a um quilombo na região de Palmares. Para Fernandes (2000, p. 26), os quilombos eram verdadeiros territórios livres:

[...] Os quilombos foram espaços de resistência e para se defenderem os quilombolas também atacavam engenhos e fazendas da região. Durante todo o século XVII, aconteceram inúmeros conflitos e os quilombos foram atacados diversas vezes. De 1602 a 1694, Palmares resistiu, quando o exército do bandeirante Domingos Jorge Velho, jagunço histórico, enfrentou e destruiu o exército de Zumbi, aniquilando o território palmarino. Palmares precisava ser destruído. A sua vitória significaria novos territórios livres, o que aos senhores escravocratas não interessava. Palmares entrou para a história do Brasil como uma das grandes lutas de resistência contra uma das mais cruéis formas de exploração: o cativo.

No processo de lutas contra a escravidão, foram criados muitos quilombos por todo o país. Ganga Zumba e Zumbi foram os principais líderes de Palmares, certamente o maior dos quilombos: por volta de 1670 chegou a ter cerca de 20 mil pessoas em seu território. A resistência tem um marco: o final século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo e a Abolição da Escravatura.

[...] Com o fim da escravidão, a geração do trabalho livre determinava uma outra relação social: a venda da força de trabalho. O escravo não vendia sua força de trabalho, ele era vendido como mercadoria e como produtor da mercadoria. Ele era objeto de comércio do seu proprietário. Com a formação do trabalhador livre, conservou-se a separação entre o trabalhador e os meios de produção. Agora a subordinação acontecia pela venda de sua força de trabalho ao fazendeiro, ao capitalista. (FERNANDES, 2000, p. 27)

Com a Abolição da Escravatura, em 1888, as lutas pela terra no Brasil ganham um novo significado. Se antes havia luta contra a escravidão, por liberdade, a partir daí passa a ser uma luta por sobrevivência. No período que vai da Abolição até o golpe militar de 1964, podem ser definidas três etapas: a primeira, até a década de 1930; a segunda, até 1954; e a terceira, até 1964.

A primeira delas é marcada pelas revoltas camponesas, conhecidas por “Lutas Messiânicas”. Esses movimentos foram marcados pela presença da fé e por serem dirigidos por um líder espiritual, messiânico. Os exemplos mais significativos envolveram milhares de camponeses e sofreram uma brutal repressão para serem controlados.

É o caso de Canudos, Bahia, sob liderança de Antônio Conselheiro, onde milhares de camponeses foram massacrados. Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, começou a pregar por volta de 1870 no interior do Nordeste. Conselheiro ajudava a realizar mutirões para a construção de igrejas e cemitérios por onde passava.

Em 1882 foi proibido, pela Igreja Católica, de realizar sermões. Suas ações de contestação ficaram mais marcantes com a proclamação da República. Conselheiro, que era contrário à separação entre o Estado e a Igreja — além de ser contra a introdução do casamento civil — fazia críticas à Igreja e à República recém implantada no país. Por isso, mais tarde, foi acusado de ser monarquista.

Após tomar parte em uma rebelião — contra a cobrança de impostos —, Antônio Conselheiro e seu grupo chegaram à região de Canudos, nordeste da Bahia, em 1893. Ele criou a localidade de Belo Monte — que considerava um refúgio sagrado —, cujas principais características eram o trabalho cooperado e a agricultura familiar. Todos tinham direito à terra!

O primeiro conflito armado durou de novembro de 1896 a outubro de 1897. O motivo foi um atraso na entrega de madeira comprada para construir a Igreja do local. A cada tentativa de conter o levante, as expedições militares eram sucessivamente derrotadas. Cada uma delas vinha com força militar superior, até que a quarta — com cerca de 10 mil homens — conseguiu vencer a resistência. Toda a população local foi massacrada. Não houve rendição. Calcula-se que a população de Belo Monte fosse de 10 mil pessoas. Há cálculos que apontam até 25 mil habitantes. Homens, mulheres, velhos, crianças, todos foram brutalmente mortos. O exército da república perdeu mais de 5 mil soldados nos confrontos.

Outro caso importante ficou conhecido como Guerra do Contestado². A construção da ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul foi o cenário de um processo conturbado que resultou num conflito que durou quatro anos (de 1912 a 1916).

Na divisa entre Paraná e Santa Catarina havia uma região disputada pelos dois estados (daí o nome contestado). Em 1912, ao final da construção da ferrovia, cerca de 8 mil trabalhadores que participaram das obras ficaram desempregados e permaneceram ali mesmo na região. A empresa construtora e exploradora da ferrovia (Brazil Railway Company) recebeu do governo uma área muito grande de terras para seu uso. Madeiras exploraram a área e destruíram as suas florestas. Milhares de famílias foram expropriados nesse processo.

Enquanto isso, em Santa Catarina, surgiu um movimento liderado por um pregador e curandeiro conhecido por “Monge” José Maria. Depois de conflitos com os proprietários de terras da região, acabou perseguido e teve que se refugiar em Vila Irani, bem no centro da região em disputa. Para os paranaenses, aquilo foi uma “invasão” de catarinenses. A força pública do Paraná reagiu, atacou o movimento, mas foi derrotada. O “monge” foi mortalmente ferido nos combates. No período seguinte o mito da volta do “monge” atraiu muita gente, e os conflitos se agravaram.

² A respeito do assunto é possível consultar o filme “A Guerra dos Pelados”, de 1971 (98 min). A direção é do cineasta Sylvio Back, e tem participação de Átila Iório e Jofre Soares. Lançado em plena ditadura militar, o filme sofreu com a censura da época — no entanto, tem características de documentário e boa reconstrução histórica do episódio.

A satanização do MST na imprensa: sem história, sem ética

Vários confrontos foram registrados entre os seguidores do movimento e uma aliança entre a companhia da ferrovia, proprietários de terras e o governo. Em 1915, quando já havia cerca de 20 mil pessoas, a população rebelada foi massacrada por mais de sete mil soldados do exército, com o apoio de mil policiais e mais de 300 jagunços.

A segunda etapa, entre 1930 e 1954, foi marcada por lutas radicais espontâneas e localizadas. Uma característica é a negativa de Getúlio Vargas (dois governos no período) em fazer a reforma agrária. Os principais episódios são:

1. Os posseiros da Rodovia Rio—Bahia;
2. Grileiros e governo contra posseiros;
3. Trombas e formoso: território livre;
4. No norte e sudoeste do Paraná;
5. Sudoeste do Maranhão;
6. Em terras fluminenses;
7. São Paulo: Pontal e Santa Fé do Sul.

Na terceira etapa, que vai de 1950 a 1964, o movimento apresenta lutas organizadas, com caráter ideológico e de alcance nacional. Surgem três grandes organizações camponesas na luta pela reforma agrária:

1. As **Ligas Camponesas** surgem no início da década de 1950, no Nordeste. Trabalhadores que alugavam terras (foro) abandonadas pelos proprietários são ameaçados de expulsão. Defendidos pelo advogado e deputado Francisco Julião, fundam a Liga Camponesa da Galiléia, em Pernambuco. Logo, passam de trinta na região. Exigem uma reforma agrária radical — “Reforma agrária, na lei ou na marra” — o que gerou um conflito com o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e com a Igreja Católica, defensores de uma reforma agrária por etapas (com indenização dos proprietários).
2. A **Ultab — União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil** — foi criada pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) em 1954. A idéia era coordenar as associações camponesas para uma aliança com o operariado. Tinha bases em quase todos os estados, exceto Rio Grande

do Sul (onde foi criado o Master) e em Pernambuco (onde havia as Ligas Camponesas).

3. O **Master — Movimento dos Agricultores Sem Terra** — foi criado no final da década de 1950, no Rio Grande do Sul, a partir da resistência de 300 famílias de posseiros, em Encruzilhada do Sul. Em seguida, o movimento espalha-se por todo o estado, com o objetivo de organizar o que eles consideram os trabalhadores sem terra (o assalariado rural, o parceiro, o peão e também pequenos proprietários e seus filhos). A partir de 1962, eles passam a organizar suas ações com acampamentos, forma de luta hoje muito usada pelo MST.

No ano de 1962, durante o Governo João Goulart (Jango), acontece a regulamentação da sindicalização dos trabalhadores rurais. Sindicatos já existentes recebem o reconhecimento e vários novos são organizados. Em 1963, sindicatos ligados à Igreja Católica (a maioria do nordeste do país) se organizam para tentar fundar uma confederação, mas são barrados pela Ultab (que reunia a maior parte das federações). No final daquele ano, os dois setores chegam a um acordo e fundam a Contag — Confederação dos Trabalhadores na Agricultura.

Com o golpe de 1964 e a instalação da ditadura militar, teve início uma repressão violenta que provocou desorganização e um longo período de refluxo. Os movimentos camponeses foram aniquilados, trabalhadores e líderes foram perseguidos, assassinados e exilados. Todo o processo de formação das organizações dos trabalhadores foi destruído.

Os sucessivos governos militares implantaram projetos de desenvolvimento que resultaram, como consequência, num aumento nas desigualdades sociais. O aumento da concentração de renda levou uma parcela imensa da população brasileira à situação de miséria. A concentração fundiária provocou o maior êxodo rural da história do país.

Nascido para lutar

Com o pretexto de modernizar, a ditadura militar foi responsável por um agravamento sem precedentes na situação do Brasil, com sérios

problemas políticos e econômicos. Para Fernandes (2000, p. 49), esse é o cenário do nascimento do MST:

[...] O MST é fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro. É, portanto, parte e continuação da história da luta pela terra [...] Na década de 70 os militares implantaram um modelo econômico de desenvolvimento agropecuário que visava acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade, principalmente pela criação de um sistema de créditos e subsídios [...]

O resultado dessa política, conhecida como *modernização conservadora*, foi uma grande concentração da propriedade da terra e a expulsão de mais de 30 milhões de pessoas, obrigadas a migrar para as cidades e outras regiões do Brasil.

Com apoio político de setores da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra), foi recriada a organização camponesa. As Comunidades Eclesiais de Base foram os espaços para a nova discussão política. A partir de 1979, no Rio Grande do Sul, começaram a acontecer ocupações — que logo atingiram os estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul — e resultaram na gestação do MST. Em 1984 o MST é fundado oficialmente, durante o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

A territorialização e a consolidação do MST ocorrem na etapa seguinte, de 1985 a 1990. O Movimento reúne e debate todas as experiências de lutas pela terra e cria as condições para a formação de um movimento nacional. Consolidado, o MST passa a ser referência política.

O Movimento se fortalece com as formas tradicionais de lutas dos movimentos sociais, aliadas a novas táticas — com grande impacto político e repercussão na imprensa — como as ocupações de terras e acampamentos em locais estratégicos; tomadas de prédios públicos e visitas a autoridades. Em seguida, o MST incorpora também a via eleitoral às suas formas de lutar. Nas eleições municipais de 1988, por exemplo, vários candidatos foram apresentados para disputar vagas de vereador e até de prefeito.

[...] optaram, também, pela candidatura de líderes para cargos políticos. Em 1988 foram 97 vereadores e três prefeitos no Rio Grande do Sul, pelo Partido dos

Trabalhadores (PT). [...] Da ação ilegal, o MST alça-se à tomada de decisões políticas municipais e à interferência na elaboração da Constituição. (KUSCHICK, 2004)

Essa posição do MST provoca também novas articulações dos ruralistas — que mantinham um esquema próprio de “defesa”. Com o crescimento do movimento, os proprietários de terra passaram a necessitar da Justiça — para negar o direito de posse ao movimento — e da Polícia Militar para expulsar os sem-terra.

Para Kuschick (2004), os ruralistas querem uma “força” para sustentar a luta política no Congresso e ter mais “eficiência” nas demais ações. Com esse espírito é criada a União Democrática Ruralista — UDR. Esse fato coincide com o período de elaboração de um plano de reforma agrária, pelo Governo de José Sarney (em 1985):

[...] uma organização paralela ao movimento sindical, para, através da contratação de assessores jurídicos, sustar desapropriações de terras, financiar campanhas para cargos eletivos, além de sustentar milícias armadas para defender terras dos membros da organização. Não que elas não fossem defendidas com armas antes, a diferença é que agora elas são assumidas por uma organização e não praticadas individualmente. (KUSCHICK, 2004)

Ironicamente, a entidade dos proprietários rurais ostentava em seu nome a palavra “democrática”. No entanto, a UDR ficou conhecida por suas ações violentas e grande capacidade de intimidação. Ruralistas e UDR, governo e repressão, imprensa e “satanização”.

Uma dívida social

Mais do que os textos do MST, suas ações — na prática — desafiam o capitalismo. Ao mesmo tempo, o Estado reage, reprime e usa de sua força para tentar barrar o movimento. Santos (2004) destaca essa característica:

A satanização do MST na imprensa: sem história, sem ética

[...] Quem luta por terra só está cobrando uma dívida social que o Estado brasileiro contraiu com os pobres. Por isso, quem luta por terra e reforma agrária, luta também pela mudança da estrutura agrária e pelas mudanças sociais no Brasil.

Essa combinação de lutas — e o entendimento político desse fato — é uma característica importante no MST. Ao mesmo tempo em que deve continuar lutando contra o latifúndio, o movimento sabe que a conquista da reforma agrária só poderá ser concretizada com vitórias importantes sobre o capital. Para Santos (2004), a perspectiva é de continuar sendo um movimento social que pretende organizar os pobres do campo, porém, com destaque para o entendimento e uso da contra-ideologia:

[...] para lutar por uma sociedade com menos pobreza e menos desigualdade. E achamos que o combate ao latifúndio, ao capital, à ignorância e à dominação tecnológica é a melhor forma de construir uma sociedade igualitária no meio rural no Brasil. (SANTOS, 2004)

A herança colonial e os processos posteriores resultaram na atual estrutura fundiária concentrada, gerando, ao mesmo tempo, poder econômico e poder político. Uma das conseqüências é a formação de verdadeiros focos onde persiste a tradição eleitoral clientelista, que garante partidos com grande representação parlamentar.

Trata-se de uma força que se articula para garantir a votação de leis para defender seus próprios interesses e permanece intimamente vinculada ao núcleo central do sistema capitalista. É esse o Estado capitalista que enfrenta o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST — e utiliza a mídia nesse confronto. A violência que a imprensa demonstra ao atacar o MST é uma prova do domínio da mídia pela mesma classe dominante que controla o Estado no Brasil.

[...] Não há, nas *classes dominantes, interesses antagônicos* entre um setor *latifundiário (feudal, aristocrático, conservador)* e uma *burguesia (moderna, democrática, nacionalista)*. Portanto, não há que se esperar uma *revolução burguesa* nos moldes dos modelos clássicos francês ou inglês. A *burguesia* fora formada sob o manto da *dependência colonial*, e integrara-se a este sistema tanto quanto o setor agrário-exportador. (BALTAR, 2000, p. 52, grifo do autor)

A mídia dos donos

A imprensa tem um papel enquanto representação de classe. Defende seus interesses e ataca os que contestam a hegemonia burguesa. A questão ideológica fica clara nesse processo e permite entender a forte ligação existente entre classes dominantes e proprietários da grande imprensa no Brasil. Os meios de comunicação são usados nesse embate, independentemente dos princípios de liberdade e isenção que são defendidos em público.

Existe um senso comum, uma generalização informal, sobre o que é a *grande imprensa* no Brasil: os jornais e revistas de circulação nacional, as redes nacionais de rádio e televisão. De formas diferentes, acabam sendo incluídos os veículos de comunicação com características estaduais ou regionais. Em muitos casos, também entram na lista os veículos com abrangência municipal ou de uma região do estado.

Essa idéia é comum, principalmente, entre os profissionais do jornalismo, políticos dos mais variados partidos, dirigentes sindicais e de movimentos populares, além de setores importantes de pesquisadores de universidades brasileiras.

São excluídos desse grupo os jornais e revistas considerados alternativos e as empresas estatais (como a TV Cultura, de São Paulo). No caso dos veículos alternativos, há várias diferenças: alguns são ligados a partidos políticos (como a revista *Teoria e Debate*, do Partido dos Trabalhadores), outros a movimentos sociais (o jornal *Brasil de Fato*, ligado ao MST), além dos casos mais conhecidos como a revista *Caros Amigos*.

O processo de “satanização” do MST pela mídia ocorre em todo o país. A chamada “grande imprensa” — cuja principal característica é estar a serviço da ordem burguesa — tem um discurso afinado, alinhado com os interesses do governo federal (gestão de Fernando Henrique Cardoso), cuja tônica é combater o MST.

As práticas são visíveis: ênfase para as disputas e problemas internos do movimento, utilização de fotos para mostrar armas e “destruição”, o velho chavão de usar a expressão “invasão” em vez de “ocupação”. A propósito disso Gohn (2000, p.147) mostra que as atitudes da mídia são geradoras de violência:

A satanização do MST na imprensa: sem história, sem ética

[...] Resulta que, a partir de maio de 97, a mídia das grandes empresas, ávidas por manchetes acirradas, voltou à posição anterior, de combate às ações do MST. As representações e as imagens boas foram se alterando segundo a conjuntura das relações do MST com o governo, e de problemas internos do próprio MST, que passaram a ser noticiados sistematicamente (tais como o distanciamento de um discurso libertário emancipador dos oprimidos e as práticas internas de algumas lideranças, tidas como rígidas, fechadas e autoritárias, segundo depoimentos dos próprios assentados). [...] Com isto, a posição dos principais órgãos da mídia deixou a ‘simpatia’ dos dias da marcha para o combate sistemático das ações do MST, divulgando apenas os problemas.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST — virou objeto de crítica, alvo, e, muito mais, um verdadeiro “inimigo” a ser combatido pela mídia. Isso não se dá por acaso. Os mesmos motivos que levaram vários estudiosos a analisarem o MST como fenômeno popular, também serviram de alerta às elites brasileiras. As reações da imprensa refletem esses sinais de alerta.

Realidade artificial

Nossa pesquisa foi definida pelo seguinte roteiro: em primeiro lugar, a seleção do jornal, a Folha de S. Paulo, por ser representativo da grande imprensa, ser tradicional e ter abrangência nacional. Essa representatividade nos permite fazer este recorte para entender o papel da grande imprensa — unificada do ponto de vista ideológico. Em segundo lugar, selecionamos um ano: 2000.

Aplicamos, em seguida, uma busca nos arquivos da *Folha de S. Paulo* por citações ao **MST** e à **Reforma Agrária**. Utilizamos os arquivos eletrônicos do jornal³, disponíveis (para assinantes) no sítio do UOL — Universo Online — na *Internet*. Devido ao grande número de textos encontrados, restringimos a busca à primeira página (capa do jornal).

³ Arquivos da *Folha de S. Paulo*: disponível (para assinantes) em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/>>. Acesso em: 3-6 jan. 2006.

Tabela 1: Totalização

	B.1	B.2	B.3	B.4
	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
	BLOCOS			
	VETORES			
V.1	Dizeres do movimento	6	32	36
V.2	Dizeres do jornal PRÓ	7	51	46
V.3	Dizeres do jornal CONTRA	7	46	76
V.4	Dizeres dos grandes proprietários	0	4	2

Encontramos 107 (cento e sete) textos que foram analisados — com base numa tabela que construímos — e depois sistematizados num único quadro (Tabela 1).

Os dados apontam para uma conclusão: a imprensa pratica a manipulação da informação com o evidente objetivo de prejudicar a imagem do MST. Causa e efeito, a formação do Estado no Brasil está na raiz das questões da terra em nosso país. Os proprietários de terras participaram diretamente da construção desse modelo de Estado. Ao mesmo tempo, são responsáveis pelo processo de concentração e expropriação, que resulta em toda a miséria existente no campo — com os reflexos nas cidades.

Santos (2004) destaca que “a injustiça social está na origem do MST, que não poderia ter surgido se não houvesse concentração da terra no Brasil, onde tão somente 1% dos proprietários detém 46% das propriedades”. O MST nasceu e cresceu diante da necessidade dos trabalhadores terem formas organizativas para enfrentar o latifúndio.

Rotineiramente encontramos vários exemplos de agressão da mídia contra o MST. A mídia tem feito isso ao longo dos últimos mais de vinte anos. E tem feito com conhecimento de causa, com objetivos claros de defesa da classe dominante. Os proprietários dos meios de comunicação são parte integrante dessa mesma classe dominante. Vários deles são também proprietários rurais, ou parlamentares, ou industriais, ou até pertencem a todas as categorias simultaneamente.

Por isso, a imprensa reflete sua responsabilidade nesse processo, protegendo e defendendo os latifundiários e atacando duramente as camadas mais pobres e sofridas da população brasileira. Os meios de comunicação de massa usam — e abusam — de sua influência e poder de manipulação.

No caso do MST — e de toda a história que o antecede — a mídia amplia o processo de manipulação. Ela constrói uma “realidade” com base nos seus próprios interesses de classe. Tudo isso praticando uma forma de jornalismo com total desrespeito à Ética.

Verdades e verdades

O jornalista e professor Perseu Abramo⁴ é o autor do ensaio *Padrões de manipulação na grande imprensa* — transformado em livro alguns anos após sua morte. Um conceito importante definido por Abramo (2003, p. 23) é que “uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação”.

Os *padrões de manipulação* estabelecidos formam um roteiro para a identificação e a classificação da manipulação na imprensa. Assim Abramo (2003, p. 24-35) classifica os padrões de manipulação:

1. Padrão de ocultação;
2. Padrão de fragmentação;
3. Padrão da inversão;
4. Padrão de indução;
5. Padrão global ou padrão específico do jornalismo de televisão e rádio.

Quando o assunto é o MST, a pauta — a verdadeira pauta — deveria ser baseada na realidade do país. Em primeiro lugar, na História. É lá que está a verdade sobre as origens dos problemas de nosso país, incluindo a questão agrária. Em segundo, nas periferias das cidades, nos acampamentos e assentamentos do MST. Para análise da manipulação em relação ao objeto de nossa pesquisa, fica evidente o padrão de fragmentação:

[...] o “resto” da realidade é apresentado pela imprensa ao leitor não como uma realidade, com suas estruturas e interconexões, sua dinâmica e seus movimentos e processos próprios, suas causas, suas condições e suas conseqüências. [...] desligados de seus antecedentes e seus conseqüentes no processo em que ocorrem [...]. O padrão de fragmentação implica duas operações básicas: a *seleção de aspectos*, ou particularidades, do *fato* e a *descontextualização*. (ABRAMO, 2003, p. 27, grifo do autor)

Encontramos reiteradas vezes a *descontextualização* na forma de apresentação do MST na grande imprensa. Uma boa pauta deveria mostrar

⁴ ABRAMO, Perseu: Jornalista e sociólogo. Foi professor de sociologia na Universidade de Brasília e na Universidade Federal da Bahia, e professor de jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Fundação Armando Álvares Penteado.

A satanização do MST na imprensa: sem história, sem ética

também o outro lado. Quem são e por que lutam essas pessoas, qual o motivo de tanto sofrimento? E por que agem dessa maneira? Fora do contexto histórico as ações do Movimento são alvo de críticas.

O texto a seguir demonstra como se posiciona a imprensa, usando um editorial — completamente descontextualizado — para expressar sua opinião contrária ao Movimento dos Sem Terra:

Texto 26

Autor:
Editoria: PRIMEIRA PÁGINA. Página: 1-1
Edição: **Nacional** Maio 4, 2000
Vinheta/Chapéu: BRASIL
OPINIÃO DA FOLHA
Leia os editoriais “Governo leniente”, sobre ações do MST; “Óbvios conselhos”, acerca de bancos estatais; e “Aids e segurança”, sobre decisão dos EUA.
Pág. 1-2

Autor:
Editoria: OPINIÃO Página: 1-2
Edição: **São Paulo** Maio 4, 2000
Seção: EDITORIAL

Governo leniente

Leniência governamental é o que se tem visto nos episódios recentes que envolvem algumas ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Anteontem, representantes do MST invadiram prédios públicos em várias capitais brasileiras.

Fato recorrente no governo de Fernando Henrique Cardoso, a invasão de instalações da administração pública é condenável por todos os ângulos por que se possa analisá-la. Trata-se de abuso injustificável, além de uma transgressão da lei. Portanto, o governo instituído possui toda a legitimidade para reprimir esses abusos. Mas a complacência do governo FHC e de governos estaduais em lançar mão da força policial acabou por transformar a ocupação de prédios públicos em lugar-comum para um movimento que não se peja de avançar nos delitos que comete, fazendo reféns em algumas invasões.

Se as autoridades tivessem agido com a energia necessária desde o início, por certo a situação não teria chegado aos extremos de hoje.

Compreende-se o desafio que é a formação de uma força policial capaz de agir de maneira eficaz em um regime democrático. É evidente que a maioria das corporações policiais brasileiras ainda está mal preparada para atuar na repressão de movimentos de massa — a exemplo da questionável ação da PM paranaense no episódio de anteontem.

Sabe-se também que lideranças irresponsáveis de sem-terra por vezes incitam o conflito, arriscando a vida de seus colegas, para exporem-se aos holofotes da mídia, especialmente a internacional. Mas nada disso é desculpa para a inação dos governantes. Ao contrário, apenas lhes incumbe mais responsabilidade de agir, pois se não o fizerem restarão coniventes com a transgressão.

Felizmente, já vai bem longe o tempo em que se entendia, neste país, a questão social como caso de polícia. Mas o corolário disso, num momento em que estão garantidos direitos de protestar, de fazer greve, de manifestar livremente o pensamento, é que a lei esteja a balizar todas as ações e que, quando ela for transgredida, seja por quem for, não se dê o mínimo espaço para a impunidade

		B.1	B.2	B.3	B.4
	BLOCOS VETORES	Reforma agrária	Organização do movimento	Estratégias e táticas do movimento	Presença do Estado
V.1	Dizeres do movimento				
V.2	Dizeres do jornal PRÓ				
V.3	Dizeres do jornal CONTRA		X	X	X
V.4	Dizeres dos grandes proprietários				

Considerações Finais

O resultado da investigação demonstra que a imprensa transformou o MST em vítima de processos de manipulação. Consta-se que os *padrões de manipulação* definidos por Perseu Abramo estão presentes no resultado da pesquisa, com destaque para a *descontextualização*. Todos os aspectos da história da luta pela terra no Brasil devem (ou deveriam) estar presentes no noticiário sobre o MST.

Ao retirar do contexto as lutas e a resistência contra a escravidão, o enfrentamento das comunidades indígenas, para citar alguns exemplos, a imprensa apresenta o MST como “fora-da-lei”, arruaceiro, antidemocrático, etc.

No caso do MST — e de toda a história que o antecede —, a manipulação configura uma prática de jornalismo com desrespeito ao direito constitucional à informação e às normas da Ética dos jornalistas.

Referências

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de Manipulação na Grande Imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu, Abramo, 2003.
- AYOUB, Ayoub Hanna. *Mídia e Movimentos Sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- BALTAR, Ronaldo. *O Ponto Morto*. Londrina: UEL, 2000.
- DIAS, Emerson dos Santos. Conflitos e Contradições nas Raízes dos Movimentos Sociais Brasileiros. *Revista Mediações*, Londrina, v. 8, n. 2, p. 55-81, jul./dez. 2003.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KUSCHICK, Christa Liselote Berger. *Campos em Confronto: Jornalismo e Movimentos Sociais – As Relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora*. 1996. Tese (Doutorado) — Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/berger-christa-campos-0.html>>. Acesso em: 29 jul. 2004.
- SANTOS, Marina dos. *Brasil: Raízes do MST*. Disponível em: <<http://alainet.org/active/6202&lang=es>>. Acesso em: 10 abr. 2008.





Adriana Cristina de Almeida: Graduada pela Universidade Estadual de Londrina, possui pós-graduação *lato sensu* em Liderança no Espaço Escolar, Supervisão, Direção Escolar e Orientação Educacional (Faculdade São Judas Tadeu) e mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, UNESP, campus de Presidente Prudente. É professora da rede Municipal de Ensino de Sertanópolis há 16 anos, bem como da Rede Estadual do Paraná há aproximadamente 04 anos. Atualmente é diretora do CEEBJA Teotônio Vilela de Sertanópolis, Ensino Fundamental e Médio. E-mail: aca_bueno@hotmail.com

Ana Cleide Chiarotti Cesário: Professora Titular de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, leciona Teoria Política no Curso de Graduação de Ciências Sociais. No Curso de Mestrado de Ciências Sociais, trabalha na área de Cultura, poder e sociedade. É uma das líderes do Grupo de Pesquisa Discurso e Memória do Diretório do CNPq. E-mail: anacesario@sercomtel.com.br

Ana Maria Chiarotti de Almeida: Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, leciona Fundamentos de Sociologia e Teoria Sociológica no Curso de Graduação de Ciências Sociais. No Curso de Mestrado de Ciências Sociais, trabalha na área de Cultura poder e sociedade. É uma das líderes do Grupo de Pesquisa Discurso e Memória do Diretório do CNPq. E-mail: ana.ch@sercomtel.com.br

Andréa Paloma Costa: Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (Licenciatura em 2001 e Bacharelado em 2003). Possui pós-graduação *lato sensu* em Administração, Orientação e Supervisão Escolar pela Universidade Norte do Paraná. É professora da Rede Estadual de Ensino do Paraná, lecionando atualmente no Colégio Estadual Professora Maria José Balzanello Aguilera, localizado em Londrina. E-mail andreapaloma01@yahoo.com.br.

Ângela Massumi Katuta: Mestre e Doutora em Geografia, respectivamente, pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente e Universidade de São Paulo. Atua na área do ensino da geografia em diferentes níveis, cartografia para escolares, formação docente, cultura e geografia de povos tradicionais. Atualmente é professora da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. É co-autora dos seguintes livros: *Geografia e Conhecimentos Cartográficos* (2001) e *O Brasil frente aos arranjos espaciais do Século XXI* (2007) e uma das organizadoras do livro paradidático: *(Geo)grafando o território* (Expressão Popular, 2009). E-mail: angela.katuta@gmail.com.

Ensino de geografia e mídia: relato de uma experiência em sala de aula

Aparecida de Oliveira Neves Reis: Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, possui pós-graduação *lato sensu* em Metodologia do Ensino (Faculdade de Educação de Assis), bem como em Análise Ambiental e Ciências da Terra (Universidade Estadual de Londrina). É professora da rede Estadual do Paraná há 27 anos, lecionando atualmente em Sertanópolis, na Escola Estadual Monteiro Lobato. É concluinte do Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná em Geografia (2007-2008), realizado na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: cidinhanreis@hotmail.com

Ayoub Hanna Ayoub: Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual de Londrina desde 1986, possui Mestrado em Ciências Sociais pela mesma Universidade. Foi Coordenador do Colegiado do Curso de Comunicação Social - Habilitação Jornalismo, e, atualmente, é Chefe do Departamento de Comunicação. E-mail: ayoub.h.ayoub@terra.com.br

Carla Aparecida Coccia: Graduada em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, possui pós-graduação *lato sensu* em Geografia Física e Meio Ambiente, também pela FAFIJAN. É professora da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, lecionando atualmente no Município de Borrazópolis, no Colégio Estadual José de Anchieta e na Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco. É concluinte do Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná em Geografia (2007-2008), realizado na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: carla_coccia@hotmail.com

Deise Fabiana Ely: Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás e Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. É professora da Universidade Estadual de Londrina, onde atua na Graduação e na Pós-Graduação em Geografia. Pesquisadora do Laboratório de Arranjos Territoriais e Climatologia Geográfica, publicou inúmeros artigos a respeito em periódicos especializados. É uma das organizadoras do livro paradidático: *(Geo)grafando o território* (Expressão Popular, 2009). E-mail: deise.ely@gmail.com

Dorotéia Kovalczuk Portelinha: Graduada em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, possui pós-graduação *lato sensu* em Geografia Física e Meio Ambiente, também pela FAFIJAN. É professora da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, lecionando atualmente no Município de Califórnia, no Colégio Estadual Talita Bresoline na Escola Estadual Sebastião Pereira Filho. É concluinte do Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná em Geografia (2007-2008), realizado na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: doroteiakovalczuk@hotmail.com

Andrea Paloma Costa

Edilucy Maria Cunha Gaspar. Graduada em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, possui pós-graduação *lato sensu* em Geografia Física e Meio Ambiente, também pela FAFIJAN. É professora da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, lecionando atualmente no Colégio Estadual Talita Bresolin, Ensino Fundamental e Médio, no Município de Califórnia. É concluinte do Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná em Geografia (2007-2008), realizado na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: edilucycunha@hotmail.com

Eliane Tomiasi Paulino: Licenciada, Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. É professora do Curso de Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina e também do Mestrado em Geografia, no qual ministra a disciplina “Agricultura no capitalismo: das teorias às territorialidades”. É autora do livro: *Por uma geografia dos camponeses* (Unesp, 2006), Organizadora do livro *Campesinato e territórios em disputa* (Expressão Popular, 2008) e uma das organizadoras do livro paradidático: *(Geo)grafando o território* (Expressão Popular, 2009), entre outras publicações em livros e periódicos especializados. E-mail: eliane.tomiasi@uel.br

Elvio Rodrigues Martins: Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, na qual atualmente é professor, atuando na Graduação e na Pós-Graduação em Geografia. Dedicar-se ao estudo das questões teóricas e metodológicas da Ciência Geográfica, com especial ênfase em temas tais como História e Epistemologia do Pensamento Geográfico e Ontologia e Geografia, tendo publicado inúmeros artigos em periódicos especializados a respeito. E-mail: ermartin@uol.com.br

Fábio César Alves da Cunha: Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Presidente Prudente. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. Trabalha com Geografia Urbana e temas como a regionalização do espaço mundial, desenvolvimento regional, metropolização, planejamento ambiental e as relações entre discurso e o espaço geográfico. É um dos organizadores do livro paradidático *(Geo)grafando o território* (Expressão Popular, 2009). E-mail: fabioalvescunha@gmail.com

Ideni Terezinha Antonello: Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe e Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro. Realizou aperfeiçoamento no L'institut des Hautes Études de L'amerique Latine Université de La Sorbonne, França. Atualmente é professora do curso de Graduação e Pós-Graduação

Ensino de geografia e mídia: relato de uma experiência em sala de aula

em Geografia da Universidade Estadual de Londrina. É autora do livro *A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato* (NPGEO/UFS, 2001), organizadora do livro *Múltiplas Geografias* (Humanidades, vol. I, 2004, vol.II, 2005 e vol.III 2006) e do livro paradidático *(Geo)grafando o território* (Expressão Popular, 2009), dentre outros artigos em livros e periódicos. E-mail: antonello@uel.br

João Carlos Ruiz: Graduado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, possui Pós-graduação *lato sensu* em Geografia e Meio Ambiente, também pela FAFIJAN. É um dos autores do Livro Didático Público do Estado Paraná e professor da Rede Pública de Ensino deste Estado. Atualmente leciona no Colégio Estadual Rosa Delúcia Calsavara, em Cambira. É concluinte do Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná em Geografia (2007-2008), realizado na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: prof.jc@uol.com.br

Maria Solange Ferreira: Graduada em Geografia pela Universidade do Oeste Paulista, possui pós-graduação *lato sensu* em Ensino de Geografia bem como em Análise Ambiental e Ciências da Terra, ambas pela Universidade Estadual de Londrina. É professora da rede Estadual do Paraná há 17 anos, lecionando atualmente no Colégio Estadual Machado de Assis, em Sertanópolis. É concluinte do Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná em Geografia (2007-2008), realizado na Universidade Estadual de Londrina. E-mail: mariasolange_f@hotmail.com

Rozinaldo Antonio Miani: Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. É Graduado em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela Universidade de Mogi das Cruzes e também em História, pela Universidade de São Paulo. É Professor Adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, atuando também no Programa de Mestrado em Comunicação Visual da Instituição. É Coordenador do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da UEL e também do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular, cadastrado junto ao CNPq. E-mail: E-mail: rmiani@uel.br.